

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitario de Estudios Sociales da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



GT09

**Ciências Policiais e
Segurança Pública: um
campo interdisciplinar**

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 9 A BRIGADA MILITAR E A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA VIZINHO SOLIDÁRIO COMO FERRAMENTA DE APLICAÇÃO DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA PARA GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA E EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA**
Vanessa Rodrigues Avila Wenitt
- 20 A PSICOLOGIA APLICADA À FUNÇÃO POLICIAL-MILITAR: REFLEXÕES EM TORNO DA IMPORTÂNCIA DE SUA INCLUSÃO NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO**
Viviane Merkel Soriano
Isabel Cristina dos Santos Martins
- 33 ANÁLISE ACERCA DA GESTÃO DO PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS) NOS 20 ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
Letícia Dall'Igna
Cilon Freitas da Silva
- 46 ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE PERIODONTITE APICAL CRÔNICA EM POLICIAIS MILITARES DA BRIGADA MILITAR ATRAVÉS DE RADIOGRAFIAS PANORÂMICAS**
Cristina Dall'Agnol Rodrigues
Letícia Gomes Gonçalves
Daniel Demétrio Faustino da Silva
- 58 CIÊNCIA POLICIAL: SUA ASCENSÃO POR MEIO DAS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO POLICIAL BRASILEIRA**
Cilon Freitas da Silva
Isabel Cristina dos Santos Martins

70 DRONE NA BRIGADA MILITAR: ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

João Marcelo dos Santos Gonçalves
Cristiano Munhoz

81 FORÇA-TAREFA DESMANCHE: A ATUAÇÃO INTEGRADA ENTRE AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS

Marta França Moreira

93 GESTÃO DA FROTA DE AERONAVES DO BATALHÃO DE AVIAÇÃO DA BRIGADA MILITAR: A IMPORTÂNCIA DA AERONAVE DE ASA ROTATIVA BITURBINA NA BRIGADA MILITAR.

Ivan Fraga da Costa Junior
Luis Henrique da Fonseca Campomar
Danúbio Augusto Engers Lisbôa

108 INTERVENÇÕES POLICIAIS EM AMBIENTES DE BAIXA LUMINOSIDADE

Daniel Marobin
Régis Girardon Copetti

121 LIDERANÇA EM ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES: REFLEXÕES PARA NOVOS PARADIGMAS

Ezequiel Spacil Roehrs
Marcus Vinicius Gonçalves Oliveira
Alessandro Augusto Bernardes dos Santos

133 MONITORAMENTO DA SAÚDE BUCAL COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE OCUPACIONAL PARA POLICIAIS DA BRIGADA MILITAR

Letícia Gomes Gonçalves
Daniel Demétrio Faustino da Silva

146 **NÚCLEOS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DO 3º BPM NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO**

Wagner Estanislau Wasenkeski

Ademir Henz

Cilon Freitas da Silva

158 **OPERAÇÃO AVANTE TRF4: A PARTICIPAÇÃO DA BRIGADA MILITAR EM GRANDES EVENTOS**

Isabele Moritz Evers

Luis Henrique da Fonseca Campomar

Rodrigo Schoenfeldt

179 **PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS (POD) – INTEGRAÇÃO ENTRE BRIGADA MILITAR E CENTROS DE JUVENTUDE**

Major QOEM Marcelo Nogueira da Silva



A BRIGADA MILITAR E A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA VIZINHO SOLIDÁRIO COMO FERRAMENTA DE APLICAÇÃO DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA PARA GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA E EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA

Vanessa Rodrigues Avila Wenitt¹

RESUMO: O presente estudo aborda a aplicação do Programa Vizinho Solidário em um formato simplificado, pela Brigada Militar. O objetivo geral foi analisar se a implantação do referido programa é compatível com o policiamento comunitário no Estado do Rio Grande do Sul e uma ferramenta útil e eficiente para a segurança pública. A reflexão foi aplicada a partir do método dedutivo, sendo exploratória de natureza aplicada e qualitativa fazendo a interpretação do fenômeno, a partir de dados bibliográficos e documentais. De acordo com o que foi observado a Constituição Federal do Brasil retrata o País como um Estado democrático de direito pautado no princípio da dignidade da pessoa humana. As ações desenvolvidas pelo Estado e seus governos, em especial no campo dos direitos sociais, são traçadas por meio de políticas públicas que nem sempre alcançam o benefício de todos. A Brigada Militar vem desenvolvendo ações paralelas ao combate da criminalidade que visam ações humanitárias e de integração social, contribuindo com a implementação do mínimo existencial. O presente estudo demonstrou que o desenvolvimento do Programa Vizinho Solidário é medida absolutamente compatível com a filosofia de polícia comunitária almejada pela Corporação consolidando-a, conforme previsão do planejamento estratégico institucional, e seu uso representa uma ferramenta eficiente na prevenção primária criminal, fomentando o sentimento de solidariedade nas relações humanas.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Dignidade da Pessoa Humana. Polícia Militar. Programa Vizinho Solidário. Prevenção Primária.

ABSTRACT: This paper analyze the application of the Neighboring Solidarity Program in a simplified format by the military police. The objective was to analyze whether the implementation of this program is compatible with community policing in the state of Rio Grande do Sul and a useful and efficient tool for public safety. The critical reflection was applied from the deductive method, being exploratory of an applied and qualitative nature making the interpretation of the phenomenon from bibliographic and documentary data. According to the Constitution of Brazil the country is portray as a democratic state of law based on the principle of human dignity. The actions developed by the state and its governments, especially in the field of social rights, are outlined through public policies that do not always reach the benefit of all. The military police has been developing parallel actions to combat crime aimed at humanitarian and social integration actions, contributing to the implementation of the minimum existential. The present study demonstrated that the development of the Neighboring Solidarity Program is a measure that is absolutely compatible with the Corporation's philosophy of community police,

¹ Oficial-Aluno do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Major QOEM do Quadro de Oficiais de Estado Maior (QOEM) da Brigada Militar (Polícia Militar do Rio Grande do Sul). Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade IDC - Instituto de Desenvolvimento Cultural em 2008. E-mail: v.wenitt@gmail.com



consolidating it, as foreseen by the institutional strategic planning, and its use represents an efficient tool in the primary criminal prevention, fomenting the sentiment of solidarity in human relations.

Keywords: Democratic rule of law. Dignity of human person. Military police. Solidarity Neighbor Program. Primary prevention.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma reflexão acerca das ações de polícia comunitária até então desenvolvidas pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, voltadas para o bem comum, para a compreensão e preocupação com o próximo e ainda referenciar a implementação do Programa Vizinho Solidário como ferramenta de interação social.

Pensar em polícia comunitária significa identificar uma filosofia onde há o compartilhamento de responsabilidades, isso porque, ao conceituá-la, obrigatoriamente, fala-se de uma forma de prestar serviço à comunidade, onde há um trabalho conjunto entre polícia e sociedade para resolver os problemas locais de segurança com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem. Não se pode negar que este modelo de policiamento é a referência para a atuação policial nos dias atuais, pois preconiza a aproximação dos policiais militares com a comunidade local de modo a firmar vínculo de confiança. Sendo assim, o tema central do presente estudo está na análise da implantação do programa Vizinho Solidário na Brigada Militar, como ferramenta eficaz, eficiente e efetiva de emprego do policiamento comunitário, considerando a solidez dessa filosofia nas práticas de policiamento ostensivo.

O estudo em tela buscará demonstrar se a Brigada Militar já dispõe de práticas consolidadas de policiamento comunitário aptas para a implantação do Programa Vizinho Solidário. Isso porque esse programa prescinde a existência de um vínculo com a comunidade local, mas exige um grau maior de responsabilidade dos cidadãos, uma vez que, através da rede de vizinhos, há o exercício conjunto do cuidado com o que é do outro (vizinho) ou ainda, de forma mais ampla, com o que interessa ao bairro.

A hipótese principal é a de que a filosofia de polícia comunitária, já estabelecida na Brigada Militar, baseada no vínculo entre comunidade e polícia militar, está em sintonia com a implantação do Programa Vizinho Solidário, possibilitando maior interação de informações, identificação da causa dos problemas e adoção de medidas em conjunto para a promoção da sensação de segurança e da redução dos índices de criminalidade.

Nessa perspectiva, o objetivo geral do presente estudo é analisar se a implantação do programa Vizinho Solidário é compatível com o policiamento comunitário no Estado do Rio Grande do Sul e



ferramenta útil e eficiente para a segurança pública. Destaca-se a importância desta reflexão uma vez que o próprio Mapa Estratégico da Brigada Militar (2019-2023) estabelece como uma das metas da corporação “Prevenir a violência e a criminalidade através da filosofia de polícia comunitária” e o mesmo configura um aperfeiçoamento da integração comunitária através da tecnologia disponível (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Quanto à metodologia, o método utilizado foi o dedutivo (LAKATOS; MARCONI, 2003). Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória de natureza, aplicada, pois seu objetivo é gerar conhecimentos e promover uma aplicação prática, através de regulamentação interna da Corporação (MALHOTRA, 2001). A abordagem é qualitativa, com caráter exploratório e subjetivo, a partir de dados bibliográficos e documentais (GIL, 2008).

2 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DIGNIDADE HUMANA E A POLÍCIA COMUNITÁRIA NA BRIGADA MILITAR

O “Estado Democrático de Direito” consiste em democratizar o “Estado Legal”, possibilitando que o povo estabeleça leis justas a todos por meio de seus representantes, restringindo as ações governamentais sobre as liberdades individuais ao mesmo tempo em que garantias mínimas sejam resguardadas a todos, diminuindo desigualdades sociais. Para Rawls (2016), as distribuições não necessitam de igualdade material, desde que sejam vantajosas para todos, sempre respeitada a visão compartilhada de justiça.

Por oportuno, vale referir lição de José Afonso da Silva:

O Estado Democrático de Direito é um tipo de Estado que tende a realizar a síntese do processo contraditório do mundo contemporâneo, superando o estado capitalista para configurar um Estado promotor de justiça social que o personalismo e o monismo político das democracias populares sob o influxo do socialismo real não foram capazes de construir. A tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social. (SILVA, 2019, p. 120).

Refletir sobre o Estado Democrático de Direito, em especial na promoção de justiça social e ao compartilhamento de atribuições para a concretização desse fim, revestem-se de suporte inicial para o estudo em comento relacionando a uma polícia comunitária, que busca o reconhecimento social, quer pela adoção de práticas policiais mais próximas da população, quer porque “o aparelho policial militar deve prestar contas ao público, tanto em termos do que faz quanto de como o faz” (OLIVEIRA, 2005, p.141).



A dignidade humana é algo estritamente genérico e subjetivo a cada pessoa. Conceituá-la é algo impossível em caráter jurídico prático quando se busca universalizar um sentimento que varia conforme cultura, época e circunstâncias envolvendo determinado povo.

O conceito jurídico de dignidade da pessoa humana é inicialmente referenciado em meados do século XX, tomando corpo na Constituição alemã da República de Weimar (1919), com esboço de constituição do Marechal Petain (França, 1940), Lei Constitucional decretada por Francisco Franco (Espanha, 1945) e com maior ênfase na Carta das Nações Unidas (1945) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

A Constituição Federal de 1988 define expressamente em seu art. 1º que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e possui como fundamento, em seu inciso III, a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). A Carta Magna traz a dignidade da pessoa humana no título dos “Princípios Fundamentais”. O constituinte preferiu não incluir no rol dos direitos e garantias fundamentais, elevando os direitos da pessoa humana a condição de princípio jurídico constitucional fundamental.

A perspectiva de tratar a “todos” os cidadãos com dignidade passa por ações necessárias de caráter positivo e negativo por parte do Estado. Assegurar justiça e igualdade requer que as diferenças sociais sejam minimizadas e políticas públicas de equilíbrio implementadas, objetivando o bem comum de forma generalizada.

Destarte, a idéia central do programa Vizinho Solidário traz a proposta do compartilhamento de responsabilidades a fim de garantir o "mínimo existencial" no tema segurança pública partindo do princípio da cooperação mútua. As pessoas "democraticamente" se unem, estudam os problemas do bairro, coordenadas pelos técnicos (policiais) e estabelecem as possíveis soluções para as mazelas específicas da região que vivem.

A Brigada Militar é instituição de Estado, atrelada ao Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. Possui as funções de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

A polícia ostensiva é uma expressão nova, não só no texto constitucional, como na nomenclatura da especialidade. Foi adotada por dois motivos: o primeiro, de estabelecer a exclusividade constitucional e, o segundo, para marcar a expansão da competência policial dos policiais militares, além do ‘policimento’ ostensivo. Para bem entender esse segundo aspecto, é mister ter presente que o policiamento é apenas uma fase da atividade de polícia. A atuação do Estado, no exercício de seu poder de polícia, se desenvolve em quatro fases: a ordem de polícia, o consentimento de polícia, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia. E continua observando que o ‘policimento’ ostensivo corresponde



apenas à atividade de fiscalização; por este motivo, a expressão utilizada, polícia ostensiva, expande a atuação das polícias militares à integralidade das fases do exercício do poder de polícia. (MOREIRA NETO, 1991, p. 146)

A identidade organizacional da Brigada Militar revela que, em intenção de ações, busca-se a parceria com a comunidade e o reconhecimento como uma polícia moderna, profissional, efetiva e cidadã.

As polícias militares possuem suas ações principais constitucionalmente previstas no artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A atividade policial desempenhada pela Brigada Militar tem o fator humano como sustentáculo nas relações com as comunidades, afinal lidam diretamente com pessoas das mais variadas classes sociais, culturais, de diversidades múltiplas e características distintas, e por isso constam nos currículos de formação e aperfeiçoamento dos militares diferentes disciplinas que abordam tal temática. Agir em proteção ao Estado de Direito é dever base da polícia militar, preservar a ordem pública é promover o livre exercício de direitos, cumprimento de deveres e o normal funcionamento das Instituições (LAZZARINI, 2001).

Logo, consoante se extrai da lição de Lazzarini, a polícia, em especial a polícia militar é a principal garantidora dos direitos individuais e coletivos.

O que se vislumbra atualmente na Brigada Militar é o desenvolvimento de ações preventivas primárias e secundárias as quais, em alguns casos, se revestem de cunho humanitário por se tratar de medidas e garantias sociais, lastreadas pelo respeito e gozo dos direitos individuais e coletivos, bem como na valoração intangível à dignidade, mesmo nos locais onde os demais órgãos governamentais não atuam².

² Prevenção Criminal Primária: Fase da prevenção criminal, orientada às causas, às raízes do conflito criminal, para neutralizá-lo antes que o problema se manifeste, criando os pressupostos necessários para resolver as situações de vulnerabilidade, criminogênicas, em que a educação, a socialização, a moradia, o trabalho, o bem-estar social, a qualidade de vida, são os aspectos essenciais, correspondendo, tais exigências, a estratégias de política cultural, econômica e social, cujo objetivo último é o de dotar os cidadãos de capacidade para superar, de forma produtiva, eventuais conflitos.

Prevenção Criminal Secundária: Fase da prevenção criminal que se funda em políticas de ordem legislativa, em programas de prevenção policial, ordenação e ocupação do espaço urbano, etc., e atua não quando e onde o conflito criminal é gerado, mas quando e onde ele se exterioriza.

Prevenção Criminal Terciária: Fase da prevenção criminal que consiste na adoção de políticas públicas e ações comunitárias tendo por foco o apenado, a quem devem ser dirigidas ações que visem a evitar a reincidência criminal. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 05).



A polícia comunitária pode ser considerada como uma dessas ações preventivas. Desenvolvido em países de primeiro mundo, o policiamento comunitário é um meio de garantir cooperação entre a polícia militar e comunidade local. Sua função vai muito além de combater a criminalidade e sustentar a segurança local. A partir daí encontra-se o cerne da resolução dos problemas relativos à segurança, qual seja, a gestão compartilhada através da relação de confiança estabelecida.

No Estado democrático de direito em que se vive, o diálogo entre os entes envolvidos em determinada comunidade e a construção em conjunto de estratégias para vencer os obstáculos é caminho eficiente para a resolução dos problemas.

Para se falar do policiamento comunitário no Brasil, indispensável trazer à baila o texto de nossa Carta Magna:

Conforme o Art. 144 da CF: A segurança pública, dever do Estado, **direito e responsabilidade de todos**, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos (...) (BRASIL, 1988, p. 90).

É do próprio texto constitucional que se extrai a importância da atividade policial que ao mesmo tempo em que possui a legitimidade do uso da força para a garantia da ordem pública, tem o dever de respeitar os direitos individuais dos cidadãos e garantir o exercício regular do direito de todos. Além disso, deve ser protagonista do processo de conscientização da responsabilidade de todos os cidadãos pela segurança pública.

A Brigada Militar tem a origem institucionalizada da metodologia do policiamento comunitário na Diretriz Geral da Brigada Militar nº 033/BM/EMBM/2015, a qual teve fundamento a partir da assinatura do convênio de cooperação técnica com a *Japan International Cooperation Agency* (JICA/JAPÃO) e a Agência Nacional de Polícia do Japão (ANP/JAPÃO).³ Além disso, há Diretriz Geral da Brigada Militar nº 027/BM/EMBM/2013 – Polícia Ostensiva, que aponta o caminho no sentido de que a polícia é estruturada para ser comunitária.

³ Processo nº 08020.000321/2016-53. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica. Partícipes: a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA e o ESTADO DA BAHIA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA e da POLÍCIA MILITAR. Objeto: estabelecer regime de cooperação mútua entre os partícipes, visando a realização das ações previstas no Acordo de Cooperação Técnica Internacional, estabelecido entre o Governo do Brasil e o Governo do Japão, para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil, com vigência de janeiro de 2015 até janeiro de 2018, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), **Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS)**, Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), Japan International Cooperation Agency (JICA/JAPÃO) e a Agência Nacional de Polícia do Japão (ANP/JAPÃO). Vigência: da data de publicação do Extrato no Diário Oficial da União até 31 de janeiro de 2018; [...] (grifo nosso)



A colaboração entre Estado (polícia) e comunidade é cogente para que a promoção da prevenção primária e a filosofia de Polícia Comunitária sejam implementadas e fortalecidas, visando a preservação da ordem pública. Tal fator também proporciona uma mudança de comportamento individual e coletivo do morador que acabará por refletir na sensação de segurança e convívio social.

É essa mudança de comportamento fundada na colaboração que vai fazer nascer o Programa Vizinho Solidário, o qual de forma técnica e objetiva traduz o compromisso em “cuidar o que é do outro”.

O Programa tem sua origem nos Estados Unidos, como uma resposta a um crime abrupto ocorrido em uma cidade de Nova York, em um bairro estritamente residencial e presenciado por, pelo menos 38 pessoas, sem que nenhuma interviesse, fato este que chocou a todos. Por volta das 3h da madrugada, do dia 13 de março de 1964, Catherine Susan Genovese, de 28 anos, deslocava para sua casa quando foi abordada por um homem que a espancou, estuprou e esfaqueou. Depois da fuga do criminoso, a gerente do bar, Catherine agonizou e pediu por socorro durante 33 minutos até que a polícia fosse chamada e, então foi socorrida, mas acabou falecendo a caminho do hospital.

O que é interessante sobre esse evento é que nada menos do que 38 pessoas vieram às suas janelas às 3h da manhã em resposta aos gritos de terror, e permaneceram em suas janelas por incríveis 30 minutos, que foi o tempo necessário para que o assaltante completasse seu ato terrível, o que ele fez em três ataques seguidos. (RASENBERGER, 2006, p. 2)

Nascia assim o *NEIGHBORHOOD WATCH*, a partir da mobilização da comunidade local que, indignada com o fato de nenhum morador que assistiu à cena do crime ter prestado auxílio ou agido para impedir o fato ou ainda promover a prisão do assassino buscou formar grupos para cuidar seus bairros e informar, de forma imediata, à polícia local qualquer alteração evidenciada. Hoje, o programa é visto como principal ferramenta de prevenção de crime e mobilização da comunidade, havendo, inclusive aplicativo específico para participação da comunidade, com cadastro e política de privacidade⁴.

A partir dessa inspiração internacional, o programa surge no Brasil sob diferentes denominações: Vizinhança Solidária, Vizinho Solidário, Vigilância Solidária, Rede de Vizinhos.

A partir dessas experiências, e, especialmente em três modelos nacionais já renomados, é dizer, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, pode-se definir que o programa Vizinho Solidário tem por objetivo incentivar os moradores a colaborar com a segurança do bairro, prestando

⁴ Neighbourhood Watch. Disponível em: <encurtador.com.br/DHUZ1>. Acesso em: 11 out. 2019.



atenção especial às residências de seus vizinhos e arredores de sua casa acionando prontamente a polícia pelo nº 190, ou pelo grupo do aplicativo *WhatsApp*.

Trata-se de uma parceria consolidada entre a polícia e a comunidade e, como o foco é a prevenção, por este canal de comunicação com a rede de vizinhos, os policiais também transmitem dicas de segurança e fomentam um grande mutirão em prol da segurança pública.

O Vizinho Solidário é a consolidação do policiamento comunitário, isto porque o cidadão sente-se responsável pela segurança do ambiente em que vive e, além de participar das reuniões comunitárias para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança tem uma rede de informações imediata capaz de reduzir os indicadores criminais e materializa sua integração ao Programa através de uma placa em acrílico que fixa em sua residência ou estabelecimento comercial.

A proposição de implantação do programa Vizinho Solidário pela Brigada Militar estará alinhada ao planejamento estratégico da instituição e introduzirá mais uma ferramenta eficiente em nosso Estado para prevenir a criminalidade.

No Estado de São Paulo, no ano de 2013, a Polícia Militar publicou a Diretriz N. PM3-002/02/13 (SÃO PAULO, 2013), que versa sobre o “programa vizinhança solidária”, a ser implementado em todo o Estado, trazendo subsídios para sua aplicabilidade e objetivos que buscava a Instituição por meio de sua implementação. São Paulo também detém uma Lei Estadual 16.771 de 2018 que “institui o programa vizinhança solidária”, consolidando definitivamente o programa como uma diretriz base do policiamento ostensivo.

Para a aplicação do programa no Rio Grande do Sul, o modelo utilizado pelo Estado de Santa Catarina e normatizado através do Procedimento Operacional Padrão nº 113 – Implantação da Rede de Vizinhos PMSC, de 10/08/2016⁵ mostra-se o mais adequado.

A priori, para a implantação do Programa Vizinho Solidário entende-se necessário que já haja o exercício do policiamento comunitário na localidade, onde o Programa será mais uma ferramenta visando à cooperação entre a comunidade e a polícia. De igual sorte, imprescindível a regulamentação institucional do programa e a assunção de ser uma ferramenta priorizada pela Corporação.

Além disso, não se pode esquecer que a implantação do Programa depende de recursos financeiros que devem ser captados junto à comunidade.

⁵ SANTA CATARINA. **Rede de vizinhos**. Disponível em: <encurtador.com.br/xzGJ7>. Acesso em: 22 out 2019.



O primeiro passo concreto para a perfectibilização do programa Vizinho Solidário está na divulgação na mídia local sobre seu conceito e características buscando, sobretudo, dar publicidade ao projeto e sensibilizar a comunidade de sua importância. Mister que seja enviada uma carta-convite a todos os integrantes da localidade, se apresentando, explicando o motivo do encontro, com hora e local, e deixando os dados da Companhia Operacional para contato.

Dos policiais que atuam no núcleo comunitário em questão, ou mesmo dos que estão no serviço ordinário na área, sempre deverá haver um capacitado e disponível para deliberar com os interessados quanto à concretização da parceria com a rede.

Os líderes comunitários terão papel muito importante no processo, uma vez que serão os captadores de novos integrantes à rede de contatos e darão credibilidade à nova ferramenta ora gestada.

Após ampla divulgação do Programa junto à comunidade do local onde será implantada a rede, o caminho é a realização de uma reunião com a comunidade em geral para apresentação formal do Programa, de seus objetivos gerais e específicos, além de dirimir as dúvidas que por ventura houver.

Nesse encontro é importante a presença do comandante da unidade e das lideranças comunitárias e municipais a fim de que a rede tenha o respaldo público almejado pela sociedade e possa ter eficiência nos propósitos idealizados.

Na reunião específica para a fundação do programa Vizinho Solidário, deve o policial apresentar o cenário do bairro, pontuando os benefícios que o Programa pode trazer àquela localidade, esclarecendo o objeto, os objetivos, a metodologia, as dificuldades, os riscos e a responsabilidade dos participantes da rede. É cogente que deixe claro que o grupo de *WhatsApp* não deve jamais substituir o chamado telefônico via 190 para as hipóteses de emergência.

É válido destacar que, uma vez chancelada a sua participação no programa Vizinho Solidário, o cidadão deve fixar em local de visibilidade a placa acrílica indicativa de que o mesmo integra o Programa. Destaca-se que a aquisição da identificação visual da rede é de iniciativa da própria comunidade, ficando vedada a divulgação de outras marcas ou empresas. Tal placa deve obedecer obrigatoriamente ao modelo institucional apresentado pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, através da regulamentação específica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi instigar a reflexão sobre a função social desempenhada pela Brigada Militar através de ações com viés humanitário desenvolvidas em âmbito policial militar no Rio Grande do Sul, afirmando que a execução destas medidas possui impacto positivo no desenvolvimento social



do povo gaúcho.

Inegável que o ciclo evolutivo da integração das forças policiais com a sociedade pode, sempre, ser aperfeiçoado e que, mesmo com a resistência existente a esse novo modelo, é ele o caminho para o cumprimento dos preceitos constitucionais, tendo uma polícia cada vez mais técnica e os cidadãos cada vez mais engajados nas políticas públicas de segurança.

Restou inequívoco que o desenvolvimento do Programa Vizinho Solidário é medida absolutamente compatível com a filosofia de polícia comunitária almejada pela Corporação já em voga desde 2015 e consolidada como meta em seu planejamento estratégico até 2023, fazendo com que o objetivo do estudo fosse completamente atingido e sua hipótese chancelada.

Essa política de “vizinho cuida de vizinho” estreita laços e concretiza o preceito constitucional de que a segurança pública é dever do Estado, mas responsabilidade de todo cidadão, fortalecendo a idéia do Estado Democrático de Direito e do princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que as soluções são discutidas e construídas em conjunto buscando a perfectibilização do mínimo existencial.

Por fim, com a inovação da criação do Programa Vizinho Solidário, há a perspectiva concreta da redução dos indicadores criminais em todo o território do Estado bem como a aproximação do cidadão junto à Brigada Militar, sendo a melhor opção no atual momento, aonde a filosofia de polícia comunitária é meta institucional para combate a criminalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <encurtador.com.br/bHIVY>. Acesso em: 19 jul. 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Segurança Pública**. Brigada Militar. Estado-Maior. Diretriz Geral da Brigada Militar 027/2013.

_____. **Secretaria de Segurança Pública**. Brigada Militar. Estado-Maior. Diretriz Geral de Polícia Comunitária 033/2015.

_____. **Secretaria de Segurança Pública**. Brigada Militar. Estado-Maior. **Portaria n. 758**. Mapa Estratégico da Brigada Militar (2019-2023). Publicada no DOE, 13 nov. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KANT, Emmanuel. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. Tradução de Victor Delbos. Paris. Librairie Philosophique J. Vrin. 1992.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**: introdução à problemática científica do direito. Tradução de J. Cretella Júnior e Agnes Cretella. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.



LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZZARINI, Alvaro. Poder de Polícia e Direitos Humanos. **Revista Força Policial**. Polícia Militar de São Paulo. São Paulo, 2001.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCH, Flávia. **Programa Vizinhança Solidária: polícia comunitária e mobilização social no estado de São Paulo** / Flavia March... [et AL]; organização Temistocles Telmo Ferreira Araújo, Luiz Humberto Caparroz. – São Paulo: Biografia, 2019.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A segurança pública na Constituição. Brasília. **Revista de Informação Legislativa**, n. 109, Senado Federal, 1991.

MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. **Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, vol.9: 197-213, maio 1997.

Neighbourhood Watch. Disponível em: <encurtador.com.br/DHUZ1>. Acesso em: 11 out. 2019.

OLIVEIRA, Antonio Santos. O policiamento e a democracia. **O&S**. v. 12. n. 33. Abril/Junho, 2005.

RALWS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2016.

RASENBERGER, Jim. Pesadelo na rua Austin. **Revista American Heritage**. out. 2006.

SANTA CATARINA. Polícia Militar. **Procedimento operacional padrão nº 113**: implantação da rede de vizinhos PMSC, de 10 ago. 2016.

_____. **POLÍCIA MILITAR. Diretriz** n. PM3-002 de fevereiro de 2013.

SILVA, José Afonso da. **O Estado democrático de Direito**. Disponível em: <encurtador.com.br/dhLZ6>. Acesso em: 13 nov. 2019.



A PSICOLOGIA APLICADA À FUNÇÃO POLICIAL-MILITAR: REFLEXÕES EM TORNO DA IMPORTÂNCIA DE SUA INCLUSÃO NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO

Viviane Merkel Soriano¹
Isabel Cristina dos Santos Martins²

Resumo: A psicologia é ciência que estuda a mente e o comportamento do ser humano e, como uma disciplina científica distinta, apresenta diferentes ramos de pesquisas. Portanto, não se limita à análise do indivíduo tão somente, mas também age como um facilitador de aprendizagens para o ser humano. Ao estudar os fenômenos da mente humana, a Psicologia descreve e analisa as percepções, emoções, sentimentos, pensamentos e comportamentos, auxiliando, instigando e aperfeiçoando a capacidade de reflexão. Atua também no desenvolvimento das habilidades pessoais e sociais, podendo auxiliar na qualificação profissional, quando aplicada ao ensino e aprendizagem. A profissão Policial-Militar é exercida em situações complexas e dentre as habilidades exigidas, o domínio das emoções é essencial ao agente de segurança pública. Por meio deste estudo exploratório, de abordagem qualitativa e método dedutivo, fez-se uso de pesquisa bibliográfica, documental e legal para estabelecer relações e promover reflexões quanto à importância do desenvolvimento de uma disciplina e a inclusão, nos cursos, de conteúdos da psicologia “Aplicada à Função Policial-Militar”, que permita a formação intelectual, operacional e técnica, respeitando os níveis de responsabilidade afetas à função exercida pelo profissional e, principalmente, à sua saúde psíquica. Trata-se de um investimento institucional que proporcionará bem-estar ao policial, à sua família e à sociedade em geral, a quem presta, cotidianamente, seus serviços.

Palavras-chave: Psicologia Sistêmica. Policial-Militar. Educação. Saúde Mental.

Psychology applied to function of Military Police reflections around the importance of its inclusion in the Training Curriculum

Abstract: Psychology is a science that studies the mind and behavior of human beings and, as a distinct scientific discipline, presents different branches of research. Therefore, it is not limited to the analysis of the individual only, but also acts as a learning facilitator for the human being. By studying the phenomena of the human mind, Psychology describes and analyzes perceptions, emotions, feelings, thoughts and behaviors, helping, instigating and improving the capacity for reflection. It also acts in the development of personal and social skills, and can assist in professional qualification, when applied to teaching and learning. The police-military profession is exercised in complex situations and among the required skills, the control of emotions is essential for the public security agent. Through this exploratory study, with a qualitative approach and deductive method, bibliographic, documentary and legal research was used to establish relationships and promote reflections on the importance of developing a discipline and the inclusion, in courses, of psychology

¹ Psicóloga Clínica e Terapeuta Sistêmica. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Brigada Militar (IPBM), Porto Alegre-RS, Brasil.



² Doutoranda em Educação. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Brigada Militar (IPBM), Porto Alegre-RS, Brasil.

content " Applied to the Police-Military Function", which allows for intellectual, operational and technical training, respecting the levels of responsibility related to the function performed by the professional and, mainly, to their mental health. It is an institutional investment that will provide well-being to the police, their family and society in general, to whom they provide their services on a daily basis.

Keywords: Systemic Psychology. Military Police. Education. Mental Health.

INTRODUÇÃO

Em virtude das particularidades, gêneses individuais, fatores biopsicológicos (biológicos, fisiológicos e psíquicos), padrões de comportamento e pensamento, crenças passadas transgeracionalmente por meio da transmissão psíquica herdada dos pais ou familiares o ser humano necessita de ser compreendido de forma sistêmica, interdisciplinar e multifatorial, pois o conhecimento da alma humana, mesmo com todos os avanços das ciências ainda permanece como um grande mistério a ser compreendido.

A Psicologia é a ciência que estuda a mente e o comportamento do ser humano, e como disciplina científica distinta, apresenta diferentes ramos de pesquisas. Do ponto de vista da abordagem sistêmica, ela não se limita à análise do indivíduo, mas também busca agir como uma facilitadora da aprendizagem do ser humano. Assim, ao estudar a mente humana, ela também descreve e analisa os seus padrões de percepções, emoções, sentimentos, pensamentos e comportamentos. Auxiliando, instigando e aperfeiçoando a capacidade de reflexão, em todos os contextos em que o ser humano interage, pessoal, familiar e profissionalmente. A palavra Psicologia é derivada do grego. Traduzindo para o português o termo *psykhè* é sinônimo de alma ou mente; e o termo *logos* é traduzido como razão ou estudo. A composição dos termos *psykhè* + *logos* (Psico + logia) foi criado e usado pela primeira vez pelo filósofo Philipp Melanchthon, em 1550, e seu sentido era o estudo da mente (COSTA, 2012, p. 15).

No contexto atual, a Psicologia é considerada uma disciplina científica distinta, consistindo em diversos ramos de pesquisa importantes, como por exemplo, a Psicologia Cognitiva, a Psicologia Social, a Psicologia Analítica e a Psicologia Militar (APA, pgs, 756, 762, 755, 761, 2010). A profissão Policial-Militar é exercida em situações complexas e dentre as habilidades exigidas, o domínio das emoções é essencial ao agente de segurança pública. Assim, com vistas à importância da educação continuada na formação profissional militar, considerando a complexidade da existência humana, se faz necessário se ter uma percepção holística, dos processos biopsicossociais, dos fatores genético-bioquímicos, dos processos de desenvolvimento cognitivo/socioemocionais, dos aspectos culturais,



socioeconômicos e históricos que constituem o desenvolvimento humano, pois, segundo Watzlawick, Beavin e Jackson:

O ser humano é um ser complexo, biopsicossocial, pois traz consigo um universo de informações, uma pequena parte de um todo. Segundo o modelo sistêmico, “Todas as partes de um organismo formam um circuito, portanto, toda parte é começo e fim” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2015, p. 41).

Através da adoção dessa premissa, guia-se o embasamento teórico do estudo aqui apresentado, melhor dizendo, adotando um viés sistêmico de forma a ampliar o campo da compreensão do ser humano e de sua interação sobre os sistemas e subsistemas. Buscando atender através da perspectiva das Psicologia Cognitiva, Social e Analítica, os objetivos e propósitos desta pesquisa exploratória, cuja abordagem qualitativa e método dedutivo, faz uso de pesquisa bibliográfica, documental e legal para compreender a importância e a necessidade do estudo da Psicologia nos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento do Policial-Militar.

O ingresso na complexa carreira militar exige rápida adaptação do indivíduo tanto física, quanto comportamental e interrelacional, bem como uma adaptação psíquica. Em um curto espaço de tempo suas características próprias e individuais irão moldar-se ao coletivo. No sentido de melhor adaptá-lo para o desempenho das suas funções nas mais diversas demandas cotidianas, que envolvem a prática da institucionalização do sujeito exige-se desse profissional militar um processo de constante atualização e/ou crescimento intelectual, mas sobre tudo, de autodomínio das suas emoções, para agir com segurança e bem-estar na tomada de decisões, e nesse sentido o conhecimento da Psicologia é um elo necessário para favorecer esse crescimento e adaptação tão necessária ao profissional da segurança pública.

A Psicologia também pode atuar no desenvolvimento das habilidades pessoais e sociais do indivíduo, podendo auxiliar na qualificação profissional, quando aplicada ao ensino e aprendizagem. No contexto da formação profissional do Policial-Militar, em especial, nos cursos de aperfeiçoamento Policial-Militar se faz necessário a adoção de uma modelagem de aprendizagem específica, voltada aos interesses e necessidades desse público, por esse motivo exige-se, que além da teoria, se adote métodos e técnicas apropriadas, portanto deve-se buscar implementar uma aprendizagem que contemple essas possibilidades, como o processo da aprendizagem independente.

A aprendizagem independente é um processo, pelo qual, o indivíduo passa a ter o domínio do que adquire e produz, desenvolvendo consciência dos sentidos de responsabilidade e implicação no seu processo de aprendizagem. A aprendizagem independente, ainda pode ser entendida, como um participar contínuo, no desenvolvimento de habilidades, técnicas, conciliando teoria e sua aplicação na



prática (KNOWLES et al., 2009, p.51). É nesse contexto, que se passa a abordar, temas importantes relacionados à aprendizagem, sua relação com a psicologia e a função policial- militar.

Na aprendizagem independente, é que se insere a Teoria da Andragogia, cujo precursor foi Malcolm Shepherd Knowles, considerado o Pai da Andragogia. Ela é voltada para educação de adultos, ou seja, centrada no aprendizado do adulto. Assim como, a Pedagogia é voltada ao aprendizado da criança. A Andragogia possui especificidades próprias, sendo necessária a participação ativa do adulto na própria aprendizagem (KNOWLES et al., 2009, p.51). A Andragogia auxilia na construção de uma aprendizagem mais realista, proporciona maior interação entre professor e aluno de maneira mais democrática, com menos conotação impositiva, centrada nas necessidades e dificuldades do aluno, possibilitando novos vieses, como por exemplo, a possibilidade do professor ser avaliado pelo aluno. Conforme Knowles et al. (2009) os elementos da Andragogia devem estar associados aos diferentes momentos da aprendizagem, como a seguir se expõe:

- a) no preparo dos aprendizes: fornecer informações sobre os programas ajudando a construir expectativas realistas da aprendizagem;
- b) no clima interacional: o clima interacional deve inspirar confiança, respeito, colaboração e troca de experiência;
- c) no plano de julgamento: o adulto como responsável do planejamento do seu aprendizado;
- d) no diagnóstico das necessidades: o aprendizado é uma troca entre instrutor e participante;
- e) nas definições de objetivos: os objetivos são definidos de forma democrática, não impositiva;
- f) nos desenhos dos planos de aprendizagem: formação dos conteúdos com base nas necessidades;
- g) atividade de aprendizagem: as atividades devem cercar bases técnicas e experimentais dos Princípios da Andragogia;



- h) na avaliação: avaliar e reavaliar, elaborando diagnósticos de necessidades.

A Inteligência Emocional

Segundo Daniel Goleman (2012) a Inteligência Emocional é uma habilidade pessoal e social que está relacionada ao fato de uma pessoa saber identificar os próprios sentimentos, mas também dos outros. Ela possui cinco pilares, que são (GOLEMAN, 2012, p. 25):

- a) Autoconsciência: obtenção de insight das próprias atitudes através das habilidades de reconhecer as próprias emoções e sentimentos. Quem sou? Porque agi de tal maneira? Ao se conhecer melhor através de uma autorreflexão a pessoa passa a ser mais compreensiva com o próximo. Reconhece, verdadeiramente, os seus sentimentos e a razão de seus comportamentos; auxilia a lidar com o estresse, pois a pessoa se questiona o porquê de certas atitudes;
- b) Autodomínio (ou autocontrole): habilidade em que a pessoa passa a gerenciar as próprias emoções, bem como, centrar-se em metas de forma equilibrada e adaptar-se melhor a novos eventos. , ter iniciativas baseadas na autogestão emocional, bem como conseguir mudar crenças e pensamentos no intuito de transformar sentimentos conflituosos em emoções positivas, pois entende-se que pensar é diferente de sentir. Ao perguntar a alguém: Quem é você? Ela normalmente responde: Eu sou Policial-Militar; ou, Eu sou a mãe do fulano. Nessas respostas percebe-se que o “ser” não são as suas qualidades, mas sim, seus objetivos, sentimentos, logo, existe uma real dificuldade em divisar qualidades da sua essência como “ser”;
- c) Motivação: motivo é ímpeto, é o que dá propósito ou direção ao comportamento do homem. A motivação opera de forma consciente e inconsciente. A palavra “motivação” partilha sua raiz com “emoção”: ambas vêm do latim *motere*, mover. Nossas motivações nos dão as diretrizes e nos impulsiona a alcançá-los, portanto qualquer coisa motivadora nos faz sentir bem;
- d) Empatia: compreender uma pessoa a partir do quadro de referência dela e não do próprio, de modo a experimentar de modo vicário os sentimentos, percepções e pensamentos (APA, 2010, p. 335). Ainda, a empatia possui três ingredientes principais: a atenção, a sincronia e sentimento positivo;



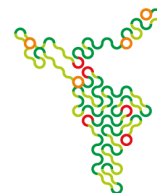
- e) Habilidades sociais: é um conjunto de comportamentos que o homem experimenta quando interage com outras pessoas de maneira satisfatória. Essa capacidade é desenvolvida ao longo de suas experiências, e auxiliam a pessoa a se tornar mais assertiva, tanto na sua forma de se expressar em relação aos seus desejos, sentimentos, opiniões, de maneira a ser compreendido e aceito no convívio social, familiar e profissional.

Perspectivas à luz da Psicologia Social

Segundo Rodrigues (1981) a Psicologia Social é um conjunto de estudos sobre as interações humanas e seus comportamentos. Atualmente, os estudos da Psicologia Social caracterizam-se como estudos científicos sobre os comportamentos dos seres humanos em relação a si próprios, suas experiências, e principalmente em relação às questões da mente humana quando em sofrimento, e exposta às influências de fatores externos do ambiente e das relações pessoais e de grupos. (OLIVEIRA, 2010, p. 18-19).

A importância do desenvolvimento de uma disciplina e a inclusão, nos cursos, de conteúdos da psicologia “Aplicada à Função Policial-Militar”, está demonstrada na própria função Policial- Militar que compreende essencialmente o contato social, realizando interações pessoais consciente do impacto que um indivíduo tem sobre outro; do impacto que um grupo exerce sobre outro e do impacto que os integrantes exercem dentro dos grupos aos quais pertencem.

Os valores se expressam nas atitudes, existem diferentes métodos e técnicas para conhecer e explicar as atitudes, abordados na Psicologia Social. Na aprendizagem de atitudes, estas podem se formar principalmente, de três formas diferentes: por identificação, por associação e por convicção. A formação e expressão dos valores (atitudes) são abordadas pormenorizadamente pela Psicologia em seu aspecto interpessoal ou grupal, em estudos de Dinâmica de Grupos e de Personalidade. O aprendizado de valores é muito importante na função Policial-Militar, pois ao serem aprendidos eficientemente, melhoram as estratégias de respostas, em situações habituais ou problemáticas (DÍAZ, 2011, p. 396).



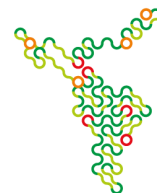
A Psicologia Social no contexto Policial-Militar

No convívio social, nas relações de trabalho, mais especificamente no contexto militar, em atuação junto à comunidade, no policiamento, é muito importante que os integrantes da Polícia-Militar tenham um sentimento de grupo e de pertencimento à Instituição, célula formadora da cidadania em defesa da sociedade.

A partir dessa tomada de consciência é possível verificar a relevância desses elementos na práxis diária do policial, que enfrenta cenários com dualidades pontuais e sociais, que exigem uma atuação diferenciada sob o ponto de vista operacional, é nesse ponto latente que se evoca a atenção à tomada de decisão. O objetivo de uma tomada de decisão está na resolução do problema, ou seja, ela consiste em uma decisão que modifica o estado atual para uma nova situação, o policial encontra frente a um dilema e necessita transpor esse obstáculo para atingir os objetivos almejados. Trata-se de encontrar a melhor maneira de contornar obstáculos e alcançar metas (GAZZANIGA, 2018, p. 264).

O conceito relativo à tomada de decisão, segundo Michael S. Gazzaniga, é um processo cognitivo, que resulta na seleção de uma opção entre várias alternativas. (GAZZANIGA, 2018, p. 264). Diferentemente de outras profissões, como a de um professor, que pode interromper o curso de uma aula para ouvir, analisar os conteúdos, e se preciso for corrigir o rumo de suas explicações, ou de reescrever os conteúdos, a decisão do Policial-Militar ocorre em curto espaço de tempo, sob situações de estresse, hiper vigilância, sujeitas a imprevisibilidades. Assim, toda ação precipitada ou equivocada, pode se tornar fatal no exercício da função. Por esse motivo torna-se importante, entender, do ponto de vista cognitivo, como funciona o processo entre o sentir, o pensar e o agir diante de um evento a ser tomada pelo policial.

No estudo do tema Tomada de Decisão, podemos dividi-la em Normativa, ou seja, uma decisão tomada a partir de decisões racionais; e, Descritiva. aquela baseada no senso comum. Assim, o Policial-Militar inúmeras vezes terá que decidir em frações de segundos, ou seja, tomar uma decisão que, se não for a mais adequada, poderá acarretar sérias e até graves consequências, para si e para outrem (GAZZANIGA, 2018, p. 264).



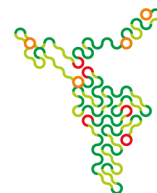
Na profissão Policial-Militar, os processos relacionados à tomada de decisão são fenômenos constantes, principalmente na área de operações (linha de frente). Diferentemente de outras profissões, como a de um professor, que pode interromper o curso de uma aula para ouvir, analisar os conteúdos, e se preciso for, reescrever os conteúdos, ou até mesmo, corrigir o rumo de suas explicações, o Policial-Militar no contexto da operacionalidade da profissão necessita de agilidade e discernimento para Tomada de Decisões (as mais assertivas possíveis) em situações de risco.

Portanto, urge que o Policial-Militar detenha o conhecimento, sobre o ponto de vista não só cognitivo, comportamental, como também, sobre o ponto de vista de suas emoções, seus pensamentos, suas interações com o meio, e ter o conhecimento do impacto que determinado grupo social tem sobre suas decisões. Apropriando-se dessa visão mais completa, e dos seus processos psíquicos, suas emoções reprimidas e seus impulsos contidos, o tornará um profissional mais completo. Todos esses aspectos são tratados pela Psicologia e suas teorias, como as já abordadas aqui neste estudo, que contribuíram para motivar este estudo, principalmente, por se tratar de um tema extremamente relevante para o contexto Policial-Militar.

Perspectivas à luz da Psicologia Analítica

A Psicologia Analítica foi apresentada ao mundo em meados de 1920, por Carl Gustav Jung, psiquiatra, psicólogo, professor, que partindo de uma concepção analítica, sobre a psique humana, a distinguiu em três níveis: a consciência, o ego e o inconsciente (pessoal e o coletivo) (NORDBY; HALL, 2018, p. 25.). Para o psicólogo humanista a consciência é a parte da mente conhecida diretamente pelo indivíduo; ego é o centro da consciência, não sendo a própria, porém um órgão com funções importantes como a de regular e controlar conteúdos psíquicos, entre o inconsciente pessoal e o coletivo (NORDBY; HALL, 2018, p.25). A mente (psique) na concepção analítica abrange os pensamentos, sentimentos e comportamentos; enquanto os tipos psicológicos compreendem os perfis característicos de pessoas extrovertidas ou introvertidas (NORDBY; HALL, 2018, p. 25).

As situações de dificuldades na relação professor-aluno são estudadas na Psicologia Analítica, através da Teoria dos Complexos, que trabalha com a conotação dos estímulos e impulsos das emoções que geralmente influem de maneira inconsciente nas relações (APA, 2010, p. 194). Jung (2016) após alguns estudos denominou conteúdos inconscientes, causadores de certas perturbações da consciência, como sendo “complexos”. Esses estímulos, os complexos, são geradores de sensações

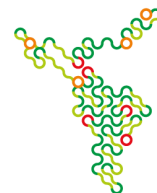


tais como: incapacidade, desconforto e dificuldades que são causadores de inúmeros problemas emocionais, geralmente acionados por gatilhos, ou seja, por situações que despertam algum reflexo contido sobre alguma experiência desagradável armazenada no inconsciente (STEIN, 2015, p. 44).

O inconsciente na concepção analítica é concebido como inconsciente pessoal e inconsciente coletivo, o primeiro refere-se aos materiais contidos, uma espécie de receptáculo que contém as experiências conscientes que passaram a ser reprimidas ou desconsideradas, por diversos fatores se tornaram experiências fracas demais para atingirem a consciência ou para nela permanecer, ficando assim, armazenadas no inconsciente. O inconsciente coletivo (camada mais profunda da psique) é um reservatório de imagens latentes, em geral denominadas “imagens primordiais”, iniciais e originárias (NORDBY; HALL, 2018, p. 28, 32). Esses modelos originais são denominados de arquétipos. São variáveis conforme a cultura, e para cada arquétipo existe um estereótipo (imagem pré-concebida) que às vezes não está de acordo com a realidade (JUNG, 2016, p. 18-19).

O Centauro, criatura mitológica grega metade homem metade cavalo é um arquétipo presente na Brigada Militar, e sua imagem primordial reflete a imagem de força, de guerreiro e coragem. Muitos candidatos à carreira de militar, ao ingressar na academia, são influenciados pelo arquétipo de herói. Os arquétipos influenciam as pessoas, através de imagens universais. Outro exemplo de arquétipos bastante comum é arquétipo de mãe, ligado a imagem de cuidado e amor; ou arquétipo de professor, ligado ao conhecimento, sabedoria, todos esses elementos de arquétipos possuem uma simbologia. Para Jung (2016) os símbolos, representam um objeto, uma palavra, ou uma imagem, que insiram um significado muito além do imaginário. Porém, possuem uma significância subliminar, que influencia as pessoas e passam a ser comum a todos. Assim como a farda, os distintivos ou medalhas, as insígnias, simbolizam estratégias operacionais, as quais representam um significado comum a todos.

Outro arquétipo presente na Brigada Militar é o arquétipo de *Persona*: pessoa que passamos a ser, em função dos resultados dos processos de aculturação, educação e adaptação aos nossos meios físico e social. O que Jung (2016) chama de *Persona*, importa muito à formação Policial- Militar, pois representa também o papel que uma pessoa irá desempenhar. Os vários cargos assumidos exigem diferentes papéis. A *Persona*, segundo Jung, está relacionado à pessoa tal como apresentada, e não tal como real. A *Persona* é um construto de cunho psicológico e social, comum em várias vertentes



teóricas, mas que está intimamente ligado aos papéis, em que a pessoa irá melhor desempenhar seu papel no convívio social (STEIN, 2015, p. 102).

No contexto militar, torna-se indispensável um estudo acerca desse fenômeno, uma vez que está relacionado a um perfil a ser delineado para o desempenho de uma função pública, ou seja, a persona irá espelhar uma corporação, uma instituição e inconscientemente toda a sua herança cultural.

Conteúdos da Psicologia que favorecem a sua aplicação à função Policial–Militar

Respeitando adequações de carga-horária e contexto de cada formação, foi possível identificar, no estudo, oito unidades de abordagem. As sete primeiras unidades da disciplina de Psicologia aplicada à função Policial-Militar, devem almejar o desenvolvimento da última unidade: a unidade oito que corresponde à formação psicológica do Policial-Militar. A seguir, apresenta-se a relação da sequência das unidades/disciplinas e seus respectivos conteúdos:

a) Unidade I - A Andragogia e a Teoria do Comportamento

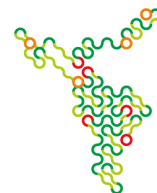
Conteúdo: Conceito e objetivos da Andragogia; Teoria da Aprendizagem e o papel da psicologia no ensino de adultos; Processos andragógicos para aprendizagem e a Andragogia no ensino Policial-Militar; A Teoria do Comportamento (o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento); Teoria, análise e características do comportamento operante e Conceito de punição.

b) Unidade II - A Psicologia Cognitiva

Conteúdo: Conceitos: cognição e psicologia cognitiva; Conceitos: sensação, percepção, emoção, pensamento, consciência, memória e raciocínio; Sistema Nervoso e a comunicação com o cérebro através dos neurônios; Sistema Nervoso Cerebral e suas divisões; Sistema Nervoso Periférico (SNP) e suas divisões.

c) Unidade III – A Psicologia Analítica

Conteúdo: Conceito de Psicologia Analítica; Arquétipos no contexto da Polícia-Militar; Símbolos no contexto da Polícia-Militar; A Persona no contexto da Polícia-Militar; A Máscara no contexto da Polícia-Militar; O Inconsciente Pessoal no contexto da Polícia-Militar; O Inconsciente Coletivo no contexto da Polícia-Militar.



d) Unidade IV – A Psicologia Social

Conteúdo: Definição de Psicologia Social; Objetivo da Psicologia Social; Temas principais da Psicologia Social; Psicologia Social Policial-Militar.

e) Unidade V – O processo de interação grupal

Conteúdo: Definição de Grupos; Grupos Operativos e a Teoria dos Vínculos de Pichon- Rivière; Instituições-Organizações e Grupos; Dinâmica de Grupo; Fenômeno do Processo Grupal.

f) Unidade VI – A Inteligência Emocional

Conteúdo: Conceito de Inteligência Emocional; Os cinco Pilares da Inteligência Emocional: Autoconsciência; Autodomínio; Motivação; Empatia; Habilidades Sociais.

g) Unidade VII – A Tomada de Decisão

Conteúdo: Julgamento e Tomada de Decisão; Definição de Tomada de Decisão; Teoria Normativa da Tomada de Decisão; Teoria da Descritiva da Tomada de Decisão; Resolução de Problemas; Cinco Tipos Heurísticos; Os seis objetivos principais da Tomada de Decisão; Os cinco tipos principais de Tomada de Decisão; A tomada de decisão no contexto Policial-Militar; A tomada de decisão em situação de risco no exercício da profissão Policial-Militar.

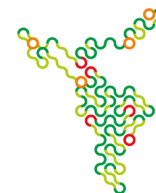
h) Unidade VIII – A formação psicológica do Policial-Militar

Conteúdo: A formação psicológica durante o curso; A formação psicológica no exercício da profissão Policial-Militar; O “Programa Anjos” e o atendimento biopsicossocial na Brigada Militar; A importância da saúde do Policial-Militar para a sociedade.

A composição da disciplina de Psicologia Aplicada a Função Policial Militar, sugere uma carga horária mínima de 50 h/ aulas, sendo que a avaliação ficará a critério da escola e do docente.

Considerações Finais

As ciências psicológicas de acordo com o que foi apresentado nesse estudo, têm relevância nos currículos dos Cursos de Formação Policiais-Militares, sendo matéria indispensável. Essa área



do saber humano contribui para a formação da personalidade e da saúde mental dos membros da Polícia-Militar e fica fortemente evidenciada no estudo. Portanto, a introdução do estudo da Psicologia nos currículos possibilitará ao Policial- Militar compreender seu eu interior, e o do colega e da coletividade em que ele irá interagir, contribuindo assim, para a prevenção da saúde de todos os membros.

O conhecimento da Psicologia evita a incidência de problemas de saúde mental em níveis irreversíveis como a ocorrência de suicídios, que nas últimas décadas vêm aumentando sua incidência no meio Policial-Militar. A inclusão da Psicologia como matéria obrigatória nos cursos de formação Policial-Militar, e necessária, pois além da relevância intelectual e acadêmica, como procurou-se aqui demonstrar, também se observa a questão do cuidado com a saúde pública e mental do Policial-Militar, sendo considerado para todos os fins um investimento institucional que proporcionará bem-estar ao policial, à sua família e à sociedade em geral, a quem o Policial-Militar presta, cotidianamente, seus serviços.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Dicionário de Psicologia**. São Paulo: Artmed, 2010.

COSTA, Samuel. **Psicologia Militar, sob tensão: estresse e emoção**. Rio de Janeiro: Ed. SilvaCosta, 2012.

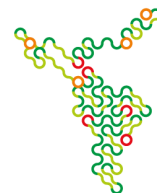
DÍAZ, Felix. **O processo de Aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011. 396 p. GAZZANIGA, Michael. **Ciência Psicológica**. São Paulo: Artmed, 2018.

GOLEMAN, Daniel. **O Cérebro e a Inteligência Emocional: Novas Perspectivas**. Porto Alegre: Editora Objetiva, 2012.

JUNG, C. G. (Org.). **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Harper Colins Brasil, 2016.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON, Elwood F.; SWANSON, Richard A. **Aprendizagem de Resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NORDBY, J. Vernon; HALL, S. Calvin. **Introdução à psicologia Junguiana**. 5 ed. São Paulo: Cultrix, 2018.

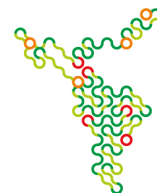


OLIVEIRA, Carmen Aristimunha de. **Psicologia Social**. Porto Alegre: Ulbra, 2010.

RODRIGUES, Aroldo. **Aplicações da psicologia social**. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

STEIN, Murray. **Jung**: O Mapa da Alma. Reimpressão. São Paulo: Ed. Cultrix, 2015.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet H.; JACKSON, Don D. **A Pragmática da Comunicação Humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2015.



ANÁLISE ACERCA DA GESTÃO DO PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS) NOS 20 ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Letícia Dall'Igna¹
Cilon Freitas da Silva²

Resumo: A presente pesquisa objetiva trazer uma abordagem sobre como se deu a gestão do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas) nos 20 anos de sua implementação no Rio Grande do Sul. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental narrando desde o surgimento do programa nos Estados Unidos em 1983 e sua vinda para o Brasil, na década seguinte. Ainda, foram entrevistados os responsáveis pela gestão do Proerd desde a chegada do programa na Brigada Militar, apontando os setores a que o programa foi vinculado e as principais vantagens e dificuldades de cada período. Observou-se uma evolução em termos de organização, administração interna e consolidação institucional do programa, que hoje é visto como uma política pública estadual de prevenção às drogas, graças ao esforço dos seus coordenadores.

Palavras-chave: Proerd; prevenção às drogas; gestão; coordenação estadual

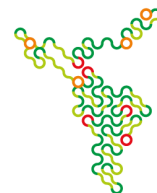
Analysis about the management of D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education) in 20 years implementation in Rio Grande do Sul State

Abstract: the present research aims to bring an approach on how the D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education) was managed in the 20 years of its implementation in Rio Grande do Sul. For this purpose, a bibliographic and documentary survey was carried out narrating from the beginning of the program in the United States in 1983 and his coming to Brazil in the following decade. Also, those responsible for the management of D.A.R.E were interviewed since the arrival of the program at Brigada Militar, pointing out the sectors to which the program was linked and the main advantages and difficulties of each period. There has been an evolution in terms of organization, internal coordination and institutional consolidation of the program, which today is seen as a state public policy on drug prevention, due to the efforts of its coordinators.

Keywords: D.A.R.E.; drug prevention; management; state coordination

¹ Major QOEM. Mestre em Ciências Militares de Polícia Militar pela Academia de Polícia Militar da Brigada Militar. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: leticiaigna@bm.rs.gov.br

² Tenente Coronel QOEM. Doutor em Ciências Policiais e da Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco/SP. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: cilon@bm.rs.gov.br



Introdução

O Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas) é oriundo do D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*), um programa norte-americano criado no início dos anos 80, numa parceria entre a polícia de Los Angeles, Califórnia, e o setor responsável pela educação naquela cidade, com objetivo de reduzir e prevenir o uso de drogas entre crianças e adolescentes.

Com uma metodologia que consiste em um policial fardado ministrando aulas nas escolas com o apoio de uma cartilha e permite a formação de outros policiais instrutores, rapidamente, o programa se expandiu pelos estados norte-americanos e por mais de 50 outros países. No Brasil, o Proerd chegou por intermédio da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1992, sendo trazido ao Rio Grande do Sul em 1998, através da participação de dois oficiais da Brigada Militar em um curso oferecido pela polícia militar do estado de São Paulo.

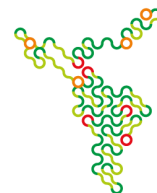
Desde então, passaram-se 20 anos e, durante este período, sempre houve uma ou mais pessoas responsáveis pela gestão do programa, vinculadas a diferentes setores, departamentos ou assessorias, e cuja função era coordenar pessoas, organizar cursos, contabilizar dados, gerenciar recursos materiais e humanos. Essa variação de setores, cargos e funções do coordenador técnico e estadual do programa instigou o seguinte problema de pesquisa: qual o setor mais adequado para vinculação da gestão técnica do Proerd?

A pesquisa tem como objetivo principal analisar, sob o ponto de vista dos responsáveis técnicos pela coordenação do Proerd no Estado do Rio Grande do Sul ao longo dos seus 20 anos, os principais aspectos relacionados à gestão do programa³, através de um estudo descritivo e exploratório⁴, contando com fontes de dados primárias e secundárias, pois se partiu de um estudo documental e bibliográfico tomando como referências artigos científicos publicados e trabalhos acadêmicos nacionais e internacionais⁵, e, após, foram realizadas entrevistas com os responsáveis

³ Já os objetivos específicos consistem em traçar um histórico do programa, entendendo a metodologia do Proerd e a evolução de seus currículos, levantar os resultados, ou seja o quantitativo anual de alunos atendidos, e também, identificar qual o formato que apresentaria melhores resultados, apontando aspectos nos quais ainda é possível aprimorar processos e atividades.

⁴ Cervo e Bervian (1996, p.49) afirmam que os estudos descritivos buscam observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Para Gil (1994, p. 46), as “pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc”.

⁵ Nesse sentido, esclarece Vergara (2011, p.43), que os dados podem ser classificados em primários quando obtidos na interação direta do pesquisador com os sujeitos, seja por meio de entrevistas, seja por meio de observações ou aplicações



pela gestão do Proerd no estado desde sua implementação. Os nomes dos entrevistados surgiram a partir de estudos nos documentos e dados fornecidos pela Coordenação Estadual do Proerd, bem como, numa entrevista preliminar com o coordenador atual, sendo selecionados 7 Oficiais.

Optou-se pela entrevista semiestruturada, com 07 questões abertas focando nos aspectos de gestão do Proerd e principais fatos ocorridos na época em que o entrevistado esteve à frente do programa. A análise do conteúdo foi feita no formato qualitativo⁶, direcionada aos oficiais que exerceram, de alguma forma, a gestão do Proerd, desde sua chegada ao estado, destacando aspectos relacionados às questões favoráveis e principais dificuldades encontradas por cada gestor, abordando os recursos humanos e financeiros disponíveis e também as principais conquistas e avanços ocorridos em cada época.

Fundamentação Teórica

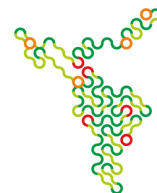
Os Estados Unidos, assim como muitos outros países no início dos anos 80, vinham sofrendo com violência e criminalidade decorrentes da disseminação de drogas ilícitas, as quais eram combatidas quase que exclusivamente com ações policiais repressivas. Frente a esta situação, foi criado em Los Angeles, no ano de 1983, numa parceria entre a polícia local (*Los Angeles Police Departament - LAPD*) e o Distrito Escolar de Los Angeles, um projeto chamado *D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education)*, voltado à prevenção das drogas na comunidade escolar (SINGH, 2011, p.93).

O primeiro currículo, desenvolvido pela Dra. Ruth Rich, administradora de Educação em Saúde, contava com 17 lições, que seriam ministradas pelos policiais fardados da LAPD nas escolas do 5º ano, com acompanhamento de uma cartilha, enfatizando informações e riscos do consumo drogas (LUCAS, 2008, p. 100). Considerando a grande demanda por programas de prevenção às drogas nas escolas, em 10 anos, o D.A.R.E. se expandiu em todos os Estados Unidos, chegando a atingir até 75% dos distritos escolares participantes. (SINGH, 2011, p.93) ⁷

de questionários, e secundários, os quais são obtidos a partir de acervos já existentes, como documentos, revistas, jornais etc.

⁶ Vergara (2011) relaciona as análises qualitativas como exploratórias, visto que se busca, dos entrevistados, pensamentos, percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão.

⁷ Nos anos seguintes, foi implementado em diversos outros países, incluindo Nova Zelândia, Bélgica, México, Canadá, Suécia, Brasil, Colômbia, Reino Unido chegando a ser considerado o programa de prevenção às drogas mais popular do mundo (EVANS; TSELONI, 2018, p.1).



O sucesso do programa ocasionou o surgimento de outros projetos na área da prevenção, atraindo a atenção não apenas da comunidade escolar, mas também de acadêmicos interessados em avaliar a sua efetividade, os quais concluíram, em sua maioria, pela ineficácia em reduzir o uso de drogas entre os jovens (CAPUTTI; MCLELLAN, 2017, p.49). Tais avaliações acabaram estabelecendo novos critérios para aquisição de fundos para financiar programas de prevenção às drogas, reduzindo as verbas para capacitação de novos instrutores D.A.R.E. e levando os administradores do programa a revisar o currículo original. (SINGH, 2011, p.95).

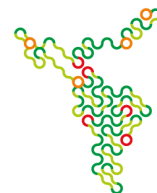
Após outra tentativa fracassada⁸, em 2007, a direção do D.A.R.E. estabeleceu parcerias para aliar-se a uma proposta de aprimoramento. Este processo levou à seleção do currículo (*Keeping It Real - KiR*)⁹, desenvolvido por cientistas de prevenção da Universidade Estadual da Pensilvânia e da Universidade do Estado do Arizona, com financiamento do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas (DARE, 2018).¹⁰ O novo programa inclui 10 lições que promovem normas antidrogas e ensinam resistência e outras habilidades sociais, utilizando uma narrativa cultural.

No Brasil, o programa D.A.R.E. chegou por intermédio da polícia militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), no ano de 1992, a partir de uma parceria com o Consulado Americano no Rio de Janeiro, que viabilizou a vinda ao Brasil de uma equipe de policiais de Los Angeles e San Diego, para capacitar 29 policiais militares (OLIVEIRA, 2014, p.02).¹¹ No ano seguinte, a PMERJ efetivou o

⁸ Após reuniões com órgãos governamentais e entidades especializadas, em fevereiro de 2001, uma equipe de pesquisa liderada pela Dra. Zili Sloboda do Instituto de Saúde e Política Social da Universidade de Akron e ex-Diretor da Divisão de Epidemiologia, Prevenção e Pesquisa de Serviços do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas (NIDA), foi contratada para criar um currículo de prevenção de última geração, sob a supervisão do Conselho Consultivo do D.A.R.E. (DARE, 2018). Surgiu, então, um novo currículo chamado “Take A Charge In Your Life”, o qual, também, não obteve sucesso no que se refere à diminuição no uso de álcool e drogas entre os jovens submetidos (CAPUTI e MCLELLAN, 2017, p.49), no entanto, restou comprovado que o policial seria a pessoa adequada para desenvolver esse tipo de projeto (DARE, 2018).

⁹ Concomitantemente à adoção do currículo KiR, houve mudança significativa na metodologia de ensino, as aulas passaram a ser interativas, com ênfase na facilitação, ao invés de um modelo de apresentação expositiva. Neste novo formato, ao invés de ouvir uma palestra, os alunos passam a maior parte do tempo trabalhando em pequenos grupos de aprendizagem cooperativa, guiados pelo policial instrutor, para desenvolver suas próprias maneiras de lidar positivamente com situações de risco em suas vidas (DARE, 2018)

¹⁰ Uma das criadoras do novo currículo, Michelle Miller-Day, afirmou que não se trata de um programa antidrogas, mas de um reforço de habilidades como honestidade, segurança e responsabilidade, o que leva, comprovadamente, a uma redução no consumo de drogas (NORDRUM, 2014, p.2). Assim, com foco na aprendizagem social e emocional, as crianças e adolescentes adquirem e efetivamente aplicam o conhecimento, as atitudes e habilidades necessárias para entender e controlar suas emoções, sentir e mostrar empatia, estabelecer e manter relações positivas, e tomar decisões responsáveis (DAY, 2017, p.67).



primeiro Centro de Treinamento no país certificado pelo DARE e iniciou a difusão do Proerd para as demais polícias militares (RIO DE JANEIRO, 2012, p.15).

Somente em 1998 a Brigada Militar enviou dois Oficiais para São Paulo, formando seus primeiros instrutores. (SILVA, 2012, .30). O então Cap Peres, que servia no 11º Batalhão de Polícia Militar em Porto Alegre, começou a aplicar o programa no Colégio Estadual Piratini.

Em nível nacional, no ano de 2001, o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG) institucionalizou o programa para todas as polícias militares do país.¹²

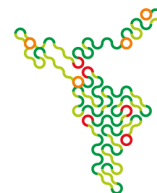
Com o apoio de policiais do Centro de Treinamento de Minas Gerais e da Polícia Militar do Paraná, em 2007, a Brigada Militar habilitou sua primeira equipe de capacitação Proerd, (SILVA, 2012, p.31) e, em 5 de junho de 2010, foi aprovada, na Assembleia Legislativa, a Lei Estadual nº 13.468, que instituiu o Proerd como política pública de prevenção às drogas em âmbito estadual e fixou a competência exclusiva da Brigada Militar para aplica-lo (DORNELLES, 2013, p.22).¹³

No ano de 2011, após a participação de uma comitiva gaúcha na 24ª Conferência Internacional do D.A.R.E., ocorrida em julho, na cidade de Nashville, Tennessee, EUA, o Comandante-Geral da Brigada Militar recebeu do Sr. Mike Kuhlman, diretor internacional do D.A.R.E., a certificação como Centro de Treinamento Oficial do D.A.R.E./Proerd, recebendo, a partir de então, a competência para formar instrutores dentro da metodologia (BRIGADA MILITAR, 2012).

Atualmente, o D.A.R.E. é o programa de prevenção de drogas mais abrangente do mundo, ensinado em milhares de escolas nos 50 estados e territórios dos Estados Unidos, assim como em mais de 50 outros países, atingindo mais de 1,5 milhão de estudantes anualmente, sendo o único currículo internacional de prevenção de drogas a ter status consultivo junto ao Comitê de Organizações Não-Governamentais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (DARE, 2018).

¹² Por intermédio de sua Câmara Técnica dos Programas de Prevenção às Drogas e à Violência, foi aprovado, por unanimidade dos membros reunidos em plenário, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 14 de setembro de 2004, o Regimento Interno da Câmara Técnica de Estratégias de Prevenção às Drogas e à Violência (SALINERO, 2017, p.47).

¹³ Com objetivo de ampliar ainda mais a qualificação dos policiais gaúchos sobre o assunto, foi desenvolvido do final de 2009 a 2010, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU), um curso de pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia Aplicada na Prevenção da Drogadição Infanto-juvenil (SILVA, 2012, p.31), o que resultou em mais de 30 pesquisas científicas relacionadas ao programa.



Análise e discussão dos resultados

Operacionalização e regulamentação do Proerd na Brigada Militar

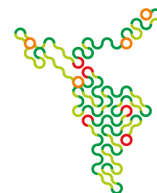
Atualmente, o Proerd tem sua regulamentação em âmbito interno pela Nota de Instrução (NI) de Ensino e Treinamento n. 05.1, publicada em 04 de abril de 2011, em substituição à antiga NI ET 05, de 23 de Dezembro de 2005. A referida norma estabelece objetivos, diretrizes e funcionamento do Proerd no estado, desde a realização dos seus cursos de capacitação, até a aplicação do programa nas escolas.

Segundo a NI, coadunando com as normas internacionais do D.A.R.E., os policiais militares, após devidamente capacitados, aplicam os currículos nas escolas, em turmas de pré-escola, 5º e 7º anos existentes nas áreas das suas unidades operacionais, com exclusividade ou também desenvolvendo outras atividades de policiamento ostensivo ou administrativas, subordinando-se funcionalmente ao comando imediato. Os dados referentes aos alunos e escolas são repassados pela 3ª seção (seção de operações e treinamento) de cada Comando Regional à Coordenação Estadual para fins de controle e estatística. O material didático utilizado pelos instrutores é distribuído pela Coordenação aos coordenadores regionais.

No que se refere à gestão, competem à Coordenação Estadual do Proerd, o planejamento, o controle, o ensino e o treinamento envolvendo o programa. A Câmara Técnica é o órgão de assessoramento do Comando da Brigada Militar para deliberações pertinentes ao Proerd, sendo gerenciada pelo Coordenador Estadual e composta pelos Coordenadores Regionais e pelo corpo de facilitadores e multiplicadores do programa.

Os Coordenadores Regionais são os Oficiais representantes de cada Comando Regional de Polícia Ostensiva, que fazem a gestão local, assessorando o Comandante e a Coordenação Estadual. Já o corpo de multiplicadores é composto pelos chamados mentores e facilitadores¹⁴. O Centro de Treinamento é o Órgão vinculado à Coordenação Estadual do PROERD responsável pela formação e habilitação de Policiais Militares para o programa, assim como pela fiscalização e pelo controle do padrão e da qualidade do desenvolvimento, o qual será regido por normas específicas da corporação, atendendo às especificações técnicas previstas pelo DARE/PROERD, as quais serão atualizadas pela Câmara Técnica Nacional.

¹⁴ Seguindo a metodologia D.A.R.E., mentores e facilitadores são instrutores com experiência, que após um novo curso de capacitação, podem compor a equipe de formação de novos instrutores.



Resultados e análise das entrevistas

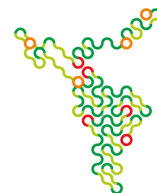
O Major da reserva remunerada Júlio Cesar Araújo Peres foi um dos oficiais participantes do curso de capacitação ocorrido em São Paulo, que deu origem ao Proerd no estado. O, então, Capitão Peres, servia no 11º Batalhão de Polícia Militar (11º BPM) à época, e foi o responsável pela formação das duas primeiras turmas no Colégio Estadual Piratini em agosto de 1998. Segundo o entrevistado, o Proerd manteve-se vinculado ao 11º BPM, que criou uma coordenação responsável pelo programa em sua 3ª seção em conjunto com as atividades de polícia comunitária, com cerca de 03 servidores, sendo o Batalhão responsável pela formação de instrutores de outros comandos, organizando mais de 10 cursos e iniciando, assim, a propagação estadual do programa. As cartilhas utilizadas pelos instrutores eram produzidas com recursos oriundos de patrocínio.

De 2000 a 2002, segundo o Maj Peres, houve a desmobilização da Coordenação do Proerd, diante da falta de apoio do governo e, conseqüentemente, do Comando da Brigada Militar daquela época, sendo que o programa somente persistiu em virtude do interesse da comunidade, que alcançava recursos para a confecção do material didático e da vontade e comprometimento dos seus instrutores em empreender esforços próprios para garantir a continuidade do Proerd.¹⁵

O Proerd, a partir de 2005, passou a ter novamente o apoio do Comando Geral, inclusive com a regulamentação interna através de Nota de Instrução, passando a sua coordenação para o Departamento de Ensino¹⁶ da Brigada Militar, inicialmente com o Maj Peres no Instituto de Pesquisa da Instituição, e, depois, passando para a seção Proerd, vinculada a DET (Divisão de Ensino e Treinamento), onde ficou até final do ano de 2010. Durante esse período houve grandes avanços em termos de organização e estruturação do programa. Segundo o Tenente da Reserva Remunerada João Carlos Medeiros Benz, que foi o pedagogo do Proerd de 2005 a 2010, foi firmada uma parceria com a iniciativa privada para o custeio do material didático e de divulgação. Também foi inaugurado um Centro de Treinamento do PROERD Estadual dentro do Departamento de Ensino, e foram aprovados

¹⁵ Neste período, o Maj Peres relata que foi transferido para a 3ª seção do Estado Maior (EMBM-PM3), que tem por fim assessorar o Comandante-Geral no que se refere a assuntos relacionados ao planejamento, operações, treinamento e doutrina institucional, a fim de coordenar o Proerd juntamente à subseção de Assuntos Comunitários, que acabou quase sendo extinta, e o Oficial sendo transferido para o 19 BPM. Ainda que não oficialmente, o Maj Peres exerceu a gestão do Proerd, levando sempre o programa para onde era transferido.

¹⁶ O Departamento de Ensino é um órgão de apoio, responsável por planejar e executar as atividades de ensino e pesquisa da Brigada Militar.



projetos de convênio, junto à Secretaria Nacional da Segurança Pública - SENASP, para aquisição de computadores, impressoras, bonecos institucionais, banners e folders para cada Coordenação Regional, bem como, um curso de pós-graduação em psicopedagogia aplicada em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Alto Uruguai¹⁷.

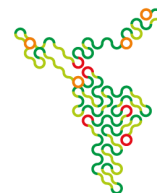
No mesmo período, de 2007 a 2010, a então Maj Sílvia Vissott Bitencourt esteve à frente da Coordenação Técnica do Proerd, sendo a função de Coordenador Estadual do Proerd destinada àquele Oficial que exercia o cargo de Diretor do Departamento de Ensino. Lembra a hoje Tenente Coronel da reserva remunerada Sílvia, que contava com uma equipe de 4 servidores diretos e pertencer a este Departamento facilitou o encaminhamento dos cursos de formação de instrutores, especialmente nos anos de 2007 e 2008, o que, conseqüentemente, aumentou consideravelmente o número de crianças e adolescentes atingidos pelo programa.¹⁸

Benz destaca, por fim, outra conquista importantíssima, que foi a aprovação da Lei nº 13.468, de 15 de junho de 2010, que aprovou o desenvolvimento do Proerd como política pública de prevenção às drogas e com exclusividade no estado pela Brigada Militar para aplicação do programa em todo o estado pela Brigada Militar.

No início de 2011, no intuito de fortalecer todas as ações e projetos sociais desenvolvidos pela Brigada Militar, o Comandante-Geral criou a Assessoria de Direitos Humanos (ADH) ligada Gabinete do Comando-Geral e chefiada pelo Ten Cel Paulo César Franquilin Pereira até sua extinção, no início de 2013. O Oficial também exerceu a função de Coordenador Estadual do Proerd nesse período, contando com o assessoramento de dois Coordenadores Técnicos, Major Cilon Freitas da Silva em 2011 e Capitã Letícia Dall'Igna em 2012. A ADH contava com um efetivo de 14 servidores divididos na chefia, setor de redes sociais, setor de Direitos Humanos e o Núcleo de Projetos Sociais¹⁹. O Centro de Treinamento Proerd, localizava-se fisicamente dentro do complexo do Departamento de Ensino, mas era vinculado hierarquicamente ao Núcleo de Projetos Sociais e possuía 5 servidores exclusivos.

¹⁷ Em 2008, ainda que com poucos recursos, mas com muito esforço da Coordenação e da equipe de Masters e Mentores, foi organizado o primeiro Seminário Estadual Proerd, comemorativo aos 10 anos do programa no estado, contando com a participação de cerca de 500 policiais instrutores.

¹⁸ O Tenente Benz ainda relata que passou a ser fomentada a participação em seminários estaduais e nacionais com participação dos instrutores e coordenadores do Rio Grande do Sul e demais Polícias Militares do Brasil, o que gerou o fortalecimento das relações estratégicas do programa com a Polícia Militar de Santa Catarina e de Minas Gerais, as quais foram fundamentais para adaptação e realinhamento dos novos currículos.



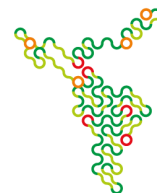
Para o, hoje, Tenente Coronel da reserva remunerada Franquilin, “a centralização de todos os programas e projetos sociais da Brigada Militar a Assessoria de Direitos Humanos do Gabinete do Comandante Geral facilitou a realização de diversos cursos de capacitação de instrutores, atingindo um total de, aproximadamente, 500 policiais militares, inclusive com a realização de 2 Seminários Estaduais de Direitos Humanos e Prevenção às Drogas, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, além da realização de centenas de formaturas conseguindo atingir a marca de 1 milhão de crianças desde a implementação do Proerd”.

O Oficial destaca a previsão de recurso interno exclusivo para a execução do programa e o reconhecimento internacional com a participação de uma comitiva de representantes na Conferência Internacional Anual nos Estados Unidos, o que permitiu que o Centro de Treinamento tivesse a certificação do D.A.R.E. Internacional, e nível de excelência para formar instrutores não só do Rio Grande do Sul, como de outros estados do Brasil, iniciando a propagação do programa para os países vizinhos Argentina e Uruguai, através de seus municípios fronteiriços, sendo nomeado Centro Mercosul de Formação Proerd, pela Portaria 497/EMBM/2012.

Com extinção da Assessoria de Direitos Humanos, o Comando-Geral alocou o Núcleo de Projetos Sociais na 5ª seção²⁰ do Estado Maior sob a chefia do Maj Cilon Freitas da Silva. Segundo o Oficial, a ida da Coordenação do Proerd para a PM5 foi uma boa oportunidade para o programa continuar suas parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos e a SENAD (Secretaria Nacional sobre Drogas), atribuindo, também, um enfoque mais direcionado à promoção da imagem do programa e da Brigada Militar. Com apoio do comando foi dada sequência às atividades da ADH, transformando o Centro de Treinamento em referência nacional. Com recursos federais, foi realizado um workshop de atualização na nova metodologia promovido por dois policiais norte-americanos do D.A.R.E. Internacional, com a participação de policiais militares de todos os estados.

Foram reestruturados e aprimorados os *layouts*, logomarcas, *sites* e outros materiais audiovisuais. Com o Seminário Estadual de 15 anos do Proerd em 2013, o qual proporcionou a atualização dos instrutores no novo currículo, e mais uma série de cursos de formação nos anos de 2013 e 2014, podia-se afirmar que o Proerd gaúcho era o mais atualizado do Brasil na metodologia D.A.R.E.

²⁰ A PM5 é a seção responsável pela comunicação e marketing da Brigada Militar.



A partir de 2016, a coordenação do Proerd voltou a pertencer ao EMBM/PM3, contudo, a Cap Amanda Martins Mondadori, que exercia a função de coordenadora estadual, lembra que o efetivo continuava vinculado a PM5, o que foi relatado como uma das maiores dificuldades pela Oficial, visto que a equipe era subordinada hierarquicamente à outra chefia.²¹ Por outro lado, o acesso ao Chefe do Estado-Maior e Comandante-Geral facilitavam o encaminhamento das demandas. Nesse período, em que pese a contenção de recursos pelo Governo, foi possível aprovar a realização de 5 cursos de formação de instrutores, visto que muitos já estavam na reserva remunerada ou tinham abandonado o programa.

O Major Fabiano Henrique Dorneles, Chefe da Adjuntoria de Doutrina, Ensino e Treinamento na PM3, é o atual coordenador técnico do Proerd, exercendo a função desde 2016. O Major, que também é um dos facilitadores do programa, destaca que fazer parte do Estado-Maior facilita na definição das diretrizes. A função de Coordenador Estadual é exercida pelo Coronel Ricardo Hofmann, que também é facilitador e é o atual Comandante do Comando Regional do Vale do Taquari, com sede em Lajeado.

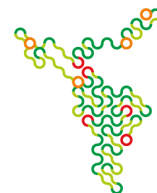
Ressalta que, nos anos de 2016 e 2017, contava com 2 Sargentos e 1 funcionária civil, porém, em 2018, com a aposentadoria destes 3, foi realocada 1 Soldado para apoiar na função. Aponta a falta de efetivo, bem como de recursos, como as maiores dificuldades encontradas pela coordenação atualmente.

O Major Fabiano aponta várias conquistas, como a definição de metas padronizadas para todos os Batalhões e Comandos Regionais, isto é, todos devem formar no mínimo 35% dos alunos do 5º ano de sua área de responsabilidade territorial; a reestruturação da sede do Centro de Treinamento no quartel do Comando-Geral; a realização de um Seminário Estadual anual, com a participação de todos os instrutores do programa; a nomeação dos Coordenadores Regionais do Proerd com a devida publicação em Boletim Geral da Instituição, bem como a Câmara Técnica.²²

Por fim, segundo as informações fornecidas pela Coordenação Estadual, a Brigada Militar possui, atualmente, 482 policiais militares capacitados como instrutores, sendo que 227 estão em atuação. Em 20 anos de aplicação do programa no estado, já foram formadas 1.268.019 crianças e

²¹ Nessa época, o comando da Corporação entendeu por priorizar a ação social da Brigada Militar exclusivamente no Proerd, como uma estratégia de polícia comunitária, determinando que se deixassem de executar os demais projetos sociais.

²² Ainda destaca, o Coordenador, que foi autorizado o uso do brevê na farda, ou seja, uma insígnia que identifica aqueles que são capacitados pelo Proerd, através da publicação da Portaria 652/EMBM/16 de 09 de dezembro de 2016.



adolescentes, sendo 681.023 provenientes de escolas públicas estaduais, 489.577 de escolas públicas municipais e 97.474 de escolas particulares. Ainda, 2009 e 2010, 2012 e 2013 foram os anos em que se formaram mais de 100.000 estudantes no ano.

Considerações finais

A coordenação do Proerd na Brigada Militar teve seu início de maneira informal no 11º BPM, passando, para o Estado-Maior, na PM3, Departamento de Ensino, Assessoria de Direitos Humanos, PM5, retornando, finalmente, para a PM3, onde se encontra até hoje²³. Houve períodos de valorização e crescimento, especialmente quando há apoio do comando, ocorrendo mais cursos de formação de instrutores, o que implica diretamente nos resultados, visto que nos anos seguintes aqueles em que há estes cursos são os que mais se capacitaram estudantes. Questões internacionais e nacionais repercutem na organização e aplicação do programa no estado.

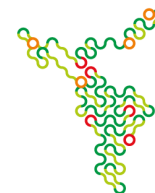
No que se refere à gestão, especificamente, o Proerd sempre esteve sob a coordenação de um Oficial do Quadro de Estado-Maior, com uma equipe para apoiá-lo. A função de Coordenador Estadual, no formato atual, nem sempre existiu, passando a ser estruturada com a primeira Nota de Instrução, em 2005, que regulamentou internamente o programa.

Os cursos de formação de instrutores, bem como a atuação dos policiais em sala de aula estão detalhadamente descritos na Nota de Instrução ET 05.1, contudo, o rol de funções da Coordenação Estadual e do coordenador estadual, a previsão do coordenador técnico, e até mesmo o estabelecimento de requisitos para exercer estes dois cargos não estão previstos na NI.

Com base nas entrevistas, é possível concluir que gestão formal é exercida pelo Coordenador Estadual e/ou Técnico e da sua equipe que, em geral, varia entre 1 e 5 servidores, mas ele conta com o assessoramento e a disponibilidade da Câmara Técnica, que é composta pelos Coordenadores Regionais, mentores e facilitadores.

Ambas as Notas de Instrução formalizaram a atuação dos facilitadores e mentores, que além de comporem a equipe de treinamento, assessoram a Coordenação em quaisquer atividades relativas ao programa, vinculando-os à Coordenação Estadual, para estes assuntos, independentemente de em qual comando estejam servindo.

²³ O Major Cilon acredita ser este o lugar ideal, como ocorre em diversas outras polícias do Brasil.



Ante o exposto, acredita-se que o objetivo geral de analisar a gestão do Proerd nos 20 anos de existência no Rio Grande do Sul tenha sido atendido, bem como os específicos, ao estudar e relacionar o histórico, os currículos e os resultados do programa. E, ainda, respondendo ao problema ora proposto, a vinculação da coordenação do Proerd próxima ao Comando da corporação, mostra-se, com base nas evidências coletadas, elemento facilitador da gestão e melhor condução estratégica do programa.

Referências

BRIGADA MILITAR. **Nota de Instrução Ensino e Treinamento 005.1.** Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. **Revista comemorativa dos 175 anos da Brigada Militar.** Ano II. Número 03. Porto Alegre, 2012.

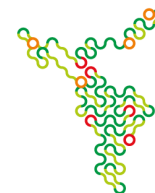
CAPUTI, Theodore L., MCLELLAN, A. **Thomas Truth and D.A.R.E.: Is D.A.R.E.'s new Keepin' it REAL curriculum suitable for American nationwide implementation?** *Drugs: Education, Prevention and Policy*, Philadelphia, EUA, n.24, v.1, 49 -57, 2017, DOI: 10.1080/09687637.2016.1208731. Disponível em <<https://www.tandfonline.com>> Acesso em 02 jun 2018.

CERVO, Amado. L.; BERVIAN, Pedro. A. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

DARE. **D.A.R.E.'s Story as a Leader in Drug Prevention Education.** Disponível em <www.dare.org> Acesso em 02 jun 2018

DAY, L. Edward, et al. **Coming to the new D.A.R.E.: A preliminary test of the officer-led elementary keepin' it REAL curriculum.** *Addictive Behaviors*. California, EUA, v. 74, 67-73, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1016/j.addbeh.2017.05.025>> acesso em 24 jun 2018. ISSN 0306-4603

DORNELES, F. H. **A percepção dos professores titulares que auxiliaram os instrutores do PROERD no desenvolvimento do programa em sala de aula, no ano de 2013, em Lajeado/RS.** Academia de Polícia Militar do RS. Porto Alegre, 2014.



EVANS, Emily e TSELONI, Andromachi. **Evaluation of the UK D.A.R.E. Primary programme. Drugs: Education, Prevention and Policy.** 2018, DOI: 10.1080/09687637.2018.1441374. Disponível em <<https://www.tandfonline.com>> Acesso em 02 jun 2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LUCAS, Wayne L. **Parents' Perceptions of the Drug Abuse Resistance Education Program (DARE).** Journal of Child & Adolescent Substance Abuse, on-line, Kansas City, EUA v.17, n. 4, 99-114, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1080/15470650802292905>. Acesso em 30 mai 2018.

NORDRUM, Amy. **The New D.A.R.E. Program—This One Works.** Scientific America. Set 2014. Disponível em <<https://www.scientificamerican.com>> Acesso em 24 jun 2016.

OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão. **Considerações sobre a efetividade do programa educacional de resistência às drogas e à violência da polícia militar de Pernambuco.** REBESP, Goiania, v.7, n.2, 02-10, 2014.

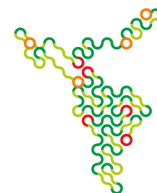
RIO DE JANEIRO (Estado). **DARE América: uma visão geral.** Revista PROERD. Rio de Janeiro, 2012.

SALINERO, Regina. **Diagnóstico sobre a efetividade do Programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD) – durante o ensino fundamental II.** Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e da Ordem Pública, do programa de pós-graduação da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. São Paulo, 2017.

SILVA, Cilon Freitas da. **O policial PROERD: defensor dos direitos humanos.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SINGH, Renee D., *et al.* **A Summary and Synthesis of Contemporary Empirical Evidence Regarding the Effects of the Drug Abuse Resistance Education Program (D.A.R.E.).** Contemp School Psychol, on-line, California, v.15, 93-102, 2011. Disponível em <<https://doi.org/10.1007/BF03340966>> Acesso em: 06 jun 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.



ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE PERIODONTITE APICAL CRÔNICA EM POLICIAIS MILITARES DA BRIGADA MILITAR ATRAVÉS DE RADIOGRAFIAS PANORÂMICAS

Cristina Dall'Agnol Rodrigues¹
Letícia Gomes Gonçalves²
Daniel Demétrio Faustino da Silva³

RESUMO: O estudo transversal retrospectivo avaliou as radiografias e prontuários de 202 policiais militares. O objetivo principal foi avaliar se a prevalência de periodontite apical crônica justificaria a requisição de radiografias panorâmicas como exame de rotina nas inspeções odontológicas da Corporação. Também foram avaliados possíveis fatores de risco para as periodontites apicais nesta amostra. Verificou-se que 47,5% da amostra apresentou periodontite apical, tratamento endodôntico sem periodontite apical, ou ambos. A prevalência de indivíduos com periodontite apical sem tratamento endodôntico encontrada foi de 8,4%, a prevalência de indivíduos que apresentavam periodontite apical com tratamento endodôntico foi de 13,9%, uma prevalência de indivíduos com periodontite apical geral (com e/ou sem tratamento endodôntico) foi de 20,3% e a prevalência de indivíduos com tratamento endodôntico sem periodontite apical foi de 35,1%. Após o ajuste pelo modelo multivariado, a idade mostrou-se um fator de risco significativamente associado tanto a periodontite apical com tratamento endodôntico quanto a periodontite apical geral ($p < 0,05$). Os PMs que trabalhavam no policiamento ostensivo apresentaram maior prevalência de periodontite apical com tratamento endodôntico ($p = 0,046$). Os resultados sugerem a inclusão de radiografias panorâmicas nas inspeções odontológicas de rotina da Brigada Militar para a detecção de periodontites apicais crônicas assintomáticas.

Palavras-chave: Periodontite apical; Tratamento endodôntico; Prevalência; Radiografia panorâmica.

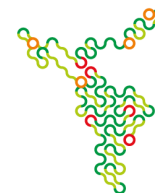
Analysis of the prevalence of cronic apical periodontitis in military police officers of the military brigade through panoramic radiographs

ABSTRACT: The cross-sectional study evaluated the radiographs and charts of 202 military police officers. The main objective was to evaluate whether the prevalence of chronic apical periodontitis would justify the request of panoramic radiographs as a routine examination in the Corporation's dental inspections. It found that 47.5% of the sample presented apical periodontitis, endodontic treatment without apical periodontitis, or both. The prevalence of individuals with apical periodontitis

¹ Graduada em Odontologia pela PUCRS em 2002. Mestre em Endodontia pela Ulbra em 2005. E-mail: cristina-agnol@bm.rs.gov.br.

² Graduada em Odontologia pela UERJ em 1998. Especialista em Dentística Restauradora pela ULBRA em 2004. Mestre em Odontologia. Área de concentração: Saúde Bucal Coletiva pela UFRGS em 2012. E-mail: leticia-gomes@bm.rs.gov.br.

³ Orientador graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), mestrado em Clínicas Odontológicas-Odontopediatria pela Faculdade de Odontologia UFRGS (2009) e doutorado em Saúde Bucal Coletiva pela Faculdade de Odontologia UFRGS (2015).



without endodontic treatment was 8.4%, the prevalence of individuals who had apical periodontitis with endodontic treatment was 13.9%, a prevalence of individuals with general apical periodontitis (with and/or without endodontic treatment) was 20.3% and the prevalence of individuals with endodontic treatment without apical periodontitis was 35.1%. After adjustment by the multivariate model, age was a risk factor significantly associated with both apical periodontitis with endodontic treatment and general apical periodontitis ($p < 0.05$). Those who worked in ostensive policing had a higher prevalence of apical periodontitis with endodontic treatment ($p = 0.046$). The results suggest the inclusion of panoramic radiographs in the routine dental inspections of the Military Brigade for the detection of asymptomatic chronic apical periodontitis.

Keywords: Apical periodontitis; Endodontic treatment; Prevalence; Panoramic radiography; Military police.

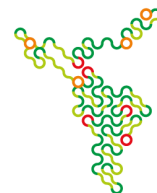
1 INTRODUÇÃO

As periodontites apicais crônicas podem levar tanto a graves repercussões locais quanto sistêmicas, por isso, o seu diagnóstico tratamento precoce são de suma importância para a saúde do indivíduo. Essas lesões muitas vezes não são detectadas no exame clínico por não apresentarem sinais e/ou sintomas, o que torna fundamental o exame complementar por imagens.

As complicações bucais e sistêmicas das periodontites crônicas podem levar à diminuição da qualidade de vida do policial militar, aumentar a taxa de absenteísmo e onerar o Estado com exames e tratamentos médicos. Desta forma, o diagnóstico e tratamento precoce dessas lesões pode promover a limitação dos danos e prevenir a evolução desses desfechos.

A radiografia panorâmica ainda é o exame de escolha para esta finalidade em estudos de prevalência de periodontites apicais crônicas. Estudos como os de Kielbassa, Frank e Madaus (2017), Timmerman, Calache e Parashos (2017), Huuonen, Suominen e Vehkalahti (2017), Al-Nazhan et al. (2017) e Diogo et al. (2014) podem ser citados como alguns exemplos; além disso, é um exame economicamente acessível e submete o paciente a uma pequena dose de radiação.

Frente ao exposto, o estudo avaliou a prevalência de periodontite apical crônica em uma amostra de policiais militares da Polícia Militar do Rio Grande do Sul a fim de orientar a gestão do serviço de odontologia quanto à necessidade de solicitar radiografias panorâmicas como exame complementar em inspeções odontológicas de rotina da Corporação.



2 DESENVOLVIMENTO

A cavidade bucal é a porta de entrada para o organismo, desempenhando importantes funções na mastigação, fonação e respiração, além de encontrar-se associada ao bem-estar e à autoestima do indivíduo.

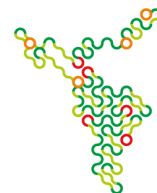
A atenção à saúde bucal do trabalhador possibilita combater os agentes etiológicos que acometem a cavidade bucal e identificar, preventivamente, determinadas doenças que se originam na cavidade bucal e nos seus tecidos. Estudos demonstram que 39% das faltas no trabalho são por questões odontológicas e que a prevenção à saúde bucal poderia diminuir essa porcentagem (GARRAFA, 1986).

Os fatores odontológicos decorrente da má condição de saúde bucal do trabalhador causam ausências ao trabalho, e têm despertado preocupação nos setores público e privado (SPEZZIA, 2011). Dados indicam que aproximadamente 28% do absenteísmo por doenças não ocupacionais está relacionado às condições bucais (MIRIDOKAWA, 2000).

A radiografia panorâmica pode servir como importante ferramenta de diagnóstico precoce de lesões endodônticas, permitindo a detecção de periodontites apicais e a avaliação do sucesso do tratamento, incluindo a cicatrização apical após o (re)tratamento endodôntico (FARMAN, 2007). Frequentemente ocorrem os *achados radiográficos*, isto é, achados que não são motivadores da solicitação do exame, mas que podem revestir-se de importância na avaliação do paciente tanto em âmbito odontológico quanto sistêmico (SANTOS, 2007, p.420).

Uma diversidade de indicações confere à radiografia panorâmica grande valor no planejamento de um tratamento ou na avaliação da terapêutica empregada (FREITAS, CAVALCANTI, 1992). Como vantagens dessa técnica radiográfica, pode-se citar o menor uso de radiação, o menor custo para o paciente e o menor tempo para obtenção da imagem (CAPELLI et al., 1991).

Tremea et al. (2017) realizaram um levantamento epidemiológico de prevalência de periodontites apicais em uma amostra de 107 radiografias panorâmicas de pacientes atendidos no curso de graduação em Odontologia da Faculdade Meridional (IMED) de Passo Fundo – Rio Grande do Sul. Através deste estudo, os autores concluíram que em 53,3% das radiografias panorâmicas examinadas havia presença de periodontite apical, que em 5,6% dos elementos dentários examinados havia presença de periodontite apical, com maior prevalência em incisivos laterais superiores e em



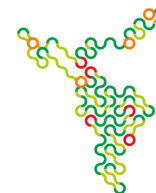
primeiros molares superiores e que a maior frequência destas lesões ocorreu em indivíduos do sexo feminino e na arcada superior.

Diogo et al. (2014) quantificaram a prevalência de periodontites apicais radiolúcidas em radiografias panorâmicas de 157 pacientes, de primeira consulta clínica, no curso de Medicina Dentária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Portugal). Os autores verificaram que a prevalência de periodontite apical por dente, na amostra total de 4.204 dentes, foi de 4,4% e que a prevalência desta lesão em dentes com tratamento endodôntico foi de 29,6%.

Timmerman, Calache e Parashos (2017), em um estudo com radiografias panorâmicas de pacientes novos do principal hospital odontológico australiano, verificaram que de 695 pacientes e de 16.936 dentes examinados, 179 (25,8%) dos pacientes e 325 (1,9%) dos dentes apresentavam periodontite apical crônica.

Huumonen, Suominen e Vehkalahti (2017) realizaram um estudo avaliando a prevalência de periodontite apical na população da Finlândia como parte de um programa nacional de saúde. Foram analisadas as radiografias panorâmicas de 5.335 indivíduos que tinham entre 30 e 95 anos, totalizando uma amostra de 120.635 dentes. A presença de periodontite apical foi verificada em 27% dos pacientes, sendo mais prevalente em indivíduos que apresentavam dentes tratados endodonticamente (39%) do que em indivíduos com dentes sem tratamento endodôntico (9%). Neste estudo, a periodontite apical foi mais prevalente em homens (31%) do que em mulheres (23%) e em molares inferiores com obturações endodônticas insatisfatórias. Para todos os dentes tratados endodonticamente, a obturação inadequada dos canais radiculares dobrou o risco de periodontite apical para ambos, homens e mulheres.

Al-Nazhan et al. (2017) realizaram um estudo transversal nas clínicas odontológicas da universidade King Saud, Riyadh e outros centros odontológicos (Jeddah, Najran e Albaha City) na Arábia Saudita. Radiografias panorâmicas de 926 indivíduos sauditas (540 homens e 386 mulheres) foram analisadas considerando as variáveis idade, gênero, condições de saúde, tabagismo, condições periapicais dos dentes tratados endodonticamente, qualidade técnica das obturações dos canais radiculares e presença ou ausência de restauração coronária. Dos 25.028 dentes examinados, 1.556 dentes (6,2%) apresentaram periodontite apical. Homens acima de 55 anos e mulheres entre 36 e 45 anos tiveram a maior prevalência. Um total de 36 diabéticos e 87 fumantes apresentaram periodontite



apical. Apenas 42,2% dos dentes dos homens e 57,7% dos dentes das mulheres apresentaram tratamento endodôntico adequado.

Kielbassa, Frank e Madaus (2017) avaliaram 1.000 radiografias panorâmicas de pacientes adultos de primeira consulta nas clínicas odontológicas da Universidade Privada de Danúbio – Áustria. Para cada dente, a presença de periodontite apical e/ou tratamento endodôntico foi registrada, bem como a qualidade do tratamento endodôntico e da reabilitação coronária pós-tratamento endodôntico. No total, 22.586 dentes foram avaliados. Desses, 2.907 (12,9%) apresentaram periodontite apical, enquanto 2.504 dentes eram tratados endodonticamente. Dos dentes com tratamento endodôntico, 52% mostraram sinais de periodontite apical. A presença de patologia apical foi significativamente correlacionada com uma baixa qualidade de obturação dos canais radiculares

2.1 Metodologia

O estudo trata de um levantamento epidemiológico transversal, dedutivo, descritivo, retrospectivo e técnico documental. Os dados secundários foram obtidos através de radiografias panorâmicas e de prontuários odontológicos provenientes da inspeção de saúde odontológica de uma Estratégia de Promoção de Saúde realizada na Formação Sanitária Regimentar (FSR) da cidade de Canoas no período de julho de 2018 a setembro de 2019.

A amostra foi composta por policiais militares do efetivo do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM) e do 15º Batalhão de Polícia Militar (BPM) que participaram dessa estratégia. Foram analisadas radiografias panorâmicas e prontuários odontológicos de 202 policiais militares, correspondendo a 50,1% do efetivo disponível para o serviço no CPM e no 15ºBPM.

As radiografias panorâmicas foram analisadas por um único observador, mestre em endodontia. Algumas dessas radiografias estavam digitalizadas e foram avaliadas na tela do computador. As demais foram avaliadas com auxílio de negatoscópio e lupa. Através da avaliação radiográfica, foram coletados dados relativos à quantidade de indivíduos com periodontite apical sem tratamento endodôntico, quantidade de indivíduos com periodontite apical com tratamento endodôntico, quantidade de indivíduos com tratamentos endodônticos e sem periodontite apical. Nas fichas de inspeção odontológica, foram coletados os dados relativos à idade, sexo, tempo de serviço, estado civil, OPM (CPM, 15º BP), característica do serviço e hierarquia.



A análise dos dados foi realizada através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21,0 (IBM, Chicago, USA). As variáveis quantitativas foram descritas por média, desvio padrão e mediana. As variáveis categóricas foram descritas por frequências absolutas e relativas. Para comparar médias foi aplicado o teste *t-student* para amostras independentes. Em caso de assimetria, o teste de Mann-Whitney foi utilizado. Na comparação de proporções, os testes qui-quadrado de Pearson ou exato de Fisher foram utilizados. Para o controle de fatores confundidores, a análise de Regressão de Poisson foi aplicada. O critério para a entrada da variável no modelo multivariado foi de que a mesma apresentasse um valor $p < 0,25$ na análise bivariada. O nível de significância adotado foi de 5% ($p < 0,05$).

2.2 Resultados

A amostra foi composta predominantemente por soldados do sexo masculino, casados, que trabalham no policiamento ostensivo do 15º BPM. A média de idade foi de 34 anos e 10 anos de tempo de serviço.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

Variáveis	n=202
Idade (anos) – média $\pm$ DP	34,0 $\pm$ 7,1
Sexo – n (%)	
Masculino	178 (88,1)
Feminino	24 (11,9)
Tempo de serviço (anos) – mediana (P25-P75)	10 (7-16)
Estado civil – n (%)	
Solteiro	86 (42,6)
Casado	104 (51,5)
Divorciado	12 (5,9)
OPM – n (%)	
COM	27 (13,4)
15º BPM	175 (86,6)
Característica do serviço – n (%)	
Administrativo	46 (22,8)
Policiamento ostensivo	156 (77,2)
Hierarquia – n (%)	
Soldado	173 (85,6)
Sargento	26 (12,9)
Oficial	3 (1,5)



Tabela 2- Características dentárias dos indivíduos (prevalências)

Variáveis	n=202 n (%)
Periodontite apical sem tratamento endodôntico	17 (8,4)
Periodontite apical com tratamento endodôntico	28 (13,9)
Periodontite apical geral (com e/ou sem tratamento endodôntico)	41 (20,3)
Tratamento endodôntico sem periodontite apical	71 (35,1)
Tratamento endodôntico com e/ou sem periodontite apical	84 (41,5)
Periodontite apical geral e/ou tratamento endodôntico sem periodontite apical	96 (47,5)

Tabela 3 - Associações com periodontite apical com tratamento endodôntico

Variáveis	S/Periodontite apical n (%)	C/Periodontite apical n (%)	p
Idade (anos) – média ± DP	33,3 ± 6,7	38,3 ± 8,1	0,001
Sexo			1,000
Masculino	153 (87,9)	25 (89,3)	
Feminino	21 (12,1)	3 (10,7)	
Tempo de serviço (anos) – mediana (P25-P75)	10 (3 – 15)	13 (10 – 24)	0,002
Estado civil			0,846
Solteiro	74 (42,5)	12 (42,9)	
Casado	89 (51,1)	15 (53,6)	
Divorciado	11 (6,3)	1 (3,6)	
Serviço			0,013
Administrativo	34 (19,5)	12 (42,9)	
Policiamento ostensivo	140 (80,5)	16 (57,1)	
Hierarquia			0,413
Soldado	151 (86,8)	22 (78,6)	
Sargento	21 (12,1)	5 (17,9)	
Oficial	2 (1,1)	1 (3,6)	

Conforme a tabela 3, houve associação estatisticamente significativa entre indivíduos com periodontite apical com tratamento endodôntico e as variáveis idade, tempo de serviço e característica do serviço (administrativo, policiamento ostensivo).



Tabela 4 - Associações com periodontite apical geral

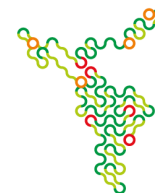
Variáveis	S/Periodontite apical n (%)	C/Periodontite apical n (%)	p
Idade (anos) – média ± DP	32,4 ± 5,9	37,0 ± 8,3	<0,001
Sexo			0,422
Masculino	140 (87,0)	38 (92,7)	
Feminino	21 (13,0)	3 (7,3)	
Tempo de serviço (anos) – mediana (P25-P75)	10 (7 – 15)	10 (7 – 19)	0,123
Estado civil			0,843
Solteiro	67 (41,6)	19 (46,3)	
Casado	84 (52,2)	20 (48,8)	
Divorciado	10 (6,2)	2 (4,9)	
Serviço			0,367
Administrativo	34 (21,1)	12 (29,3)	
Policimento ostensivo	127 (78,9)	29 (70,7)	
Hierarquia			0,846
Soldado	138 (85,7)	35 (85,4)	
Sargento	21 (13,0)	5 (12,2)	
Oficial	2 (1,2)	1 (2,4)	

A tabela 4 apresenta uma associação significativa entre indivíduos com periodontite apical geral (com e/ou sem tratamento endodôntico) e a idade. Na tabela 5, após o ajuste pelo modelo multivariado, a idade permaneceu um fator de risco significativamente associado tanto a indivíduos com periodontite apical com tratamento endodôntico quanto a indivíduos com periodontite apical geral. Para indivíduos com periodontite apical com tratamento endodôntico, o policiamento ostensivo aumentou a prevalência da lesão em 107%.

Tabela 5 - Análise Multivariada de Regressão de Poisson

Desfechos	RP (IC 95%)	p
<u>Periodontite apical com tratamento endodôntico</u>		
Idade (anos)	1,05 (1,00 – 1,10)	0,048
Serviço		
Policimento ostensivo	2,07 (1,01 – 4,22)	0,046
Administrativo	1,00	
Tempo de serviço (anos)	1,03 (0,99 – 1,07)	0,114
<u>Periodontite apical geral</u>		
Idade (anos)	1,22 (1,04 – 1,42)	0,014
Tempo de serviço (anos)	1,01 (0,98 – 1,04)	0,420

RP=Razão de Prevalências; IC 95%: Intervalo com 95% de confiança



2.3 Discussão

A associação estatisticamente significativa entre idade e indivíduos com periodontite apical com tratamento endodôntico e com periodontite apical geral, confirmada após o ajuste pelo modelo multivariado, pode ser explicada pelo acúmulo de danos sofridos pela estrutura dentária ao longo dos anos.

A alta prevalência de pacientes com tratamentos endodônticos neste estudo (41,5%) pode ser explicada, provavelmente, pela facilidade de acesso do policial militar ao tratamento especializado oferecido pelo serviço odontológico da Corporação.

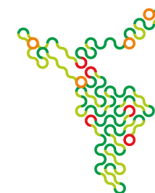
O policiamento ostensivo foi estatisticamente associado com indivíduos com periodontite apical em dentes com tratamento endodôntico. Este tipo serviço caracteriza-se por não permitir uma rotina de trabalho fixa; o que pode prejudicar os hábitos de higiene bucal e dificultar a procura pelo tratamento odontológico preventivo.

Nesse contexto, percebe-se a importância da convocação dos policiais militares ao comparecimento nas inspeções anuais de saúde (IAS) e nas inspeções bienais de saúde (IBS) com finalidade preventiva.

Uma outra estratégia para diminuir essa associação entre periodontite apical com tratamento endodôntico e policiamento ostensivo poderia ser através da aproximação do serviço de odontologia da Brigada Militar com os batalhões através de instruções e palestras educativas.

A prevalência de periodontite apical geral encontrada no presente estudo foi de (1,09%). Comparada a outros levantamentos populacionais, encontrou-se um valor aproximado apenas no estudo de Timmerman, Calache e Parashos (2017), que obtiveram uma taxa de 1,9%. No trabalho de Tremea et al. (2017), encontrou-se uma taxa de 5,6% dos dentes analisados com periodontite apical, Diogo et al. (2014) encontraram uma taxa 4,4% e os estudos de Al-Nazhan et al. (2017) e de Kielbassa, Frank e Madaus (2017) encontraram taxas de 6,2% e de 12,95% de dentes com periodontite apical, respectivamente.

Conforme a tabela 2, a prevalência de indivíduos com periodontite apical geral (periodontite apical sem e/ou com tratamento endodôntico), o valor encontrado neste estudo (20,3 %) ficou abaixo da média quando comparado com outros levantamentos populacionais. No estudo de Tremea et al. (2017), encontrou-se uma taxa de 53,3% indivíduos com periodontite apical, no trabalho de Vieira (2016) a taxa encontrada foi de 28,9%, no estudo de Timmerman, Calache e Parashos (2017) a taxa



foi de 25,8% dos indivíduos com periodontite apical e no estudo de Huuemonen, Suominen e Vehkalahti (2017), a taxa de pacientes com periodontite apical foi de 27%. Ainda que a prevalência de periodontite apical encontrada na amostra seja inferior a taxa encontrada nos demais estudos, essa ainda pode ser considerada alta e merece atenção.

Frente ao fato de que aproximadamente metade da amostra avaliada já precisou ou precisa de tratamento endodôntico, constata-se a importância da especialidade de endodontia e a necessidade de inclusão de mais profissionais especialistas nessa área no serviço de assistência odontológica da Brigada Militar. Além disso, percebe-se a importância do exame radiográfico para detectar periodontites apicais crônicas assintomáticas, que passariam indetectáveis ao exame clínico na maioria das vezes. Fato comprovado pela pequena porcentagem de relato de dor dentária encontrada neste estudo (5%), e que mesmo sendo baixa, não pode ser associada somente a problemas endodônticos.

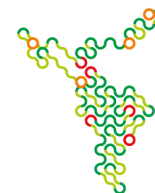
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas mostram que radiografias panorâmicas são rotineiramente solicitadas como forma de triagem e que exames por imagens são utilizados na busca por doenças ocultas (ATCHINSON et al., 1995).

A prevalência de periodontite apical e de tratamento endodôntico encontrada neste estudo, através da avaliação de radiografias panorâmicas, mostrou que aproximadamente metade dos pacientes analisados já teve tratamento endodôntico prévio e/ou têm periodontite apical e necessita de tratamento ou retratamento endodôntico. Frente a essa grande prevalência, sugere-se a inclusão de radiografias panorâmicas nas inspeções de rotina da Corporação para a detecção de periodontites apicais crônicas assintomáticas e para a avaliação da qualidade dos tratamentos endodônticos realizados.

Além disso, percebe-se a importância da inclusão de novos profissionais especialistas em endodontia para agilizar o acesso dos militares estaduais ao tratamento destas periodontites apicais. Quanto mais rápido o tratamento dessas lesões, menor a chance de ocorrência de doenças inflamatórias sistêmicas e menor a taxa de absenteísmo no trabalho por dor de origem dentária.

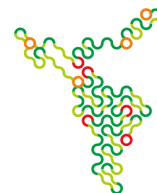
De importante valia seria dar continuidade a esta linha de pesquisa, através do levantamento de dados endodônticos, em outros batalhões da Instituição que não tenham Formações Sanitárias



Regimentares (FSRs), como uma maneira de permitir a comparação dos achados epidemiológicos em unidades que não dispõem de um atendimento odontológico de tão fácil acessibilidade e de também aumentar a amostra estudada.

4 REFERÊNCIAS

- AL-NAZHAN, S.A. et al. Prevalence of apical periodontitis and quality of root canal treatment in an adult Saudi population. **Saudi Medical Journal**. v. 38, n. 4, p. 413-421, 2017.
- ARAÚJO, M.E.; JÚNIOR, A.G. Saúde bucal do trabalhador: os exames admissionais e periódicos como um sistema de informação em saúde. **Revista de Odontologia e Saúde**. v. 1, n. 1-2, p. 15-18, 1999.
- ATCHINSONS, K.A. et al. Assessing the FDA guidelines for ordering dental radiographs. **American Dental Association**. v.126, n.10, p. 1372-1383.
- BLAKE, G.J; RIDKER, P.M. Inflammatory biomarkers and cardiovascular risk prediction. **Journal of Internal Medicine**. v. 252, p. 283-294, 2002.
- CAPELLI, J. et al. Avaliação de interesse clínico entre a radiografia panorâmica e o conjunto periapical aplicado à clínica odontológica. **Revista do Instituto de Ciências da Saúde**. v. 9, n. 2, p. 59-68, 1991.
- DIOGO, P. et al. Estudo da prevalência de periodontite apical numa população adulta portuguesa. **Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia Maxilofacial**. v. 55, n. 1, p. 36-42, 2014.
- FARMAN, A. G. **Panoramic radiology: endodontic considerations**. Lousville: Springer, 2007.
- FREITAS, C.; CAVALCANTI, M.G.P. **A aplicação das radiografias panorâmicas nas diferentes especialidades odontológicas**. In: **Congresso Paulista de Odontologia, 15. Anais**. São Paulo: Artes Médicas, 1992.
- GARRAFA, V. Odontologia do trabalho. **Revista Gaúcha de Odontologia**. v.34, n.6, p.508-512, 1986.
- HUUMONEN, S.; SUOMINEN, A.L.; VEHKALAHTI, M.M. Prevalence of apical periodontitis in root filled teeth: findings from a Nationwide survey in Finland. **International Endodontic Journal**. v. 50, n. 3, p. 229-236, mar 2017.
- KIELBASSA, A.M.; FRANK, W.; MADAUS, T. Radiologic assessment of quality of root canal fillings and periapical status in an Austrian subpopulation – an observational study. **PLOS ONE**. v. 12, n. 5, e0176724, may 2017.
- MIRIDOKAWA, E.T. **A odontologia em saúde do trabalhador como uma nova especialidade profissional: definição do campo de atuação e funções do cirurgião-dentista na equipe de**



saúde do trabalhador. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

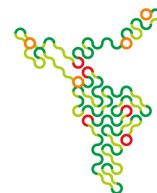
RAMS T.E.; SLOTS J. **Systemic Manifestations of Oral Infections.** St. Louis: Mosby Year Book, 1992.

SANTOS, K. C. P. et al. Avaliação de radiografias panorâmicas objetivando o cotejamento entre os motivos da solicitação e eventuais achados radiográficos. **Revista do Instituto de Ciências da Saúde.** v. 25, n. 4, p. 419-422, 2007.

TIMMERMAN, A.; CALACHE, H.; PARASHOS, P. A cross sectional and longitudinal study of endodontic and periapical status in an Australian population. **Australian Dental Journal.** v. 62, n. 3, p. 345-354, sept 2017.

TREMEA, F.C. et al. Prevalência de lesões periapicais observadas em radiografias panorâmicas. **Journal of Oral Investigations.** v. 6, n. 1, p. 29-37, 2017.

VIEIRA, R.C. **Prevalência de lesões periapicais em radiografias panorâmicas.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Odontologia) – Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual da Paraíba, Araruna, 2016.



CIÊNCIA POLICIAL: SUA ASCENSÃO POR MEIO DAS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO POLICIAL BRASILEIRA

Cilon Freitas da Silva¹
Isabel Cristina dos Santos Martins²

Resumo: O presente artigo pretende propor algumas reflexões sobre as mudanças sociais e de paradigmas institucionais, que promoveram uma significativa evolução da formação policial no Brasil, acelerando a ascensão e derivação de um conhecimento multi e interdisciplinar, a partir dos campos da ciência militar e da segurança pública: o da ciência policial. Tema urgente e prioritário na agenda política e social do Brasil, impacta sobremaneira o cotidiano das pessoas, com implicações críticas no desenvolvimento social e econômico do País. Neste sentido, a partir de um estudo exploratório, com base bibliográfica e documental, tendo como foco de pesquisa as polícias militares brasileiras, o trabalho apresenta as principais alterações nas academias de polícia militar e nos requisitos de ingresso nas instituições, com elevação para o nível superior, como requisito ou decorrente da formação. Este efeito vem gerando o aperfeiçoamento de um número expressivo de policiais militares como pesquisadores *latu* e *stricto* sensu, que já produzem variadas obras nesse campo de saber, que se firma no âmbito nacional. A questão-problema foi respondida de forma afirmativa, pois houve uma elevação para nível superior em praticamente todas as Academias de Polícia Militar e, considerando as 18 pesquisadas das 27 existentes, quatro oferecem formação com título em ciências policiais, com indicativo de tendência de adoção, após a aprovação das ciências policiais dentro do rol de ciências estudadas no País. Os objetivos geral e específicos foram alcançados com esse indicativo e trajeto de adoção de formação em Ciências Policiais, a partir, também, do fortalecimento das ciências militares e de defesa no roteiro.

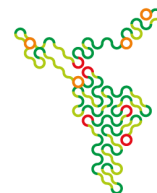
Palavras-chave: Ciência Policial. Polícias Militares. Segurança Pública. Formação Profissional. Ensino Superior.

The rise of Police Science Through Changes In Brazilian Police Education

Abstract: This paper presents some reflections about the social changes and changes in institutional paradigms that promoted a significant evolution of police training in Brazil, which have accelerated the rise and derivation of a multidisciplinary and interdisciplinary knowledge from the fields of military science and public security: the police science. It is an urgent and priority topic on the political and social agenda in Brazil that greatly impacts people's daily lives with critical implications for the country's social and economic development. Researching the Brazilian police force, the work presents the main changes in police academies and their entry requirements with the need of university education. This effect has generated the improvement of a significant number of police officers as *latu* and *stricto* sensu researchers, who already produce works in this field of knowledge

¹ Doutor em ciências policiais e da ordem pública pela APMBB/PMESP, Oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, pesquisador do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: cilon@bm.rs.gov.br.

² Mestre em Educação pela PUC/RS, Oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, pesquisadora do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: educacao.im@gmail.com.



nationwide. In this sense, the problem question was answered, as there was an increase to higher education in almost all Police Academies: considering the 18 researched institutions of 27 existing ones, four offer training with a degree in police science, with an indication of an adoption trend after the approval of police sciences within the list of sciences studied in the country. The general and specific objectives were achieved with the adoption trend indicative of training in Police Sciences as from the strengthening of military and defense sciences in the script.

Keywords: Police Science. Police Force. Public Security. Professional qualification. University education.

Introdução

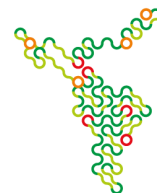
A ciência policial tornou-se um campo dentro dos saberes humanos, em função da própria evolução da polícia moderna e da sua profissionalização, com ampla e internacional doutrina técnica, legal e filosófica, doutrina essa que busca se referendar nas variadas ciências, fortalecendo-se no aspecto multi e interdisciplinar e retroalimentando a própria ciência policial.

O mundo globalizado, dinâmico e hiperconectado produz uma aceleração nunca vista na história (KOTTER, 2015), confirmando a predição do contexto proposto pela Escola de Guerra dos Estados Unidos da América (EUA), no final da década de 1980: o V.U.C.A. (acróstico para *Volatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity*) ou V.I.C.A. (Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo, em português). (LLOP et al., 2017; WHITEMAN, 1998).

A esse respeito, “muitos desses traços das organizações modernas de polícia têm estado sob grandes desafios, e o policiamento tem passado por mudanças profundas, naquilo que muitos observadores têm interpretado como um novo estágio de desenvolvimento social.” (REINER, 2004, p. 27).

É um significativo salto em termos tecnológicos e de comunicação humana, alicerçado em mudanças sociais de alto impacto, pois “A mudança é o novo normal.” (GODIN, 2002, p. 35). Tais mudanças possibilitaram uma profusão de acesso a conhecimentos, que agilizaram especializações em várias áreas do saber. Esse contexto dinâmico alavancou trocas, interações e esclarecimentos e conectou autores, pesquisadores, profissionais em rede, o que possibilitou acelerar e gerar novas ciências e domínios, uma verdadeira ascensão de saberes profissionais em várias áreas. (KOTTER, 2015).

A profusão e facilidade de troca de informações possibilitaram o acesso ao conhecimento e o rompimento de paradigmas institucionais, uma vez que teorias ou práticas são rapidamente



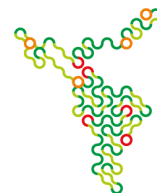
contestadas ou validadas por variados atores sociais, que não poderiam influir nos processos, não fosse a complexa rede mundial digital estabelecida e popularmente chamada “internet”, dentre outras. Afinal, por ela, o cidadão consegue denunciar, acompanhar e cobrar melhores serviços de seus órgãos de segurança.

Em função dos elevados índices criminais no País (WAISELFISZ, 2016) e da sensação de “medo do crime” (ROLIM, 2009), muitos olhares voltaram-se para a segurança pública e seus órgãos envolvidos e políticas públicas sobre a temática; a busca de uma nova gestão pública apoiada em evidências e de uma administração gerencial em substituição ao sistema burocrático ou patrimonialista que vigia. (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Houve a atração de participação de novos atores sociais nessa área, como a Secretaria Nacional de Segurança (SENASP), importante órgão de fomento, centralização e organização da temática. Esses fatores, associados ao interesse das Forças Armadas no reconhecimento de seus saberes, proporcionaram a evolução e o reconhecimento como ciência militar, reconhecida pelo Ministério da Educação no Brasil, a saber, Ciência Militar (BRASIL, 2001) e Ciência da Defesa (BRASIL, 2017), consolidando a Estratégia Nacional de Defesa.

Em paralelo às Forças Policiais, em especial as Polícias Militares, que possuem formação superior em suas Academias, iniciaram, no final do século passado e início deste, movimentos de valorização e elevação acadêmica. Cabe referência a dois movimentos importantes: a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul (BMRS), em 1997, ao exigir para o ingresso na carreira de oficiais o requisito de título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (RIO GRANDE DO SUL, 1997), e a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), que, por meio de Lei, instituiu como título de sua formação de oficiais na APM “ciências policiais de segurança e ordem pública”, oficializando seu novo sistema de ensino (SÃO PAULO, 2008).

O objetivo geral da pesquisa é analisar a evolução da ciência policial, a partir das mudanças na formação policial militar, e os objetivos específicos são confirmar a evolução e situação dos cursos de formação de oficiais das polícias militares e registrar o trajeto até a homologação da ciência policial pelo MEC. No delineamento, a pesquisa configura-se como um estudo exploratório, com base bibliográfica, documental e análise de bases de dados na internet, com foco nas Polícias Militares. Trata-se de um estudo dedutivo e qualitativo, que se atém às variáveis elevação de requisito para ingresso nas Academias de Polícia Militar e mudança de titulação dos cursos. A questão-problema da



pesquisa é a seguinte: Qual o impacto das mudanças no ingresso e na formação dos Oficiais de Polícia Militar na consolidação da Ciência Policial no Brasil?

A pesquisa justifica-se em função do tema urgente e prioritário na agenda política e social do Brasil, que impacta o cotidiano das pessoas, no desenvolvimento social e econômico do País e pela recente aprovação das ciências policiais no rol de ciências estudadas. (BRASIL, 2019). O artigo está estruturado em introdução, duas seções e considerações finais, para poder atender aos objetivos propostos e responder à questão-problema. A próxima seção apresenta uma revisão breve da literatura.

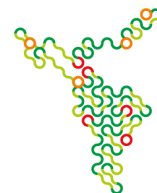
1 Revisão da Literatura

As ciências policiais se afirmaram no contexto de insegurança pública e da necessidade de consolidação de uma polícia efetivamente fundada nos preceitos do estado de direito democrático, no intuito de reforçar a expansão da liberdade humana e de qualidade de vida na sociedade. “O desenvolvimento de uma razão teórico-policial não se compreende senão como desenvolvimento no sentido de uma razão prático-policial [...] corresponde precisamente ao que se pede à racionalidade científica policial.” (PEREIRA, 2019, p 16). O conceito apresentado por Lazzarini, em 2008, sobre ciência policial reforça essa racionalidade e lógica de orientação esperada:

Conjunto sistemático e objetivo dos fenômenos que interessam à atividade policial para o regular exercício do poder de polícia, balizado pelos princípios jurídicos das Ciências do Direito e afins, como também pelas modernas técnicas da Ciência da Administração Pública, com a finalidade de realizar o bem comum. (LAZZARINI, 2008, p. 28 *In*: CAPARROZ, 2017, p. 36).

O reconhecimento acadêmico somente se substanciará com o tempo e por meio de produção científica a se constituir. Daí a importância do esforço em estudar e postular novas discussões sobre as Ciências Policiais, permeáveis por tantas outras ciências e conhecimentos. (CAPARROZ, 2017, p. 36). Esse “conhecimento da polícia se pode considerar sob duas perspectivas, conforme a pesquisa científica seja organizada a partir de pessoas de fora da instituição, ou a partir de dentro da instituição policial.” (PEREIRA, 2019, p. 21).

Para reforçar essa compreensão, tanto Pereira (2019) quanto Caparroz (2017) referem-se a Bittner (2003) como importante autor sobre a temática, cuja obra destaca a relevância de a condução dos estudos dentro das ciências policiais ser realizada pelos próprios policiais mais escolarizados. Tal autor reforça a necessidade de validação desse saber por seu público profissional:



O desenvolvimento de um significado racional completo de papel da polícia na sociedade, que possa dar lugar a um conjunto de procedimentos de trabalho metódicos e racionais, deve ser criado a partir da ocupação, não podendo ser imposto a ela por pessoas de fora. (BITTNER, 2003, p. 174).

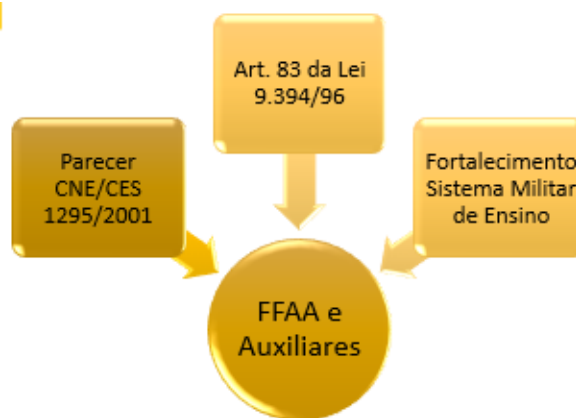
Nessa senda, o papel de outros cientistas contribuindo para a melhoria dos serviços sempre será oportuno, mas a validação e ampliação da creditação pelos próprios policiais revestem-se de uma necessidade para o sucesso e ampliação das ciências policiais. Alinhada no sentido dessa consolidação entre o saber prático e o saber teórico pelos próprios profissionais e respaldada pelo Art. 83 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) instituiu, em 2008, seu sistema de ensino, positivando em lei e instrumentalizando as “ciências policiais de segurança e da ordem pública” (SÃO PAULO, 2008). Inaugura, assim, no Brasil, as bases dessa nova área do conhecimento, com a oferta regular de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, agregando ao seu próprio ambiente acadêmico a vivência prática de seus policiais pesquisadores.

Com a expertise adquirida ao longo de 10 anos, a PMESP propôs à Câmara de Educação Superior incluir as Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no país em 2017. O relator do parecer, Luiz Robert Liza Curi, em 2019, apresenta voto favorável à inclusão das Ciências Policiais como área de conhecimento no rol de ciências estudadas no Brasil, referindo-se ao final do parecer:

[...] fica evidenciado que todo o esforço capaz de contribuir para o aprofundamento da formação e do desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento na área das Ciências Policiais trará benefícios para o país. Além do mais, é notória a existência de especialistas na área, que, no entanto, ocupam espaços interinstitucionais, o que não é ruim, pois já representa um avanço quanto ao desenvolvimento das pesquisas. (BRASIL, 2019, p. 2).

O parecer foi aprovado por unanimidade pela Câmara de Educação Superior, e a decisão foi publicada no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2020, oficializando as Ciências Policiais no Brasil. É importante recuar no tempo para agregar nessa trajetória o viés militar, que corrobora com o policial, em especial para as polícias militares. O reconhecimento da ciência militar foi a precursora para o processo dos demais reconhecimentos e validações. Após parecer CNE/CES 1295/2001, apoiado nos argumentos apresentados pelas Forças Armadas (FFAA), com base no mesmo artigo 83 da LDB, o sistema militar de ensino foi fortalecido, possibilitando inclusive a adoção dessa titulação em cursos de formação de Oficiais das Polícias Militares, a ser tratado na próxima seção. A Figura 1 representa esse processo e beneficiários:

Figura 1 - Inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no Brasil.



A ampliação das pretensões das FFAA de fortalecimento de seu sistema militar de ensino é conquistada, quando a “Defesa”, enquanto tema de estudo, recebe o status de ciência em 2017, por meio do parecer CNE/CES nº 147/2017. O processo enaltece a estratégia nacional de defesa e amplia o conceito, possibilitando maior abertura do sistema militar de ensino para a sociedade. Esse movimento tornou o sistema mais flexível, garantindo a sua interdisciplinaridade e sua vocação para ações interinstitucionais, conforme descrito no parecer. A Figura 2 retrata o processo e beneficiários:

Figura 2 - Inclusão da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil.



Fonte: Autores, com base em Brasil (2017).

Com base nesses movimentos precursores e com a realidade de fomento à pesquisa, a PMESP sentiu o respaldo necessário, com os êxitos no campo militar, para propor como já exposto a inclusão das ciências policiais. A Figura 3 retrata o processo e beneficiários:

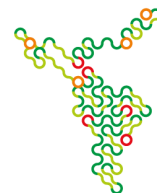


Figura 3 - Inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil.



Fonte: Autores, com base em Brasil (2019).

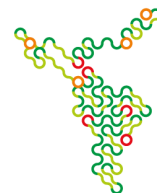
Uma compreensão apropriada da ciência policial é que “pode ser entendida, preliminarmente, como conjunto de conhecimentos [...] produzidos pelos sujeitos que compõem as instituições policiais, acerca das funções que desenvolvem em sua atividade cotidiana.” (PEREIRA, 2019, p. 27). O reconhecimento acadêmico somente será substanciado com o tempo e por meio de produção científica a se constituir. Daí a importância do esforço em estudar e postular novas discussões sobre as Ciências Policiais, permeáveis por tantas outras ciências e conhecimentos. (CAPARROZ, 2017, p. 36).

Nesta seção, foram abordados o contexto e a trajetória até o reconhecimento das ciências policiais como tal pelo Ministério da Educação. Na próxima seção, tratar-se-á da evolução na formação policial militar no Brasil, no sentido de compreender se esse fenômeno corrobora com a consolidação dessa nova ciência no País.

2 Análise dos Resultados

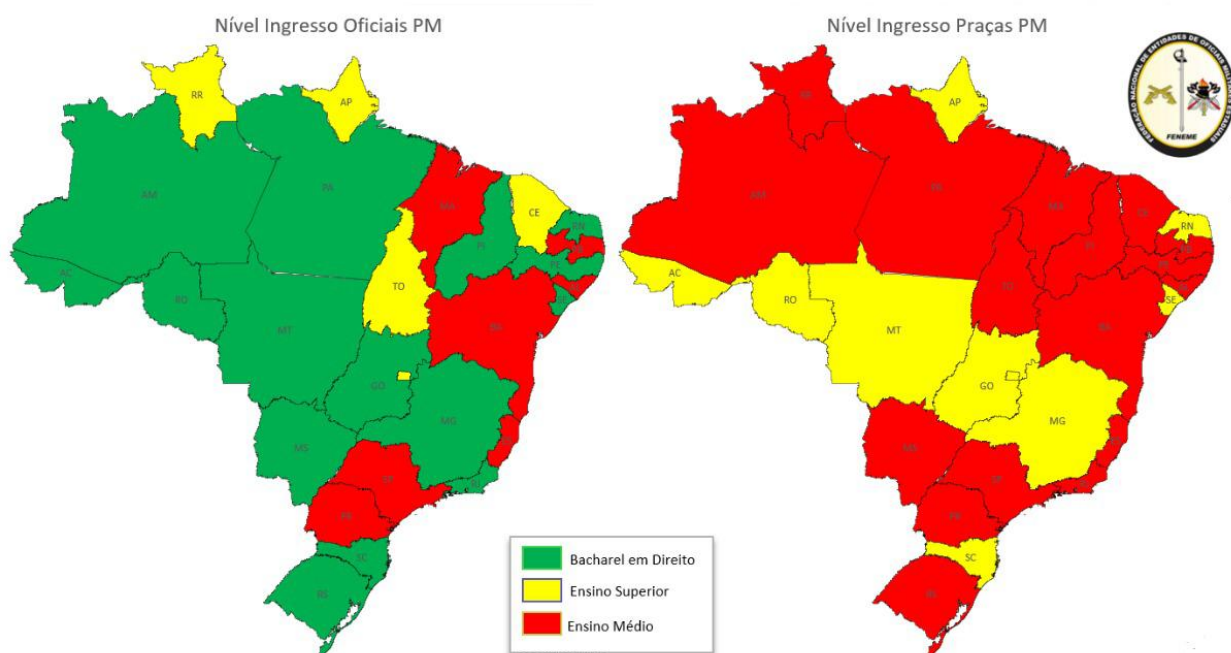
A formação e o treinamento nas polícias militares sempre foram uma preocupação e alvo de estudos e reformulações para atender à evolução social. Neste sentido, foram tomados por base os trabalhos de Karnikowski (2010) e Detoni (2014), que exploraram a formação policial e sua evolução, em especial na BMRS, mas que corrobora com a importância que todas concedem ao tema, em função também da organização militar.

A evolução da formação policial no Brasil, em especial considerando como pressuposto a elevação de requisitos para o ingresso nas corporações, pode ser visualizada de forma bem objetiva,



a partir das informações coletadas pela Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME, 2021), expostas na Figura 4:

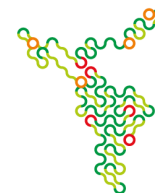
Figura 4 – Requisitos para ingresso nas carreiras policiais militares.



Fonte: FENEME (2021).

Observa-se que a formação superior como requisito para ingresso policial, na carreira dos praças, já abrange 10 PM(s) e, na carreira de oficiais, 20 PM(s), o que eleva o número e percentual de graduados ou pós-graduados, desde o ingresso na corporação, com potencial maior ainda de progressão em pesquisas no campo de ciências policiais a partir dos cursos e treinamentos recebidos nas instituições. Destaca-se no ingresso às carreiras de nível superior uma tendência de requisito à formação em Ciências Jurídicas e Sociais, que constitui um dos principais conjuntos de saberes para as ciências policiais. (PEREIRA, 2019, p. 28).

Pode-se afirmar que a mobilização desde o início do século em prol da melhoria da educação e formação policial no Brasil, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em parceria com todos os órgãos policiais, resultou em uma matriz curricular nacional, que contempla com propriedade os principais saberes para a profissão policial. (BRASIL, 2014).



Iniciativas variadas e fomentadas pelos governos federal e estadual possibilitaram, nos últimos 20 anos, grande formação de policiais militares e profissionais de segurança pública variados em cursos *lato e stricto sensu*, aumentando muito os pesquisadores profissionais no campo das ciências policiais, como a constituição da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)³, que capacitou milhares de pesquisadores nesse período.

Refere-se que mais cursos *stricto sensu* promovidos em APM(s) passaram a ser realizados, na medida do avanço do tempo e de carreira dos oficiais. Ressalta-se que a PMESP, por si só, já promove um aumento significativo de pesquisadores no Brasil, pois mantém formação continuada em Mestrado e Doutorado em Ciências Policiais e da Ordem Pública (SÃO PAULO, 2008). É importante referir, também, que há maior interação entre as APM(s) e Instituições de Ensino Superior em todos os Estados, pelo próprio fomento da Renaesp. (DETONI, 2014; BRASIL, 2014).

A partir de levantamento amostral, realizado por meio de contato com oficiais encarregados nas APM(s), foi possível perceber que o (n) de 18 APM(s) de um total de (N) 27 polícias militares, perfazendo uma amostra de quase 67%, possuem Curso de Formação de Oficiais (CFO) em nível de graduação (ressalva para a Polícia Militar do Estado de Goiás, que possui em nível de MBA), cujos diplomas reconhecem as titulações, apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Titulações dos cursos de formação de oficiais de 18 APM(s).

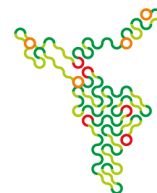
Titulação	Polícias Militares	Total	% (n)	%(N)
Bacharel em Ciências Policiais	BA, ES, SP e DF	4	22,22%	14,82%
Bacharel em Ciências Militares	MG, RS e MT	3	16,67%	11,11%
Bacharel em Segurança Pública	AL, MA, PR, PB e GO*	5	27,78%	18,52%
Curso de Formação de Oficiais	RR, RO, RJ, SE, PE	5	27,78%	18,52%
Bacharel em Segurança Militar	PI	1	5,56%	3,70%
Total	18	18	100%	66,67%

Fonte: Autores (consultas diretas).

*Goiás foi nivelado como Bacharel, embora título de MBA considerando o título/nomenclatura.

A constatação apresentada no Quadro 1 comprova o impacto que a aprovação das ciências pelo Ministério da Educação pode causar nas PM(s), pois quatro, 22,22% da amostra, representando 14,82% do total de PM(s), já adotaram o título de bacharel em sintonia com a ideia de ciências

³ Referência atualizada sobre a RENAESP: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/03/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-lanca-plano-anual-de-ensino-e-pesquisa>>.



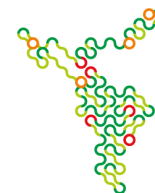
policiais, e outras três, 16,67% da amostra, que já corresponde a 11,11% do total das PM(s), adotaram o título em ciências militares a partir do reconhecimento em 2001. Espera-se que a recente oficialização das ciências policiais possa promover uma mudança na titulação nesta área, migrando os cursos ainda sem titulação específica, com base na amostra (PMRR, PMRO, PMRJ, PMSE e PMPE), no futuro e mesmo os previstos como ciências militares ou em segurança pública para o objeto deste estudo, as “Ciências Policiais”.

Considerações Finais

O estudo atendeu ao propósito de demonstrar que a ascensão e melhoria nos requisitos de ingresso, na organização de sistemas de ensino mais robustos, como no caso de São Paulo, prevendo e mantendo regularidade na formação *stricto sensu*, além do contexto de fomento da SENASP, com aumento expressivo de pesquisadores policiais, propiciaram o reconhecimento já efetivado.

O desafio é manter os processos que podem consolidar e prospectar as ciências policiais. Para isso, as evidências objetivas neste estudo indicam que o aumento dos requisitos de ingresso nas corporações e, também, a adoção de cursos específicos na área das ciências policiais gradativamente pelas polícias militares, mas não apenas estas, podem viabilizar uma massa crítica exponencial nesse campo de saber.

O estudo apresenta as limitações típicas do formato breve e serve de incentivo para novas iniciativas de pesquisa, que possam aprofundar e detalhar essa trajetória, para que a recém oficializada ciência policial possa consolidar-se no Brasil e propiciar melhorias mais efetivas no serviço policial e nas políticas públicas no tema. Nesse sentido, constata-se um ambiente propício para a expansão das ciências policiais, em função das melhorias ainda necessárias na segurança pública do País, que podem (e devem) continuar sendo objeto de pesquisa das Polícias Militares e de seus pesquisadores.



Referências

BITTNER, E. Aspectos do trabalho policial. **Coleção Polícia e Sociedade** n. 8. São Paulo: Edusp, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 21-38, 2006.

BRASIL, **Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 1295/2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1295_01.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 147/2017**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/65331-pces147-17-pdf/file>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 945/2019**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional** – para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública. Biblioteca de Segurança. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/ptbr/assuntos/sua-seguranca/gestao-e-ensino/sitenovo/copy_of_matriz_curricularnacional_versaofinal_2014.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

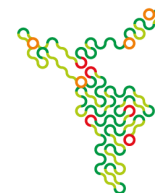
CAPARROZ, L. H. **Políticas públicas e prevenção ao crime: experiências práticas no centro da cidade de São Paulo**. São Paulo: Biografia, 2017.

DETONI, Maurício Paraboni. **Formação policial: contribuições pedagógico filosóficas**. Curitiba: CRV, 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS – FENEME. **Site**. Disponível em: <<https://www.feneme.org.br/mapa-nivel-de-ingresso-nas-policias-militares-do-brasil/>> Acesso em: 15 ago. 2021.

GODIN, S. **Sobreviver não é o bastante: como vencer em um mercado em permanente evolução**. Trad. Fábio Fernandes. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

KARNIKOWSKI, R. M. **De exército estadual à polícia militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)**, 2010, 648p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.



KOTTER, J. P. **Acelere**: tenha agilidade estratégica num mundo em constante transformação. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: HSM Editora, 2015.

LAZZARINI, A. Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública: significado, conteúdo e contornos. A Força Policial. São Paulo, n. 58, 2008. In: CAPARROZ, L. H. **Políticas públicas e prevenção ao crime**: experiências práticas no centro da cidade de São Paulo. São Paulo: Biografia, 2017.

LLOP, R. et al. O papel dos gestores atuais para sobreviver num ambiente VUCA. *Review of Business and Legal Sciences/Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, (29), 007–033, 2017. Disponível em: <<https://parc.ipp.pt/index.php/rebules/article/view/2900>>. Acesso em: 20 dez. 2019

PEREIRA, E. S. **Introdução às ciências policiais**: a polícia entre ciência e política. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2019.

REINER, R. A política da Polícia. **Série Polícia e Sociedade**, nº 11. Org. Nancy Cardia. Trad. de Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

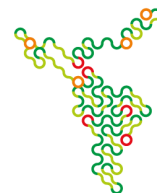
RIO GRANDE DO SUL. **Lei complementar n.º 10.990, de 18 de agosto de 1997**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais e dá outras providências. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1997. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.990.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SÃO PAULO. **Lei complementar n.º 1036, de 11 de janeiro de 2008**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1036-11.01.2008.html>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016**. Homicídio por armas de fogo no Brasil.

WHITEMAN, W. **Training and education army officers for the 21st Century**: Implications for the United States. 1998. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA345812.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019.



DRONE NA BRIGADA MILITAR: ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

João Marcelo dos Santos Gonçalves¹
Cristiano Munhoz²

RESUMO: O presente artigo apresenta a análise da situação atual da operação com Drones na Brigada Militar. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e de dados em arquivos disponíveis na Seção de Aeronaves Remotamente Pilotadas do Batalhão de Aviação da Brigada Militar (BAvBM). A pesquisa foi realizada partir da análise das legislações específicas sobre o uso de Drones e dados quantitativos de pilotos e aeronaves existentes antes e após a entrada em vigor da Nota de Instrução nº 2.25. Por fim, verificou-se que a Nota de Instrução trouxe alterações na quantidade de pilotos e aeronaves em operação na Brigada Militar, bem como aumentou a compreensão da necessidade do cumprimento das normas aeronáuticas, aumentando a observância das regras legais e institucionais.

Palavras-chave: VANT. Aeronave Remotamente Pilotada. Drone. Brigada Militar.

ABSTRACT: This article presents an analysis about the current situation of Drones' operation on the Military Brigade. The research was carried with literature review, document analysis and data in files available at the Remotely Piloted Aircraft Section of the Military Brigade Aviation Battalion (BAvBM). This study was based on the analysis of specific legislation about Drones and quantitative pilots and existing aircraft before and after the Instruction Note nº 2.25. Finally, it was found that the Instruction Note brought changes in the number of pilots and aircraft in operation in the Military Brigade, as well as increased the understanding of the need to comply with aeronautical standards, increasing compliance with legal and institutional rules.

Keywords: VANT. Remotely Piloted Aircraft. RPA. Drone. Brigada Militar.

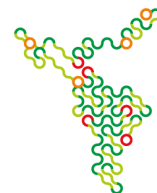
1 Introdução

O presente artigo tem como tema de pesquisa a análise da situação dos Drones na Brigada Militar, tendo o objetivo principal trazer luz aos dados existentes antes e após a entrada em vigor de norma interna. O presente estudo adquire relevância na medida em que a Brigada Militar regulou a aquisição e o emprego das Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) por meio de norma interna.

Por meio da Nota de Instrução nº 2.25, do Estado Maior da Brigada Militar, de 01 de novembro de 2018, devidamente publicada no Boletim Geral da Brigada Militar nº 233 de 10 de dezembro 2018, a Instituição pretendeu criar, sistematizar e organizar a aquisição e operação com Aeronaves

¹ Major da Brigada Militar, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Capitão da Brigada Militar, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.



Remotamente Pilotadas (Drones). Ao mesmo tempo, o estudo está lastreado na recente criação, em março de 2019, da seção de Aeronaves Remotamente Pilotadas do BAvBM.

De acordo com a revisão bibliográfica e documental realizada, é possível afirmar que a dotação dessas aeronaves foi edificada ao longo de quase uma década. Observa-se que, a partir de 2011, foram realizados isoladamente alguns trabalhos individuais sobre o tema, inclusive com conclusões aprofundando a utilidade do seu emprego.

Juntamente com os trabalhos monográficos realizados por alguns militares, em 31 de outubro de 2016, o Subcomandante-Geral da Brigada Militar nomeou uma comissão composta por 03 oficiais com a finalidade de elaborar um estudo acerca do Tema³.

Resumidamente, esta comissão chegou ao entendimento de que o emprego das aeronaves remotamente pilotadas era plenamente viável, revestindo-se de importante ferramenta com capacidade de agregar mais eficiência à atividade de policiamento ostensivo.

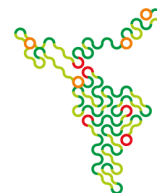
Não obstante o estudo supra, em 20 de dezembro de 2016, o Comandante-Geral da Brigada Militar nomeou nova comissão composta por 04 oficiais com a finalidade de realizar um estudo em relação ao emprego de aeronaves remotamente pilotadas pela Brigada Militar como complemento ao policiamento aéreo.

Esta nova comissão apontou que a legislação em vigor à época não permitia voos de aeronaves que não tinham sido previamente homologadas, registradas e cujo voo tenha sido autorizado, sendo permitido também somente voos no alcance da visão.

Após os estudos supramencionados, não houve mais ações relacionadas à aquisição, quer quanto a regulação quer quanto a operação das aeronaves. Ademais, em 20 de junho de 2018, por Portaria do Chefe do Estado-Maior da Brigada Militar, foi formada uma comissão para regular a implantação do uso de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas na Brigada Militar, formada por 03 oficiais e 02 praças.

Martins realizou um estudo identificando as Unidades da Brigada Militar que possuíam atividades operacionais com uso de RPA, identificando 10 delas que operavam tais aeronaves remotas, restando evidenciado a existência 43 pilotos e 31 aeronaves em atividade na Instituição.

³Comissão de Estudos sobre aeronaves remotamente pilotadas, sob nº PROA 16/1203-0022054-3, online.



(MARTINS, 2018b, p.22). No mesmo estudo, Martins (2018b, p.22)) também apontou que nenhum dos pilotos informados estavam regularizados junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) na plataforma de Solicitação de Acesso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARPAS).

Diante de tudo apresentado, faz-se necessário verificar a atual situação, com o escopo de analisar os dados disponíveis de pilotos e aeronaves atualmente, conforme dados disponíveis na Seção de RPA do BAvBM em 31 de dezembro 2019.

Neste sentido, surge a questão norteadora de nossa pesquisa: Qual a situação atual dos Drones na Brigada Militar?

Através do presente estudo, procurou-se analisar os dados em arquivos disponíveis na Seção de Aeronaves Remotamente Pilotadas do BAvBM, para verificar a distribuição destas aeronaves e pilotos, por Comandos Regionais.

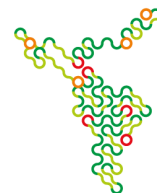
No que concerne à metodologia utilizada, a pesquisa é documental com revisão bibliográfica com levantamento de livros, trabalhos acadêmicos, legislações e documentos existentes. O método aplicado é o dedutivo de natureza aplicada, partindo-se de normas gerais para específicas e particulares aplicáveis a realidade da Brigada Militar. Quanto à forma de abordagem, é qualitativo e em relação aos objetivos, exploratória-explicativa-descritiva. (PEROVANO, 2014).

2. Definições e Regulamentação

Em 2010, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), definiu que VANT é um veículo aéreo projetado para operar sem piloto a bordo, que possua uma carga útil embarcada e que não seja utilizada para fins meramente recreativos. (DECEA, 2010).

Martins (2018a) aduz que o termo VANT tem caráter amplo dividido em dois tipos diferentes, sendo o primeiro chamado de RPA (Remotely Piloted Aircraft, em português Aeronave Remotamente Pilotada –ARP) e o segundo “Aeronave Autônoma”.

Para fins aeronáuticos, o vocábulo VANT, de forma ampla e genérica refere-se a qualquer aeronave não recreativa e não tripulada. O Comando da Aeronáutica, por meio da Instrução 100-40, do ar definiu que Aeronave Não Tripulada Autônoma, é “aeronave não tripulada que não permite a intervenção do piloto na condução de voo, tendo o planejamento da missão sido concebido dessa forma”. (ICA 100-40, 2018, p. 12).



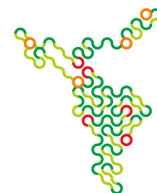
Quanto a legislação em vigor, cabe ressaltar que uma RPA, como já visto anteriormente, é considerada como aeronave e não um “brinquedo” como possa eventualmente parecer. Essa afirmação encontra lastro no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), o qual no artigo 106 dispõe que “considera-se aeronave todo aparelho manobrável em voo, que possa sustentar-se e circular no espaço aéreo, mediante reações aerodinâmicas, apto a transportar pessoas ou coisas”. (CBA, 1986).

Outra verificação pertinente, para fins aeronáuticos, é que as aeronaves das polícias militares não são consideradas militares, implicando na aplicação de regras civis de aviação. (MARTINSa, 2018, p. 04). Não obstante, algumas considerações legislativas já apresentadas anteriormente, sobre a utilização de aeronaves não tripuladas no Brasil está regulada não só pelo CBA, devendo-se também serem observadas legislações emanadas pelo Comando da Aeronáutica e ANAC.

Nesse sentido, verifica-se que a primeira regulamentação sobre o tema ocorreu no ano de 2010, com a publicação da Circular de Informações Aeronáuticas nº 21 (AIC 21/10) do DECEA. (MARTINS, 2018a, p. 4). Posteriormente, já no ano de 2015, o DECEA publicou a Instrução do Comando da Aeronáutica nº100-40 (ICA 100-40), com instruções sobre Aeronaves Não Tripuladas e o seu acesso ao espaço aéreo brasileiro. Somente em 02 de maio de 2017, a ANAC publicou a sua primeira norma versando sobre o a operação de Veículos Aéreos Não Tripulado e Aeromodelos denominada Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial nº94. (RBAC-E nº 9 4). Além disso, o Comando da Aeronáutica, em 28 de agosto do mesmo ano, publicou a AIC nº24, a primeira regulamentação contemplando exclusivamente os órgãos de segurança pública. (MARTINS, 2018a, p. 04).

Além das legislações acima referidas, em 01 de novembro de 2018, a Brigada Militar, por meio do Estado-Maior, por meio da NI, publicou a norma interna com a finalidade de regular a aquisição e emprego operacional de sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA – Drones) pela Brigada Militar.

Visando regulamentar a utilização de VANT em território nacional, a ANAC publicou o referido regulamento apresentando diversas informações e requisitos necessários a operação. No RBAC-E nº 94 estão disciplinadas questões referentes à certificação das aeronaves remotamente pilotadas, suas classificações, bem como os critérios de licença e habilitação para os pilotos remotos. Ao mesmo tempo, a referida norma traz apresenta definições, documentações de porte, regras de voo, registros obrigatórios, além de outras.



Conforme a RBAC nº 94 determina que todos os pilotos remotos e observadores de RPA devem ser maiores de 18 anos. E que todos pilotos remotos de RPA Classe 1 ou 2 devem possuir um Certificado Médico Aeronáutico (CMA) de 5ª Classe válido.

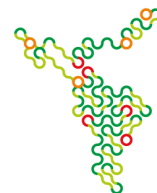
Também todos os pilotos remotos que atuarem em operação acima de 400 pés (120 metros) acima do nível do solo (*Above Ground Level – AGL*), ou atuando em operação de RPAS Classe 1 ou 2, devem possuir licença e habilitação emitida pela ANAC. Em relação a Classe 3, verifica-se que duas são as possibilidades. A primeira com aeronaves com peso máximo de decolagem até 25kg com voos acima de 400 pés e a segunda com mesmo peso máximo de decolagem, porém com voos até 400 pés e operado na linha visada visual. Neste último, há apenas necessidade de cadastro no SISANT/ANAC, não sendo necessário CMA e não é necessário registrar os voos. Naquele primeiro, há necessidade de CMA. Ainda, quando a operação de RPA com PMD até 25kg, o regulamento dispõe que só poderão ocorrer a uma distância mínima de 30 metros do aglomerado de pessoas, salvo de anuírem expressamente.

A propósito de capacitação e treinamento para as aeronaves classificadas na Classe 3, a RBAC-E não estabeleceu nenhum critério especial, estando livre de regulamentação.

Seguindo dispositivo supramencionado, o DECEA tencionou a necessidade de flexibilizar as condicionantes impostas pela ICA 100-40 editando a Circular de Informação Aeronáutica nº 24 de 2018 (AIC nº 24), direcionada aos Órgãos de Segurança Pública (OSP), Defesa Civil (DC) e de Fiscalização da Receita Federal (RFB). Conforme a AIC nº 24, as regras especiais dispostas serão aplicadas para as RPA que possuam PMD igual ou inferior a 25 kg, aquelas definidas na Classe 3.

Em relação a operação, a AIC nº 24 dispõe a referida norma é aplicável a aeronaves cuja a natureza seja não recreativa, onde normalmente os voos de RPA por Órgãos Especiais deverão ser enquadrados, quanto ao tipo, em VLOS. Dentre as principais particularidades apresentadas pela circular em tela estão o de estabelecer novos parâmetros para as operações com RPA de Classe 3 e atribuir responsabilidades ao Órgão Especial.

Ao se examinar a norma em epígrafe, ainda é possível verificar que a mesma estabelece novos parâmetros a serem seguidos obrigatoriamente nas zonas próximos a aeródromos. No mesmo sentido, a AIC determina que antes de qualquer operação, deve ser realizada uma avaliação de risco operacional, conforme previsto na Instrução Suplementar (IS) nº E94-003.



No que concerne ao cadastro de pilotos a aeronaves, a AIC nº24/18 atribui algumas obrigações aos Órgãos Especiais, quer seja no cadastro junto ao Sistema SARPAS do DECEA, que seja no Sistema SISANT da ANAC. São obrigações incondicionais do Órgão Especial o cadastro do RPA na pessoa jurídica do órgão no SISANT, bem como realizar a vinculação do piloto (pessoa física) com a RPA (cadastrada no CNPJ do Órgão Especial) no Sistema SARPAS.

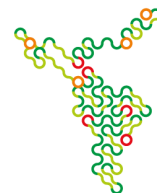
Somente após o adequado cadastro em ambos os Sistemas, o administrador do Órgão Especial poderá compartilhar a RPA com quaisquer pilotos já cadastrados no SARPAS vinculados ao Órgão Especial. Além disso, é obrigatório vincular o piloto remoto (pessoa física) e a RPA, no sistema SARPAS, quando da solicitação de autorização de acesso ao espaço aéreo.

A AIC 24/18, em compensação, a não exigência de seguro contra terceiro, a fim de salvaguardar a segurança do Estado, das pessoas e dos operadores, atribui aos órgãos especiais a responsabilidade de estabelecer medidas internas de prevenção, estabelecer procedimentos internos padronizados de operação e de segurança de voo, promover meios de coordenação para que os pilotos possam realizar suas operações com nível adequado de segurança, cumprir e fazer cumprir o previsto na circular.

No que tange a regulamentação interna, a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de uma Nota de Instrução (NI) interna, devidamente publicada no Boletim Geral da Brigada Militar nº 233 de 10 de dezembro 2018, a instituição pretendeu criar, sistematizar e organizar a aquisição e operação com Aeronaves Remotamente Pilotadas (Drones).

Para fins institucionais, a NI institui o Batalhão de Aviação da Brigada Militar (BAvBM) como unidade central de doutrina, formação e controle relativo às operações de RPAS. Como principais atribuições destacam-se: acompanhar as atividades desenvolvidas com RPA, padronizar os procedimentos de operação, capacitar pilotos, manter cadastro de pilotos e aeronaves etc.

Quanto a implementação da operação de RPA nas Unidades da Brigada Militar, a NI solicita ao BAvBM a habilitação e cadastro dos pilotos e das aeronaves, bem como a homologação de curso realizado em outras instituições ou órgãos. Em relação a responsabilidade, as Unidades Gestoras de RPA, a NI 2.25, devem encaminhar mensalmente, para o BAvBM, relatório de todas as atividades desenvolvidas com RPA. Além disso, ela deverá organizar e manter válidos todos os documentos descritos na NI, especialmente os Termos de Compromisso e Confidencialidade, manuais dos



equipamentos e dispositivos instalados, certificados e autorizações dos órgãos e agências reguladoras, formulários de Avaliação de Risco Operacional, Relatórios Operacionais e Registros de Manutenção.

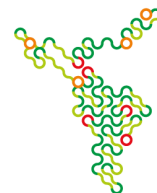
Segundo a nota de instrução, deve ser empregado como piloto de RPA, o militar devidamente habilitado em curso de operador realizado pela corporação, podendo ser reconhecidos cursos realizados em outras instituições, desde que homologados pelo BAvBM. Ainda, o piloto deverá possuir cadastro no DECEA por meio da plataforma de gerenciamento da plataforma do Sistema SARPAS.

O piloto é o militar que manipula os controles de voo de uma RPA, sendo o único responsável pela condução segura de todas as operações, pelas consequências advindas, além de possuir a autoridade final por sua operação. Relativamente ao treinamento, a intitulada NI atribui ao BAvBM a responsabilidade pela elaboração e execução de programa de treinamento.

De mesmo modo, determina que as operações devem cumprir os parâmetros previstos na AIC 24/18 e ICA 100-40, além dos preceitos previstos na própria nota de instrução. Ao mesmo tempo prevê que as operações reguladas pela NI ocorrerão somente com aeronaves com PMD igual ou inferior a 25kg. Devem ser realizadas preferencialmente em Operação em Linha de Visada Visual (*Visual Line of Sight – VLOS*), mas devido seu caráter especial e a fim de manter a segurança da equipe envolvida na operação, pode ser realizado voo além da linha de Visada (*Beyond Visual Line of Sight – BVLOS*).

Da mesma forma que a AIC 24/18, a Nota de Instrução 2.25, define como operações aéreas de Segurança Pública e de Defesa Civil: policiamento ostensivo, policiamento e vigilância em áreas de responsabilidade, ações de inteligência, apoio ao cumprimento de mandado judicial, controle de tumultos, escoltas (dignitários, presos, valores e cargas), operações de busca terrestre e aquática, controle de tráfego, patrulhamento (urbano, rural, ambiental litorâneo e de fronteiras), repressão ao contrabando e descaminho e repressão ao tráfico de drogas e criminalidade violenta.

Ainda em relação a NI, verifica-se que a mesma veda expressamente o uso de equipamento emprestado, de propriedade particular dos policiais militares ou os que, de qualquer outra forma, não tenham sido submetidos ao devido processo de carga patrimonial.



3. Dados de pilotos e aeronaves na Brigada Militar

O presente capítulo busca-se-á discorrer sobre os dados estatísticos de pilotos e aeronaves apurados antes e após a entrada em vigor da Nota de Instrução nº 2.25/EMBM/218. Como dado anterior a NI será utilizada a pesquisa realizada por Martins, o qual buscou levantar os dados acerca da Unidade da Brigada Militar que operavam RPA, bem como os quantitativos de pilotos e aeronaves, no ano de 2018.

Para verificação dos dados após a entrada em vigor da NI, utilizar-se-á os dados enviados a seção de Aeronaves Remotamente Pilotadas do Batalhão de Aviação. Por fim, serão trazidos os dados disponíveis do SARPAS e o SISANT relativos aos pilotos e aeronaves cadastrados e vinculados ao CNPJ da Brigada Militar.

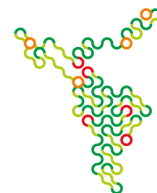
Segundo Martins (2018a, p.22), em meados de 2018, por meio de questionário fechado enviado através de e-mail pelo Google *Forms*, diretamente aos comandantes de unidades que possuem RPA, verificou-se que nas 10 Unidades que possuíam RPA, haviam 43 pilotos e 31 Aeronaves Remotamente Pilotadas em atividade na corporação.

Em relação aos pilotos, Martins (2018^a, p.22), apurou que no total de pilotos informados nenhum possuía cadastro no Sistema SARPAS. Apenas 42,9% dos pilotos possuíam curso de capacitação. Nas unidades que estão empregando RPA, a média mensal de emprego fora de 5,28 empregos por mês, e em 42,9% das vezes, em que foram empregadas as aeronaves, se acidentaram.

Em 2018, a implementação ocorria de forma descentralizada por meio das unidades operacionais, as quais buscavam qualificar a atividade de policiamento, a inovação através de ferramentas tecnológicas. Em termos de operações com Aeronaves Remotamente Pilotadas, o ano de 2018 foi fundamental, pois se estabeleceu o marco inicial e oficial para utilização de aeronaves desta natureza.

Porém, a partir dia 30 de março de 2019, o BAvBM passou a dispor de uma seção de RPA, a qual destinava-se a coordenar o emprego destas aeronaves em âmbito institucional. Como resultado do esforço desenvolvido, em 31 de dezembro de 2019, a Brigada Militar possuía 39 pilotos e 21 Aeronaves Remotamente Pilotadas com cadastro junto a seção de RPA.

Na mesma data, foi verificado o quantitativo de pilotos devidamente cadastrados e vinculados ao CNPJ da Brigada Militar, junto ao DECEA na plataforma SARPAS, totalizando 14 pilotos



cadastrados. Do mesmo modo, verificou-se o número de aeronaves adequadamente cadastradas na plataforma do SISANT junto a ANAC, somavam 06 aeronaves.

Observando-se os dados quantitativos de Pilotos e Aeronaves Remotamente Pilotadas, verifica-se que as unidades operacionais da Brigada Militar informaram em 2018 um quantitativo maior em ambos os parâmetros.

Ressalta-se que tanto os dados de 2018 quanto de 2019 são baseados em informações recebidas por preenchimento de formulários, aqueles da pesquisa realizada por Martins, estes na Seção de Aeronaves Remotamente Pilotadas.

A redução de pilotos e aeronaves pode ser um indicativo de que os policiais militares verificaram a publicação da NI, e, em razão das responsabilidades previstas, reavaliaram sua condição de piloto, bem como do equipamento até então utilizado inadvertidamente.

Outro dado bem interessante verificado na pesquisa, é o surgimento de regularização tanto de pilotos na plataforma do DECEA, quanto de aeronaves no SISANT da ANAC.

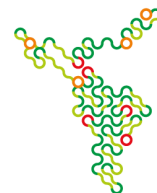
Conforme a pesquisa, os cadastros no DECEA e no SISANT estão ocorrendo, ainda que de maneira tímida. Alguns motivos podem justificar a não coincidência entre os números informados à seção de RPA e as informações cadastradas nos órgãos com atribuição legal.

Quanto ao fato dos pilotos, uma das dificuldades possíveis é o fato de que somente no final do mês de novembro de 2019, foi realizado o primeiro curso da Brigada Militar para pilotos de RPA, desestimulando um ou outro até então operador.

Outro fator é que com a publicização da NI, eventuais operadores desistiram de continuar pilotando tais aeronaves. Em relação ao cadastro da RPA, dar-se em razão da NI vetar a utilização destes do carregamento no patrimônio, o que possivelmente ocorria anteriormente, justificando assim a desproporção entre informados e cadastrados no SISANT.

Quanto a distribuição por localização física e tendo por parâmetro os Comandos Regionais de Polícia Ostensiva (CRPO), os quais possuem atribuição territorial em todo o Estado, verifica-se ainda pouca penetração da temática em diversos comandos regionais, havendo uso somente do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM), no 15º Batalhão de Polícia Militar (15ºBPM), na cidade de Canoas.

Não obstante aos dados por CRPO, ainda se verifica a expressiva evolução do emprego de Drones em operações policiais de polícia ostensiva realizados pelo Comando Ambiental da Brigada



Militar (CABM). Conforme dados recebidos da Seção de RPA do BAvBM, o CABM possui 31 pilotos e 17 aeronaves em operação, distribuídos pelos três Batalhões que compõe o comando.

Certamente, o uso e a aquisição dos Drones pelo CABM possuem relação direta pela dificuldade em realizar operações em áreas de grande extensão territorial, com grande dificuldade de locomoção e acesso.

Por meio da pesquisa, é possível afirmar que o principal vetor de utilização da ferramenta tecnológica denominada “DRONE” na Brigada Militar é o CABM, com esmagadora concentração de pilotos e aeronaves.

4 Considerações Finais

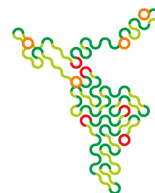
Para a compreensão deste objeto de estudo, a atual situação do uso de Drones na Brigada Militar, inicialmente, buscou-se, abordar a legislação vigente editada pelos órgãos e agências reguladoras.

Neste contexto, verifica-se que tanto o órgão de controle do espaço aéreo, DECEA, quanto o de aviação civil, ANAC, estabeleceram normas diversas aos órgãos de segurança pública em relação aos demais usuários. Entretanto, em compensação às flexibilidades proporcionadas nas operações com RPA, tais órgãos atribuíram mais responsabilidades aos operadores. Este trabalho cursou uma linha de raciocínio objetivando aprofundar os dados relativos a pilotos e aeronaves, antes e após a criação e entrada em vigor na Nota de Instrução nº 2.25/EMBM/2018.

A coleta de informações no banco de dados da seção de RPA do BAvBM acarretou a compreensão mais precisa da atual situação em que se encontra a Brigada Militar no que tange pilotos e aeronaves por Comandos Regionais a partir de 2018.

A partir do estudo, pode-se afirmar que a Brigada Militar ainda se encontra em um estágio inicial de regularização, capacitação, treinamento, operação e aquisição de aeronaves.

Da mesma forma, pode-se concluir que a referida NI teve seu objetivo atingido, uma vez que a redução tanto do número de pilotos, quanto de aeronaves, indica a compreensão da necessidade de cumprimentos de normas legais para a operação. Fato este observado a partir da verificação de cadastramento tanto de pilotos quanto de aeronaves junto as agências reguladoras.



REFERÊNCIAS

BOANOVA FILHO, J. L. Aeronaves não tripuláveis no Brasil e sua regulação. **Revista Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial**, p. 49-51, 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro. ICA 100-40. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Agência Nacional de Aviação Civil. Resolução no 419/2017. **Aprova o regulamento brasileiro da aviação civil especial no 94**. Diário Oficial. Brasília, DF, 03 mai. 2017.

_____. Comando da Aeronáutica. Departamento do Controle do Espaço Aéreo. **Circular de Informações Aeronáuticas AIC N-24**, de 11 de junho de 2018: Aeronaves Remotamente Pilotadas para uso exclusivo em operações dos órgãos de segurança pública, da defesa civil e de fiscalização da receita federal.

_____. Presidência da República. Legislação. Decretos. **Decreto nº 6.834**, de 30 de abril de 2009, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6834.htm. Acesso em: 28 dez. 2019.

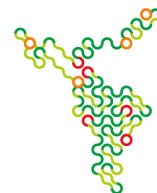
_____. Presidência da República. Códigos. **Código Brasileiro de Aeronáutica – Lei 7.565**, de 19 de dezembro de 1986, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7565.htm. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRIGADA MILITAR. Estado-Maior. **Nota de Instrução nº 2.25/2018**, de 01 de novembro de 2018.

MARTINS, Leandro da Costa. **Aeronave Remotamente Pilotada (RPA): Capacitação e Normatização do seu emprego pela Brigada Militar**. 30 p. Mestrado Profissional –Academia de Polícia Militar da Brigada Militar, 2018.

_____. **Gestão da implantação de aeronaves remotamente pilotadas pelas polícias militares**. 21 p. Especialização – Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – Academia de Polícia Militar da Brigada Militar, 2018.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social**. Editora Juruá. Curitiba. 2014.



FORÇA-TAREFA DESMANCHE: A ATUAÇÃO INTEGRADA ENTRE AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS

Marta França Moreira¹

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM) tem por objetivo relatar a trajetória da Força-Tarefa Desmanche e a atuação integrada entre as Instituições Estaduais de Segurança Pública no exercício de suas respectivas atividades de Inteligência, polícia administrativa, judiciária e ostensiva, no enfrentamento aos crimes de roubo e furto de veículos no estado do Rio Grande do Sul, conduzindo ao seguinte problema de pesquisa: qual a efetividade das Operações Desmanche na redução dos crimes de roubo e furto de veículos na capital e no estado do Rio Grande do Sul após 03 anos e 07 meses em atuação? O método empregado foi o dedutivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica em livros, legislação pertinente ao tema, sítios eletrônicos governamentais, mídia jornalística em geral e a experiência da autora. O artigo pretende descrever a expertise do estado com a Força-Tarefa Desmanche, discorrer sobre histórico, legislação, composição e atribuição de cada órgão integrante, apresentar, analisar dados estatísticos para conferir a efetividade das Operações Desmanche em relação aos índices de roubo e furto de veículos, e, por se tratar de tema inédito, deixá-lo registrado cientificamente.

Palavras-chave: Desmanche. Força-Tarefa. Operação. Roubo e Furto de Veículos.

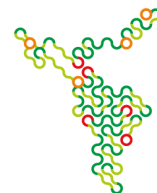
Astract: This paper for the Advanced Course of Military Police Administration (CAAPM) aims to report the trajectory of the Desmanche Task Force and to report integrated actions between State Public Security Institutions in the exercise of their respective activities of Intelligence, administrative, judicial and ostensible police, to face vehicle theft crimes in the state of Rio Grande do Sul, leading to the following research problem: how effective the Task Forces are in reduction of vehicle theft crimes in the capital and state of Rio Grande do Sul after 03 years and 07 months in operation? The method used was deductive, using bibliographic research in books, legislation relevant to the subject, electronic filters, general journalistic media and the author's experience. The paper aims to describe a state experience with the Desmanche Task Force, discuss the history, legislation, composition and use of each member of the group, display, analyze statistical data to test the effectiveness of the operations compared to vehicle theft rates, and because it is a unpublished theme, perform the scientific record.

Keywords: Automotive Scrap. Task Force. Operation. Vehicle Theft.

1 Introdução

A Força-Tarefa Desmanche foi concebida no intuito de frear os elevados índices dos crimes de roubo e furto de veículos que assolavam o estado do Rio Grande do Sul em 2015, pois consabido

¹Oficial-Aluna do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC em 2003. Especialista em Inteligência Policial pela Faculdade Unyleya em 2020. E-mail: marta-moreira@ssp.rs.gov.br.



que em muitos casos, os desmanches, também conhecidos como “ferros-velhos”, atuavam como receptadores desses veículos roubados e/ou furtados, retroalimentando assim a cadeia delitiva.

O presente estudo apresenta as Instituições Estaduais de Segurança Pública que integram a Força-Tarefa Desmanche, descreve a atuação de cada uma delas nas “Operações Desmanche”, analisa dados estatísticos sobre os índices de roubo e furto de veículos e busca aferir a efetividade da atuação da Força-Tarefa Desmanche.

Tendo em vista que a primeira Operação Desmanche foi deflagrada em 16 de fevereiro de 2016 e, considerando-se a data de 30 de setembro de 2019 como marco final para o estudo, formulou-se o seguinte problema: qual a efetividade das Operações Desmanche na redução dos crimes de roubo e furto de veículos na capital e no estado do Rio Grande do Sul após 03 anos e 07 meses em atuação?

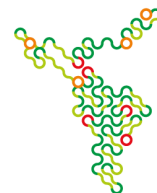
Por se tratar de uma ofensiva fiscalizatória pioneira no país no enfrentamento aos desmanches irregulares/clandestinos, servindo de modelo a outros estados que, o tema foi escolhido por ser inédito e merecedor de análise científica e registro histórico.

2 Referencial Teórico

Historicamente, desde julho de 2007 os órgãos de segurança empreendiam esforços para regularizar as atividades dos desmanches com a edição da Lei nº 12.745 (RIO GRANDE DO SUL, 2007), que dispunha sobre a comercialização de partes, peças e acessórios automotivos oriundos de veículo sinistrado ou qualquer outro veículo automotor adquirido com o fim de desmanche.

Em maio de 2014 a atividade de desmontagem de veículos automotores no país passou a ser regulada pela Lei federal nº 12.977 (BRASIL, 2014), que definiu que a atividade de desmontagem somente poderia ser realizada por empresa de desmontagem registrada perante o órgão executivo de trânsito de cada Estado (*in casu* Detran/RS) e estabeleceu a obrigatoriedade de fiscalização *in loco* por este órgão antes da concessão, da complementação ou da renovação do registro da empresa, assim como a realização de fiscalizações periódicas, dispensando comunicação prévia.

Em meados de 2015, a Secretaria da Segurança Pública, com o objetivo primordial de reduzir os elevados índices de roubo e furto de veículos em parceria com o Detran/RS, cuja atribuição de fiscalização periódica das empresas de desmanche carecia do apoio das forças policiais para ser efetivada, empreenderam na constituição de um grupo de trabalho para elaboração de proposta de legislação estadual que atendesse a ambas necessidades.



Nessa conjuntura, em 07 de dezembro de 2015 foi promulgada a Lei dos Desmanches, Lei nº 14.787 (RIO GRANDE DO SUL, 2015), com o fim de regular a comercialização de partes, peças e acessórios automotivos oriundos de veículos em fim de vida útil sujeitos à desmontagem e o procedimento de defesa administrativa.

Em complemento à lei estadual, em 03 de fevereiro de 2016, o Decreto nº 52.898 (RIO GRANDE DO SUL, 2016) instituiu uma Força-Tarefa com o objetivo de promover uma fiscalização contundente nas empresas de desmanche irregulares.

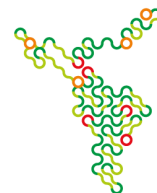
2.1 FORÇA-TAREFA DESMANCHE: Instituições Estaduais de Segurança Pública e suas atribuições

A Força-Tarefa Desmanche operacionaliza sua atuação através das “Operações Desmanche”, que consistem em uma ofensiva fiscalizatória, realizada de maneira integrada entre as Instituições Estaduais de Segurança Pública: Secretaria da Segurança Pública, Brigada Militar, Polícia Civil, Departamento Estadual de Trânsito e Instituto-Geral de Perícias, onde cada órgão exerce suas atividades precípua, com foco no enfrentamento aos crimes de roubo e furto de veículos, receptação, crimes ambientais, furto de energia elétrica, dentre outros.

A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Inteligência de Segurança Pública (DISP), exerce a função de coordenação da FT Desmanche e a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) na fase pré-operação, coletando dados de inteligência a fim de subsidiar o planejamento da operação. A coordenação da FT é responsável pela interlocução entre os órgãos, questões administrativas, recebimento de denúncias, avaliação dos alvos cotejados e planejamento da operação, bem como sua coordenação *in loco*.

A Brigada Militar, por intermédio do Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM), exerce a função de polícia ostensiva na Força-Tarefa, sendo a instituição responsável pela abordagem e o congelamento dos alvos, não permitindo a circulação de pessoas estranhas à operação, enfim, promovendo a segurança de todos os envolvidos. Recentemente o Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM) passou a integrar a Força-Tarefa com o objetivo de realizar a fiscalização ambiental e produzir os documentos resultantes de infrações constatadas.

A Polícia Civil, através do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e de suas delegacias especializadas: Delegacia de Roubo de Veículos (DRV), Delegacia do Meio



Ambiente (DEMA) e Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio das Concessionárias e dos Serviços Delegados (DRCP), exerce a função de polícia judiciária na constatação, prisão de pessoas e condução dos flagrantes delitos, dentre os mais comuns: receptação de veículos, adulteração de sinal identificador de veículo automotor, clonagem, crimes ambientais e furto de energia elétrica.

O Detran/RS, por meio da Diretoria Técnica/Divisão de Desmanches, exerce a função de polícia administrativa, na fiscalização, conferência de documentação, autuação do estabelecimento e coordenação do trabalho de apreensão da sucata e seu destino para reciclagem. Após cada operação, a Divisão de Desmanches confecciona os processos administrativos com a formalidade necessária a fim de possibilitar recurso e defesa ao estabelecimento interditado. A Gerdau Riograndense, empresa conveniada com o Detran/RS, é responsável por toda a logística da operação em relação ao recolhimento, descontaminação e reciclagem da sucata automotiva apreendida.

O Instituto-Geral de Perícias, por meio de Peritos do Departamento de Criminalística, tem a função de identificar peças roubadas/furtadas e/ou com adulteração ou remarcação de número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor e realizar a perícia diretamente no local da operação, o que representa agilidade no trabalho de comprovação de crime, com o imediato encaminhamento daquilo que foi periciado para a Delegacia de Polícia competente, robustecendo a prova e possibilitando a prisão imediata do autor do delito.

3 Análise de Dados e Resultados Obtidos

Em 03 anos e 07 meses de atuação, desde a primeira edição realizada em 16 de fevereiro de 2016 até o dia 30 de setembro de 2019, foram deflagradas 85 Operações Desmanche em 48 municípios gaúchos, sendo eles: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Alvorada, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Camaquã, Candelária, Canela, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capela de Santana, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Eldorado do Sul, Erechim, Estância Velha, Esteio, Estrela, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Nova Bassano, Nova Prata, Novo Hamburgo, Pântano Grande, Parobé, Passa Sete, Passo Fundo, Pelotas, Portão, Porto Alegre, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Sant'Ana do Livramento, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Soledade, Tapejara, Taquari, Terra de Areia, Torres, Vera Cruz e Viamão.

Resultados obtidos nesse período: 124 desmanches interditados, 77 presos e quase 07 mil toneladas de sucata automotiva apreendidas e destinadas à reciclagem. Foram arrecadados R\$

853.661,16 com a sucata recolhida e foram aplicados R\$ 752.516,95 em multas. Os valores angariados com o ressarcimento da sucata são depositados na proporção de 50% no Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP) e os 50% remanescentes, destinados ao Detran/RS. Os valores referentes às multas são recolhidos ao FESP na sua totalidade (100%).

Figura 1 – Resultado total acumulado



Fonte: Detran/RS e Coordenação da Força-Tarefa Desmanche

No período em estudo, foram deflagradas 18 operações na capital, onde restaram 23 presos e apreendidos 969.374 kg de sucata automotiva, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – Resultado acumulado por regiões

MUNICÍPIO	OPERAÇÕES	PRESOS	SUCATA(KG)	MULTAS(R\$)	VALOR ARRECADADO(R\$)
Porto Alegre	18	23	969.374	152.001,14	116.324,88
Região Metropolitana*	37	33	2.999.753	293.923,54	372.364,38
Interior**	30	21	2.828.237	306.592,27	364.971,90
Total	85	77	6.797.364	752.516,95	853.661,16

Fonte: Detran/RS e Coordenação da FT Desmanche

*20 Municípios: Alvorada, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Canoas, Capela de Santana, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, São Sebastião do Caí e Viamão.

**27 Municípios: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Candelária, Canela, Camaquã, Capão da Canoa, Capão do Leão, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Erechim, Estrela, Nova Bassano, Nova Prata, Passa Sete, Passo Fundo, Pelotas, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Sant'Ana do Livramento, Sarandi, Soledade, Tapejara, Taquari, Terra de Areia, Torres e Vera Cruz.

Na região metropolitana foram realizadas 37 edições (44%) e 30 (35%) no interior do estado. Registra-se maior concentração de operações em Porto Alegre e região metropolitana (65%); devido ao fato de a região concentrar os municípios que apresentavam os maiores indicadores de criminalidade do estado.

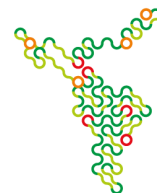
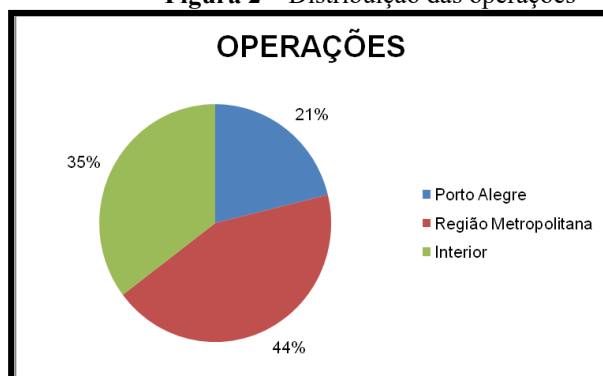


Figura 2 – Distribuição das operações

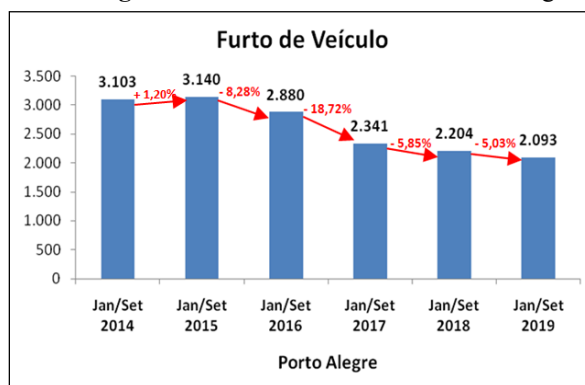


Fonte: Coordenação da FT Desmanche

Para avaliar a efetividade das Operações Desmanche no enfrentamento aos crimes de roubo e furto de veículos na capital e região metropolitana, foram analisados os dados estatísticos do período de janeiro a setembro de cada ano, inclusive de 02 anos anteriores à implementação da FT.

Analisando o furto de veículo em Porto Alegre, conforme a figura 3, verifica-se uma redução de 8,28% de jan/set de 2016 em relação ao mesmo período em 2015 e uma queda de 18,72% de jan/set de 2017 em relação ao mesmo período em 2016. Redução que se manteve até 2019. Desse modo, constata-se que a partir de 2016, primeiro ano de atuação da FT Desmanche à 2019, houve uma sensível redução de 33,34%, ou seja, foram 1.047 veículos furtado a menos na capital.

Figura 3 – Furto de veículo em Porto Alegre



Fonte: Observatório da SSP

Na mesma senda, o estado apresentou expressiva queda nos índices de furto de veículos, sendo -15,4% de jan/set de 2017 em relação a 2016, totalizando uma redução de 34,98% de 2017 à 2019, ou seja, 5.307 veículos que não foram furtados.

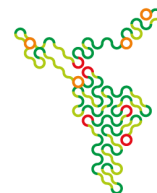
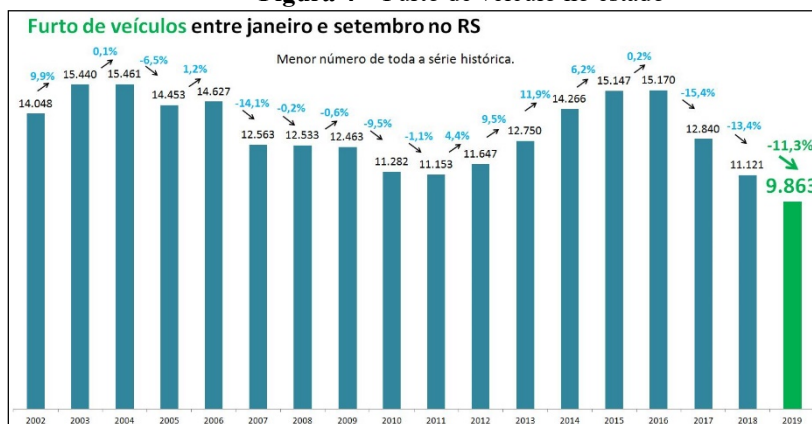


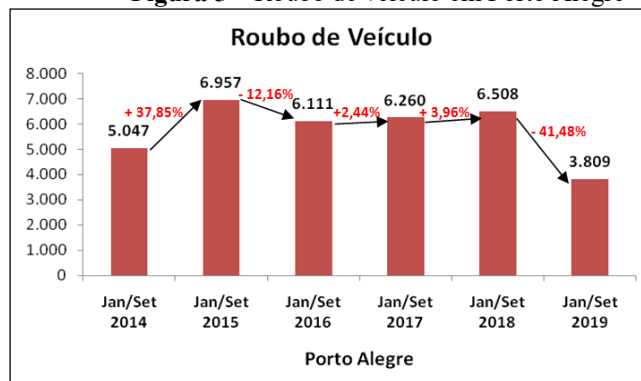
Figura 4 – Furto de veículo no estado



Fonte: Observatório da SSP

Quanto ao roubo de veículo em Porto Alegre, houve sensível queda nos índices em 2016, comparado ao mesmo período em 2015 e depois leve aumento, não retornando ao patamar de 2015. Em 2019 houve uma queda brusca de 41,48%, equivalendo a 2.699 veículos roubados a menos.

Figura 5 – Roubo de veículo em Porto Alegre



Fonte: Observatório da SSP

O roubo de veículos no estado teve um aumento considerável de 2014 para 2015, chegando ao ápice de 13.380 veículos roubados no período de jan/set, representando uma média de 36,65 veículos roubados/dia, o que despertou o alerta nas autoridades de segurança pública. Em 2016 houve uma redução de 0,5%, um pequeno aumento em 2017. A partir de 2018 houve uma redução de 7,4% e uma queda acentuada de 31,1% em 2019, equivalendo a 4.905 veículos que deixaram de ser roubados no Rio Grande do Sul, como demonstra a figura 6.

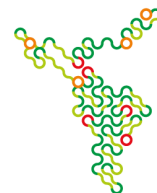
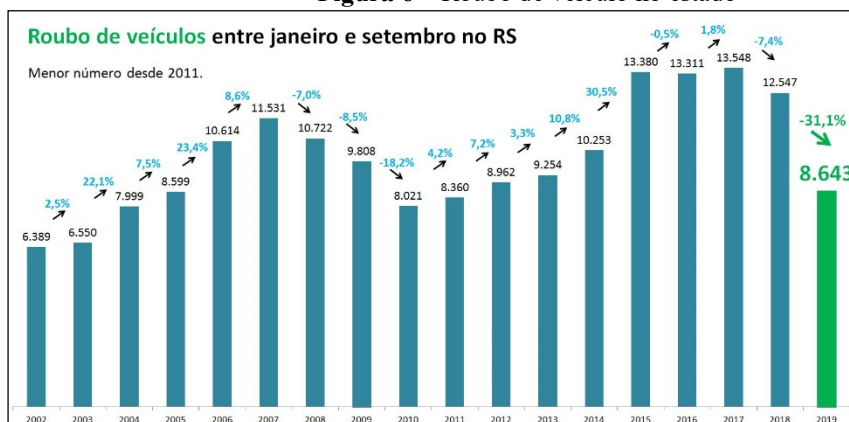


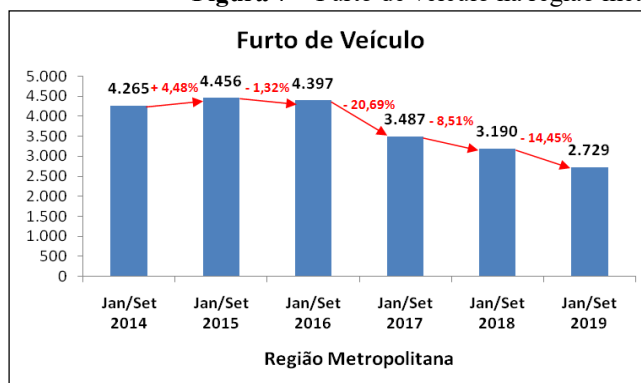
Figura 6 – Roubo de veículo no estado



Fonte: Observatório da SSP

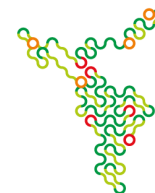
Quanto às cidades da região metropolitana, somente naquelas em foram efetuadas Operações Desmanche, também se pode perceber uma queda mais acentuada nos furtos de veículos, especialmente após o primeiro ano de atuação da FT Desmanche, resultando em -20,69% veículos furtados em 2017, comparado ao mesmo período em 2016, ou seja, 910 veículos deixaram de ser furtados no período.

Figura 7 – Furto de veículo na região metropolitana



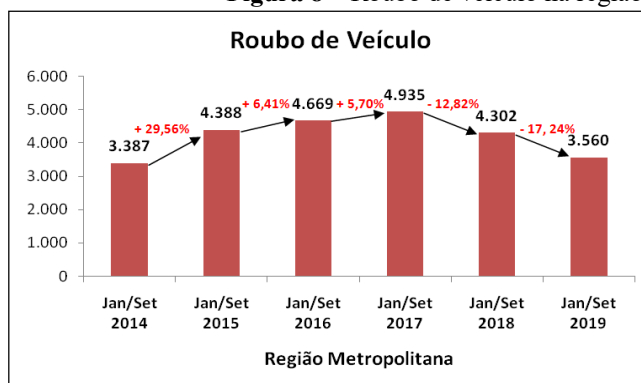
Fonte: Observatório da SSP

Resultado da ofensiva de fiscalização das Operações Desmanche na região metropolitana, de jan/set de 2016 a jan/set de 2019, obteve-se uma redução de -37,93% nos furtos de veículos, representando em números absolutos, que 1.668 veículos deixaram de ser subtraídos de seus proprietários.



Agora, avaliando o índice de roubo de veículo na região metropolitana, este apresentou aumento em 2016 e 2017, mas com acentuada queda de 12,82% em 2018 e de -17,24% em 2019, representando 1.375 veículos que deixaram de ser roubados.

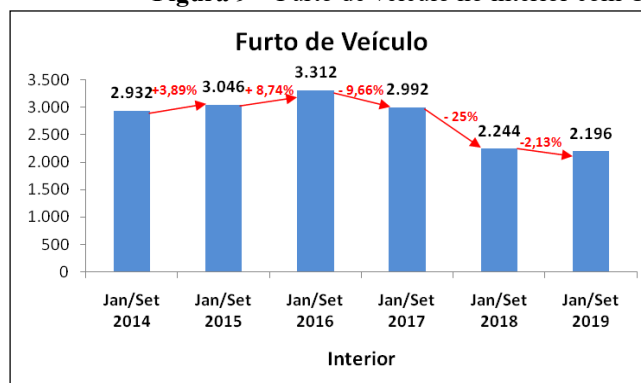
Figura 8 – Roubo de veículo na região metropolitana



Fonte: Observatório da SSP

Nas cidades do interior que receberam as 30 edições da Operação Desmanche, na mesma esteira percebe-se uma redução no índice de furto de veículo a partir de 2016, sendo -9,66% em relação à 2017 e em 2018 uma queda de 25% e -2,13% em 2019, ou seja, 1.116 veículos que não foram furtados.

Figura 9 – Furto de veículo no interior com Op Desmanche



Fonte: Observatório da SSP

No tocante ao roubo de veículo nos municípios do interior com Operação Desmanche, houve uma redução de 2,98% em 2017, depois uma queda expressiva de 31,81% em 2018 e -29,35% em 2019, uma diferença de 661 veículos.

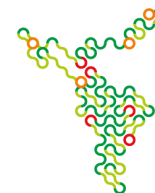
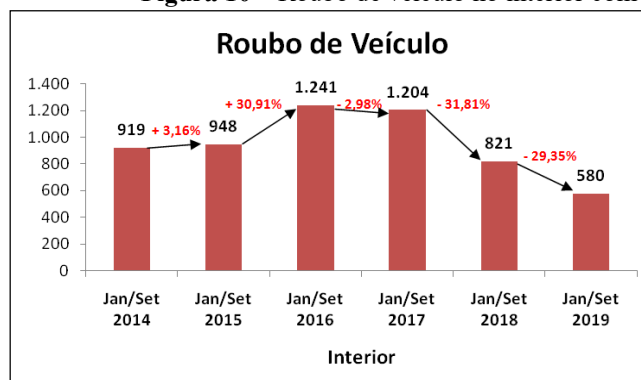


Figura 10 – Roubo de veículo no interior com Op Desmanche



Fonte: Observatório da SSP

Somados o roubo e o furto de veículos, de todas as regiões onde foram deflagradas as operações, no ano de 2015 (antes da atuação da Força-Tarefa Desmanche), nos períodos de janeiro a setembro, foram registrados 22.934 veículos furtados/roubados, ao passo que em 2019, foram 14.967, significando uma redução de 34,74%, o equivalente a 7.968 que deixaram de ser subtraídos.

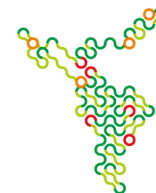
Em que pese a Força-Tarefa Desmanche ter um papel fundamental na redução dos índices de roubo e furto de veículos no estado, outros fatores contribuíram para o cenário de retração dos indicadores, em especial a partir de 2018, com ações dos órgãos de segurança pública.

A Brigada Militar, implementou o Sistema Avante para gestão de dados estatísticos e atribuição de metas e criou em 2019, na área de atuação do Comando de Policiamento da Capital (CPC), o Grupo Roubos de Veículos (GRV), que obteve excelentes resultados, culminando com a prisão de quase 700 meliantes em 10 meses de atuação (resultados até o dia 22 de dezembro de 2019).

A Polícia Civil deflagrou a Operação Barão (junho de 2018) a cargo do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), que desarticulou uma organização criminosa que atuava no roubo de veículos de luxo e lavagem de dinheiro. (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Ainda, outro fator que impactou na redução dos indicadores foi a utilização de tecnologias da informação como o cercamento eletrônico e o videomonitoramento. Em agosto de 2018, a Prefeitura de Porto Alegre iniciou o sistema de cercamento eletrônico na capital, sendo o videomonitoramento realizado em tempo real pelo Centro Integrado de Comando da Capital (CEIC).

Em âmbito estadual, a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e a Receita Estadual, desenvolveram o Controle e Monitoramento de Veículos (CMV), sistema que permite identificar a placa e irregularidades nos veículos dentro do Estado, como: IPVA, licenciamento, furto/roubo, alerta de furto/roubo, veículo clonado, baixado e com restrição. A solução



passou a ser testada em 2017 em parceria entre a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) e a SSP (PROCERGS, 2017), passando a ser utilizada pelas polícias efetivamente em 2018. O monitoramento é realizado em tempo real pelo Departamento de Comando e Controle Integrado (DCCI) da SSP.

A SSP através do Comitê do Sistema de Segurança Integrada com os Municípios (SIM) faz a interlocução com os municípios que desejarem firmar Termo de Cooperação, em conjugação de esforços para viabilizar a implantação de videomonitoramento e cercamento eletrônico.

4 Metodologia

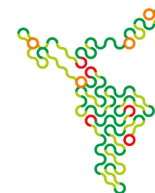
O método utilizado foi o dedutivo, pois partiu da Força-Tarefa Desmanche e suas atribuições, para a análise de sua efetividade no enfrentamento aos crimes de roubo e furto de veículos. O tipo de pesquisa quanto à abordagem é qualitativa, uma vez que a fonte direta de dados é o ambiente natural em que a pesquisadora atua o que garante maior proximidade com o objeto de pesquisa (PEROVANO, 2014). Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, pois “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002). Quanto aos procedimentos técnicos para coleta de dados a pesquisa é bibliográfica, legal e documental. A autora também se valeu de sua experiência como ex-Coordenadora da Força-Tarefa Desmanche.

5 Considerações Finais

A Força-Tarefa Desmanche foi idealizada com o objetivo de dar uma resposta à sociedade gaúcha frente aos elevados índices de roubo e furto de veículos que afligiam o estado em 2015.

Consabido que além da Força-Tarefa, a partir de 2018, ações da Brigada Militar e da Polícia Civil, somadas ao uso de tecnologias da informação, como cercamento eletrônico e videomonitoramento, contribuíram na redução dos roubos e furtos de veículos no estado.

Respondendo ao problema de pesquisa, passados 03 anos e 07 meses de atuação, restou comprovada a efetividade da Força-Tarefa Desmanche no enfrentamento aos crimes de roubo e furto de veículos, na capital, região metropolitana e cidades que receberam operações. Através da leitura dos dados estatísticos, houve uma significativa redução dos índices desses crimes, especialmente após os primeiros dois anos de atuação da Força-Tarefa Desmanche, pois comparando-se o período de janeiro à setembro de 2015, em que foram registrados 22.934 veículos furtados/roubados, ao mesmo



período de 2017, com 21.219 registros, significa uma redução de 7,48%, o equivalente a 1.715 veículos que não foram subtraídos nesses dois anos, em que, basicamente, a Operação Desmanche era a ofensiva mais proeminente da Segurança Pública no enfrentamento ao roubo e furto de veículos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014.** Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12977.htm. Acesso em 25 ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

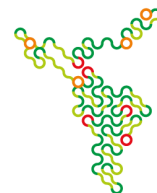
PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa pessoal.** Curitiba: Juruá, 2014. p. 69.

PROCERGS. **Sistema de Controle e Monitoramento de Veículos é implantado.** Disponível em: <http://www.procergs.com.br/sistema-de-controle-e-monitoramento-de-veiculos-e-implantado>. Acesso em: 04 jan. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 52.898, de 03 de fevereiro de 2016.** Estabelece os procedimentos de fiscalização das empresas de desmontagem de veículos automotores no Estado do Rio Grande do Sul, na forma da Lei nº 14.787, de 7 de dezembro de 2015, e da Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e institui Força-Tarefa. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2052.898.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.745, de 11 de julho de 2007.** Dispõe sobre a comercialização de partes, peças e acessórios automotivos oriundos de veículo sinistrado ou qualquer outro veículo automotor adquirido com o fim de desmanche, na forma que especifica. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2012745&idNorma=1120&tipo=pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.787, de 07 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a comercialização de partes, peças e acessórios automotivos oriundos de veículos em fim de vida útil sujeitos à desmontagem, regula o procedimento de defesa administrativa, na forma da lei federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e dá outras providências. Atualizada até a Lei n.º 15.172, de 4 de maio de 2018. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2014787&idNorma=1460&tipo=pdf> Acesso em: 25 ago. 2019.



GESTÃO DA FROTA DE AERONAVES DO BATALHÃO DE AVIAÇÃO DA BRIGADA MILITAR: A IMPORTÂNCIA DA AERONAVE DE ASA ROTATIVA BITURBINA NA BRIGADA MILITAR.

Ivan Fraga da Costa Junior¹

Luis Henrique da Fonseca Campomar²

Danúbio Augusto Engers Lisboa³

RESUMO: O objetivo deste Artigo do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM) é avaliar a importância de uma aeronave de asa rotativa biturbina na Brigada Militar, tendo em vista a lacuna existente na frota operacional da instituição. A hipótese sustentada é que uma aeronave deste tipo é muito importante para a corporação, porque ela agrega ao serviço policial voos por instrumento (IFR), maior segurança operacional, voo em rota noturno e maior capacidade de transporte de efetivo e de carga. A metodologia empregada neste estudo é de natureza básica, abordagem quantitativa, de objetivo exploratório-descritivo, com emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e interrogatório, por meio do método dedutivo. A pesquisa foi realizada em âmbito nacional, com a participação de 16 das 27 Unidades da Federação, tendo participado as de maior destaque nacional com os seus mais experientes profissionais. Estas Unidades Aéreas Públicas (UAP) do Brasil afirmaram com 70% dos entrevistados que uma aeronave com tais características é muito importante no contexto de suas operações aéreas, sendo que 100% respondeu que há importância, mas 30% com outro grau. Concluiu-se que a aeronave Bell 230 realmente encontra-se obsoleta, contudo, ao invés de ser vendida, necessita ser substituída. E este grupo seletivo indicou como opções, respectivamente, os seguintes modelos: H145, Bell 429, AW169, H135, AW109 e MD902 Explorer, entendendo ainda que a aeronave de asa rotativa biturbina é o futuro das Unidades Aéreas Públicas e, embora o alto valor, justifica-se o investimento público.

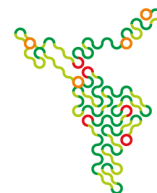
Palavras-chave: Helicóptero. Biturbina. IFR. Unidade Aérea Pública. Brigada Militar.

ABSTRACT: The objective of this Completion Work of the Advanced Course of Military Police Administration (CAAPM) is to evaluate the importance of a twin-engine rotary wing aircraft in the Military Brigade, considering the gap in the operational fleet of the institution. The hypothesis is that such an aircraft is very important to the corporation, because it adds to the instrument flights rules (IFR), greater operational safety, night flight and bigger effective and cargo carrying capacity. The

¹ Oficial-Aluno do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2005 e Especialista em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2007. E-mail: ivan-junior@bm.rs.gov.br.

² Orientador Metodológico. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2019. E-mail: campomar@bm.rs.gov.br.

³ Orientador de conteúdo. Pós-graduado em Administração Policial Militar pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, em 2009. E-mail: lisboa@bm.rs.gov.br.



methodology used in this study is a basic nature, quantitative approach, exploratory-descriptive objective, using bibliographic, documentary and interrogation research techniques, through the deductive method. The survey was conducted nationwide, with the participation of 16 of the 27 Federation Units, which, the most prominent nationally, with their most experienced professionals. These Brazilian Public Air Units (UAP) stated with 70% of respondents that an aircraft whose characteristics is very important in the context of their air operations, and 100% answered that there is importance, but 30% with another degree. It was concluded that the Bell 230 aircraft is indeed obsolete, but instead of being sold it needs to be replaced. And this select group indicated as options, respectively, the following models: H145, Bell 429, AW169, H135, AW109 and MD902 Explorer, further understanding that the twin-engine rotary wing aircraft is the future of the Public Air Units and, although the high value, public investment is justified.

Keywords: Helicopter. Twin-engine. IFR. Public Air Unit. Brigada Militar.

1 INTRODUÇÃO

A Brigada Militar por meio de seu Batalhão de Aviação (BAvBM) conta atualmente com uma frota de 5 aeronaves, todas operacionais e aptas a realizarem diversas missões. São elas 4 aeronaves multimissão de asas rotativas, helicópteros, monoturbinas⁴ ou monomotoras e 1 aeronave de asa fixa, avião, bimotora.

As de asas rotativas, 2 são do modelo H350B – Esquilo, ano 1982 e 2 são do modelo AW119Kx – Koala, ano 2014. Já a de asa fixa, trata-se de um King Air B-200, do ano de 1998.

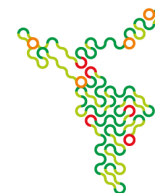
Desta forma, a lacuna evidencia-se na falta de aeronave de asa rotativa que possua 2 motores, a reação, e que seja homologada para voos sob as regras de voo por instrumentos, o que aumenta sobremaneira a segurança e, principalmente, a capacidade de operação.

Visando uma prestação de serviço ainda mais qualificada, técnica e abrangente por parte do BAvBM é que se busca analisar de forma sistemática e científica a Gestão da Frota do Batalhão de Aviação: a importância da aeronave de asa rotativa biturbina na Brigada Militar.

Quanto a metodologia, referente à natureza da pesquisa, é básica, porque se trata de procedimento totalmente originário em relação à Brigada Militar. Seguiu-se o modelo dedutivo, pois se analisou de modo genérico as ferramentas disponíveis atualmente, suas vantagens, capacidades e seu emprego em outros estados que já estão utilizando a aeronave proposta.

Em relação ao tipo da pesquisa, trata-se da quantitativo-descritiva, em razão de que o resultado está fundamentalmente assentado em trabalho estatístico, realizando-se sua apresentação e análise

⁴ Aeronave que possui apenas um motor a turbina.



dos dados para a verificação das hipóteses estipuladas. Já quanto à parte descritiva, eis que se descreve de forma direta e sem alteração os dados levantados.

Após pesquisa bibliográfica, documental e legal, utilizou-se a técnica de levantamento de dados, por meio de interrogatório direto, buscando verificar o comportamento e entendimento dos Oficiais do BAvBM e de integrantes de Unidades Aéreas Públicas do país.

Segundo a última pesquisa da SENASP⁵, trata-se de uma população de 671 pilotos em todo Brasil, dos quais em razão de suas funções, afazeres e compromissos, 70 responderam, ou seja, 10,43% do universo, o que segundo a fórmula estatística da confiança da amostra⁶, verifica-se que a pesquisa atinge um nível de confiança de 95%, com margem de 11 pontos percentuais para mais ou para menos, suficiente para embasar cientificamente o presente.

2 ACRÉSCIMOS DO HELICÓPTERO BITURBINA NA BRIGADA MILITAR

Na aviação policial o voo sobre as grandes cidades, mormente assevera-se, pois esta operação se dá normalmente com baixa altura e pouca velocidade, sob pena de não ter eficácia, principalmente durante o atendimento de uma ocorrência policial.

Soma-se a isso a possibilidade, cada vez maior, da aeronave policial, durante este tipo de atuação, ser alvo de criminosos e sofrer disparos de arma de fogo, o que também pode gerar a necessidade de um pouso de emergência e um motor a mais pode fazer a diferença.

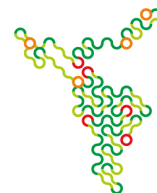
Quanto às viagens noturnas, a legislação aeronáutica só permite voo em rota, se a aeronave for homologada para voos IFR. Para aeronaves visuais (VFR⁷) é somente permitido o voo local, que resta limitado a um raio de 50 Km – 27 NM (milhas náuticas) de um aeroporto homologado para operações noturnas ou dentro de uma Área de Controle Terminal (TMA).

O BAvBM realiza remoções aeromédicas de policiais de todo o Estado e, por vezes, até de fora para cá, sendo também a forma mais rápida e adequada de evacuação médica de policial em operação no interior e, considerando as possibilidades de acréscimos de voos, em condições meteorológicas degradadas ou noturna, estar-se-ia a proporcionar um acréscimo inestimável.

⁵ MENA BARRETO, Capitão Alex. **A gestão estratégica da aviação de segurança pública paulista baseada no conceito de organização em rede**. Dissertação (Mestrado) Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2017.

⁶ CALCULADORA de tamanho de amostra para pesquisa on line. [online]. Disponível em <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em 27 dez. 2019.

⁷ *Visual Flights Rules*.



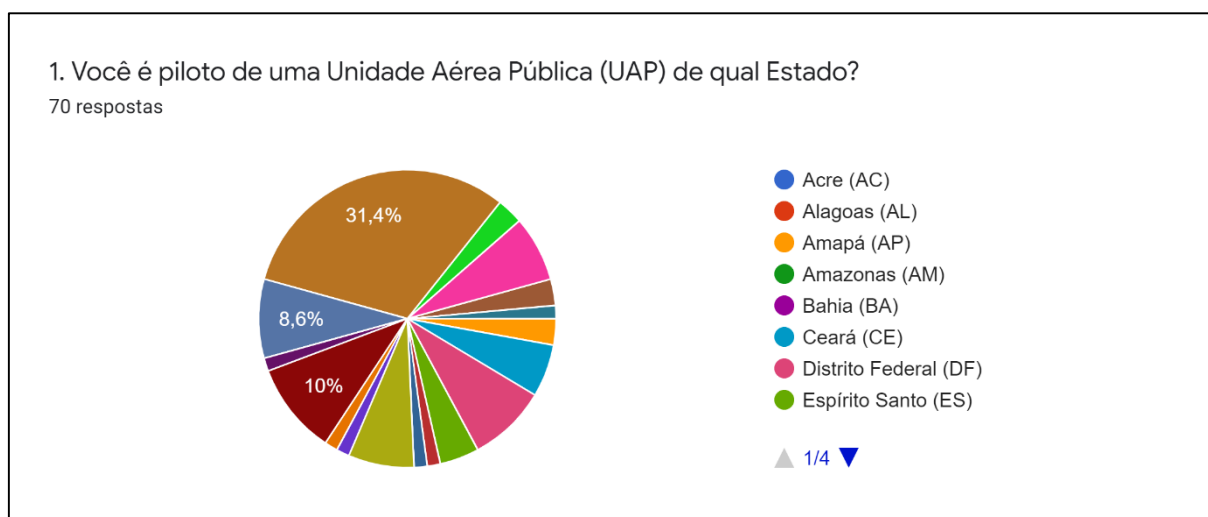
A realização de buscas e resgates no mar, afastado a mais que 37 km, 20 Nm (milhas náuticas) do litoral, só pode ser feito por helicóptero bimotor, com mais uma série de itens previsto na Portaria Nº 18/GM5, de 14 de fevereiro de 1974⁸.

Pelo apresentado, fora a maior capacidade de carga, resta evidente a importância da aeronave de asa rotativa biturbina em geral e para a Brigada Militar.

3 A PESQUISA E SUA ANÁLISE

O questionário, inicia pela identificação do Estado do respondente, sua licença, habilitações e experiência, o que se entende balizadores de suas opiniões, passando-se para o cerne do trabalho, a fim de alcançar-se resposta efetiva ao problema de pesquisa.

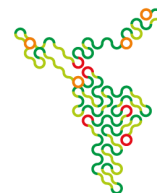
Gráfico 1 – Identificação do Estado.



Fonte: Elaborado pelo autor.

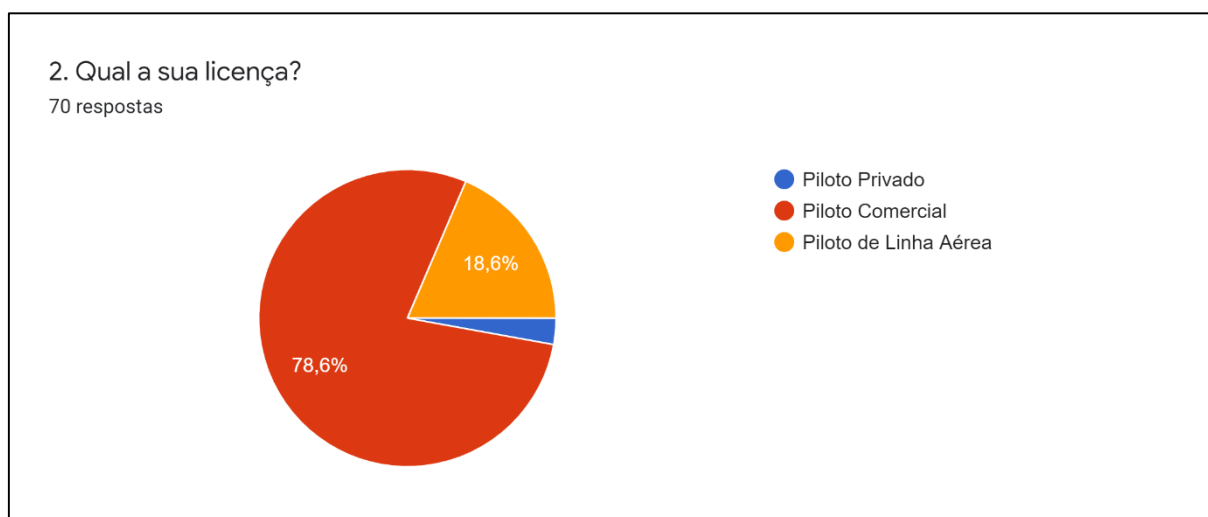
Foram 22 respostas do Rio Grande do Sul, 7 respostas paranaenses, seguidos de perto por Rio de Janeiro e Distrito Federal, ambos com 6. Logo após Santa Catarina e Minas Gerais, cada qual com 5. Ceará, 4 pilotos, Espírito Santo, 3 e, com 2 Amapá, Rondônia e São Paulo. Uma única vez os pilotos de Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Tocantins.

⁸ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Portaria Nº 18/GM5**. Brasília, DF, 1974. [online]. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/portarias/portarias-974/portaria-no-18-gm5-de-14-02-1974>. Acesso em 13 ago. 2019.



A maioria é Piloto Comercial, 78,6%, 55 respondentes e 18,6%, 13, vão além, possuindo a maior licença alcançável, a de Piloto de Linha Aérea, sendo que apenas 2 são Pilotos Privados.

Gráfico 2 – Licença de Voo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Piloto Privado tem bem menos experiência. O Piloto Comercial possui mais que 100 horas de voo⁹. O Piloto de Linha Aérea é o mais experiente profissional.

A fim de identificar em que aeronaves os respondentes voam e são habilitados, temos:

⁹ Agência Nacional da Aviação Civil

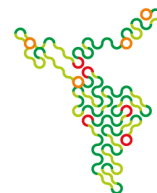
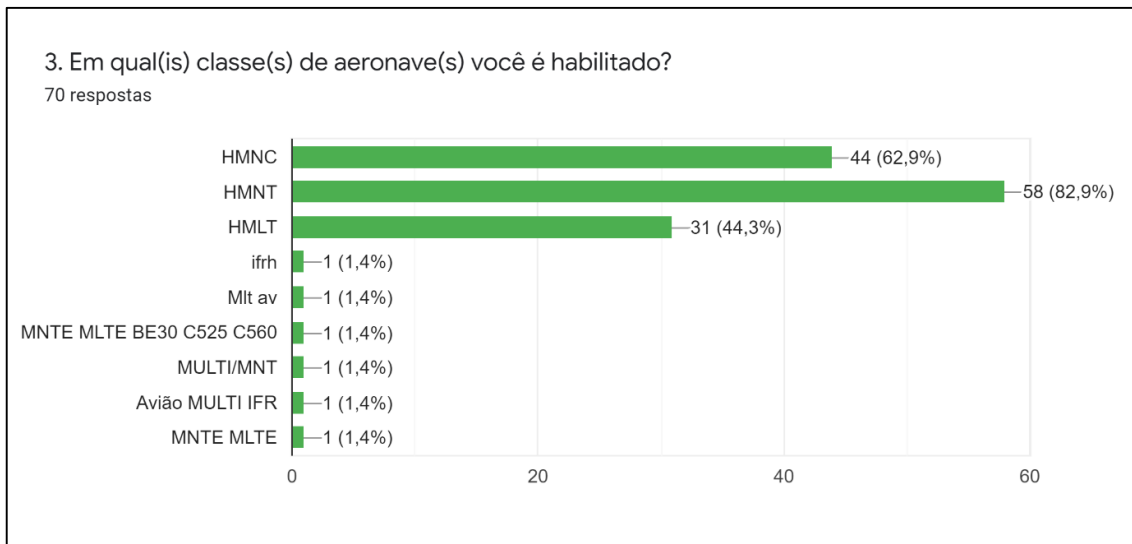


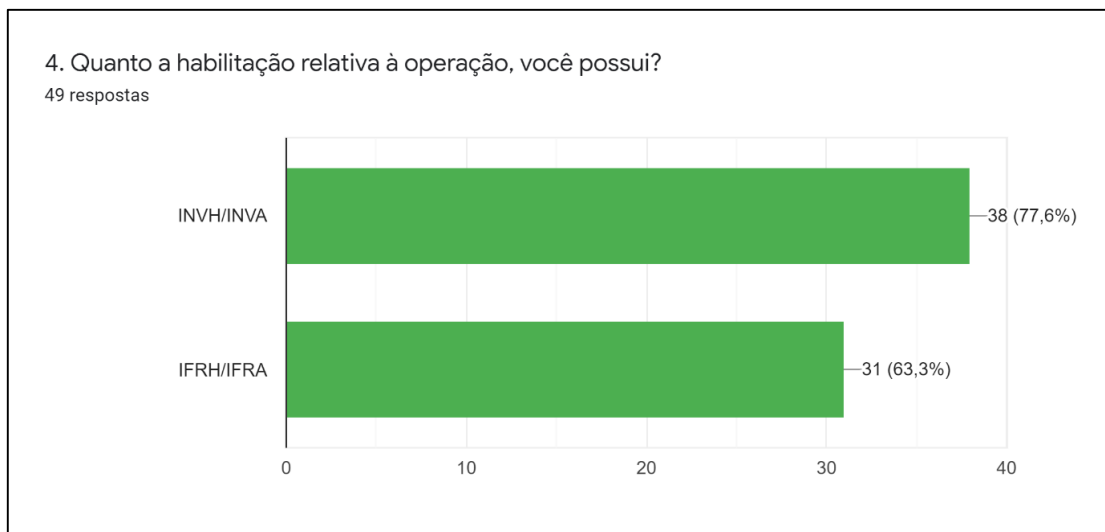
Gráfico 3 – Classe de aeronave.



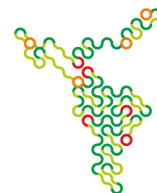
Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionados se são instrutores ou se voam por instrumentos, 38 deles, são Instrutores de Voo de Helicóptero (INVH) ou de Avião (INVA), ressaltando a capacitação do público.

Gráfico 4 – Habilitação.



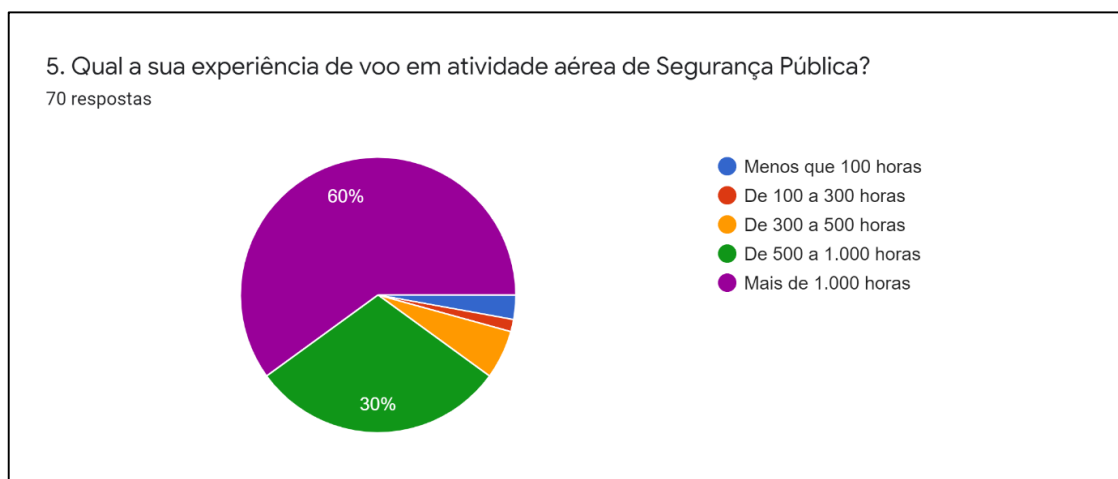
Fonte: Elaborado pelo autor.



Em relação aos habilitados para o voo sob as regras de voo por instrumento, verifica-se que os mesmos habilitados na classe HMLT do gráfico anterior são também IFRH¹⁰.

Por fim, encerra-se a parte qualificação e experiência de voo dos participantes:

Gráfico 5 – Horas de voo.

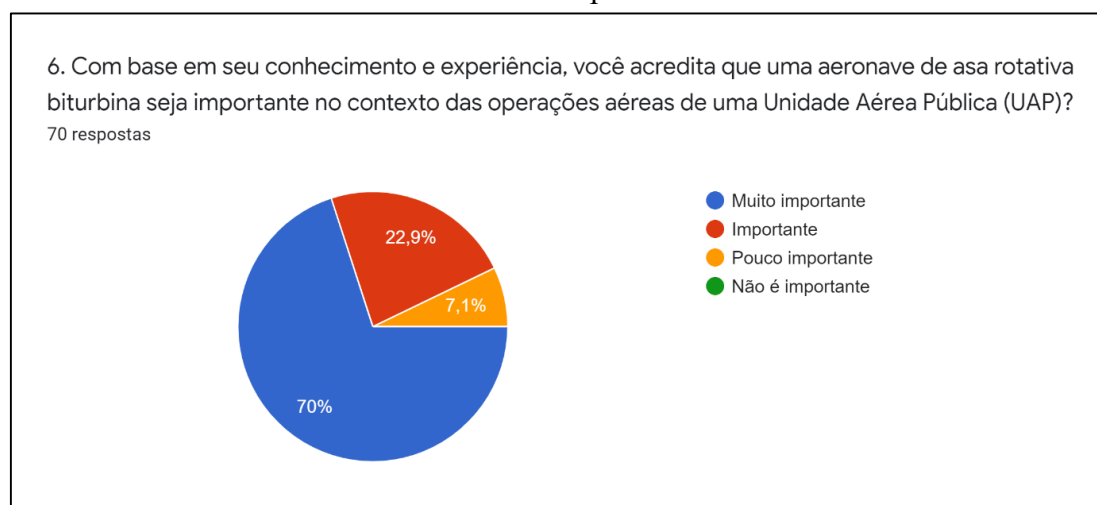


Fonte: Elaborado pelo autor.

Evidencia-se, mais uma vez, o alto grau de experiência profissional dos respondentes, 90% possuem mais de 500 horas de voo, destes, 60%, contam com mais de 1.000 horas de voo.

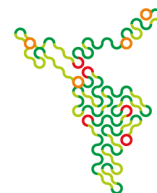
A fim de responder ao problema de pesquisa e ao objetivo geral, perguntou-se:

Gráfico 6 – Importância.



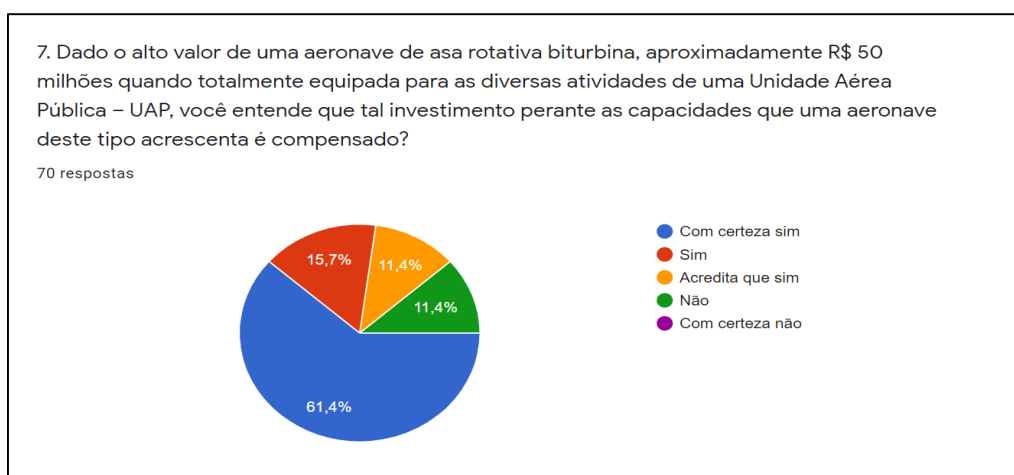
Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁰ *Instrument Flights Rules – Voo por Instrumento para Helicópteros.*



Referente a seguinte questão, se entende que tal investimento perante as capacidades que uma aeronave deste tipo acrescenta é compensado?” Mais uma vez houve grande confirmação dos operadores aéreos na validade de sua aquisição, conforme se verifica.

Gráfico 7 – Custo-benefício.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Indagou-se “8. Se você pertence ao Batalhão de Aviação da Brigada Militar – BAvBM/RS, você entende que seria vantajoso recuperar a aeronave Bell 230? Ainda, entende que ela possui características suficientes para empregá-la em uma UAP?”

Teve-se 17,1%, 12, respostas positivas (sim ou com certeza sim) e 15, 21,5%, respondendo negativamente, informando que não ou com certeza não.

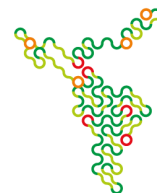
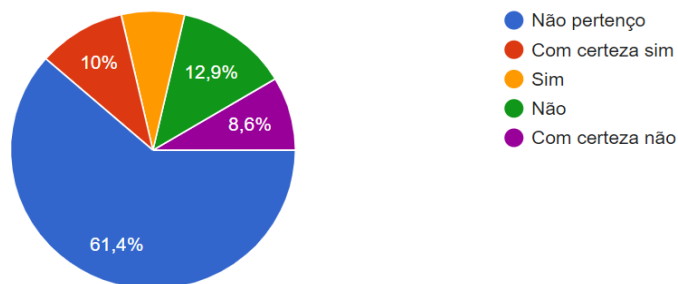


Gráfico 8 – Bell 230.

8. Se você pertence ao Batalhão de Aviação da Brigada Militar – BAvBM/RS, você entende que seria vantajoso recuperar a aeronave Bell 230? Ainda, entende que ela possui características suficientes para empregá-la em uma Unidade Aérea Pública – UAP?

70 respostas

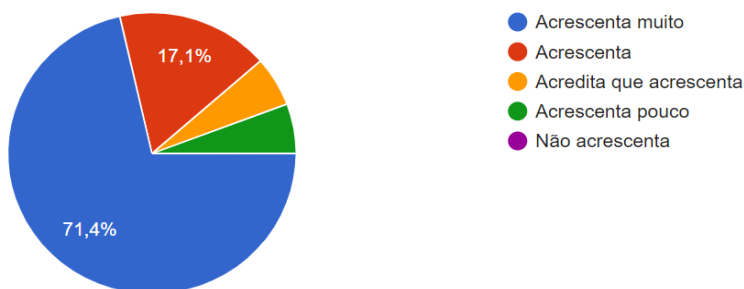


Quando a amostra é confrontada a mensurar o quanto um biturbina acrescenta às UAP que já disponham de monoturbinas, verifica-se a importância da discussão:

Gráfico 9 – Relação biturbina – monoturbina.

9. No seu entender, uma aeronave de asa rotativa biturbina acrescenta/agrega quanto operacionalmente a uma Unidade Aérea Pública – UAP que já possui aeronaves de asa rotativa multimissão monoturbina?

70 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a grande maioria, 71,4%, acrescenta muito. No entender de 17,1% há acréscimo, sendo que 4 informaram que acredita que acrescenta e 4 que acrescenta pouco.

A fim de balizar melhor as respostas deste seletor grupo, formulou-se a próxima questão:

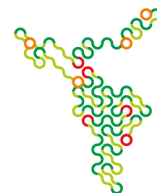
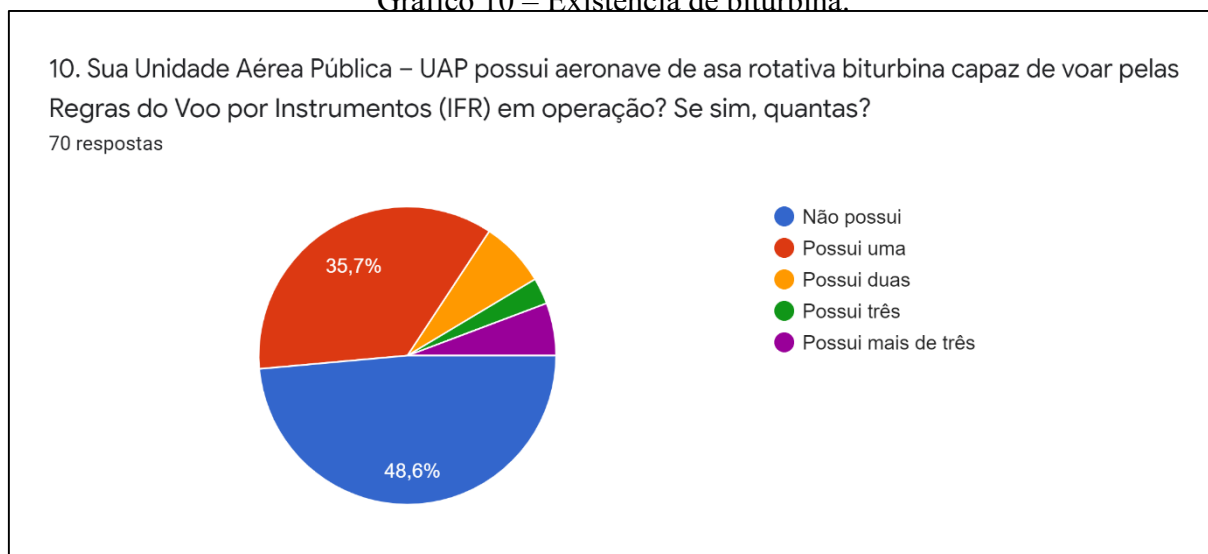


Gráfico 10 – Existência de biturbina.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra vez se confirma a qualidade do público, pois 51,4% têm em sua UAP ao menos 1 aeronave de asa rotativa biturbina. 35,7% possuem uma, 7,1% dispõem de duas, 2,9%, três e 5,7% mais de três, portanto, o suficiente para embasar tal pesquisa, vez que abrange tanto o público que gostaria de contar com uma, como aqueles que já a possuem e a empregam.

A respeito do emprego operacional da aeronave de asa rotativa biturbina em suas UAP, dos 54,3% que se julgaram aptos a responderem, a maioria, 22,9% entendem que a principal diferença na operação de seus biturbinas é a de voar por instrumentos em razão da meteorologia.

Na segunda posição, com 15 respostas, 21,4%, ficou a questão da segurança operacional, em razão de ter dois motores. 6 pessoas apontaram como sendo o voo noturno em rota a grande diferença e apenas 1 considerou a maior capacidade de transporte de tropa ou carga. Ninguém optou pela resposta de salvamento e resgate no mar.

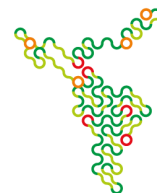
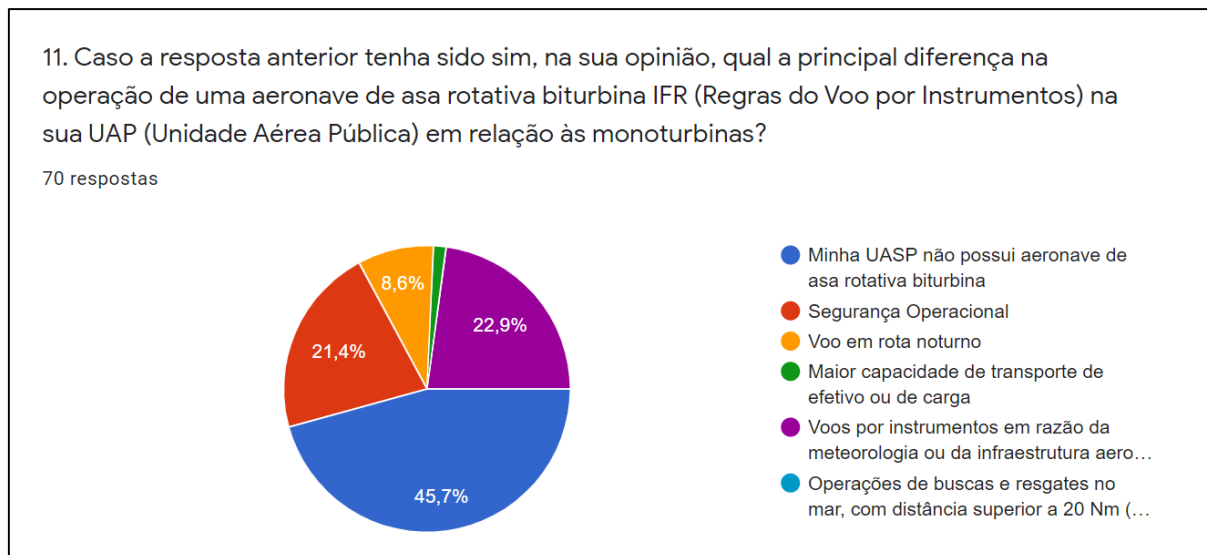


Gráfico 11 – Operação biturbina.



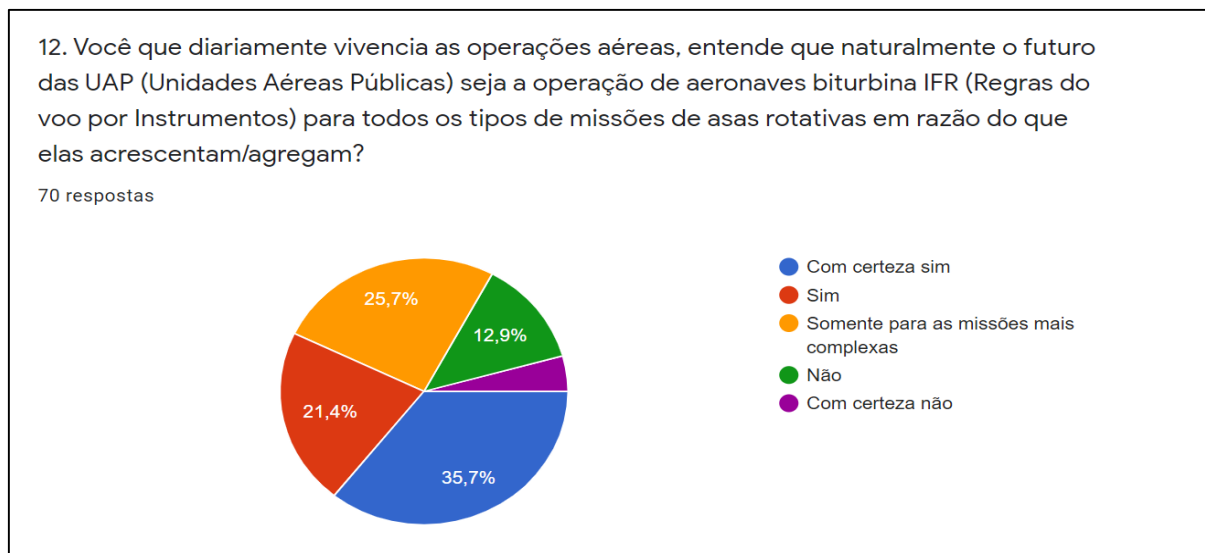
Fonte: Elaborado pelo autor.

A boa notícia é que, ao adquirir-se uma aeronave de asa rotativa biturbina, agrega-se todas estas possibilidades, o que se chama de uma aeronave versátil ou até multimissão.

Já quanto a próxima pergunta, 82,8% deles, 58 dos 70, responderam positivamente, 35,7% entendem que com certeza sim, 25,7% que somente para as missões mais complexas e 21,4% que sim, que o futuro das UAP seja a operação de aeronaves biturbina IFR para todos os tipos de missões. 12,9% responderam que não e 4,3% entendem que com certeza não.

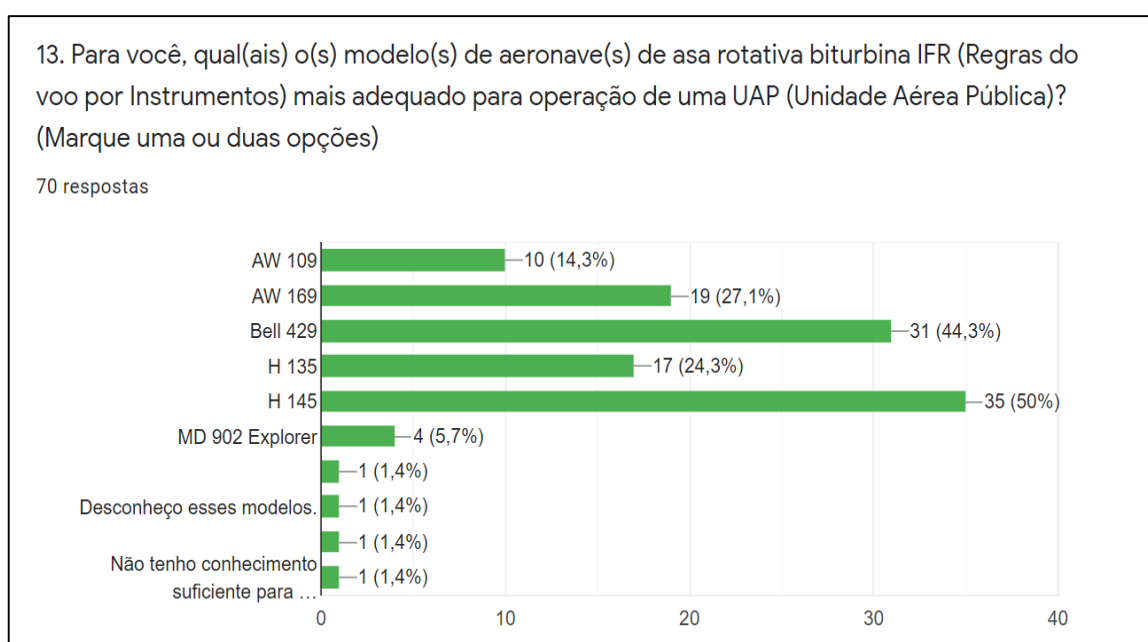


Gráfico 12 – Futuro da operação.

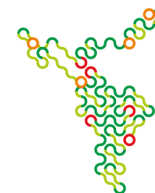


Por fim, no tocante ao modelo de aeronave mais adequado para se operar em uma Unidade Aérea Pública, fez-se o questionamento abaixo, buscando aproveitar o conhecimento e experiência dos entrevistados em todo o Brasil, podendo de indicar um ou mais modelos:

Gráfico 13 – Modelo adequado.



Fonte: Elaborado pelo autor.



Como verifica-se, o mais indicado foi o H145¹¹, com 35 votos, 50% dos participantes. O segundo modelo mais indicado foi o Bell 429¹², com 31 indicações, 44,3%. O terceiro colocado foi o AW169¹³, com 19 indicações. A quarta opção indicada seria o H135¹⁴, contando com 17 votos e seguindo de perto o AW169. A quinta indicação é o AW109¹⁵, com 10 pontos, 14,3%. Quatro pessoas optaram ainda pelo helicóptero MD 902 Explorer¹⁶.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançou-se 70 respostas, de um público de 671 pilotos, segunda a pesquisa feita pela SENASP¹⁷, representando 10,43% do universo.

Quando questionados a respeito, os integrantes da amostra destacaram importante incremento da segurança operacional, voos por instrumento (IFR) em razão de meteorologia ou da infraestrutura aeroportuária, voo em rota noturno, missões de resgate no mar, até uma maior capacidade de transporte de efetivo ou de carga por parte de um helicóptero biturbina.

Perguntados qual a principal diferença na operação de uma asa rotativa biturbina para monoturbina, para 22,9% a principal diferença na operação de seus biturbinas para os monoturbinas em suas UAP é a possibilidade de realizar um voo por instrumento em razão da meteorologia ou da infraestrutura aeroportuária. Estão incluídos nesta opção as saídas e chegadas com clima ruim (IFR), mas o local de operação policial com clima bom (VFR).

Conclui-se que a aeronave Bell 230 está sim obsoleta, não possuindo as características necessárias para o atendimento da demanda policial, necessitando ser substituída,

Verificou-se na pesquisa exploratória que diversos Estados já operam aeronaves com tais características, destacando-se os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, Maranhão, o Distrito Federal e o Governo Federal.

¹¹ Helicóptero fabricado pela Helibras. Disponível em https://www.helibras.com.br/website/po/ref/H145_19.html. Acesso em 27 dez. 2019.

¹² Helicóptero fabricado pela Bell Helicopter representada no Brasil pela Tam Aviação Executiva. Disponível em <https://www.tamaviacaoexecutiva.com.br/venda-de-aeronaves/helicopteros/bell-429>. Acesso em 27 dez. 2019.

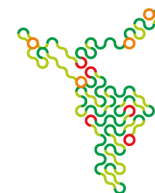
¹³ Helicóptero fabricado pela Leonardo. Disponível em <https://www.leonardocompany.com/en/products/aw-169>. Acesso em 08 jan. 2020.

¹⁴ Helicóptero fabricado pela Helibras. Disponível em https://www.helibras.com.br/website/po/ref/H135_17.html. Acesso em 27 dez. 2019.

¹⁵ Helicóptero fabricado pela Leonardo. Disponível em <https://www.leonardocompany.com/en/products/aw109-trekker>. Acesso em 08 jan. 2020.

¹⁶ Helicóptero fabricado pela MD Helicopters. Disponível em <https://www.mdhelicopters.com/md-902-explorer.html>. Acesso em 08 jan. 2020.

¹⁷ Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, criada pelo Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997.



Os principais modelos de aeronaves disponíveis no mercado que satisfazem tal necessidade e atenderiam a um nicho de operações aéreas na Brigada Militar, são o H145, com 35 votos, em segundo lugar ficou o Bell 429, com 31 indicações, terceiro o AW169, com 19 indicações, quarto o H135, contando com 17 votos, quinto o AW109, com 10 pontos e sexto o helicóptero MD 902 Explorer, todos certificados para a categoria “A”.

Conclui-se, que apesar dos valores de investimento envolvidos, justifica-se a compra de uma ou mais aeronaves de asa rotativa biturbina para a Brigada Militar.

Infere-se também ter respondido ao objetivo geral, tendo restado cristalina a importância de uma aeronave de asa rotativa biturbina na Brigada Militar, ficando evidente a lacuna que existe atualmente no BAvBM, reprimindo diversas atuações em prol da sociedade gaúcha.

Sendo assim, em razão de todo o exposto, conclui-se pela altíssima importância de uma aeronave de asa rotativa em operação na Brigada Militar.

REFERÊNCIAS

AW109. Helicóptero fabricado pela Leonardo. Disponível em <https://www.leonardocompany.com/en/products/aw109-trekker>. Acesso em 08 jan. 2020.

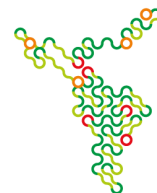
AW169. Helicóptero fabricado pela Leonardo. Disponível em <https://www.leonardocompany.com/en/products/aw-169>. Acesso em 08 jan. 2020.

BELL 429. Helicóptero fabricado pela Bell Helicopter representada no Brasil pela Tam Aviação Executiva. Disponível em <https://www.tamaviacaoexecutiva.com.br/venda-de-aeronaves/helicopteros/bell-429>. Acesso em 27 dez. 2019.

BRASIL. Departamento de Aeronáutica Civil. **Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica Nº 091, Emenda Nº 12: Regras Gerais de Operação para Aeronaves Civis**. Brasília, DF, 2005. [online]. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/2018/23/anexo-vi-rbha-91>. Acesso em 12 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Portaria Nº 18/GM5**. Brasília, DF, 1974. [online]. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/portarias/portarias-974/portaria-no-18-gm5-de-14-02-1974>. Acesso em 13 ago. 2019.

CALCULADORA de tamanho de amostra para pesquisa on line. [online]. Disponível em <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em 27 dez. 2019.



FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das Normas da ABNT**. 17ª ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2014.

GOOGLE. **Criar uma pesquisa usando o formulários google**. Disponível em: <https://support.google.com/docs/answer/87809?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 de dez. 2019.

H135. Helicóptero fabricado pela Helibras. Disponível em https://www.helibras.com.br/website/po/ref/H135_17.html. Acesso em 27 dez. 2019.

H145. Helicóptero fabricado pela Helibras. Disponível em https://www.helibras.com.br/website/po/ref/H145_19.html. Acesso em 27 dez. 2019.

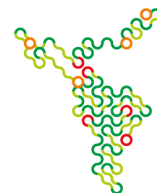
MD 902 EXPLORER. Helicóptero fabricado pela MD Helicopters. Disponível em <https://www.mdhelicopters.com/md-902-explorer.html>. Acesso em 08 jan. 2020.

MENA BARRETO, Capitão Alex. **A gestão estratégica da aviação de segurança pública paulista baseada no conceito de organização em rede**. Dissertação (Mestrado) Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo: PMESP, 2017. [online]. Disponível em: <https://www.pilotopolicial.com.br/gestao-estrategica-da-aviacao-de-seguranca-publica-paulista-baseada-no-conceito-de-organizacao-em-rede/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

NORMA de operação para helicóptero monoturbina sobre a água. **Piloto Policial**, Brasília, 02 mar. 2011. [online]. Disponível em: <https://www.pilotopolicial.com.br/norma-de-operacao-de-helicoptero-monoturbina-sobre-a-agua/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **Nota de Instrução 2.3/EMBM/2018**. Regular as ações de polícia ostensiva no processo aéreo, estabelecendo critérios para a utilização das aeronaves e determinando as condições para o cumprimento das missões. Porto Alegre, 2018.

VARGAS, André. Biturbina para utilidade pública. **Aero Magazine**, São Paulo, n. 234, nov. 2013. Disponível em https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/biturbina-para-utilidade-publica_1235.html. Acesso em 12 ago. 2019.



INTERVENÇÕES POLICIAIS EM AMBIENTES DE BAIXA LUMINOSIDADE

Daniel Marobin¹
Régis Girardon Copetti²

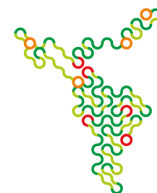
RESUMO: O presente artigo traz uma análise e elenca as principais técnicas, táticas e princípios consagrados pela doutrina nacional e internacional relativamente a atuação policial de caráter geral com o uso de lanterna em ambientes de baixa luminosidade; apresenta princípios da intervenção policial; noções sobre luminosidade e funcionamento da visão humana; características de uma lanterna tática policial não integrada ao armamento para uso em atividades de segurança pública ordinárias, além de considerações importantes sobre baterias. Através de um rol de técnicas, táticas e princípios, o artigo invoca uma reflexão sobre o emprego da lanterna nas situações de intervenção armada em ambientes urbanos de baixa luminosidade durante o exercício das funções policiais genéricas. Por sua vez, as noções sobre luminosidade, somadas a uma clara apresentação das principais características a serem observadas nas lanternas táticas de uso policial visam propiciar ao profissional de segurança pública uma correta escolha dos equipamentos que mais atendam as demandas decorrentes de uma simples intervenção havida em situações de pouca luz.

Palavras-chave: Táticas, técnicas e princípios. Intervenção policial armada. Lanterna tática policial. Baixa luminosidade. Referencial teórico instrutores de tiro. Especificações de lanternas.

ABSTRACT: This article presents an analysis and lists the main techniques, tactics and principles established by national and international doctrine regarding the general police action with the use of flashlights in low light environments; presents principles of police intervention; notions about luminosity and functioning of human vision; features of a non-weapon police tactical flashlight for use in ordinary public safety activities, and important battery considerations. Through a list of techniques, tactics and principles, the article invokes a reflection on the use of the flashlight in situations of armed intervention in low light urban environments during the exercise of generic police functions. On the other hand, the notions about luminosity, added to a clear presentation of the main characteristics to be observed in the tactical flashlights of police use aim to provide the public security professional a correct choice of equipment that best meets the demands resulting from a simple intervention in low light situations.

¹ Autor. Major do QOEM da Brigada Militar (PMRS). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2006. Instrutor de Uso da Força e da Arma de Fogo pela Brigada Militar. E-mail: dmarobin@gmail.com.

² Coautor. Major do QOEM da Brigada Militar (PMRS). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) em 2002. Instrutor de Uso da Força e da Arma de Fogo pela Brigada Militar. E-mail: dmarobin@gmail.com.



Keywords: Tactics, techniques and principles. Armed police intervention. Tactical police flashlight. Low light. Referential theoretical shooting instructors. Flashlights specifications.

1 INTRODUÇÃO

As instituições policiais de segurança pública integrantes do rol taxativo constante no Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), tem por missão incondicional a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, o que por si só, ressaltam a importância das ações e os riscos impostos pelo exercício da função policial diante da realidade social brasileira que, no ano de 2017, atingiu a marca de 65.602 homicídios intencionais, resultando em uma taxa 31,6 mortes por 100 mil habitantes, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada³.

Somos, inevitavelmente, um país de elevados índices criminais, não apenas relacionados aos homicídios intencionais, como também aos próprios indicativos de violência que exigem e condicionam a atuação das forças policiais.

O desenvolvimento preciso e aprofundado sobre o uso de lanternas táticas policiais na atividade de policiamento é imprescindível como forma de orientação aos profissionais de segurança pública, especificadamente quanto a técnicas e táticas de intervenção em ambientes de baixa luminosidade, princípios e especificações técnicas de lanternas para uso policial.

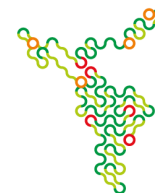
Optou-se pelo método de pesquisa bibliográfica básica; processo dedutivo de abordagem qualitativa e objetivos do tipo exploratório⁴.

2 A INTERVENÇÃO POLICIAL

A atividade policial de segurança pública tem como princípios e fundamentos o contido nas legislações nacionais e internacionais recepcionadas, leis, instruções e portarias, além de simples ordens internas exaradas pelos órgãos previstos na estrutura brasileira de segurança pública. Esses princípios e fundamentos são definidos sob o manto de um Estado democrático de Direito e regulam a conduta legal esperada do policial.

³ BRASIL, IPEA. Atlas da Violência 2019. Brasília, 2019.

⁴ MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 182.



A quantidade de ocorrências criminais registradas apenas no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2019 atingiu o número de 1.321.353⁵. No mesmo período, a Brigada Militar⁶ atendeu 166.572 chamados de ordem criminal que resultaram na lavratura de boletins de ocorrência, flagrantes delitos ou captura de foragidos. Se levarmos em consideração o fato de que aproximadamente 25% dos chamados policiais são de origem criminal – tendo por base estudos⁷ efetuados em 200 cidades alemãs na década de 80 – estamos diante de 666.288 intervenções policiais gerais, incluindo-se todo o tipo de intervenção havida em um único ano.

A ação de intervenção policial, em uma análise ampla, engloba e se apropria de parte do poder de polícia previsto no Código Tributário Nacional Brasileiro⁸, de modo que resguarda ações enquanto órgão governamental organizado politicamente, com funções precípua voltadas para a manutenção da ordem pública. É exercida com o uso da força quando ensejar o caso concreto.

Assim, intervenção policial é toda circunstância em que o Estado, através da ação física de seus agentes legalmente investidos do poder de polícia, intercede diante de seus administrados também presentes, impondo-lhes um fazer ou deixar de fazer alguma coisa através do uso da força legal – da mais branda à letal – e cujos objetivos finais são a preservação da ordem pública e a salvaguarda da vida.

2.1 Intervenção policial em ambientes de baixa luminosidade

Das 1.321.353 ocorrências policiais de toda ordem registradas no ano de 2019 no Estado do Rio Grande do Sul, 33,24% ocorreram entre as 18h e 06h⁹.

SEEKLANDER¹⁰ chama a atenção para um aspecto sobre o fato de que parte da doutrina¹¹ cita frequentemente que 80% das ocorrências policiais em que houve confronto armado se deram em horário noturno, considerando como tal o horário compreendido entre às 18h e às 06h. Esclarece que, independente do horário do confronto armado, não há presunção de que o ambiente onde se deu o

⁵ Programa AVANTE da Brigada Militar para gestão por resultados.

⁶ Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

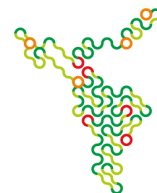
⁷ MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 287.

⁸ Art. 78 do CTN.

⁹ Programa AVANTE da Brigada Militar para gestão por resultados

¹⁰ SEEKLANDER, Michel. **The Low Light Fight-Shooting, Tactis, Combatives**. California, EUA: Createspace, 2016, p. 9.

¹¹ MASSANTINI, Ricardo e ARDOVINI, Bruno. **Impiego Tattico dele Torce nella Difesa Personale con Armi Corte e Lunghe**, Viterbo, Itália: Quatrini, 2012, p. 9.



confronto esteja sob baixa luminosidade. Destaca, o mesmo autor, que a visão do policial pode encontrar mais luminosidade durante a noite em um estacionamento iluminado do que durante uma tarde de um dia nublado. Portanto, os dados que se vinculam a faixas de horários de maior incidência de infrações penais, bem como aqueles que indicam ou não ter havido combate armado em situação de baixa luminosidade, são relativos.

TORBES¹² apresenta estatísticas originadas de estudos promovidos pela SENASP¹³ em que mostram que mais de 63% das ocorrências policiais de risco e em situações de combate armado real, se deram de alguma forma sob baixa luminosidade, sendo dessas, 21% durante o dia.

MASSANTINI e ARDOVINI¹⁴ apontam que o combate armado cuja intervenção policial se dá em baixa luminosidade, tem início nos primeiros 02 minutos da chegada dos agentes ao local do confronto, tempo insuficiente para que o olho humano possa se adaptar as condições de luminosidade escassa.

Independentemente do horário em que se deram as intervenções policiais, em quaisquer de seus graus de intensidade do uso da força legal, a análise sobre eventual possibilidade da intervenção ocorrer sob situações de baixa luminosidade depende diretamente do contexto em que se desenvolvem os fatos. Ainda, poderá uma mesma intervenção fazer com que o policial se insira em um ambiente de pouca iluminação e, imediatamente após, venha a se deparar com plena luminosidade.

A utilização de lanternas táticas policiais, além de não guardar relação com estatísticas ou vincular sua imprescindibilidade aos períodos noturnos, está voltada para outras tantas aplicabilidades que vão além daquela relativa ao confronto armado.

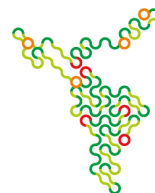
Trata-se, portanto, a intervenção policial muito mais do que uma ação de polícia de preservação da ordem pública. Engloba toda e qualquer atuação policial em que há presença do Estado, materializada através de seus agentes públicos, diante de seus administrados com o intuito de exercer parcela ou a totalidade do poder de polícia. O espectro da ação policial permeia as 24 horas do dia, independente de horários ou existência de ambientes pouco ou mal iluminados; atinge desde a mais singela manifestação da força legal caracterizada pela presença policial, até o emprego letal de armas de fogo.

Serve a lanterna para:

¹² TORBES, Márcio. **Manual de Intervenção em Baixa Luminosidade – Low Light**. Porto Alegre: Atica, 2014, p. 50.

¹³ Secretaria Nacional de Segurança Pública do Brasil.

¹⁴ MASSANTINI e ARDOVINI. Op. Cit., p. 41.

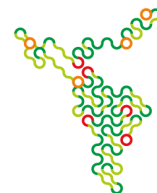


- a) Iluminação de caminhos e ambientes para a adequada movimentação do policial ou de terceiros.
- b) Comunicação através de sinais luminosos convencionados, tais como: utilização de código Morse; navegação por coloração de luzes; sinalização da posição do policial; direção a seguir.
- c) Buscas em situações de resgate; localização de pessoas, animais ou objetos; buscas pessoais e veiculares.
- d) Identificação de locais de risco e/ou fontes de perigo e, principalmente, de pessoas enquanto ameaças reais.
- e) Controle enquanto instrumento de menor potencial ofensivo. A luminosidade acentuada é considerada como uma das formas e intensidade do uso da força legal, sendo suficiente para atordoamento ou incapacitação temporária de pessoas em situações de enfrentamento.
- f) Camuflagem. Técnicas de equilíbrio de luz em situações de confronto policial, permitem camuflar o policial, possibilitando-o se locomover em ambientes sem ter percebida sua posição exata.
- g) Objeto contundente para ações sobre o indivíduo enquanto objeto de ataque e defesa, ou diante da necessidade de rompimento de barreiras como janelas e vidros automotivos.

Enfim, a lanterna tática policial se volta não apenas para intervenções policiais em ambientes de baixa luminosidade. Vai além, fazendo frente a uma infinidade de demandas de ordem geral para o pleno e seguro exercício da atividade policial.

2.2 Aspectos técnicos e táticos em ambientes urbanos de baixa luminosidade

A incerteza da atuação policial diante das infinitas possibilidades de enfrentamento de risco em intervenções cotidianas faz destacar a máxima de que um policial poderá passar muito tempo de sua vida profissional sem sequer efetuar um único disparo de sua arma de fogo ou passar longos períodos sem se expor a situações de elevado risco a sua vida ou integridade física. Porém, em algum



momento, incerto, ele poderá ser testado em todos os seus limites e conhecimento que possua, tanto no ponto de vista tático, quanto em relação aos seus equipamentos e armamentos que usa¹⁵.

O binômio simplicidade/velocidade¹⁶ produzem efetividade de resultados, tendo sido observado durante o exercício da atividade policial e em treinamentos efetuados, aplicado ao tiro policial e combate armado. O binômio serve de pressuposto a toda e qualquer situação de intervenção policial. Vejamos a que se refere:

- a) Simplicidade: entendida como a maneira mais simples e prática de se adotar uma ação qualquer. No contexto da intervenção policial em ambientes de baixa luminosidade, a lanterna deverá atender ao princípio da simplicidade, através de um funcionamento simples e fácil, sem alternativas de intensidade de luz ou cores, modos de emprego ou botões de acionamento. A simplicidade esta intimamente relacionada a aptidão que a mente tem em apresentar respostas rápidas a situações inusitadas em condições psicológicas estressoras, já que a quantidade de informações que uma pessoa pode dispor nessas situações é limitada, e a lanterna deve fornecer apenas o que ela precisará.
- b) Velocidade: é a grandeza física que faz com que o resultado esperado seja atingido com maior rapidez.

2.2.1 Análise prévia do ambiente

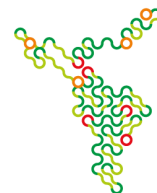
O policial deve compreender que “muitas coisas influenciam sua orientação durante a dinâmica do conflito, a informação que recebe justo antes de entrar numa situação é um agente poderoso”¹⁷. É fundamental destacar a importância da análise do cenário antes de interferir nele. O planejamento prévio¹⁸ de uma ação policial é um dos requisitos primeiros a serem observados. É justamente na primeira análise que se obtém informações mínimas para que se pense – ou repense – a ação de enfrentamento a ser adotada na intervenção.

¹⁵ BETINI, Eduardo Maia. **Lanterna Tática: Atividade Policial em Situações de Baixa Visibilidade**. Rio de Janeiro: Impetus, 2011, p. 01.

¹⁶ Conceito utilizado pelo autor nos treinamentos promovidos aos efetivos da Brigada Militar, fundamentado com base nos ensinamentos coletados ao longo da atividade policial e tendo por referência capacitações institucionais e não institucionais enquanto instrutor de tiro policial.

¹⁷ GOOD, Ken J., apud BOLIVAR, Ênio. **Baixa Luminosidade: Técnicas e Táticas**. 2ª Ed. Maceió: Jaraguá, 2018, pag. 55.

¹⁸ GUIMARÃES, Laerte e MOREIRA, Juceli dos Santos. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Porto Alegre: Evangraf, 2001.



Quanto melhor for a análise prévia do ambiente, melhor será a escolha do equipamento e mais apropriado será o uso da força policial, considerando que a minoria das intervenções policiais resulta em confronto armado.

2.2.2 Identificação do abordado

A identificação da pessoa abordada é o um dos principais objetivos da abordagem policial, condição técnica prevista nos regulamentos básicos da atividade de segurança pública¹⁹.

O direcionamento do feixe de luz da lanterna deve ser feito diretamente sobre a face e peito da pessoa. Tal medida tende a causar surpresa, desorientação e consequentemente incapacitação temporária do abordado, além de bloquear a visão sobre o policial, causando uma camuflagem sobre tudo que está posicionado atrás da fonte de luz. O foco sobre a região do peito e face também permite visualizar as mãos e a região da cintura da pessoa submetida à ação policial.

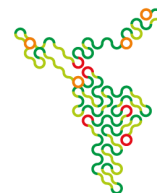
2.2.3 Atue em zonas menos iluminadas

Uma vez no ambiente de intervenção policial, sempre que outro fator de maior risco não esteja presente, deve-se optar por permanecer ou percorrer pontos de menor luminosidade. O tempo em que se permanece visível é diretamente proporcional ao tempo em que o policial se torna alvo, além de identificar a sua posição. Encontrando-se em locais menos iluminados, amplia-se a capacidade da visão reconhecer ambientes também menos iluminados, visualiza-se melhor as ameaças e evita-se ser visualizado.

2.2.4 Use luz intermitente e varie a altura

O uso da lanterna de maneira intermitente – e não no modo estroboscópico – em breves flashes, utilizada apenas pelo tempo suficiente para visualizar o ambiente que é iluminado, além de desorientar o adversário, evita ao máximo denunciar a própria localização. Uma vez localizada a

¹⁹ GUIMARÃES, Laerte e MOREIRA, Juceli dos Santos. Op. Cit., p. 23 e seg.



ameaça, a luz deve ser mantida acionada e não mais intermitente, a fim de evitar a evasão do abordado nos intervalos de flashes.

A técnica possibilita que um policial possa se mover em ambientes escuros sem ter a sua mudança de posição claramente identificada.

2.2.5 Mude de posição

Feita a análise sobre o cenário e verificadas as condições de movimentação do policial no local da intervenção, sempre que possível e imediatamente após a utilização da lanterna, o policial deverá alterar a posição em que se encontra logo após a emissão de flashes curtos de luz ou após ter sido iluminado por alguma fonte de luz diversa.

2.2.6 Alinhe os 3 pontos

BOLIVAR²⁰ oferece destaque ao considerar que todas as buscas em intervenções policiais que impliquem risco à integridade física ou à vida do policial devem ser procedidas em constante alinhamento de 3 pontos: a visão do policial; o aparelho de pontaria da arma e o direcionamento do feixe de luz. Com a técnica de alinhamento, uma vez iluminada a ameaça, o policial tem sua arma e visão aptas para o enfrentamento caso necessário.

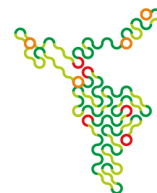
2.2.7 Técnica Flash, Fire, Fly

A técnica conhecida como “3Fs” tem sido considerada eficaz por boa parte das literaturas que tratam de temas relacionados ao combate armado, estando presente inclusive na doutrina de STANFORD²¹. Busca-se primeiramente o engajamento do alvo através da visada da arma e o acionamento da lanterna com o direcionamento do feixe de luz sobre a região torácica e face; após, efetua-se o disparo ou os disparos da arma de fogo em resposta à ameaça letal, priorizando-se os fundamentos do tiro²² e; logo em seguida, desliga-se a lanterna e muda-se de posição,

²⁰ BOLIVAR, Ênio. **Baixa Luminosidade: Técnicas e Táticas**. 2ª Ed. Maceió: Jaraguá, 2018, p. 139.

²¹ STANFORD, Andy. **Fight at Night: Tools, Techniques, Tactics, and Training for Combat in Low Light and Darkness**. Colorado: Paladin Press, 1999, p. 176.

²² Doutrinariamente os fundamentos do tiro são 5: posição; empunhadura; visada; esmagamento do gatilho e respiração.



preferencialmente para uma das lateralidades da posição onde se encontrava. O objetivo da técnica é, além de gerar confusão mental no agressor, não permitir que ele possa efetuar a visada sobre o policial de maneira adequada e com isso minimizar os riscos do combate para o policial. Obtida uma nova posição, repete-se a técnica.

2.2.8 Intervenção policial diante de veículos

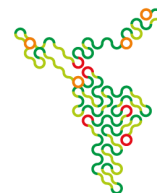
Partindo-se do ponto onde obrigatoriamente estavam protegidos e procurando manter-se nessa condição, os policiais deverão buscar a parte frontal do veículo preferencialmente.

O para-brisas dianteiro possui maior transparência que os demais vidros do veículo, como também se encontra em uma inclinação ou ângulo suficiente para não oferecer reflexo direto ao feixe de luz, sendo favorável ao policial. Ao se posicionar para inspeção através do para-brisas dianteiro, a posição ou técnica a ser adotada será a FBI/FBI modificada, preferencialmente. A conduta de uso da técnica FBI/FBI modificada evita que se posicione diante do veículo, reduzindo as possibilidades de eventual ação criminosa de atropelamento.

Durante a varredura em laterais do veículo, deverá ser evitado o direcionamento do feixe de luz de maneira perpendicular aos vidros por conta de que os ângulos laterais são mais propícios ao reflexo de luz direta sobre o policial, causando-lhe ofuscamento da visão.

2.3 Princípios da intervenção policial armada em baixa luminosidade

Os princípios a seguir colocados estão baseados na doutrina pesquisada e representam regras ou aspectos de importância genérica, mas de igual ou até mesmo maior valor do que aqueles acima tratados enquanto técnicas e táticas em situações de baixa luminosidade. Tais princípios devem ser observados em toda e qualquer situação relacionada a intervenções em ambientes em baixa luminosidade, independentemente da técnica ou tática a ser escolhida pelo policial no caso real.



2.3.1 Treine

Em condições estressoras, nosso organismo reage em grande parte instintivamente e busca respostas aos problemas apresentados tendo por base o conhecimento que detém, selecionado o que mais se apropria. Há um ditado, cuja autoria se desconhece, que aponta a relação entre o treinamento e o sucesso na obtenção de resultados: “quanto mais se treina, mais sorte se tem”.

2.3.2 Adquira equipamentos de qualidade

Considerando-se a finalidade para qual se presta, aliado ao fato de que a vida do policial e de terceiros em uma intervenção legal esta sendo posta à prova, a opção por equipamentos de qualidade torna-se um princípio a ser integralmente observado.

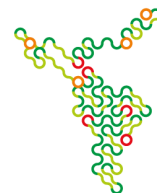
2.3.3 Tenha um equipamento reserva

TORBES²³ exibe a máxima de que “quem tem uma lanterna, não tem nenhuma; quem tem duas, tem uma”, destacando que as infinitas variáveis que estão presentes em toda intervenção policial, indicam a necessidade de o policial portar, além da sua lanterna tática, um segundo equipamento, geralmente de menores dimensões e com características semelhantes, que possa suplantar eventual necessidade de substituição ou perda do equipamento principal, como também servir de suporte para outro policial. Deve ser providenciado baterias sobressalentes, mantidas em local acessível em situações de emergência.

2.3.4 Inspeção antes de avançar

Nunca avance em ambientes de baixa luminosidade sem antes inspecionar as áreas que possam esconder ameaças ou risco durante a intervenção policial, principalmente áreas que estejam à retaguarda. É importante destacar que eventuais acionamentos de luz pelo policial para identificar determinadas áreas podem indicar a sua posição e consequente motivar a agressão ou resistência de criminosos.

²³ TORBES. Op. Cit., p. 57.



2.3.5 Evite a retro iluminação

Luzes à retaguarda em ambientes de baixa luminosidade geram sombras que indicam a presença do policial, além disso destacam sua silhueta através do que BETINI²⁴ chama de “emolduramento”, fenômeno que denuncia a posição e tornam a pessoa alvo fácil de eventual agressão. Ao sair de um ambiente iluminado e ingressar por portas ou passagens para um ambiente escuro, saia imediatamente do chamado “cone da morte”²⁵, movimentando-se para lateralidades da abertura que não estejam iluminadas.

2.3.6 Domine com a luz

O lançamento de um feixe de luz de alta intensidade, considerando uma faixa superior a 500 lúmens em um foco concentrado, sobre os olhos de uma pessoa é suficiente para reduzir-lhe a capacidade imediata de reação durante uma intervenção policial, confundindo-a temporariamente.

Durante a imposição a luz sobre os olhos do abordado provoca-se nele dor e impossibilidade de manter os olhos abertos, há um ofuscamento que impede o agressor de se coordenar de maneira organizada, abrindo com isso uma janela de tempo e oportunidade suficiente para o policial reagir contra a ameaça.

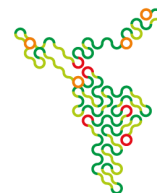
2.3.7 Desenvolva disciplina de som e luzes

Em situações de intervenção policial ou combate armado em ambientes de baixa luminosidade, é conveniente nos apropriarmos da máxima proposta por MASSANTINI²⁶ de que quanto intervimos em ambientes hostis, “somos metade caçadores e metade caça”. A assertiva guarda relação direta com a necessidade de se evitar ruídos, luzes, reflexos que possam indicar a presença do policial diante do risco iminente.

²⁴ BETINI e DUARTE. Op. Cit., p. 84.

²⁵ Em situações de combate armado, o cone da morte é tido como o ambiente ou área visível aos olhos do oponente e, geralmente, se forma como um cone de visão diante de aberturas de portas e janelas.

²⁶ MASSANTINI e ARDOVINI. Op. Cit., p. 39.



2.3.8 Torne-se o outro

Ao se utilizar de determinada técnica ou empregar uma estratégia específica durante a intervenção policial em situações de baixa luminosidade, devemos pensar o que o nosso adversário ou pessoa conflitante com a lei esta observando e quais podem ser as suas reações diante das atitudes do profissional de segurança pública. Deve-se mudar o ponto de observação, propiciamos uma visão diferente e crítica sobre a intervenção

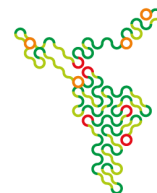
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do montante de mais de 1,3 milhões de ocorrências registradas no Estado do Rio Grande do Sul apenas no ano de 2019, quase 170 mil foram de ordem criminal e atendidas pela Brigada Militar. Considerando estudos científicos, estamos diante de mais de 650 mil intervenções policiais de caráter geral cuja atenção em segurança pública foi prestada pelos policiais militares do Estado.

Desse universo de ocorrências atendidas por uma única instituição de segurança pública do país, emerge a importância que a intervenção policial para a preservação da ordem pública e a salvaguarda da vida.

Há que se destacar o fato de que aproximadamente 80% das intervenções – no contexto deste estudo – ocorrerem durante o horário noturno, elas nem sempre foram em situações de baixa luminosidade, bem como, ainda que as intervenções tenham ocorrido durante o dia, elas podem ter sido em situações de pouca luz. Tal aspecto demonstra ainda mais a importância do policial possuir e portar uma boa lanterna e treinar adequadamente, independente do horário que venha a atuar.

Ao serem detalhados e divididos os temas sobre técnicas/táticas e princípios de uso de lanternas em situações de intervenção armada sob baixa luminosidade, podemos estabelecer um rol de aspectos teóricos imprescindíveis para o planejamento e desenvolvimento de treinamentos policiais voltados para a capacitação dos efetivos que integram a segurança pública, buscando a conjugação do conhecimento válido e eficaz. O binômio simplicidade/velocidade nem sempre é observado por nossos policiais, relegando os estudos sobre o tema a um segundo plano, quando deveriam estar como um dos primados da atuação policial, como forma de assertividade e efetividade da atuação policial.



A apropriação de conhecimento sobre o agir policial em situações de intervenções em ambientes de baixa luminosidade, aliado aos conceitos trazidos neste estudo, são minimamente garantidores de uma atuação segura para os policiais e sociedade, afastando eventuais riscos significativos e desnecessários de serem suportados.

REFERÊNCIAS

BETINI, Eduardo Maia. **Lanterna Tática: Atividade Policial em Situações de Baixa Visibilidade**. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

BOLIVAR, Ênio. **Baixa Luminosidade, Técnicas e Táticas**. 2ª Ed. Maceió: E.B. de Albuquerque, 2018.

BRASIL. **Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm> Acesso em 26 dez. 2019.

GUIMARÃES, Laerte e MOREIRA, Juceli dos Santos. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Porto Alegre: Evangraf, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 182.

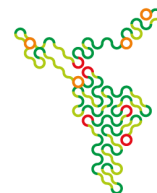
MASSANTINI, Riccardo e ARDOVINI, Bruno. **Impiego Tattico Delle Torce Nella Difesa Personale con Armi Corte e Lunghe**. Viterbo, Italia: Edizioni Quatrini, 2012.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2006.

SEEKLANDER, Michel. **The Low Light Fight-Shotting, Tactics, Combatives**. Califórnia, EUA: Createspace, 2016.

STANFORD, Andy. **Fight at Night: Tools, Techniques, Tactics, and Training for Combat in Low Light and Darkness**. Colorado: Paladin Press, 1999.

TORBES, Márcio. **Manual de Intervenção em Baixa Luminosidade – Low Light**. Porto Alegre: Ática, 2014.



LIDERANÇA EM ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES: REFLEXÕES PARA NOVOS PARADIGMAS

Ezequiel Spacil Roehrs¹
Marcus Vinicius Gonçalves Oliveira²
Alessandro Augusto Bernardes dos Santos³

RESUMO. As exigências da sociedade contemporânea fazem com que as organizações públicas cada vez mais busquem a excelência nos resultados. Mais que investimentos tecnológicos é necessário investir no capital humano. Assim, o presente estudo abordou a importância da liderança na gestão de pessoas no ambiente organizacional e o papel do líder nos resultados da Brigada Militar em uma visão de accountability. A abertura deste debate nas organizações militares é, no mínimo, desafiadora, uma vez que pelas especificidades, estrutura, aspectos culturais e históricos, centrados nos princípios basilares da (hierarquia e disciplina), as relações interpessoais são relativizadas. Entretanto, utilizando método de abordagem dedutivo e procedimentos técnicos baseados na coleta de dados através de pesquisa bibliográfica, o presente Trabalho de Conclusão do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM) objetivou-se demonstrar que a condução do gerenciamento do capital humano tem relação aos intentos organizacionais propostos. Com uma abordagem qualitativa e consubstanciada numa pesquisa exploratória, o presente estudo abordou aspectos relacionados ao ambiente organizacional; relações interpessoais; estilos de liderança; modelo de gestão das organizações militares; dicotomia entre as figuras do gestor, comandante, chefe e líder e o seu papel no gerenciamento dos recursos humanos no ambiente organizacional. De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido foi possível constatar que não há um modelo ideal de liderança, já que alguns fatores influenciam e que devem ser considerados quando da gestão do capital humano. Embora incipiente nas organizações policiais militares, a abordagem do tema na Brigada Militar já é uma realidade.

Palavras-chave: Liderança. Gestão de Pessoas. Organizações Policiais Militares. Accountability.

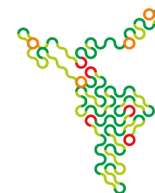
Leadership in military police organizations: reflections for new paradigms

ABSTRACT: The demands of contemporary society make public organizations increasingly strive for excellence in results. More than technological investments, it is necessary to invest in human capital. Thus, the present study addressed the importance of leadership in the management of people in the organizational environment and the role of the leader in the results of the Military Brigade in a

¹Oficial-Aluno do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública pela Universidade de Santa Cruz do Sul em 2000, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: roehrs@brigadamilitar.rs.gov.br.

²Orientador. Doutorando em Direito Penal pela Universidade de Buenos Aires – UBA, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: marcusvgo@brigadamilitar.rs.gov.br.

³Coorientador. Especialista em Segurança Pública pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS em 2007/2008, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: bernardes@brigadamilitar.rs.gov.br.



vision of accountability. The openness of this debate in military organizations is, at the very least, challenging because, given the specificities, structure, cultural and historical aspects, centered on the basic principles of (hierarchy and discipline), interpersonal relations are relativized. However, using a deductive approach method and technical procedures based on data collection through bibliographic research, the present Conclusion Work of the Advanced Course of Military Police Administration (CAAPM) aimed to demonstrate that the conduct of human capital management is related to the proposed organizational intentions. With a qualitative approach embodied in an exploratory research, this study addressed aspects related to the organizational environment; interpersonal relationships; leadership styles; management model of military organizations; dichotomy between manager, commander, boss and leader figures and their role in human resource management in the organizational environment. According to the bibliographic study developed it was found that there is no ideal model of leadership, as some factors influence and should be considered when managing human capital. Although incipient in military police organizations, addressing the issue in the Military Brigade is already a reality.

Keywords: Leadership. People Management. Military Police Organizations. *Accountability*.

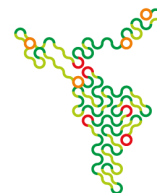
Durante muito tempo tinha-se a visão de que o desenvolvimento e o sucesso de uma empresa estavam atrelados diretamente ao seu capital e poder de investimento no mercado. Porém, ao compreender que as organizações - públicas ou privadas - são formadas por pessoas, percebeu-se que a força de trabalho assume papel relevante nos resultados, tamanha é a identidade entre os indivíduos e as funções que executam.

Maslow chega a afirmar que:

[...] a relação com o trabalho para algumas pessoas é vital, alguns indivíduos chegam a assimilar o trabalho como sua identidade. Daí o porquê muitos profissionais vislumbram o seu trabalho ou profissão à sua imagem e semelhança (MASLOW, 2000, p.1).

Nas organizações públicas esta configuração não é diferente. No entanto, em razão das peculiaridades do setor e da cultura institucional os desafios do gestor são ainda maiores, já que as formalidades e a rigidez da hierarquia funcional do modelo de gestão da administração pública acabam sendo potencializados, transformando os meios em fins e esquecendo dos resultados. Contudo, as transformações do cenário contemporâneo e da própria criminalidade em si (mais organizada) sugerem uma reflexão, inclusive, nas organizações policiais a despeito da forma de gestão empregada, já que o cidadão hodierno cada vez mais exige do Estado uma maior efetividade na prestação do serviço.

Diante desse contexto, cresce a importância do estudo da gestão de pessoas e da figura do líder no ambiente organizacional militar, já que os gestores em função de chefia ou comando trabalharão com pessoas dos mais variados níveis culturais, habilidades e conhecimentos, cabendo a



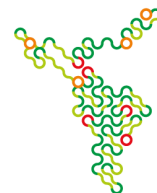
eles catalisar, lapidar, aperfeiçoar e conduzi-las aos propósitos definidos pela Corporação. Assim, a questão de pesquisa do presente estudo é verificar qual a importância da liderança na gestão de pessoas no ambiente organizacional e o papel do líder nos resultados da Brigada Militar em uma visão de accountability.

Destaca-se, porém, que jamais se pretende questionar a estrutura das organizações militares, as quais são alicerçadas nos princípios da hierarquia e disciplina, mas sim instigar uma reflexão desta abordagem a todos que desempenham ou estarão em funções de coordenação, controle e comando nas organizações policiais militares.

Tem-se como propósito apresentar um arcabouço teórico para auxiliar os gestores da Brigada Militar no gerenciamento das suas equipes de trabalho na condução dos intentos organizacionais, já que conhecimento técnico e ascendência hierárquica não são garantia de sucesso. Independentemente do nível gerencial precisam compreender que a gestão das pessoas e liderança têm relação à performance da equipe e, consequente, nos resultados e imagem institucional.

A compreensão da importância do exercício da liderança na gestão de pessoas no ambiente organizacional da Corporação será feita utilizando procedimentos técnicos baseados na coleta de dados através de pesquisa bibliográfica, em livros, revistas, documentos e internet, com registros dos dados em fichas bibliográficas os quais servirão de base norteadora no desenvolvimento do estudo. Para atingir a proposta do presente estudo, abordar-se-ão aspectos relacionados a ambiente organizacional; relações interpessoais; estilos de liderança; modelo de gestão das organizações militares; dicotomia entre as figuras do gestor, comandante, chefe e líder e o seu papel no gerenciamento dos recursos humanos no ambiente organizacional. Quanto ao objetivo, esse trabalho consubstancia-se numa pesquisa exploratória desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e legal, que segundo Gil (2002) tem como escopo proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses.

Utilizando raciocínios lógicos, buscam-se métodos de abordagem dedutivo condições necessárias para se chegar a uma conclusão a partir das premissas apresentadas. Quanto à natureza, a pesquisa será a aplicada, pois objetiva conhecimento novo e verdades, mesmo que temporárias e relativas, de interesses universais não localizados (NASCIMENTO; SOUZA, 2016). Utilizando uma abordagem qualitativa buscar-se analisar e identificar as singularidades do problema.



GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

É muito comum no ambiente corporativo quando a discussão trata de gerenciamento de recursos é questionar sobre o real significado do termo “administração”. Segundo Chiavenato (2007, p.3) “Administração é o veículo pelo qual as organizações são alinhadas e conduzidas para alcançar excelência em suas ações e operações para chegar ao êxito no alcance de resultados”. Para Martins (1991, p.22) administração é o “[...] processo de planejar para organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais visando à realização de objetivos”. A administração ganha espaço diante da competitividade de mercado do mundo globalizado que tem provocado uma acirrada concorrência exigindo das organizações aumento da produtividade, da qualidade e redução dos custos e, principalmente, pessoas comprometidas e focadas nos propósitos institucionais.

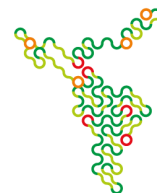
Percebe-se pelos conceitos apresentados que organização está além de estruturas físicas e que a tendência das empresas corporativas é uma gestão com foco no capital humano. A gestão de pessoas tem como propósito administrar o comportamento e fortalecer o capital humano no interior das organizações para facilitar os propósitos das instituições a fim de evitar a perda de talentos e de produtividade. Carvalho e Peres (2015) destacam que as maneiras de gerenciamento passam por aprimoramentos constantes para adaptar-se às necessidades gerais e momentâneas a fim de melhorar desenvolvimento da empresa e do seu recurso humano.

Nota-se uma relação direta de gestão de pessoas e maximização de resultados com relações interpessoais e ambiente organizacional, motivo pelo qual se faz necessário uma abordagem sobre assuntos. Isso é ratificado por Chiavenato (2010, p.115) ao afirmar que “as pessoas não atuam isoladamente, mas por meio de interações com outras pessoas para poderem alcançar seus objetivos”.

As relações entre autoridade e subordinação, bem como o modo que uma organização é dividida e hierarquizada está relacionado à estrutura organizacional definida por Donaldson como:

“O conjunto recorrente de relacionamentos entre os membros da organização [...] os relacionamentos de autoridade e de subordinação como representados no organograma, os comportamentos requeridos pelos regulamentos da organização e os padrões adotados na tomada de decisão, como descentralização, padrões de comunicação e outros padrões de comportamento”(DONALDSON, 1999, p.105).

Ao longo dos anos a administração pública brasileira passou por transformações na maneira de gerenciar seus recursos, porém a maior dificuldade sempre foi equalizar os interesses da coletividade com a condução dos processos e controles internos. Conforme Dourado (2013) os



principais desafios da gestão pública no Brasil é a sua democratização, profissionalização da função pública, uso de novas tecnologias na gestão, e reorganização para a obtenção de resultados e mecanismos de governança.

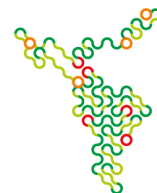
Esta reflexão do modelo tradicional de gestão da administração pública também deve ser feita nas organizações militares. Porém, em razão da sua origem poderá ser enfrentado certa resistência. As estruturas militares apresentam sistema organizacional fragmentado em círculos hierárquicos (oficiais e praças) e a cultura institucional (cuja as atividades mais complexas são de responsabilidade dos militares de maior patente) acabam por fomentar um distanciamento entre os executores e os gestores.

A cultura organizacional (repassada nas escolas de formação de Oficiais e Praças) são internalizadas nas atividades profissionais e as concepções de inferioridade e superioridade, não raras vezes, acaba comprometendo as relações interpessoais e tem reflexos no clima organizacional do ambiente militar. Ao se referir a cultura nas organizações policiais militares, Monet cita que:

Tudo o que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incerteza, a reprodução do “eterno passado” congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social (MONET, 2001, p.155).

Esta formatação de comandamento das organizações policiais militares com foco na gestão dada suas peculiaridades e cultura institucional, deve começar na formação do policial (Oficial e Praça), já que os ensinamentos recebidos são internalizados e tendem a ser reproduzidos. Isso denota-se que algumas atitudes dos policiais não têm relação só com a má formação acadêmica, mas podem ser reflexo dos valores, cultura e ideologia diferentes do cotidiano organizacional.

O realinhamento da gestão policial militar e o aperfeiçoamento dos seus quadros (Oficiais e Praças) para que estejam preparados para as exigências da sociedade contemporânea, cujo foco está além da manutenção da ordem e da segurança, mas sim uma atuação capaz de responder aos princípios éticos e morais expressos na Constituição Federal se faz importante. Diante do contexto apresentado, cada vez mais precisará de Oficiais e Praças – Gestores com espírito de liderança para conduzir seus subordinados – liderados para obtenção de melhores resultados organizacionais e atender as expectativas manifestadas pela sociedade contemporânea.



CONTEXTO ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES MILITARES

Embora semelhantes, gestão, comando e liderança e chefia não são sinônimos. De acordo com Robbins (2005, p.258) “liderança é a capacidade de influenciar pessoas para o alcance das metas, sendo essa liderança formal, conferida pela organização, ou informal, definida como aquela exercida no grupo sem o cargo formal”. A chefia provém de ato administrativo legal e é atributo do chefe que exerce as funções do cargo para o qual foi nomeado. A gestão por sua vez está relacionada à utilização correta das ferramentas e recursos (materiais, financeiros, humanos, tecnológicos) para atingir objetivos e metas.

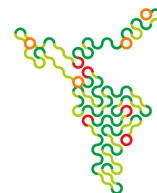
Chefia, gestão e comando são conferidas a determinada pessoa em razão do cargo e das suas respectivas funções previstas em preceitos legais ou atos administrativos; já liderança pode ser exercida por qualquer pessoa, independentemente da função ou grau hierárquico que ocupe. Ou seja, gestão e comando estão relacionadas a autoridade formal, decorrente de preceitos legais; enquanto liderança a uma autoridade informal, atributos de determinadas pessoas

Em razão da cultura das organizações militares é muito importante para o comandante equilibrar gestão e liderança. Em situações que exigem planejamento, organização, controle, acompanhamento atua-se como gestor; situações que demandam relacionamento, confiança, visão, círculo de influências atua-se como líder. Kotter sintetiza isso ao dizer que:

[...] um gestor é essencial para ajudar a organização a encontrar os compromissos organizacionais, mas uma boa liderança é essencial efectuar a mudança. Durante todo o séc. XX, uma boa gestão era vista como suficiente para levar a organização ao sucesso, mas as mudanças organizacionais deste século obrigam a que a gestão tradicional tenha uma boa liderança para levar a organização à renovação permanente (KOTTER apud ROUCO, 2012, f.42).

No contexto militar, sabe-se que o fator humano, direta ou indiretamente, é o componente principal para atingir os objetivos, assumindo, assim a liderança um papel preponderante. Contudo, a posição que se ocupa na cadeia hierárquica não faz da pessoa necessariamente um líder, já que aspectos legais não são preponderantes, mas sim a capacidade de influenciar as pessoas.

Na busca de tentar entender as variáveis que circundam o assunto, diversas são as teorias e modelos apresentados pela doutrina ao longo dos anos, cuja abordagem está na figura do líder e a maneira como se relaciona com seus liderados. Porém, independentemente do conceito ou estilo de liderança, percebe-se que quatro elementos estarão direta ou indiretamente presentes: uma situação,



o líder, os liderados e a interação entre eles. Entretanto, a função de liderança apenas será exercida quando forem estabelecidas as relações interpessoais do gestor/comandante e o colaborador/comandado, e estes os reconhecerem como líder, independentemente da função hierárquica que ocupem - autoridade formal. (ROUCO, 2012).

Enfim, os propósitos organizacionais, a produtividade, desempenho e satisfação dos colaboradores estão diretamente relacionados com a maneira que o líder irá conduzir sua equipe; porém não existe a liderança certa ou errada, mas sim a adequada para cada situação e momento. Caberá ao líder, com seu conhecimento, experiência e aprimoramento, saber identificar qual é a melhor forma de conduzir a sua equipe de trabalho e ter flexibilidade para impor cada estilo de acordo com as circunstâncias fáticas e peculiaridades dos seus liderados.

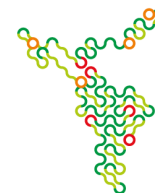
ORGANIZAÇÕES POLCIAIS MILITARES: PERSPECTIVAS DE ACCOUNTABILITY

Na perspectiva de reflexão do papel do servidor público no atual contexto, a burocracia não pode ser um fim em si mesma, mas garantidora do cumprimento da lei e salvaguarda contra arbitrariedade. Estas mudanças de paradigmas da sociedade contemporânea em relação às perspectivas do setor público cuja consecução é o bem-estar social, sugere uma reflexão, inclusive, das organizações policiais militares, cuja expectativa até então era solucionar e resolver os problemas de criminalidade, independentemente de que forma fosse (no jargão militar é a conhecida expressão ‘missão dada é missão cumprida), passou exigir a profissionalização da atividade policial. Nas palavras de Arantes:

As vicissitudes cotidianas exigem da polícia um *feeling* para lidar e combater a criminalidade sem se igualar a ela, as invectivas precedem as ações, antes mesmo de estas serem postas em prática, diante do quadro apresentado, toda estratégia e planejamento tornam-se conjecturas, as quais devem ser revistas e adequadas às necessidades atuais (ARANTES, 2018, f.6).

Esta nova visão sugere uma reflexão nos modelos de gestão das organizações policiais militares, as quais em razão da cultura organizacional e discursos ideológicos, as práticas de gerenciais tendem a privilegiar a autoridade formal dos regulamentos e normas em detrimento da gestão do capital humano.

A extrema burocratização das policiais militares, pautado em uma administração burocrática e que não foi renovado ao longo dos anos, compromete a eficácia nas ações de prestação do serviço à sociedade, já que os cursos de formação tendem a empregar os mesmos métodos das forças armadas,



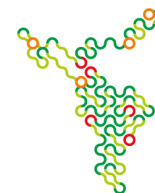
cujos comportamentos acabam sendo internalizados na construção da cultura do policial e após refletidos e reproduzidos no exercício da função. Consequentemente, a tendência é tais métodos serem reproduzidos: pelas praças na sociedade quando na prestação do serviço já que são de executores, e pelos Oficiais na relação para com seus subordinados. Surge então como prática para atender às expectativas da sociedade a accountability, assumindo o capital humano papel extremamente relevante e decisivo para os propósitos organizacionais.

Desataca-se, contudo, que esta perspectiva de gestão das organizações policiais militares voltada ao capital humano e aos interesses da coletividade visa procurar adequar o papel do Estado às necessidades contemporâneas, cujo propósito é revisão das propostas da prestação dos serviços públicos, pautada na eficiência e efetividade, no controle de resultados, tendo como pilares uma forte governança e a accountability. Várias são as concepções que o termo accountability assume na administração pública, representando a prestação de contas, responsabilização objetiva e subjetiva dos agentes públicos (inclusive o político), transparência dos atos governamentais, controle dos atos e de todos os agentes estatais (Tribunais de Contas, Corregedorias e pelo próprio cidadão) e substituição de idéias tradicionais de gestão (mais burocratizada) por respostas céleres que atendam os anseios dos cidadão, enfim, busca-se uma prestação do serviço estatal eficaz, eficiente e efetiva voltada à satisfação da coletividade.

De um modo geral, a Federação Internacional de Contabilista (apud Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública, 2019, on-line) define accountability como:

[...] o processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro delas são responsáveis por decisões e ações, incluindo a forma como são geridos os recursos públicos, bem como todos os aspectos relacionados ao desempenho e aos resultados (IBEGESP, 2019, s/p).

A concepção de accountability que se alinha à proposta do presente estudo é uma reflexão do modelo gestão das organizações policiais militares, cuja cultura institucional está no apego a regulamentos (burocratizando a gestão) e a supremacia dos ditames da caserna, em detrimento à uma visão sistêmica e contextualizada aos propósitos legais destas instituições que é servir a coletividade. Como a ideia de accountability está diretamente associada a resultado e governança, o potencial intelectual da organização assume papel extremamente relevante e decisivo neste cenário, e o sucesso dependerá basicamente de dois elementos: gestão e comprometimento das pessoas.



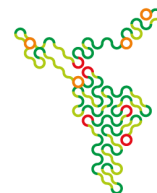
Nesta nova perspectiva de gestão nas organizações policiais militares com foco na accountability, caberá ao comandante/líder desenvolver, além do senso crítico, também uma maior aproximação com seus subordinados/liderados a fim de qualificar o processo decisório. Espera-se, pois, que conduza seus liderados/comandados por meio de uma gestão onde regulamentos e normas não sejam um fim em si mesmo. Assim, a visão de accountability e de governança dependerá da capacidade do comandante de influenciar seus comandados e não somente do uso da força do mandamento legal. Necessário, pois, que as competências do líder se alinhem às do comandante, já que o sucesso na condução da sua equipe à promoção dos interesses da coletividade dependerá, basicamente, da maneira como irá interagir com os seus liderados/comandados para mantê-los comprometidos, do seu conhecimento profissional, do seu senso moral e da sua atitude, ou seja, o saber, o ser e o fazer.

O desafio que se apresenta à gestão e gestores das organizações policiais militares é a transposição de princípios e valores historicamente cristalizados na cultura organizacional, cujo processo de construção e de comportamentos, muitas vezes interferem na relação entre o policial militar e o cidadão.

As organizações policiais militares até então responsáveis pela garantia da ordem pública, no cenário contemporâneo, assumem também visibilidade e responsabilidade social no momento em que as ações policiais devem corresponder às expectativas da coletividade. Esta nova formatação que tem por base os interesses do cidadão/sociedade foca na efetividade e na flexibilização na condução dos processos e não ao apego exacerbado às normas e regulamentos (nas organizações militares um pouco mais complicado pela cultura institucional) propicia mais eficiência, efetividade e accountability.

Diante deste cenário, em uma visão de accountability, o gestor assume papel preponderante, já que a maneira como irá gerir os recursos e administrar interesses, vaidades e carências individuais no ambiente organizacional, bem como fará valer sua autoridade (formal ou pela liderança) terão reflexos diretos no clima organizacional, nos resultados e, conseqüentemente, na imagem Institucional. Embora timidamente, a accountability já é uma realidade e começa a ganhar espaço na administração pública e nas organizações policiais militares.

Alinhada a esta visão de accountability do executivo estadual, no Rio Grande do Sul, a Brigada Militar desde 2015 implementa o Programa Avante, cujos pilares são uma gestão por resultados, a



reestruturação de processos, e a valorização e reconhecimento dos efetivos, passando ser fundamental o engajamento e comprometimento de todos os integrantes da Corporação (de Oficiais e Praças).

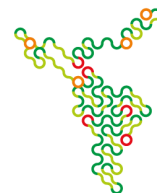
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão de assuntos relativos à execução de serviços e efetividade nos resultados no setor corporativo é ampla, porém na administração pública ainda é recente, e muito mais incipiente nas organizações policiais militares quando o foco é a gestão de pessoas no ambiente organizacional militar em uma visão de accountability, seja pela cultura, políticas de gestão, ou até mesmo por questões ideológicas e históricas. Assim, o propósito do presente trabalho foi verificar a importância da liderança na gestão de pessoas no ambiente organizacional e o papel do líder nos resultados da Brigada Militar em uma visão de accountability. Pretendeu-se instigar uma reflexão aos oficiais e praças que desempenham ou estarão em funções de coordenação, controle e comando, já que independentemente do nível gerencial precisam compreender que a maneira como farão a gestão dos recursos humanos terá reflexos no clima organizacional, nos resultados e, conseqüentemente, na imagem Institucional.

Para subsidiar a compreensão foi realizada uma pesquisa bibliográfica e abordados assuntos correlatos à gestão de pessoas, clima organizacional, ambiente organizacional, relações interpessoais, cultura organizacional e liderança na administração pública e nas organizações militares. Preliminarmente, apresentou-se a dicotomia entre os vocábulos gestão e administração, e pelas definições da literatura percebeu-se que ambas buscam atingir os objetivos organizacionais, contudo esta é uma das funções da gestão, ou seja, a administração tem um espectro mais restrito.

Após, verificou-se que o clima organizacional e a maximização dos resultados estão diretamente relacionados à gestão do capital humano e à maneira que são estabelecidas as relações interpessoais, as quais podem ser em razão do cargo e das funções - autoridade formal (chefia, gestão e comando) e/ou pelos atributos e comportamento das pessoas - autoridade informal (liderança). Assim, haverá pessoas que por força de lei serão gestores, porém não estarão fazendo uma boa gestão; comandantes que não comandam e pessoas que mesmo não ocupando cargos ou funções serão líderes.

Observou-se a cultura de uma organização também influenciará nas relações interpessoais, pois quanto mais verticalizada for a estrutura, tais relações tendem a ficarem mais distantes, exemplo



das organizações policiais militares em que há divisão por círculos hierárquicos (oficiais e praças) e em razão dos seus princípios norteadores (hierarquia e disciplina) o relacionamento é mais formal. Todavia, o apego exagerado ao formalismo, cuja observância dos regulamentos fruto de um processo histórico que acaba por engessar essas organizações não podem ser um fim em si mesmo, havendo premente necessidade de adequação desse modelo tradicional de gestão às expectativas da sociedade contemporânea cujo foco passa a ser a efetividade dos resultados.

Nessa nova formatação com visão de accountability e de governança, o capital humano assume contornos diferentes e papéis decisivos, e a ascendência hierárquica passa não ser uma garantia de sucesso na condução da equipe e na efetividade nos resultados. O desafio que ora se apresenta para quem desempenha ou estará em funções de coordenação, controle e comando nas organizações policiais militares é o gerenciamento das pessoas com foco na liderança, o qual deve ser fomentado desde a formação.

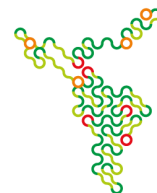
Contudo, não há estilo de liderança ou modelo ideal a ser empregado. Caberá a instituição formar e preparar seus líderes dentro do perfil desejado e ao gestor com seu conhecimento, experiência e aprimoramento ter o feeling para saber identificar se diante do contexto que ora se apresenta deve ele ter uma postura mais enérgica (líder autoritário), permissiva (líder liberal), conciliadora (líder democrático), adaptável (líder situacional) ou inspiradora (líder coaching).

Porém, independentemente do estilo a ser adotado, uma coisa é certa: em uma visão de accountability a figura do líder na gestão de pessoas, inclusive em um ambiente organizacional policial militar têm relação à performance da equipe e, conseqüente, nos resultados e imagem institucional. A profundidade da abordagem dos assuntos se adequaram à limitação e propósito da presente pesquisa. Entretanto, pela importância do tema pretende-se dar continuidade ao estudo no Mestrado Profissional em Ciências Militares de Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Mirelle Rocha. **Trabalho policial: um desafio na sociedade contemporânea**. 2018, 16 f. Trabalho do Curso de Formação de Praças – Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiás, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2sbcT2t>. Acesso em: dez. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, (2008, 2009, 2010).



_____, Idalberto. **Administração teoria, processo e prática**. 4 ed. São Paulo: Elsevier. 2007.

CARVALHO, Adriano Dias; PERES, Jessica Mena. **O papel da gestão de Pessoas em cooperativas agropecuárias como desenvolvimento regional**. São Paulo: FATEC Sebrae, v.2, n.3, 2015.

DONALDSON, Lex. (1999). **Teoria da Contingência Estrutural**, in: Clegg, Stewart R., Hardy Cynthia & NORD, Walter R. (organizadores). *Handbook de Estudos Organizacionais*, vol. 1, cap.3, Atlas.

DOURADO, Romilson. **Desafios à gestão pública contemporânea**. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2NcooOx>. Acesso em dez. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

IBEGESP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA. **Accountability e a responsabilidade dos agentes públicos na Administração Pública**. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/35G6t9b>. Acesso em: dez. 2019.

MARTINS, José do Prado. **Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. São Paulo: Atlas, 1991.

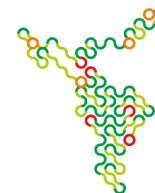
MASLOW, Abraham H. **Maslow no Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedade na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

NASCIMENTO, Paulo dos Santos; SOUSA, Flavio Luis Leite. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. Tradução técnica. Reynaldo Marcondes. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, (2002, 2005 e 2009).

ROUCO, José Carlos Dias. **Modelo de gestão de desenvolvimento de competências de liderança em contexto militar**. 2012. 612 f. Tese (Doutoramento em Gestão) - Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa, Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://bit.ly/37SSEWw>. Acesso em: dez. 2019.



MONITORAMENTO DA SAÚDE BUCAL COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE OCUPACIONAL PARA POLICIAIS DA BRIGADA MILITAR

Letícia Gomes Gonçalves¹
Daniel Demétrio Faustino da Silva²

Resumo: O estudo transversal avaliou a saúde bucal de 237 policiais militares de Canoas e testou a associação da frequência de escovação dentária com a atividade laboral, última visita ao dentista e experiência de cárie na amostra. A maioria foi do sexo masculino (85,7%), soldados (84,8%) e trabalha no policiamento ostensivo (74,3%). A maioria dos indivíduos relatou frequência de higienização dentária três vezes (53,2%) ou mais que três vezes ao dia (33,8%). Os indivíduos que escovam os dentes duas vezes ao dia apresentaram uma prevalência 64% maior de carie dentária quando comparados com os que escovam mais de três vezes por dia (RP=1,64; IC 95%: 1,02 – 2,66; p=0,043). A frequência de escovação dentária não foi associada à atividade laboral, no entanto a associação com última visita ao dentista foi significativa (p=0,006). Os resultados encontrados são relevantes para a vigilância em saúde ocupacional e gestão estratégica do serviço de odontologia na Brigada Militar.

Palavras-chave: Saúde Bucal; Polícia; Saúde do Trabalhador; Escovação Dentária.

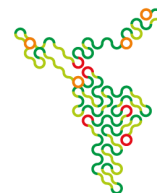
Oral health monitoring as a management strategy and occupational health surveillance for police officers of Brigada Militar.

ABSTRACT: The cross-sectional study presents the oral health profile of 237 military police officers from Canoas and the toothbrushing frequency associations with work activity, last dentist visit and experience of caries in the sample. Most were male (85.7%), soldiers (84.8%) and work in ostensive policing (74.3%). Most individuals related toothbrushing frequency three times a day (53.2%) or more (33.8%). Individuals who brush their teeth twice a day presented 64% higher prevalence of tooth decay when compared to those who brush more than 3 times a day (PR = 1.64; 95% CI: 1.02 - 2.66; p = 0.043). There was no significant association between toothbrushing frequency and work activity, however there was significant association with last dentist visit (p=0.006). The results found are relevant for occupational health surveillance and strategic management of the dental service in the Brigada Militar Corporation.

Keywords: Oral Health; Police; Occupational Health; Toothbrushing.

¹ Oficial-Aluna do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Graduada em Odontologia pela UERJ em 1998. Especialista em Dentística Restauradora pela ULBRA em 2004. Mestre em Odontologia. Área de concentração: Saúde Bucal Coletiva pela UFRGS em 2012. E-mail: leticia-gomes@bm.rs.gov.br.

² Orientador graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), mestrado em Clínicas Odontológicas-Odontopediatria pela Faculdade de Odontologia UFRGS (2009) e doutorado em Saúde Bucal Coletiva pela Faculdade de Odontologia UFRGS (2015).



1 Introdução

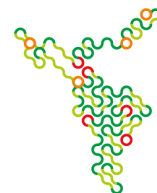
As doenças bucais podem causar dor e desconforto físico e emocional, prejudicando consideravelmente a saúde geral, e determinando influência negativa sobre a capacidade do trabalhador (MOTA et al., 2015). A dor de origem dentária pode ser causa de absenteísmo, e até mesmo interferir no bom desempenho dos trabalhadores. O conhecimento a respeito do perfil de saúde bucal e a identificação dos fatores de risco ocupacional associados aos agravos são essenciais à gestão de saúde bucal do trabalhador, pois permite o adequado planejamento de ações promotoras de saúde para essa coletividade.

A escolha de comportamentos saudáveis é imprescindível à saúde dos indivíduos. O autocuidado com a higiene bucal é essencial à manutenção da saúde bucal. A frequência de escovação dentária e remoção de placa bacteriana reduza a incidência de cárie e periodontite, que são os principais agravos à saúde bucal (ZANATTA et al., 2012). No entanto, ao tratarmos de saúde bucal no contexto ocupacional, é preciso inferir não somente a predisposição comportamental ao autocuidado, que é inerente ao indivíduo; mas os aspectos ambientais e organizacionais referentes à atividade laboral que possam influenciar os hábitos comportamentais dos trabalhadores.

Em ambientes laborais, a vigilância em saúde deve investigar os fatores que influenciam sua saúde e avaliar o impacto das ações de promoção de saúde voltadas a um grupo laboral específico. Essa dinâmica permite a melhor gestão de recursos em saúde coletiva (ALMEIDA, VIANNA, 2005).

O monitoramento da saúde bucal dos policiais militares em unidades operacionais é uma importante estratégia para a vigilância em saúde ocupacional; e pode reduzir a incidência de agravos à saúde e o absenteísmo, além de nortear as ações em saúde coletiva. As ações promotoras de saúde bucal em ambiente laboral devem ser direcionadas aos grupos mais vulneráveis, e são capazes de intervir no processo saúde-doença através da informação, do estímulo ao auto cuidado e da disposição de meios logísticos e ambientais favoráveis às práticas de comportamentos saudáveis.

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar a saúde bucal de policiais militares adstritos ao município de Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre - RS; bem como observar a associação entre a frequência de escovação dentária e os fatores relacionados à atividade laboral e comportamental da amostra.



2 Referencial teórico

A saúde do trabalhador e a qualidade de vida no ambiente laboral é de suma importância para o aumento da competitividade e produtividade nas organizações. Por esse motivo, a gestão de pessoal tem priorizado os programas de promoção em saúde ocupacional.

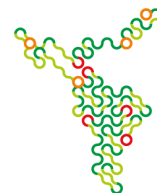
Os programas de bem-estar são adotados por organizações que procuram prevenir problemas de saúde de seus funcionários. O caráter profilático desses programas parte do reconhecimento de seu efeito sobre o comportamento dos funcionários e estilo de vida fora do trabalho, encorajando as pessoas a melhorar seu padrão de saúde (CHIAVENATO, 2014 p.426).

Segundo o autor, os programas de bem estar nas organizações devem ajudar os funcionários a identificar riscos potenciais à saúde; educar os funcionários a respeito de comportamentos de risco à saúde; e encorajar os funcionários a mudar estilos de vida, através da prática de exercícios, aconselhamento, orientação, boa alimentação e monitoramento da saúde (CHIAVENATO, 2014).

Os aspectos relacionados à saúde do trabalhador e organização do trabalho afetam a saúde dos indivíduos. A dinâmica entre a condição de saúde e a atividade laboral se constitui na medida em que os hábitos comportamentais relacionados a rotina no trabalho e o ambiente laboral podem afetar a qualidade de vida e a saúde dos trabalhadores, assim como a condição de saúde pode afetar o desempenho dos indivíduos no exercício de suas funções laborais.

A periodicidade de acompanhamento das condições de saúde bucal dos funcionários em ambiente laboral pode reduzir a prevalência de dor como motivo de consulta odontológica; sendo possível que a continuidade do acompanhamento e a atenção preventiva corroborem para a melhor condição de saúde bucal desses indivíduos (LACERDA et al., 2004). A análise de dados e eventos relacionados à saúde são essenciais ao planejamento, implementação e avaliação da prática de saúde coletiva (ARREAZA, MORAES, 2010). Nesse contexto, as ações promotoras de saúde bucal são essenciais ao bem estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, prevenindo a dor de origem dentária e o absenteísmo por causa odontológica.

A atividade laboral do policial militar tem como característica a frequente exposição ao estresse e à violência, além do contínuo estado de atenção e vigília para o estabelecimento da ordem e segurança da sociedade (COLLINS, 2003). A imprevisibilidade da rotina do policial militar e a exposição constante ao estresse e à violência podem afetar hábitos comportamentais, demandando um impacto negativo na qualidade de vida e saúde desses trabalhadores (CALAZANS, 2010). A organização do trabalho policial militar apresenta um modelo de divisão das tarefas baseado nos



princípios da hierarquia e disciplina, o qual apresenta condição de constante vigília e controle por seus pares, superiores e pela sociedade em geral; constituindo uma dinâmica relacional que pode ser associada ao comportamento com maior risco à saúde (FERREIRA, BONFIM, AUGUSTO, 2012).

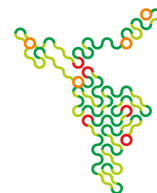
A organização do trabalho pode afetar a saúde bucal na medida em que desempenha um papel importante no comportamento relacionado à higiene oral. As escolhas relacionadas ao comportamento em saúde bucal são determinadas pelas rotinas e flexibilidade de atividades diárias. A alta flexibilidade de horário de trabalho está associada ao padrão de higiene oral (alta frequência), estrutura (uso de mais utensílios durante a escovação) e desempenho (níveis inferiores de placa dental). Nesse sentido, indivíduos com maior flexibilidade de horário de trabalho, apresentam melhor padrão de higiene oral (ABEGG et al., 1999).

Por outro lado, os agravos à saúde bucal e as necessidades de tratamento odontológico não atendidas podem interferir nas atividades laborais e ser motivo de absenteísmo, tanto pela falta ao serviço por motivo de dor ou desconforto, quanto por motivo de consulta odontológica para tratamento. As situações de desconforto e dor de origem odontológica interferem na realização das atividades diárias dos trabalhadores (GOMES, ABEGG, 2007), devido a redução da concentração, a diminuição da capacidade produtiva e aumento do risco de acidentes de trabalho nas empresas (MIDORIKAWA, 2000).

O perfil de saúde bucal de policiais militares tem sido avaliado em diversos estudos. Os principais agravos observados nessas populações são a cárie dentária e doença periodontal (PRADO, 2003; FARIS, 2009; DANTAS, 2017). A evolução desses agravos ocorre em função do acúmulo do biofilme bacteriano na superfície dos dentes. E os métodos de higiene oral são a melhor maneira de controlar o biofilme bacteriano e evitar a progressão dessas patologias bucais (MENEZES et al., 2004).

A promoção de saúde bucal para policiais militares requer a observação da prevalência de agravos à saúde bucal e sua distribuição nessa população de trabalhadores, bem como a identificação dos aspectos relacionados à organização do trabalho que possam constituir fator de risco para a saúde desse grupo laboral.

Nesse contexto, o presente estudo observou a experiência de cárie e necessidade de tratamento odontológico na amostra de policiais militares de Canoas, bem como a frequência da última visita ao dentista e as associações entre o autocuidado com a higiene oral e os fatores



relacionados à atividade laboral, tais como: tipo de atividade exercida, tempo de serviço policial militar, ambiente laboral, grau hierárquico e absenteísmo por motivo odontológico.

3 Metodologia

A presente pesquisa teve delineamento transversal, observacional dedutivo, quantitativo, com objetivo descritivo-analítico de dados retrospectivos.

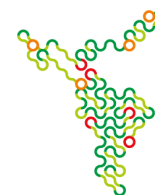
Os dados foram coletados a partir dos prontuários de uma amostra de 237 policiais militares pertencentes ao efetivo do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM) e 15º Batalhão de Policiamento Militar (15ºBPM), que participaram de uma estratégia de promoção em saúde bucal na Formação Sanitária Regimental (FSR), localizada na unidade operacional em Canoas, no período de junho de 2018 a setembro de 2019.

A condição de saúde bucal da amostra foi avaliada a partir do índice CPOD (média de dentes cariados, perdidos ou obturados por cárie) e necessidade de tratamento odontológico. Todos os indivíduos foram examinados por uma única cirurgiã-dentista, e a mesma coletou e codificou os dados da amostra. O exame para avaliação do CPOD, indicador utilizado para avaliar a experiência de cárie, seguiu os critérios descritos pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 1997).

As variáveis relacionadas à atividade laboral referiram o tipo de serviço, policiamento ostensivo ou serviço administrativo (PLOST/ADM); tempo de serviço na corporação; ambiente laboral (CPM / 15ºBPM), grau hierárquico e absenteísmo por motivo odontológico.

A frequência de escovação dentária e última visita ao dentista foram auto relatadas e descritas como variável comportamental. As demais variáveis demográficas foram apresentadas de acordo com sexo, idade e estado civil.

A análise dos dados foi realizada através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21,0 (IBM, Chicago, USA). As variáveis quantitativas foram descritas por média e desvio padrão e as categóricas por frequências absolutas e relativas. Para comparar médias foi aplicado o teste *t-student* para amostras independentes. Em caso de assimetria, o teste de Mann-Whitney foi utilizado. Na comparação de proporções, os testes qui-quadrado de Pearson ou exato de Fisher foram utilizados. Para o controle de fatores confundidores, a análise de Regressão de Poisson foi aplicada. O critério para a entrada da variável no modelo multivariado foi de que a mesma apresentasse um valor $p < 0,25$ na análise bivariada. O nível de significância adotado foi de 5%



($p < 0,05$).

4 Resultados

Tabela 1 – Caracterização da amostra de PMs de Canoas

Variáveis	n=237
Idade (anos) – média $\pm$ DP	34,1 $\pm$ 7,3
Sexo – n(%)	
Masculino	203 (85,7)
Feminino	34 (14,3)
Tempo de serviço (anos) – mediana (P25-P75)	10 (7-16)
Estado civil – n(%)	
Solteiro	97 (40,9)
Casado	125 (52,7)
Divorciado	15 (6,3)
OPM – n(%)	
CPM	37 (15,6)
15ºBPM	200 (84,4)
Serviço – n(%)	
Policimento ostensivo	176 (74,3)
Administrativo	61 (25,7)
Hierarquia – n(%)	
Soldado	201 (84,8)
Sargento	33 (13,9)
Oficial	3 (1,3)



De acordo com a **Tabela 1**, a média de idade da população estudada é 34,1 anos ($\pm 7,3$) e a mediana do tempo de serviço foi de 10 anos. A grande maioria foi do sexo masculino (85,7%) e casada (52,7%). Quanto às características laborais, a maioria pertence ao efetivo do 15ºBPM (84,4%), trabalha no policiamento ostensivo (74,3%) e são soldados (84,8%).

Tabela 2 – Distribuição dos desfechos para a amostra

Variáveis	n=237
CPOD – mediana (P25 – P75) [média]	7 (3,5 – 11) [7,5]
Número de dentes cariados – mediana (P25 – P75) [média]	0 (0 – 1) [0,8]
Necessidade de tratamento – n(%)	107 (45,1)
Absenteísmo por motivo odontológico – n(%)	43 (18,1)
Escovação (x/dia) – n(%)	
1	3 (1,3)
2	28 (11,8)
3	126 (53,2)
>3	80 (33,8)

De acordo com a **Tabela 2** a amostra apresentou índice CPOD equivalente a 7,5, e média de 0,8 dentes cariados. Foi observado relato de absenteísmo em 18,1% dos indivíduos. A maioria relatou hábito de escovar dentes três vezes ao dia (53,2%) ou mais (33,8%).

Tabela 3 – Associações com frequência de escovação dentária

Variáveis	1x/dia	2x/dia	3x/dia	>3x/dia	P
	(n=3)	(n=28)	(n=126)	(n=80)	
Idade (anos) – média $\pm$ DP	33,7 $\pm$ 8,1	33,3 $\pm$ 6,6	34,4 $\pm$ 7,6	33,9 $\pm$ 7,1	0,872



Sexo – n(%)					0,407
Masculino	3 (100)	26 (92,9)	104 (82,5)	70 (87,5)	
Feminino	0 (0,0)	2 (7,1)	22 (17,5)	10 (12,5)	
Tempo de serviço (anos) – mediana (P25-P75)	10 (3-19)	10 (4-14,5)	10 (3-16)	10 (7-16)	0,845
Estado civil – n(%)					0,966
Solteiro	2 (66,7)	12 (42,9)	52 (41,3)	31 (38,8)	
Casado	1 (33,3)	14 (50,0)	67 (53,2)	43 (53,8)	
Divorciado	0 (0,0)	2 (7,1)	7 (5,6)	6 (7,5)	
OPM – n(%)					0,639
CPM	0 (0,0)	3 (10,7)	19 (15,1)	15 (18,8)	
15ºBPM	3 (100)	25 (89,3)	107 (84,9)	65 (81,3)	
Serviço – n(%)					0,205
Policiamento ostensivo	0 (0,0)	5 (17,9)	39 (31,0)	17 (21,3)	
Administrativo	3 (100)	23 (82,1)	87 (69,0)	63 (78,8)	
Hierarquia – n(%)					0,681
Soldado	3 (100)	26 (92,9)	102 (81,0)	70 (87,5)	
Sargento	0 (0,0)	2 (7,1)	22 (17,5)	9 (11,3)	
Oficial	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (1,6)	1 (1,3)	
Absenteísmo por motivo odontológico – n(%)	1 (33,3)	8 (28,6)	17 (13,5)	17 (21,3)	0,181



CPOD – mediana (P25 – P75)	1 (0-17)	8 (4-12)	7 (2-11)	6,5 (4-10)	0,601
Cárie – mediana (P25 – P75)	1 (1,2)	16 (19,0)	44 (52,4)	23 (27,4)	0,062
Última visita ao dentista – n(%)					0,006
De 0 a 6 meses	1 (33,3)	7 (25,0)	55 (43,7)	47 (58,8)*	
De 6 meses a 2 anos	1 (33,3)	14 (50,0)	62 (49,2)*	25 (31,3)	
Mais de 2 anos	1 (33,3)	7 (25,0)*	9 (7,1)	8 (10,0)	
Necessidade de tratamento odontológico – n(%)	1 (33,3)	17 (60,7)	59 (46,8)	30 (37,5)	0,176

* associação estatisticamente significativa pelo teste dos resíduos ajustados a 5% de significância

Conforme pode ser visualizado na **Tabela 3**, quanto maior o tempo da última visita ao dentista, menor a frequência de escovação diária ($p=0,006$). A associação com a mediana de dentes cariados apresentou $p<0,25$, obedecendo o critério para a entrada da variável no modelo multivariado.

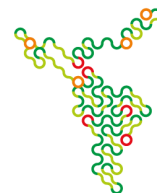
Tabela 4 – Análise Multivariada de Regressão de Poisson

Mediana de cárie*	RP (IC 95%)	P
Escovação (x/dia)		
1	0,93 (0,15 – 5,86)	0,937
2	1,64 (1,02 – 2,66)	0,043
3	1,09 (0,72 – 1,64)	0,679
>3	1,00	

RP=Razão de Prevalências; IC 95%: Intervalo com 95% de confiança;

* ajustado para idade e estado civil

A mediana de cárie foi independentemente associada à frequência de escovação dentária (**Tabela 4**). Os indivíduos que escovam os dentes 2 vezes ao dia apresentaram uma prevalência 64%



maior de carie dentária quando comparados com os que escovam mais de 3 vezes por dia (RP=1,64; IC 95%: 1,02 – 2,66; p=0,043).

5 Discussão

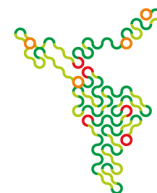
O índice CPOD é o indicador mais adequado para a avaliação da experiência de cárie; ele expressa a média de dentes cariados, perdidos e obturados na população, sendo amplamente utilizado em levantamentos epidemiológicos em todo mundo. A padronização dos critérios para exames e coleta de dados preconizado pela Organização Mundial de Saúde permite a comparação da prevalência e distribuição da doença entre populações de acordo com a faixa etária (WHO, 1997). O índice CPOD da população avaliada no presente estudo foi de 7,5.

A frequência de escovações dentárias por dia foi considerada alta. Um estudo sobre hábitos de higiene bucal em uma população adulta de trabalhadores do setor privado em Porto Alegre observou que 45% da amostra apresentou frequência diária de três escovações dentárias e 23,1% apresentou a frequência maior que três escovações dentárias por dia (ABEGG et al., 1997). No presente estudo, 53,2% e 33,8% dos indivíduos relataram a frequência de escovação dentária equivalente a três vezes e mais que três vezes por dia, respectivamente.

A frequência de escovação dentária duas vezes por dia foi associada à cárie (p=0,043) na análise multivariada. No entanto, a frequência de uma escovação diária não apresentou associação significativa para o desfecho; é possível que esse fato seja decorrente da pequena representatividade (1,3%) da amostra que referiu uma escovação dentária por dia.

Não houve associação significativa entre as variáveis laborais e a frequência de escovação dentária. Embora seja observada maior de frequência de escovação entre os indivíduos que trabalham no serviço administrativo em comparação aos indivíduos que trabalham no policiamento ostensivo, o que era esperado, uma vez que estes últimos têm maior imprevisibilidade de rotina e o ambiente menos propício à escovação dentária, esta associação não foi significativa. Tal fato pode sugerir que independente do ambiente, rotina e oportunidade, outros fatores podem estar relacionados ao hábito de escovação dentária, tais como a maior motivação e adesão a comportamentos saudáveis e práticas de autocuidado.

Embora a frequência de escovação dentária de trabalhadores possa ser associada às condições sociais e demográficas (ABEGG et al., 1999); a condição social, econômica e educacional não pode



ser considerada como *proxy* para a variável laboral hierarquia. Cabe Inferir que as formas de organização de vida são inerentes ao indivíduo e não ao coletivo. Posto isso, a variável hierarquia é observada como um modelo de divisão de trabalho e progressão da carreira; o qual não foi associado, nesse estudo, à frequência diária de escovação dentária. Cabe ressaltar que a baixa adesão de oficiais à estratégia de promoção de saúde determinou uma limitação do estudo decorrente da baixa representatividade desse seguimento.

A última visita ao dentista foi associada à frequência de escovação dentária. Embora não se possa inferir associação de causalidade entre esses desfechos, percebe-se que ambos são relacionados ao autocuidado.

6 Considerações finais

A despeito da característica de imprevisibilidade da rotina inerente ao serviço policial militar, que poderia afetar hábitos comportamentais relacionados à higiene bucal, o grupo laboral avaliado apresenta alta frequência de escovação dentária.

O estudo apontou a associação entre cárie e frequência de escovação entre policiais militares, no entanto, o autocuidado com a higiene bucal não foi associado às atividades laborais ou variáveis demográficas, mas foi associado à última visita ao dentista, que se relaciona, também, ao autocuidado.

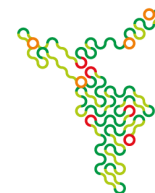
É importante compreender de que forma os fatores relacionados à organização do trabalho podem associar-se às escolhas de estilo de vida mais saudável. Sugere-se a avaliação longitudinal do efetivo de Canoas a partir da continuidade da estratégia de promoção em saúde bucal, e o estímulo ao autocuidados com a saúde.

Referências

ABEGG, C. **Hábitos de higiene bucal de adultos porto-alegrenses.** Rev. Saúde Pública [online]. 1997, vol.31, n.6, pp.586-593. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000700007>

ABEGG, C.; MARCENES, W.; CROUCHER, R.; SHEIMAN, A. **The Relationship between Tooth Cleaning Behaviour and Flexibility of Working Time Schedule.** Clin Periodontol, v. 26, n. 7, p 448-452, 1999.

ALMEIDA, T.F.; VIANNA, M. I.P. **O Papel Da Epidemiologia No Planejamento Das Ações de Saúde Bucal Do Trabalhador.** São Paulo, Saúde e Sociedade v. 14, n. 3, p. 144-154, 2005.



ARREAZA, A.L.V.; MORAES, J.C. **Vigilância Da Saúde: Fundamentos, Interfaces e Tendências.** Rio de Janeiro, Ciência & Saúde Coletiva, v.15, n. 4, p. 2215–2228, 2010.

CALAZANS, M. E. **Missão Prevenir e Proteger: Condições de Vida, Trabalho e Saúde Dos Policiais Militares Do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Cadernos de Saúde Pública, v. 26, n. 1, p. 206–208, 2010.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas Organizações.** 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

COLLINS, P.A.; GIBBS, A.C. **Stress in Police Officers: A Study of the Origins, Prevalence and Severity of Stress-Related Symptoms within a County Police Force.** London, Occupational Medicine, v. 53, n. 4, p. 256–264, 2003.

DANTAS, R.M. **Avaliação das condições de saúde bucal dos policiais militares pertencentes ao Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.** Rio Grande do Norte, Departamento de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017.

FARIS, R. J. **Descrição do perfil dentário e a avaliação de fatores associados a cáries, obturações e perda dentária dos policiais militares da região bragantina.** 26 São Paulo. Pós-Graduação em Saúde Pública – Mestrado em Saúde Pública. Dissertação. 2009.

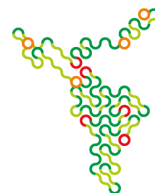
FERREIRA, D.K.S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L.G.S. **Working Conditions and Referred Morbidity in Military Police Officers, Recife-PE, Brasil.** São Paulo, Saúde Soc., v. 21, n. 4, p. 989–1000, dezembro 2012.

GOMES, A.S.; ABEGG, C. **O impacto odontológico no desempenho diário dos trabalhadores do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.** Rio Grande do Sul. Cad Saúde Pública, 23:1707-14, 2007.

MENEZES M.L.F.V., et al. **A importância do controle do biofilme dentário: uma revisão da literatura.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 55, p. e3698, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3698>

MIDORIKAWA, E. T. **A odontologia em saúde do trabalhador como uma nova especialidade profissional: definição do campo de atuação e função do cirurgião-dentista na equipe de saúde do trabalhador.** 2000. 337 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) –Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

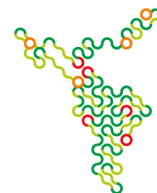
MOTA, J.N.G.; WANDERLEY, F.; SILVA, R.; ALMEIDA, T. **Absenteísmo por causa odontológica: uma revisão de literatura relacionada à ausência no trabalho e a saúde bucal do trabalhador.** UPF - Revista da Faculdade de Odontologia, v. 20, n. 2, 9 dez. 2015.



PRADO, S.U.; LAURIS, J.R.; BASTOS, J.R.M. **Levantamento das condições de saúde bucal dos policiais militares do corpo de bombeiros da cidade de Ribeirão Preto - SP.** Ribeirão Preto, SP. Universidade de São Paulo. 2003.

WHO/OCH. **Oral health surveys: basic methods.** Genebra. 4th ed. 1997.

ZANATTA F.B., et al. **Supragingival Plaque Removal with and without Dentifrice: A Randomized Controlled Clinical Trial.** Braz. Dent. J.,2012; 23(3)235-240.



NÚCLEOS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DO 3º BPM NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

Wagner Estanislau Wasenkeski¹

Ademir Henz²

Cilon Freitas da Silva³

RESUMO: A presente pesquisa tem como escopo analisar o impacto da implementação dos núcleos de policiamento comunitário no 3º BPM, em Novo Hamburgo, na sensação de segurança pública, especialmente sob a óptica dos representantes das associações de bairro contemplados com este modelo de policiamento. Têm-se, como objetivos específicos, apresentar os conceitos de polícia e policiamento comunitário, contextualizar e apresentar as práticas de policiamento comunitário em Novo Hamburgo e analisar as impressões dos representantes das comunidades em que houve atuação dos referidos núcleos, por meio de questionário aplicado. Assim, tem-se a seguinte questão problema: qual o impacto dos núcleos de policiamento comunitário, na sensação de segurança pública dos bairros abrangidos pelo programa no município de Novo Hamburgo, na percepção de seus líderes/representantes de associações de bairros? A metodologia utilizada baseia-se no estudo exploratório, qualitativo e com método dedutivo, com emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e entrevistas. O estudo limita-se a investigar a percepção da sensação de segurança pública, por meio de dez lideranças dos bairros, os quais têm o poder de representatividade perante suas comunidades, sendo que oito delas responderam ao questionário e, de modo geral, referiram que houve um aumento da sensação de segurança em seus bairros, principalmente pela maior interação entre policiais militares e cidadãos.

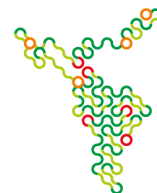
Palavras-chave: Policiamento Comunitário. Polícia Comunitária. Sensação de Segurança Pública. Núcleos de Policiamento Comunitário.

ABSTRACT: This paper analyze the impact of the implementation of community policing centers at the 3rd BPM area in Novo Hamburgo, mostly about the sensation of public safety and especially from the perspective of the representatives of neighborhood associations contemplated with this policing model. The specific objectives are to present the concepts of policing and community policing, to contextualize and present the practices of community policing in Novo Hamburgo and to analyze the impressions of the representatives of the communities in which these centers were active through an applied questionnaire. Therefore, we have the following question: what is the impact of

¹ Oficial Aluno do Curso Avançado de Administração Policial Militar da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar

² Orientador Metodológico. Cap QOEM Mestre em Direito FMP; Mestre em Ciências Policiais com Ênfase em Investigação Criminal ISPSI. E-mail: ademirhenz@gmail.com

³ Orientador de Conteúdo. TCEl QOEM Doutor em Ciências Policiais e da Ordem Pública pela Academia de Polícia do Barro Branco da PMESP. E-mail: cilon@bm.rs.gov.br



community policing centers in the public safety sensation of neighborhoods covered by the program in Novo Hamburgo in the perception of their neighborhood association leaders / representatives? The methodology is the exploratory, quantitative and qualitative study with deductive method, using bibliographic research techniques and interviews. The study is limited to investigating the perception of the sensation of public security through ten neighborhood leaders who have the power of representation of their communities of which eight replied the questionnaire and reported that there was a increased sense of security in their neighborhoods, mainly due to greater interaction between military police and citizens.

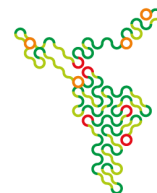
Keywords: Community Policing. Community Police. Public Security Sensation. Community Policing Centers.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como escopo analisar o impacto da implementação dos núcleos de policiamento comunitário no 3º Batalhão de Polícia Militar, em Novo Hamburgo, na sensação de segurança pública, especialmente sob a óptica dos representantes das associações de bairro contemplados com este modelo de policiamento. Têm-se, como objetivos específicos, apresentar os conceitos de polícia e policiamento comunitário, contextualizar e apresentar as práticas de policiamento comunitário em Novo Hamburgo e analisar as impressões dos representantes das comunidades em que houve atuação dos referidos núcleos, por meio de questionário aplicado.

O trabalho, num primeiro momento, consiste em apresentar uma revisão bibliográfica, envolvendo conceitos, doutrina, legislação e práticas sobre o tema da polícia e policiamento comunitário, bem como citar origens no Brasil e no exterior, a fim de contextualizar o referido tema, chegando na realidade foco da presente pesquisa: Rio Grande do Sul, Brigada Militar, município de Novo Hamburgo.

Em um segundo momento, a pesquisa apresenta dados sobre a cidade de Novo Hamburgo, suas características, peculiaridades sociais e demográficas, a fim de contextualizar a questão da segurança pública em tal local, especialmente no que toca a inclusão do policiamento comunitário como forma de estratégia para atender os anseios dos cidadãos. Neste momento, é feita uma explanação sobre como se deu a implantação dos núcleos de policiamento comunitário na cidade, como ocorre o desenvolvimento das atividades (visitas, reuniões, comunicação entre efetivo policial e moradores locais...), bem como demais peculiaridades da aplicação deste modelo nos bairros contemplados.



Por fim, por meio de entrevista, com questionário aplicado aos líderes de associações de bairro contemplados pelos referidos núcleos, procurou-se verificar o impacto dos mesmos nestes locais, especialmente no que toca à questão da sensação de segurança pública. De posse das respostas obtidas, foi realizada a correspondente análise dos dados, a fim de obter as conclusões do trabalho e, conseqüentemente, responder à seguinte questão problema: qual o impacto dos núcleos de policiamento comunitário na segurança pública dos bairros abrangidos pelo programa no município de Novo Hamburgo na percepção de seus líderes/representantes de associações de bairros?

A metodologia baseia-se no estudo exploratório, qualitativo e com método dedutivo, com emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e entrevista. O estudo limita-se a investigar a percepção da sensação de segurança pública, através de dez lideranças dos bairros, os quais têm o poder de representatividade perante suas comunidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceituações de polícia e policiamento comunitário

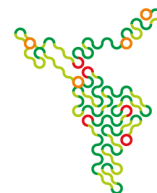
A proposta da polícia comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, criando um canal de comunicação embasado no respeito e confiança mútua. Essa filosofia enfatiza a resolução de problemas compartilhada, na qual cada um assume o seu papel e responsabilidade frente à manutenção social. Trojanowicz e Bucqueroux apresentam uma definição ampla do que é policiamento comunitário:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (1994, p. 4-5).

De acordo com as Diretrizes de Polícia Comunitária da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, conceitua-se que:

Polícia comunitária é a forma de desenvolver atividades de prestação de serviços à comunidade, baseadas na estratégia em que a comunidade e a polícia devem trabalhar em conjunto para identificar e resolver problemas prementes, tais como crimes, drogadição, medo do crime e desordens em geral, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, priorizando ações de forma sistêmica, integradas e com responsabilidades compartilhadas.

Já o policiamento comunitário é a personificação da filosofia de polícia de maneira articulada, através de suas estratégias e ações de rotina, protagonizadas por seus



agentes nos programas e ações institucionais evidenciadas em princípios e modos de atuação, nos respectivos territórios de responsabilidade (2015).

A Nota de Instrução N° 2.16/EMBM/2018 (RIO GRANDE DO SUL, 2018) conceitua o núcleo de policiamento comunitário como a fração elementar constituída por até quatro policiais militares encarregados de executar o policiamento ostensivo, em seus princípios, fundamentos, métodos e atribuições constitucionais legais, sem base fixa, em perímetro urbano ou rural, subordinados à fração policial militar regular.

2.2 Núcleos de policiamento comunitário em Novo Hamburgo

Segundo a prefeitura do município (NOVO HAMBURGO, 2019), Novo Hamburgo é considerado o maior pólo comercial do Vale dos Sinos e conta com uma atividade comercial com mais de 5600 estabelecimentos.

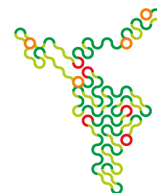
Nessa esteira, a Brigada Militar, por meio do 3º Batalhão de Polícia Militar, tem despendido imperiosos esforços no sentido de garantir a ordem pública e a segurança da comunidade hamburguense. Por tal razão, o referido órgão policial militar, a fim de cumprir sua missão, tem adotado, dentre os meios, o modelo do policiamento comunitário, como será visto a seguir.

Atualmente, existem as mais variadas estratégias de polícia e policiamento comunitário, como Proerd, Patrulha Escolar Comunitária, Patrulha Maria da Penha, Base Móvel Comunitária e, fundamentalmente, os quatorze núcleos de policiamento comunitário, sendo estes o assunto principal desta seção.

Na atual conjuntura (até primeiro semestre de 2019), o convênio prevê 56 policiais militares para a composição dos 14 núcleos de policiamento comunitário, sendo 13 deles operacionais, e um de coordenação.

As atividades do policiamento diário, nos referidos núcleos, ocorrem sob a dinâmica da fórmula: “núcleos de policiamento comunitário = policiamento ostensivo somado à reunião comunitária, visita comunitária e pós-crime”. No caso: $NPC = PolOst + (RC, VC, PC)^{4}$.

⁴ A fórmula foi elaborada pelo próprio autor do artigo, tendo como base suas atividades no local.



A Nota de Instrução Nº 2.16/EMBM/2018, conceitua o núcleo de policiamento comunitário como

a fração elementar constituída por até quatro policiais militares encarregados de executar o policiamento ostensivo, em seus princípios, fundamentos, métodos e atribuições constitucionais legais, sem base fixa, em perímetro urbano ou rural, subordinados à fração policial militar regular (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

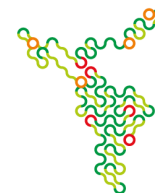
Sendo assim, durante os serviços rotineiros nas escalas de policiamento ostensivo, as guarnições dos núcleos em sua área de atuação devem, mensalmente, salvo fator impeditivo, realizar as reuniões mensais com os líderes de associações de bairros das localidades dos núcleos, bem como diariamente realizar, conforme seus cronogramas, visitas aos moradores de sua zona de atuação, em especial os estabelecimentos comerciais, não esquecendo, ainda, das visitas às residências ou estabelecimentos das pessoas vítimas de ocorrências criminais. Nestes momentos, são passadas orientações sobre registros policiais, informações sobre segurança, cuidados com situações de risco, disponibilização de contato próprio para trocas de informações sobre ações criminosas aos policiais militares a fim de melhor atuar na eficiência da segurança pública.

Muitas questões nem sempre são de competência da polícia, como, por exemplo, iluminação deficiente por inércia da prefeitura, reiterados atrasos nas podas das árvores das praças, esquinas sem câmeras de segurança facilitadoras para monitoramento, adolescentes em horários ou locais não seguros por falta de orientação, etc. Tais processos populares de participação na questão da segurança pública remetem ao cumprimento fiel do dispositivo constitucional “[...] segurança pública, dever do Estado, direito e *responsabilidade de todos*” (BRASIL, 1988 – destaque do autor).

Cumprir salientar que os policiais militares são necessariamente moradores dos bairros dos núcleos em que trabalham, exatamente para que estejam entrosados com o público que atendem. Assim sendo, quando o policial militar, participa de uma reunião comunitária para tratar de assuntos de segurança local, ele está se reunindo com seus vizinhos.

Ressalta-se que, pelo fato de o servidor ter a incumbência de ser referência na comunidade que serve, não são admitidos no programa policiais militares com falta administrativa grave ou condenação criminal na Justiça Militar, ainda que com o benefício do *Sursis*.

Todos os servidores atuantes no programa devem apresentar o certificado de conclusão de curso de polícia comunitária ao núcleo de coordenação, uma vez que é exigida a qualificação específica para tal modalidade de prestação de serviço.



Anualmente, fiscalizações por parte da Adjuntoria de Polícia Comunitária do Estado Maior da Brigada Militar são feitas no 3º Batalhão de Polícia Militar para fins de comprovação do fiel cumprimento das normas e convênio relativo aos núcleos comunitários, conforme os ditames do Decreto nº 51.388 de 17 de abril de 2014, o qual Institui o Programa Estadual de Policiamento Comunitário no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2014

A soma total dos moradores dos bairros correspondentes aos treze núcleos operacionais beneficiados pelo programa chega ao numeral de 124.942 pessoas, conforme dados do núcleo de coordenação do policiamento comunitário do 3º Batalhão de Polícia Militar (3º BPM, 2019).

3 METODOLOGIA

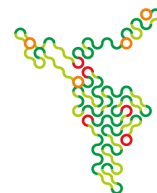
Com o intuito de cumprir os objetivos da pesquisa, bem como responder ao seu problema, foi elaborado um questionário direcionado aos presidentes ou representantes das associações de bairro de dez núcleos de policiamento comunitário (de um total de treze). De forma a não estender demasiadamente a pesquisa, especialmente em razão do prazo para conclusão do presente artigo, foi delimitada a coleta de dados apenas aos representantes das associações. Dos dez representantes de núcleos, obteve-se oito respostas.

As questões possuíam respostas de múltipla escolha e, em sua maioria, compostas por alternativas baseadas na escala “Likert” de intensidade.

Adicionalmente, ao final da aplicação dos questionamentos, aos entrevistados era oferecida a possibilidade de manifestarem livremente suas opiniões sobre algum ponto que desejassem acrescentar.

A metodologia usada, conforme Gil (1994), foi o estudo exploratório, uma vez que objetiva proporcionar maior familiaridade com um problema, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos, abordando o problema de forma qualitativa e com método dedutivo, com emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e entrevistas.

Justifica-se o estudo visto que o tema é relevante, atual, constante do planejamento estratégico da Brigada Militar em vigor e pode contribuir com sugestões para a gestão dos programas e novas pesquisas decorrentes.



4 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Dos dez representantes das associações de bairros dos núcleos comunitários, oito responderam ao questionário. Fizeram-se representados na presente pesquisa, por meio de seus líderes, os seguintes núcleos: Primavera (nº 3), Rincão/Petrópolis (nº 4), Rio Branco/Operário/Vila Rosa (nº 5), Ideal (nº 6), Santo Afonso (nº 9), Boa Saúde (nº 10), Canudos (nº 11) e Roselândia/Kefhas (nº 13).

4.1 Análise das respostas

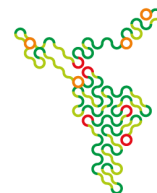
No tocante à primeira questão (Com a implementação do núcleo de policiamento comunitário houve uma maior interação entre o policial e o cidadão do seu bairro?), observa-se que sete dos entrevistados afirmaram que aumentou muito a interação entre o policial e o cidadão em seu bairro, enquanto um afirmou que apenas aumentou tal interação.

Aqui, denota-se um princípio basilar do policiamento comunitário que é o conceito da aproximação comunitária, ou seja, a proximidade do agente da segurança pública com a comunidade na qual ele atua. Reitera-se, aqui, a confirmação do dispositivo de nossa Carta Magna, em seu artigo 144: “segurança pública, direito e responsabilidade de todos” (BRASIL, 1989).

Conforme respostas da questão dois (Você sentiu-se melhor atendido pela Brigada Militar, quando precisou, com a presença de um núcleo de policiamento comunitário em sua comunidade?), verifica-se que quatro dos representantes dos bairros responderam que se sentiram melhor atendidos pela Brigada Militar, enquanto os demais quatro informaram que sentiram-se muito melhor atendidos.

Como análise, conclui-se que as pessoas das comunidades em que se fazem atuantes os núcleos de policiamento comunitário na cidade de Novo Hamburgo estão recebendo, de certa forma, um impacto de melhora na prestação do serviço de policiamento ostensivo enquanto destinatárias finais. A análise das respostas corrobora com a ideia e evidencia mais um princípio do policiamento comunitário nestas comunidades: o da eficiência.

Com relação às respostas da questão número três (Você possuía algum outro canal de comunicação com a Brigada Militar, quando desejava comunicar algo, além do 190?), sete pessoas responderam que havia outros canais, como aplicativo de mensagem eletrônica instantânea (*WhatsApp*), visitas e reuniões com os policiais militares. Uma pessoa respondeu que havia apenas a central do 190 como meio de comunicação. Todavia, é necessário sugerir que a referida pessoa possa ter respondido de forma equivocada, uma vez que, em questão seguinte, afirma que havia visitas e



reuniões com os policiais militares em seu núcleo. Tal fato permite concluir que deva ter se equivocado ao responder à questão. De qualquer forma, verifica-se melhora do canal de comunicação entre polícia e comunidade nos bairros analisados, aproximando agentes e cidadãos locais.

Com relação à questão número quatro (Normalmente, os policiais militares que atendiam no núcleo e participavam das reuniões eram os mesmos ou cada dia havia um diferente?), seis representantes afirmaram que quase sempre eram os mesmos policiais militares, um representante afirmou que sempre eram os mesmos e, por fim, um respondeu que normalmente eram os mesmos policiais militares que atendiam no núcleo.

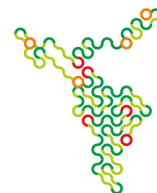
As respostas da presente questão demonstram que, nos bairros em que há o desenvolvimento do programa, os cidadãos recebem o policiamento ostensivo de forma personalizada. Tal conceito, também peculiar ao policiamento comunitário, impacta na segurança pública dos bairros abrangidos, pois, ao ter como premissa evitar transferências sucessivas de efetivos locais, torna os policiais que ali trabalham referências à população.

No que toca à questão cinco (Normalmente, havia reuniões e visitas comunitárias com os PMs, a bem de trocar informações sobre problemas de segurança no bairro?), cinco representantes afirmaram que frequentemente havia reuniões e visitas comunitárias com os policiais militares, dois afirmaram que muito frequentemente ocorriam tais reuniões e um afirmou que normalmente ocorriam as reuniões e visitas. Tais respostas apontam o fato de que verdadeiramente ocorria o cumprimento da fórmula dos núcleos comunitários aplicada no município ($NPC = PolOst + (RC, VC, PC)$), citada no capítulo II do presente artigo.

Analisando-se as respostas da questão seis (Você considera válida a filosofia da Polícia Comunitária?), observa-se que todos os entrevistados responderam que consideram muito válida tal filosofia. Se assim afirmam, crê-se que os núcleos de policiamento comunitário, ainda que em parte, estão correspondendo aos anseios da comunidade em que estão sendo desenvolvidos.

Vê-se que os cidadãos simpatizam com a ideia e presença personalizada do efetivo da Brigada Militar em seus bairros, agradam-se com a forma com a qual as guarnições trabalham, acreditam no referido modelo e suas peculiaridades.

Por fim, ao analisar as respostas da questão sete (Se compararmos com passado, antes da implantação e após a implantação do programa, com as reuniões e visitas dos policiais militares, você considera que houve melhora na "sensação de segurança", em sua comunidade?), nota-se que sete



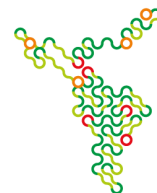
dos entrevistados afirmaram que a sensação de segurança melhorou muito após a referida implantação e um afirmou que melhorou. Estas respostas vêm a confirmar os aspectos anteriormente observados, em especial no que toca a satisfação das pessoas destinatárias do serviço. Todos consideraram estar presente o conceito de sensação de segurança, princípio importante ao falarmos de harmonia social e segurança pública.

Alguns dos entrevistados, ao final do questionário, teceram comentários simpatizantes ao programa, como por exemplo: “Deveriam ampliar o trabalho de vocês, pois tem sido de observação da comunidade” (representante do núcleo 6); “O soldado que trabalha no meu núcleo é como se fosse um filho para mim” (representante do núcleo 5); “Os policiais conhecem quem são os moradores da comunidade, com quem estão trabalhando. Os governantes deveriam investir naquilo que dá certo” (representante do núcleo 6); “Conversar com a Brigada nas reuniões comunitárias e receber as visitas no comércio ajuda muito a gente trocar informações e se proteger dos bandidos” (Representante do núcleo 13).

Após a apreciação das respostas obtidas, verifica-se, em resposta ao problema de pesquisa, o impacto dos núcleos de policiamento comunitário nos bairros de Novo Hamburgo atingidos pelo Programa. A população analisada, ainda que não totalmente livre do fenômeno da criminalidade, afirma ter mais sensação de segurança pública, manifesta-se simpatizada com o efetivo local, informa haver ampliação nos canais de comunicação entre os policiais militares e cidadãos, considera presente o entrosamento entre os servidores da Brigada Militar e comunidade, visualiza conceitos de aproximação comunitária e, fundamentalmente, afirma que os policiais atuam na questão da responsabilidade compartilhada ao tratar do tema da segurança pública. Por entender que dentro do possível as guarnições da Brigada Militar atendem seus anseios, consideram muito válida filosofia de polícia comunitária.

Verifica-se, no tocante à sensação de segurança e do impacto dos núcleos comunitários nos bairros atendidos pelo programa, a existência de conceitos e princípios ali desenvolvidos como o policiamento especializado, a eficiência, a aproximação comunitária, as trocas de informações, a responsabilidade compartilhada, a referência e fixação territorial dos policiais nos locais onde trabalham, a confiança mútua, a extensão do mandato policial, dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os núcleos de policiamento comunitário são uma ferramenta utilizada para aproximar policiais e cidadãos, fortalecendo sua parceria, entrosamento, confiança mútua, troca de informações, etc., elementos típicos da filosofia de polícia comunitária a qual consta, inclusive, do atual plano estratégico da Brigada Militar 2019-2023.

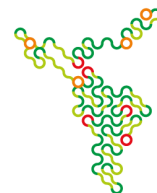
Na presente pesquisa, objetivou-se verificar qual o impacto dos referidos núcleos no que toca à questão da sensação de segurança pública pela percepção dos representantes das associações de bairro em que o programa ocorre, na cidade de Novo Hamburgo, RS.

Ressalta-se que os objetivos gerais e específicos da presente pesquisa foram alcançados, sendo contextualizado o assunto por meio de uma revisão bibliográfica e, fundamentalmente, pela análise dos dados da amostra, com a qual se obteve a resposta à questão problema. Tal problema de pesquisa foi respondido a partir da demonstração de simpatia, satisfação, crença no referido modelo de policiamento e, sobretudo, sensação de segurança pública nos bairros favorecidos com o programa, sob a ótica dos seus representantes.

Assim, concluiu-se que, durante o tempo em que foram analisadas as atividades (dezembro de 2013 a junho de 2019), o referido modelo adotado como estratégia de policiamento no 3º Batalhão de Polícia Militar em Novo Hamburgo contribuiu de forma satisfatória para a sensação e segurança da comunidade local, evidenciando a existência do conceito de responsabilidade compartilhada no processo de segurança pública local. De igual forma, concluiu-se que as normas e diretrizes institucionais sobre o tema, de fato, eram cumpridas em tal localidade.

Dentre as limitações desta pesquisa, é importante mencionar a questão do curto tempo para coleta, análise, revisão e elaboração final do trabalho, especialmente em virtude do cronograma ocorrido entre feriados e época de férias de verão.

A presente pesquisa não esgota a temática em questão. Portanto, os resultados aqui apresentados apontam para a continuidade do estudo, o aprofundamento da análise na referida localidade e população, sob a ótica de outros fatores colaboradores dos processos de segurança pública, além da sensação de segurança, alvo da presente pesquisa. Por derradeiro, poder-se-ia propor a ampliação ou aperfeiçoamento do atual processo.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Ailton Araújo *et al.* **Curso internacional de multiplicador de Polícia Comunitária: Sistema Koban**. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -Pronas. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Justiça/SENASP/PMESP, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária: Sistema koban (CIMPC-SK)**. Brasília: DF, 2015.

CAVALCANTE NETO, Miguel Libório. **A polícia comunitária no Japão: uma visão brasileira**. [blog da internet]. Disponível em: <http://policiamentocomunitario.blogspot.com.br/2010/08/policia-comunitaria-no-japao-uma-visao.html>. Acesso em: 28 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

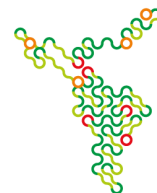
KELLING, George L.; MOORE, Mark Harrison. **The evolving strategy of policing**. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice, 1989.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar. 2004.

NOVO HAMBURGO. **Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo**. Disponível em <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Promulgada em 3 de outubro de 1989. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9p-X_3esaNg%3D&tabid=3683&mid=5358. Acesso em: 7 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Nº 51.388, de 17 de abril de 2014**. Institui o Programa Estadual de Policiamento Comunitário, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, e cria Comitê Gestor. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2014. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=60802&hTexto=&Hid_IDNorma=60802. Acesso em: 7 ago. 2019.



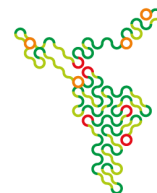
RIO GRANDE DO SUL. **Diretriz de Polícia Comunitária N° 033/2015**. 2015. Disponível em: <https://intranet.bm.rs.gov.br/Estrutura/PoliciaComunitaria/Doutrina.aspx>. Acesso em: 7 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Nota de Instrução Operacional N° 2.16/EMBM/2018**. 2018. Disponível em: <https://intranet.bm.rs.gov.br/Estrutura/Pm3/LegisPM3.aspx>. Acesso em: 7 ago. 2019.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada militar**: trajetória histórica e evolução a Constituição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

TERCEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR. **Arquivos do Núcleo de Coordenação do Policiamento Comunitário do 3º BPM**. Novo Hamburgo, 2019.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. Trad. Mina Seinfeld de Carakusjansky. 3. ed. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro, 2003.



OPERAÇÃO AVANTE TRF4: A PARTICIPAÇÃO DA BRIGADA MILITAR EM GRANDES EVENTOS

Isabele Moritz Evers¹

Luis Henrique da Fonseca Campomar²

Rodrigo Schoenfeldt³

RESUMO: O presente artigo científico procura descrever a participação em 16 a 25 de janeiro do ano de 2018 da Brigada Militar no evento "Operação Avante TRF4", nos dias em que antecederam o julgamento do ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, por fatos praticados de corrupção e de lavagem de dinheiro por envolver propina em benefício de um apartamento triplex no Guarujá em São Paulo repassado pela empresa OAS engenharia como contrapartida em benefícios com o governo e a Petrobrás. A pesquisa tem por escopo basilar reunir as informações sobre a "Operação Avante TRF4", organizando um estudo a partir de três momentos dessa operação, qual seja: a preparação, o planejamento e a execução. Ainda deseja-se identificar as atividades exercidas pela Brigada Militar no evento e construir uma reflexão acerca da experiência de participação da Brigada Militar nesse evento para a realização de futuros outros acontecimentos dessa natureza. O tema tem relevância majorada pela sua importância histórica, pela inexistência de regulamentação institucional em grandes operações "sui generis", complexos, com data certa e pela falta de registro para fins de publicação de uma ação de grande complexidade. A pesquisa foi realizada numa abordagem explicativa, descritiva e exploratória, baseada na bibliografia de livros, periódicos de notícias, no relatório da ação desenvolvida e na experiência desta pesquisadora na função de Adjunta à Terceira Seção do Comando de Policiamento da Capital à época.

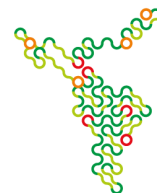
Palavras-chave: Operação. Brigada Militar. Preparação. Planejamento. Execução.

ABSTRACT: The present scientific article seeks to describe the participation on January 16 to 25, 2018 of the Brigada Militar in the event "Operação Avante TRF4", in the days before the trial of the former president of the republic, Luiz Inácio Lula da Silva, for facts practiced of corruption and money laundering for involving bribes for the benefit of a triple apartment in Guarujá in São Paulo passed on by the company OAS Engenharia as a counterpart in benefits with the government and Petrobras. A basic research aims to gather information about "Operação Avante TRF4", organizing a study from three moments of this operation, namely: preparation, planning and execution. Still wants to identify as activities carried out by the Brigada Militar no event and build a reflection on the experience of participation of the Brigada Militar in this event for the realization of other future events of nature. The theme is of greater importance due to its historical importance, the lack of institutional skills in large sui generis operations, used, with determined data and the lack of registration for the publication of a highly complex action. The research was carried out in an explanatory, descriptive and exploratory approach, based on the bibliography of books, news periodicals, in the report of the

¹ Oficial-Aluna do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Especialista em Segurança Pública e Justiça Criminal pela PUCRS em 2012. E-mail: isabele@bm.rs.gov.br.

² Orientador. Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS em 2018. E-mail: campomar@bm.rs.gov.br.

³ Coorientador. Especialista em Gestão Pública pela BM em 2014. E-mail: schoenfeldt@bm.rs.gov.br.



studied action and in the experience of this researcher in the function of Adjunct in the Third Se Command of Policing of the Capital at the time.

Keywords: Operation. Military brigade. Preparation. Planning. Execution.

1 INTRODUÇÃO

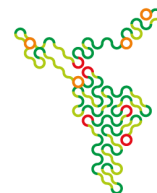
O presente trabalho tem por enfoque explicar, em um estudo de caso, a preparação, o planejamento e a execução dos recursos humanos no emprego do policiamento na Operação TRF 4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse julgamento foi muito aguardado por todos os brasileiros, com repercussão internacional. Havia informações de possíveis distúrbios da lei e da ordem pública nesse período, com tendências a grandes manifestações sociais favoráveis e contra a esse ato. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi julgado por fatos praticados de corrupção e de lavagem de dinheiro por envolver propina em benefício de um apartamento triplex no Guarujá em São Paulo repassado pela empresa OAS engenharia como contrapartida em benefícios com o governo e com a Petrobrás

As manifestações que anteriormente ocorreram na capital do Paraná, nas audiências e julgamento de primeira instância, amplamente noticiadas na mídia nacional e internacional sinalizavam a possibilidade de que vários militantes políticos a favor e contra deslocassem para a capital do Rio Grande do Sul, advindos de outros Estados e até de outros países.

Outro fato de amplo conhecimento nacional é que existem demais processos pendentes de julgamento na Justiça Federal do Paraná referentes ao ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o que, por si só motivam o estudo e registro da atuação da Brigada Militar, pois certamente haverá julgamento de outros recursos com sede em Porto Alegre. No dia 26 de novembro de 2019 houve, na capital, o julgamento do segundo recurso criminal referente ao sítio de Atibaia, de menor repercussão, mas que precisou também ter atuação da Brigada Militar, não daquele quantitativo de Militares Estaduais do primeiro julgamento, que teve presença de um efetivo considerado ideal àquele momento, embasado por uma preparação prévia, um planejamento adequado e uma execução estratégica.

O presente trabalho tem por objetivo geral demonstrar como foi a participação da Brigada Militar nesse grande evento e como objetivos específicos reunir os dados desse evento para analisar



e refletir sobre a preparação, planejamento e execução dessa operação de alta complexidade, analisar também a ligação e integração com outros órgãos e entidades envolvidas e avaliar os resultados obtidos.

Também se tem a pretensão de prever em que pontos se pode melhorar a atuação da corporação em eventos dessa envergadura e identificar as atividades exercidas pela Brigada Militar no evento e construir uma reflexão acerca da experiência de participação nesse evento para a realização de futuros outros acontecimentos dessa natureza.

A pesquisa teve a natureza aplicada, pois buscou gerar conhecimentos para a prática na Brigada Militar dirigida à preparação, ao planejamento e à execução de eventos de alta complexidade. A abordagem foi qualitativa, pois há uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, que não pode ser reduzido em números. Os dados coletados foram registrados com a devida citação bibliográfica da fonte, identificando os temas.

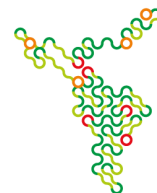
Considerando que a Brigada Militar participa de circunstâncias ordinárias, especiais e extraordinárias, quando atua em eventos de importância, sua participação exige a organização, o planejamento e emprego de grande número de recursos, o que ocorreu no evento do julgamento realizado e que não há produção de registro científico a respeito. Nesse sentido, tem-se por questão basilar de pesquisa investigar como foi realizada a participação da Brigada Militar no evento do julgamento do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região com sede em Porto Alegre.

2. AS INFORMAÇÕES DA OPERAÇÃO AVANTE TRF4

Essencial entender o conceito da operação, o porquê dessa nomenclatura e como ocorreu a sua preparação com o intuito de que houvesse, em seu resultado final, eficiência, eficácia e efetividade.

2.1 Conceitos da operação

Primeiramente cabe ressaltar que foi utilizada a nomenclatura “AVANTE” em função do programa que a Brigada Militar utiliza desde 2014. É uma ferramenta onde é possível visualizar as ocorrências georreferenciadas onde estão concentrados os crimes (identificação do problema), e a análise de produtividade, produção com indicadores de prevenção primária como as reuniões



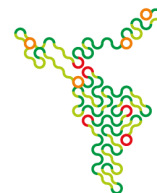
comunitárias, por exemplo, e o percentual de avanço ou diminuição dos grupos criminais (MANUAL DO SISTEMA AVANTE, 2018, p. 06 e 07)

Essa ferramenta faz com que o gestor aplique os seus recursos humanos e materiais onde estejam acontecendo os problemas que devem ser solucionados ou suprimidos parcialmente. Os dados do Sistema Avante serviram de subsídio para a preparação, o planejamento e a execução da Operação Avante TRF4. Claro que sempre atentando ao gerenciamento pelas diretrizes através do plano de ação, governança, calendário e tutorial das reuniões, consoante o manual do sistema avante do ano 2018.

Quanto ao gerenciamento pelas diretrizes deve-se resumir que “é um mecanismo que concentra toda a força intelectual de todos os funcionários, focalizando-a para as metas de sobrevivência da organização” (FALCONE, 2013, p. 04), além de ter a capacidade de liderança da alta administração e o foco da emoção, do entusiasmo e do conhecimento de todos os funcionários. Já a nomenclatura “TRF4” é em função da abreviatura de Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde abrange a competência recursal de 3 (três) Estados Federados do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse Tribunal tem sede em Porto Alegre, na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, Bairro Praia de Belas. Essa Corte Federal foi responsável pelo julgamento (24/01/2018) do Recurso de Defesa acerca da aquisição do apartamento Triplex, na praia de Guarujá, em São Paulo, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, réu do processo.

A Operação Avante TRF4 ocorreu sob o conceito internacional de “Proteção e de Segurança”. Os efetivos foram divididos em 3 (três) áreas de Porto Alegre, quais sejam, áreas de proteção, áreas de segurança e vias de acesso interna e externa. As áreas de proteção e de vias de acesso (interna e externa) foram de atribuição dos efetivos convencionais de policiamento ostensivo. Já as áreas de segurança foram de atribuição dos efetivos especializados da polícia de choque (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 02).

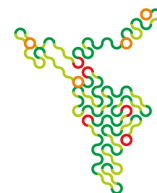
Abaixo, constam as localizações. As tropas de segurança e de proteção estavam situadas em locais prioritários para a segurança pública, fulcro no julgamento daquele evento expressivo, sendo, inicialmente, a área de segurança 1, abrangendo o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por ser sede do julgamento e lugar de atenção primordial da segurança pública, por envolver autoridades e prédios públicos; a área de segurança 2, localizada na Praça da Matriz, por haver a sede do Governo Estadual, a Assembleia Legislativa, o Palácio da Justiça e o Memorial do Ministério Público,



portanto, centro de vários Poderes do Estado, pontos estratégicos de guarnecer prédios públicos. Também restaram definidas 7 (sete) áreas de proteção, sendo as seguintes: A área de Proteção 1, situado no Largo Glênio Perez e na Esquina Democrática, por ser lugares favoritos de militantes para protestos e a ocupação desses espaços em ações de visibilidade demonstrando a presença da polícia ostensiva fardada e a dissuasão de possíveis crimes dos atos de manifestação; a área de Proteção 2, localizada na Praça Argentina, Largo Zumbi dos Palmares e “Brooklin” (Av. Loureiro com a Av. João Pessoa, viaduto Imperatriz Leopoldina), onde normalmente ocorre grandes concentrações de pessoas com intenções de bloquear ruas, a ocupação desses espaços foi fundamental para ações de visibilidade e preservação da área; a área de Proteção 3, situado no Parque Farroupilha (conhecida popularmente como Redenção), por ser local rotineiro de manifestantes e de grandes aglomerações de pessoas ; a área de Proteção 4, localizado no Parque Moinhos de Vento (conhecido popularmente como o “Parcão”), onde também concentra grande número de pessoas não somente para lazer, mas também para manifestações; a área de proteção 5, situado no Aeroporto Salgado Filho, por ser um local de chegadas e saídas, com grande fluxo de trânsito de pessoas e lideranças, sendo setores que utilizam o meio de transporte aeroviário costumeiramente para atender suas agendas e compromissos; a área de proteção 6, localizada na Estação Rodoviária, por ser também um local de chegadas e partidas, com grande fluxo de pessoas e veículos, informações mostravam que muitas pessoas deslocaria à capital por transporte rodoviário intermunicipal; e a área de proteção 7, situada na Orla do Gasômetro, Av. Edvaldo Pereira Paiva, anfiteatro Pôr do Sol e parque Marinha do Brasil, por concentrar grande presença de público, principalmente militantes que eram contra o julgamento.

Já as vias de acesso externas também tiveram uma atenção especial por concentrar alto índice de movimentação, quais sejam, ao acesso 1, BR 290- Acesso POA (Eldorado do Sul), por concentrar um grande número de pessoas e veículos oriundos do interior do Rio Grande do Sul; ao acesso 2, na Av. dos Estados, por haver aglomeração de veículos e pessoas oriundas do Aeroporto; ao acesso 3, na Rótula Av. Assis Brasil x BR 290 (próximo Fiergs), por ser local de ligação entre a capital e as estradas, grande fluxo de carros e pessoas; ao acesso 4, na RS 040, por ser divisa de área com Viamão, cidade que também concentra aglomeração de pessoas e veículos para Porto Alegre.

Já as Vias de Acesso Internas foi outra preocupação durante o planejamento da operação, sendo assim definidos: acesso 1, na Av. da Legalidade e da Democracia, por grande fluxo de trânsito; acesso 2, na Rua Sarmento Leite (Túnel e Viaduto da Conceição), por ser local de universidades e



grande fluxo de veículos e de pessoas, acesso 3, na Av. Loureiro da Silva x Av. Borges de Medeiros (Largo dos Açorianos), por ser local de ponto de encontro de manifestantes; acesso 4, na Av. João Pessoa x Av. Salgado Filho, por ser rota grande de fluxo de veículos e pessoas do centro à zona sul e zona leste da cidade; acesso 5, na Av. Ipiranga x Av. Érico Veríssimo, por concentrar uma das maiores empresas jornalísticas do país; acesso 6, na Av. Ipiranga x Av. da Azenha, por ter grande fluxo de veículos de transporte coletivo e grande fluxo de pessoas; acesso 7, na Av. Osvaldo Aranha x Av. Ramiro Barcelos x Av. Venâncio Aires x Av. Protásio Alves, por ser rotas de trânsito rápido para locomoção da zona norte ao centro ou vice-versa; acesso 8, na Av. Silva Só x Av. Goethe, por ter grande fluxo de pessoas e carros para as manifestações.

As vias de acesso foram assim classificadas devido a sua importância para o fluxo de trânsito de toda a cidade de Porto Alegre. O bloqueio de qualquer delas poderia acabar acarretando sérias consequências em determinada área da cidade, ou em todo um contexto, principalmente em horários de fluxo intenso, que são os intervalos do início da manhã e final da tarde. Manter o direito de manifestação, contudo sem bloquear vias, essa era a missão dos efetivos. A maioria desses locais são tradicionais pontos de manifestações, favoráveis ou contra, onde pode ocorrer alta aglomeração de pessoas.

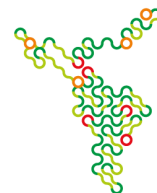
A ocupação desses espaços em ações de visibilidade tem por fim demonstrar a presença da polícia ostensiva fardada e a dissuasão de possíveis crimes decorrentes dos atos de manifestação e a percepção de segurança pública.

2.2. A preparação da Operação TRF4

Primeiramente foi realizado contato com a Polícia Militar do Paraná a fim de trocar experiências, tendo em vista que o julgamento do processo criminal na primeira instância foi na Justiça Federal do Paraná (ZERO HORA, 2018, p. 06).

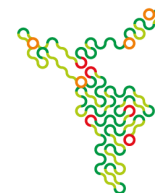
Na cidade de Curitiba, no julgamento da primeira instância do processo-crime, conforme amplamente divulgado nas mídias, houve problema com os manifestantes e quebra da ordem pública, onde precisou a atuação da polícia militar do Paraná no controle de distúrbio civis.

O isolamento da área no entorno da Justiça Federal de Curitiba foi de pequena extensão, onde manifestantes e os funcionários dessa instância ficaram muito próximos, dando margem ao conflito que poderia ter sido evitado.



Também foram realizados contatos e reuniões na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Empresa Pública de Transporte e Circulação, Guarda Municipal, organizadores dos grupos de militantes e a presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tudo isso visando a um bom trabalho no desenvolvimento dessa operação com o escopo da segurança pública ser eficiente, eficaz e efetiva. O princípio da eficiência é aquele que impõe ao administrador público o dever de servir com perfeição e alto rendimento ao usuário, considerando-se que “consiste na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a consequente redução de desperdícios do dinheiro público; quem ganha é o bem comum” (MARINELA, 2018, p. 90). A eficácia é “basicamente, a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal [...]” (TORRES, 2004, p. 175). Já a efetividade “é o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais” (TORRES, 2004, p. 175).

Montou-se uma estrutura de Estado-Maior da Operação Avante TRF4, com 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções, chefiadas cada uma por um Major, o Chefe de Estado Maior, um Tenente-Coronel, além do comandante de toda operação, um Coronel, sendo do Comando de Policiamento da Capital à época e um Coronel pelo Comando-Geral. As seções acima citadas semelhantes ao Estado Maior de Comando Regional e batalhões da Corporação, sendo a 1ª Seção responsável por recursos humanos e que tinha a principal missão em receber os efetivos e dispor esses nas áreas de segurança, nas áreas de proteção e vias de acesso. A 2ª Seção era a responsável pela inteligência e tinha como responsabilidade estabelecer contato com a formação de redes de informações para desdobramentos estratégicos no dia do evento. Referente à 2ª Seção, possuía como objetivo estabelecer orientações de como o efetivo deveria atuar em cada local estabelecido, trazendo a visibilidade, postura e comprometimento durante o evento, a 3ª Seção, responsável pela operação e treinamento e a 4ª Seção foi a encarregada de suprir toda a necessidade logística aos efetivos da operação. Totalizou-se em toda a operação, de Coronel à Soldado, 2.220 (dois mil, duzentos e vinte) Militares Estaduais mobilizados nos dias compreendidos entre 16 a 25 de janeiro de 2018, conforme mostra a tabela abaixo o efetivo total do evento por postos e graduações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
SSP - BRIGADA MILITAR				
COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL				
OPERAÇÃO TRF - EFETIVO GERAL				
P/G	FORÇA DE PROTEÇÃO	FORÇA DE SEGURANÇA	CENTRO DE COMANDO ESTADO MAIOR	TOTAL
CEL			2	2
TC	1	1	2	4
MAJ	6	6	3	15
CAP	10	16	3	29
TEN	28	20	4	52
1º SGT	45	42	19	106
2º SGT	4	7		11
3º SGT	84	86	22	192
SD	1003	717	89	1809
TOTAL	1181	895	144	2220

Fonte: P1-CPC/2018.

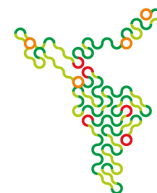
Grande parte dos Militares Estaduais do efetivo de Porto Alegre que estavam à disposição da Operação Golfinho no período de janeiro de 2018 foram chamados de volta à Capital para participarem da Operação Avante TRF4.

No Comando de Policiamento da Capital (CPC), as férias da segunda quinzena de janeiro de 2018 foram suspensas para que o maior número de Militares Estaduais apoiassem esse evento.

O local público municipal conhecido como “A Casa do Gaúcho”, na praça Maurício Sirotski Sobrinho (Praça da Harmonia), serviu de posto de comando e coordenação da operação, bem em frente à Corte Federal, com equipes da 2º e 3º seções do Estado Maior da Operação, nas vinte e quatro horas por dia a fim de estarem sempre atualizadas com as informações. A estrutura ao Comando de Policiamento da Capital foi liberada após tratativas junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a qual disponibilizou a utilização temporária à Brigada Militar.

O aporte fornecido pelo Departamento de Informática da Brigada Militar (DI/BM) providenciou a montagem de uma rede que proporcionou o uso de computadores e impressoras durante o transcurso da operação e assim, foi viabilizada a transferência de imagens captadas pelo helicóptero do Batalhão de Aviação da Brigada Militar (BAV/BM) para um aparelho de televisão instalado dentro da “Casa do Gaúcho”, proporcionando o acompanhamento do evento em tempo real, bem pelas notícias do jornalismo em canais da televisão.

A Companhia Logística do Departamento de Logística e Patrimônio da Brigada Militar (DLP/BM) fez a manutenção e a limpeza da Casa do Gaúcho no transcurso da Operação Avante TRF4



e o Departamento de Saúde disponibilizou 2 (duas) ambulâncias com equipes de médicos e enfermeiros à Casa do Gaúcho, além de uma equipe para o transporte aéreo médico de urgência.

3. PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO AVANTE TRF4

Essencial o planejamento em qualquer instituição, seja pública ou privada. Sem ela, não chegamos ao mesmo resultado com eficiência, eficácia e efetividade.

Na teoria de administração, “in verbis”:

“O planejamento operacional abrange cada tarefa ou atividade específica, projetada para o curto prazo envolvendo cada tarefa ou atividade isoladamente e preocupando-se com as metas específicas, no nível operacional para cada tarefa ou atividade.(CHIAVENATO, 2011, p. 171)

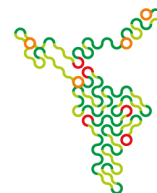
Em outra obra, conforme as lições de administração pública, tem-se a seguinte redação:

“Planejamento é um conjunto de conceitos, ideias e intenções viáveis, sistematicamente organizado e com identificação de responsabilidades de pessoas e organizações, norteador das ações a serem implementadas para atingir determinado fim da Administração Pública. O planejamento, embora seja ferramenta de natureza estratégica, é somente uma atividade meio”. (CAGE, 2018, p. 131).

Com essa premissa, a Brigada Militar elaborou um planejamento eminentemente operacional para fazer frente ao evento de alta complexidade, nos moldes que seria a segurança e proteção de pessoas e patrimônio durante o julgamento do recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Saliente-se que o planejamento e a consequente execução se deu exclusivamente na competência constitucional afeta à Brigada Militar. Outras instituições também participaram deste evento, dentro de suas competências, como por exemplo, a Polícia Federal e o Exército Brasileiro, mas que não serão abordados no presente trabalho por não ser objetivo da pesquisa.

Na Brigada Militar não há regulamentação específica sobre planejamento em grandes eventos “sui generis”, complexo e de data certa. O que existe é uma Diretriz Geral, a número 003 de 28 de agosto de 2001, que fala do planejamento da Instituição em variáveis de policiamento ostensivo. Essa Diretriz comenta que são qualificadores de ações e operações de policiamento ostensivo; policiamento geral, policiamento de trânsito, policiamento rodoviário, policiamento ambiental e policiamento de guarda. E retrata, ainda, os processos (meios de locomoção), que podem ser a pé,



motorizado, montado, aéreo, em embarcações e por bicicletas. Mencionando também as modalidades (patrulhamento, permanência, diligência e escolta; as circunstâncias (ordinário, extraordinário e especial); o lugar (urbano e rural); o efetivo (frações elementar e constituída); a forma (desdobramento e escalonamento); a duração (a jornada e o turno); a suplementação (cão, rádio transceptor, telefone celular, armamento e equipamentos peculiares e outros); o desempenho (atividade de linha e atividade auxiliar) e os fatores intervenientes básicos (fatores determinantes, componentes e condicionantes), todo esse conjunto, sendo essencial e disponível para um bom planejamento de um evento considerado de alta complexidade e que diferencia das tradicionais operações, tais como operação papai noel, golfinho, volta às aulas, entre outras. Num sentido mais restrito, há uma regulamentação na Brigada Militar de um protocolo de desobstrução de vias para a resolução de um problema momentâneo e, normalmente, de pouca duração, que não foi programado. Diferente de um grande evento, com data marcada e de alta complexidade.

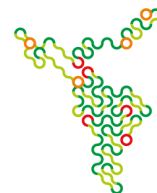
3.1. Organização dos efetivos

A força de Segurança foi composta por 4 (quatro) unidades, sendo 3 (três) Batalhões de Choque e um (1) Regimento de Cavalaria. Cada unidade formada a 3 (três) companhias, que, por sua vez, eram formadas por 3 (três) pelotões. Ou seja, formações ternárias. Essa Força foi composta pelos primeiros, segundos e terceiros Batalhões de Operações Especiais à época e os Pelotões de Operações Especiais do Comando de Policiamento da Capital (CPC), do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM), do CRPO Vale do Rio dos Sinos (CRPO/VRS) e CRPO Serra (CRPO/Serra).

O Regimento foi formado pelos Regimentos da Instituição, comandada pelo Comandante do 4º RPMon (Regimento de Polícia Montada), estruturado em dois esquadrões, com sede na Capital.

A área de segurança 1 ficou com a responsabilidade do Segundo Batalhão de Choque e a área 2, com o primeiro e terceiro Batalhões de Choque, permanecendo o Regimento como efetivo reserva. Quanto à força de proteção, essa foi formada por sete companhias, cada companhia com três pelotões.

As cinco primeiras companhias eram formadas por policiais militares que realizaram o policiamento na modalidade a pé, com a responsabilidade de realizar ações de polícia ostensiva com ênfase à visibilidade nas áreas de proteção.



As duas últimas companhias, motorizadas, era a sexta, formada pelas ROCAMs (Ronda Ostensiva Com Apoio de Motocicletas) e a sétima, formada pelas PATRES (Patrulhas Especiais) do primeiro Batalhão de Operações Especiais⁴. Essas duas companhias foram as responsáveis pela realização de ações de polícia nas vias de acesso interno e externo, acompanhando manifestações e caminhadas, impedindo um suposto e bloqueio e congestionamento no trânsito.

As escalas de serviço deram-se em regime de oito horas, com rendição no terreno, dentro de uma jornada de vinte e quatro horas em todas as áreas, ou seja, em três horários: das 6h às 14h, das 14 às 22h e das 22 às 6h.

No dia 22 de janeiro de 2018, às 10h, houve a reunião da Operação Avante TRF4 com todo o efetivo no Teatro da FIERGS (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, localizado na Av. Assis Brasil 8787, bairro Sarandi, na Capital) para recepcionar os efetivos, organizar os pelotões, as companhias e a formação das unidades de segurança e de proteção. Foram disponibilizados “CD-ROOMs” para cada oficial comandante de tropa contendo mapas e todas as informações da operação.

Nesse mesmo dia, à tarde, das 14h às 18h, na sede do Comando de Policiamento da Capital (CPC), foi realizada uma reunião com os comandantes dos efetivos a fim de explanar sobre a operação, o método de atuação (“modus operandi”), escalas das unidades e treinamentos. Após isso, às 22h do dia 22 de janeiro de 2018, iniciou o emprego de todo efetivo nas suas respectivas áreas de responsabilidade territorial, à exceção das tropas de segurança, que foram empregadas a partir do dia 16 de janeiro de 2018, a partir das 22h.

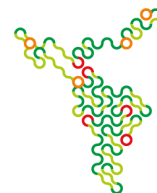
4 A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO TRF4 E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BRIGADA MILITAR

Importante o detalhamento da execução e do envolvimento de todos órgãos da Brigada Militar de Porto Alegre para dar o suporte necessário ao evento.

4.1. A primeira fase

A Operação desenvolveu-se em duas fases, divididos em lapsos temporais.

⁴ Batalhão de Operações Especiais. Alterado pelo decreto estadual nº 54.424 de 20 de dezembro de 2018, passando a denominar Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque).



Na primeira fase, iniciada em 16 de janeiro de 2018, às 22h, o primeiro, segundo e terceiro Batalhão de Operações Especiais à época e o 4º Rpmom ocuparam suas respectivas áreas de responsabilidade.

Com a proximidade do julgamento do recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o número de policiais militares crescia a cada dia no entorno do Tribunal Regional Federal (TRF4), em Porto Alegre.

Além do reforço do policiamento na região, pessoas que viviam em situação de rua no parque Maurício Sirotsky Sobrinho, onde se concentrariam as manifestações pró-Lula no dia do julgamento, foram retiradas do local naqueles últimos dias pela Brigada Militar com a parceria realizada pela prefeitura municipal de Porto Alegre (ZERO HORA, 2018, p. 06).

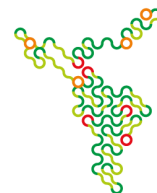
Na manhã do dia 17 de janeiro de 2018, citando como exemplo, três trios de Policiais Militares a cavalo do 4º RPMON faziam ronda na área do entorno do TRF4, que seguia aberto ao público. O local contava com efetivo a pé e motorizado, tanto diante do prédio do TRF4 quanto em uma das entradas do parque junto à Churrascaria Galpão Crioulo, na Rótula das Cuias e na Avenida Loureiro da Silva (ZERO HORA, 2018, p. 06). E a tendência, à medida que se aproximava do julgamento, era o aumento do efetivo gradativamente.

Os demais OPM (Organizações Policiais Militares) mantiveram suas rotinas operacionais, buscando priorizar o emprego das guarnições de serviço nas proximidades das áreas de proteção, sem deixar desguarnecer, por óbvio, o policiamento e patrulhamento nos bairros sob sua responsabilidade territorial

4.2. A segunda fase

Iniciada totalmente a operação, com todo o efetivo, em 22 de janeiro de 2018, numa segunda-feira, com a apresentação dos demais efetivos previstos, as forças de proteção e de segurança foram constituídas na operação TRF4.

O emprego dos efetivos nas áreas de proteção e vias de acesso iniciou às 22h do dia 22 de janeiro de 2018, sendo mantida a jornada de 24 (vinte e quatro) horas de emprego com os turnos de 8 (oito) horas dos efetivos.



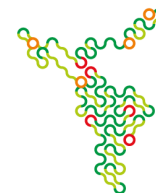
Em 05 de janeiro de 2018 foi expedida a Ordem de Serviço número 08, do Subcomandante-Geral da Brigada Militar para os órgãos subordinados das ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. Sobre ordem pública, pode-se definir “ipsis litteris”:

“(.....) na situação de ordem pública, infere-se que vige uma situação de boa ordem, onde reinam a segurança pública, a tranquilidade pública e a salubridade pública. Exercendo suas atividades dentro da normalidade, as pessoas contam com a atuação da polícia preventiva, a qual coloca em prática medidas asseguradoras da ordem pública, mediante ações dissuasivas, pela presença do policial fardado”. (LAZARINI, 1999, p. 78)

Quanto à Constituição Federal de 1988 é bem clara, em seu artigo 144, parágrafo 5º, em dar atenção à ordem pública e definir essa missão à segurança pública, em especial às polícias militares, conforme redação abaixo:

“ Art. 144 A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]
Parágrafo 5º Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...].”

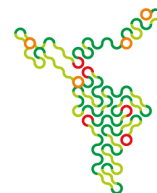
Sobre a ordem de serviço foram estabelecidas as seguintes missões aos órgãos de apoio da Brigada Militar: O CPC (Comando de Policiamento da Capital) foi o responsável pela Operação, cabendo planejar ações de polícia ostensiva, preservação e manutenção da ordem pública, priorizando os locais onde houver manifestações sociais pró e contra o julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, coibindo ocupações de áreas não autorizadas e ações de bloqueios de via, com exceção daquelas já bloqueadas por ocasião do julgamento. O CPM (Comando de Policiamento Metropolitano), CRPO (Comando Regional de Polícia Ostensiva) CENTRAL, Planalto, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Serra e Comando Rodoviário da Brigada Militar, através dos seus POEs (Pelotão de Operações Especiais), apoiaram o CPC nas ações de polícia ostensiva, preservação e manutenção da ordem pública, por ocasião do julgamento. O CRPO Litoral escalou o efetivo em apoio à Operação Golfinho para apoiar na Operação Avante TRF4. O DE (Departamento de Ensino) possibilitou o emprego dos alunos dos CBFPM (Cursos de Formação Policial-Militar) das Escolas de Porto Alegre, Osório, Guaíba e Montenegro para também apoiar no evento. O BAV/BM (Batalhão de Aviação da Brigada Militar) apoiou o CPC com aeronave nos pontos estratégicos da operação. O DLP (Departamento de Logística e Patrimônio) interagiu com o Diretor de Ensino e Comandos Regionais quanto à necessidade de transporte para tropa, bem como a PM4 (4ª Seção do Estado-Maior da Brigada Militar). O DI (Departamento de Informática) disponibilizou rádios transmissores



necessários para o cumprimento da missão do CPC e uma melhor estrutura para a comunicação. O DS (Departamento de Saúde) apoiou o CPC com uma equipe da área de saúde, 01 (uma) ambulância, 01 (um) motorista e 01 enfermeiro para acompanhamento da ação. O EMBMPM1 (1ª Seção do Estado Maior da Brigada Militar) manteve o Comando Geral devidamente informado acerca do quantitativo da Militares Estaduais à disposição da Operação Golfinho para a atividade de policiamento ostensivo na operação, especificando os dados por OPM (órgão de Polícia Militar), bem como os que pertencem a POE (Pelotão de Operações Especiais). O EMBMPM2 (2ª Seção do Estado Maior da Brigada Militar) manteve informado imediatamente os fatos ocorridos da Operação Avante TRF4, procedeu a análise da manifestação, forneceu subsídios ao Comando, com vistas ao planejamento estratégico, traçou o perfil dos manifestantes envolvidos, solicitou às agências de Inteligência Locais de todos os Comandos Regionais pelo canal técnico para que fizessem o acompanhamento das ações, elaborando relatório qualitativo dos resultados obtidos com estudo analítico sobre a ação. O EMBMPM3 manteve o comando constantemente informado de ocorrências, de acordo com as informações repassadas pelos comandos envolvidos na operação e produziu análise estatística ao final da operação. O EMBMPM4 interagiu com o DLP, a fim de ajustar detalhes acerca de eventual contratação de emergência de transporte de efetivo e verificar a necessidade de estorno de diárias do efetivo que retorna da Operação Golfinho 2017/2018 em apoio à operação em comento, providenciando as medidas necessárias junto aos comandos envolvidos. O EMBMPM5 manteve o comando da Corporação constantemente informado sobre a repercussão dos fatos nos meios de comunicação social (rádio, jornal e televisão), acompanhando os referidos veículos de imprensa, divulgando os resultados da operação após o reconhecimento e deliberação por parte do Comando Geral e determinando ao Oficial responsável para realizar contatos com a imprensa e, quando autorizado, divulgando informações acerca da operação.

A ordem de serviço referida ressaltava que os comandantes deveriam atentar para que todo o grupamento tivesse um comandante e que atuasse sempre sob comando, bem como deveriam estar atentos para ações de criminalidade que viessem concorrer com a manifestação.

O CPC, CPM, CRPO Vale do Rio dos Sinos e Centro-Sul deveriam intensificar o patrulhamento nas rotas de circulação de transporte coletivo e os comandos e departamentos deveriam interagir entre si para o bom desempenho da missão.



Com o escopo de primar pelo bom andamento da operação, foi montado um Gabinete de Gestão pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS), o qual teve a participação de diversos órgãos públicos, incluindo Bombeiros, Exército, Polícia Civil, Prefeitura de Porto Alegre, dentre outros, tendo em vista o julgamento no TRF4.

Conforme o contexto das notícias à época, viriam para a capital diversas pessoas ligadas a movimentos sociais (Central Únicas dos Trabalhadores, Movimento dos Sem Terras, Movimento Brasil Livre, etc....) que fariam mobilização e deslocamentos até Porto Alegre com o fim de acompanhar e realizar manifestações antes, durante e após o evento, bem como manifestações favoráveis à condenação do referido ex- presidente.

Portanto, necessário o planejamento da Corporação para salvaguardar a Ordem Pública, a incolumidade física e patrimonial das pessoas que transitam na cidade, de acordo com o que preconiza o texto abaixo, “in verbis”:

“Desta forma, a força policial consiste numa das mais importantes instituições de Estado. É através dela que a missão de preservação, manutenção e restauração da segurança e da ordem pública se efetiva. Além disso, as forças de segurança têm como missão proteger o livre exercício dos direitos e liberdades e garantir a segurança dos cidadãos. É necessária sua presença para que os direitos assegurados a eles possam ser usufruídos de forma livre”. (FEOLI, 2018, p. 13).

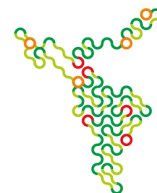
No dia 24 de janeiro de 2018, data do julgamento, numa quarta-feira, às 08h30 até às 18h, a Brigada Militar fez um grande isolamento do local ao entorno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, principalmente por causa dos prédios públicos e privados visados pelos militantes.

Os locais permitidos para concentração dos militantes simpatizantes ao ex-presidente foram o Largo Zumbi dos Palmares, o Largo Glênio Peres e o Parque da Redenção. Aos manifestantes antagônicos foi reservado o parque Moinhos de Vento, também denominado “Parcão”.

As Polícias Rodoviárias Federal e Estadual vigiaram as estradas e revistavam ônibus, em busca de objetos que poderiam ser usados como armas improvisadas e o Exército ficou como apoio para eventual apoio à Brigada Militar.

Havia a expectativa de um número aproximado de 50 (cinquenta) mil militantes ao total, porém não foi precisado pela Brigada Militar, sendo que o público estimado para essa operação não passou de 10 (dez) mil militantes favoráveis e contra o julgamento.

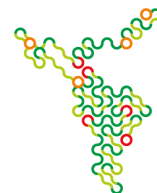
Embora, a uma semana antes do julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Frente Brasileira Popular (organização majoritariamente formada por movimentos sociais) anunciou



a expectativa de reunir 50 (cinquenta) mil pessoas em atos desfavoráveis ao evento. A mobilização teria início na segunda-feira, dia 22 de janeiro de 2018, e se estenderia até quarta-feira, dia 24 de janeiro de 2018, dia do resultado do julgamento, com vigília durante a sessão no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (ZERO HORA, 2018, p. 07). Tal situação não ocorreu em função do isolamento de local realizado pela Brigada Militar.

O grupo organizador se reuniu com representantes da segurança pública com a intenção de definir detalhes da programação pró-Lula e os locais que poderiam ser utilizados para acampamento e vigília (ZERO HORA, 2018, p. 07).

Os movimentos pró-Lula em 22 de janeiro de 2018 (segunda-feira) em Porto Alegre foram os seguintes: às 10h houve Seminário Internacional pela Democracia, no auditório da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do RS (FETRAFI), na rua Coronel Genuíno, 820, centro, contando com a presença da Brigada Militar no patrulhamento ostensivo. Às 18h, ato de juristas e intelectuais em defesa da democracia e com nomes confirmados incluindo Celso Amorim (ex-ministro da Defesa) e Eugênio Aragão (ex-ministro da Justiça) local também na FETRAFI, com a presença da Brigada Militar permanecendo em PB (Ponto Base). Em 23 de janeiro de 2018 (terça-feira), às 9h, “Mulheres pela democracia e pelo direito de Lula ser candidato” com nomes confirmados incluindo a ex-presidente Dilma Rousseff e a presidente do PT (Partido dos Trabalhadores), atualmente Deputada Federal Gleise Hoffmann, evento que contou com a atuação da Brigada Militar em rondas periódicas. Às 14h, Ação global anti-Davos, evento contra o suposto ataque neoliberal, promovido pelo comitê local do Fórum Social Mundial, ocorrido no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde teve o patrulhamento periódico da Brigada Militar e às 16h houve concentração para marcha e ato político cultural, uma caminhada até o Acampamento da Resistência, cujo local foi negociado com a Secretaria da Segurança Pública (anfiteatro por do sol). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu na capital num comício no centro de Porto Alegre, onde reuniu em torno de 20.000 (vinte mil) pessoas. Os atos foram na esquina democrática tendo o centro da cidade ponto de partida, onde contou com a presença da Brigada Militar acompanhando todo o evento. À noite houve início da vigília para o julgamento do ex-presidente, o mais perto possível do TRF4, onde o local foi próximo à Rótula das Cuias, contou com a presença da Brigada Militar no patrulhamento e em PB (Ponto Base). No dia 24 de janeiro (quarta-feira), houve vigília e ato público perto do TRF4, local foi perto da Rótula das Cuias, contando



com a presença da Brigada Militar em maior número. Nesse mesmo dia, O MBL (Movimento Brasil Livre) marcou um ato para depois do julgamento de Lula, prevendo começar às 18h, conforme evento no “ Facebook”. Por considerá-lo um ato comemorativo, os organizadores disseram que seria um “pré-carnaval”, previsto para ocorrer no Parcão (parque Moinhos de Vento), onde mais uma vez a presença da Brigada Militar foi de importância.

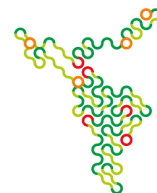
O isolamento acima mencionado foi da Rótula das Cuias, entroncamento das Avenidas Edvaldo Pereira Paiva com Augusto de Carvalho, posicionando viaturas do choque e cavalaria ao redor, nas adjacências do TRF4 e MPF (Ministério Público Federal), principalmente, bem como demais locais que concentraram manifestações sociais pró e contra o julgamento. Nesse entorno entrava apenas pessoas credenciadas que iriam trabalhar naquele dia do julgamento no Tribunal e as autoridades de polícia.

Após sair o resultado do recurso criminal do ex-presidente, iniciou a chover em Porto Alegre, fator climático que naturalmente afastou as pessoas da rua, arrefecendo as manifestações sociais.

Algumas aglomerações ocorreram, conforme o Relatório Técnico da 2º Seção do Comando de Policiamento da Capital, mas nada de grave, não havendo confronto com a Brigada Militar, ocorrendo a prisão de 26 (vinte e seis) pessoas na zona sul de Porto Alegre referente às manifestações.

Outro fator importante que contribuiu para embasar a atuação da Polícia Ostensiva na Operação Avante TRF4 foi uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Federal contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em razão de possíveis desdobramentos na segurança e trânsito da cidade e no entorno do Tribunal Regional Federal da 4ª região, por ocasião da sessão de julgamento.

Em sede de pedido liminar, requereu o Ministério Público Federal que fosse definida a área do Parque Farroupilha, como local para as manifestações dos simpatizantes ao ex-presidente. Também, sugeriu fosse definida a área do parque Moinhos de Vento, como local para as manifestações contrárias ao ex-presidente, ainda sugeriu estabelecer a área de isolamento para o trânsito e permanência dos manifestantes, em especial, desde os primeiros momentos do evento, até três dias após o julgamento do recurso, fosse declarada a interdição para acampamento, permanência de manifestantes, bem como de manifestações públicas de qualquer espécie nas áreas do Parque Maurício Sirotski Sobrinho, nos terrenos e estacionamentos lindeiros ao parque e ao TRF4, assim como às instituições públicas situadas nas adjacências.



Do pedido do MPF (Ministério Público Federal), o Judiciário Federal deferiu parcialmente o pleito, basicamente em dois pontos, quais sejam, o estabelecimento de área de isolamento para o trânsito e permanência dos manifestantes, correspondente à área formada pelo polígono entre as vias da rua Edvaldo Pereira Paiva, Avenida Loureiro da Silva e Avenida Augusto de Carvalho e a proibição imediata até três (03) dias após o julgamento do recurso, a formação de acampamento no interior do Parque Maurício Sirotski Sobrinho (Parque Harmonia) e em seus terrenos e estacionamentos lindeiros ao parque, bem como às instituições públicas situadas nas adjacências, incluindo o TRF4.

Todas essas informações referentes à segunda fase foram de vital importância para que houvesse, em excelência, uma preparação com antecipação do evento, um planejamento cuidadoso e estratégico com todos os gestores envolvidos para uma execução prática, tranquila, eficaz e eficiente em grande evento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

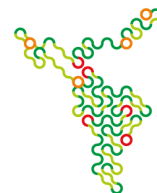
A Brigada Militar empregou um considerável aparato humano nessa operação com o escopo de proporcionar tranquilidade e segurança para a população e para as instituições envolvidas no evento.

A Operação Avante TRF4 desenvolveu-se sob a mais absoluta normalidade, não registrando qualquer tipo de incidente ou conflito entre manifestantes e as instituições de segurança pública. Ocorrendo a prisão de 26 (vinte e seis) pessoas na zona sul da capital decorrente das manifestações.

O planejamento e o emprego operacional proporcionaram extensa visibilidade à Brigada Militar, principalmente nas áreas tradicionalmente ocupadas para a realização de manifestos. O trabalho desenvolvido foi preparado, planejado e executado para impor o aspecto de dissuasão, enfraquecendo qualquer intenção de promover fatos típicos durante a realização das manifestações.

O desempenho das atividades de Polícia Ostensiva foi preponderante para o sucesso da Operação Avante TRF4, onde a participação de cada fração e de cada Policial Militar foi fundamental. O corpo de oficiais compreendeu o foco da missão e soube transmitir para a tropa, de forma especial, a importância em transformar um evento complexo em sucesso.

A capacidade de compreensão das ordens, assim como a transmissão dos oficiais comandantes de cada fração, quanto a todos os aspectos que revestiam cada tópico da missão, aliado ao



comprometimento, espírito de grupo, fé na missão, proatividade, vibração, disciplina tática individual e coletiva de todos os Militares Estaduais integrados nas forças de proteção e de segurança possibilitaram que a sociedade nacional e até internacional pudesse verificar a alta capacidade técnica e profissional de toda a Brigada Militar.

O intuito deste trabalho é deixar registro escrito como foi a realização das atividades da Operação Avante TRF4, como se desenvolveu e as suas peculiaridades com o intuito de contribuir em futuros estudos de preparação, planejamento e execução de grandes eventos.

Este artigo poderá ser objeto de novas pesquisas tendo em vista a sua importância histórica em um evento de alta complexidade e para outras operações semelhantes que virão, pois ainda há em torno de 6 (processos) pendentes de julgamento na primeira instância da Justiça Federal do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

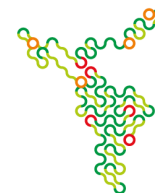
Esta pesquisa sofreu limitações pois o Curso de Administração Policial Militar (CAAPM 2019) não foi com dedicação exclusiva, dificultando a pesquisa desta Oficial-Aluna, cumulando com as atividades de trabalho no CPC (Comando de Policiamento da Capital).

O artigo alcançou o objetivo geral de relatar como foi realizada a Operação Avante TRF4, onde foi demonstrado as atividades desenvolvidas pela Brigada Militar e como sucedeu-se a operação. Já os objetivos específicos detalharam pormenorizadamente as informações do evento, a ligação com outros órgãos externos à Instituição e os resultados obtidos, quais foram, que não houve nenhum confronto com os militantes, não ocorreram desordens, nenhuma ocorrência de vulto e predominou a ordem pública. O trabalho construiu uma reflexão acerca da experiência de participação da Brigada Militar nesse evento para a realização de futuros outros acontecimentos dessa natureza, ou seja, do quanto importante é antever, em estratégia, um acontecimento de alta responsabilidade.

Da pesquisa realizada, sugere-se, ao final deste trabalho, a regulamentação por legislação interna da Brigada Militar das atividades da Instituição em grandes eventos de alta complexidade através de uma nota de instrução operacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai.



_____. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago.

_____. **NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai

_____. **NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Mai.

_____. **NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Nov.

_____. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Ago.

_____. **NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT. 3. ed. 17 Mar. 2011.

_____. **NBR 15287: Informação e documentação: projeto de pesquisa - apresentação.** Rio de Janeiro: ABNT. 2. ed. 17 Mar. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Vade Mecum/Org Nylson Paim de Abreu filho. – 14. Ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 54.424, de 20 de dezembro de 2018.** O Batalhão de Operações Especiais passa a denominar Batalhão de Polícia de Choque. Disponível em: <http://www.bm.rs.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2020, 15h30.

BRASIL. **JUSTIÇA FEDERAL.** Disponível em <https://www2.jfrs.jus.br/noticias/jfrs-proibe-acampamento-mas-permitira-acesso-ao-parque-em-frente-ao-trf4/> (acesso em 16/12/2019 as 10h:11min)

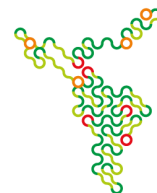
CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à teoria da administração.** Rio de Janeiro: Campus Grupo Elsevier, 2011.

FALCONE, Vicente. **Gerenciamento pelas diretrizes.** São Paulo: Falcone, 2013.

FEOLI, Cláudio dos Santos. **Estratégia de gestão de multidões: o conflito dos princípios constitucionais de reunião, livre manifestação e locomoção.** Porto Alegre: CEPGESP, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2017.



LAZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1999.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva jur, 2018.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Manual do Gestor Público**. Secretaria da Fazenda: Porto Alegre, 2013.

_____. **1º Seção**. CPC: Porto Alegre, 2018.

_____. Brigada Militar. **Relatório da Operação Avante TRF4**, 2018.

_____. Brigada Militar. Programa Avante. **Manual do Sistema Avante**. EMBM: Porto Alegre, 2018.

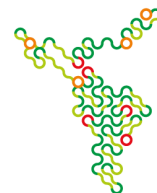
_____. Brigada Militar. **Relatório Técnico da Operação Avante TRF4**. CPC: Porto Alegre, 2018.

_____. Brigada Militar. **Diretriz Geral número 03**, Porto Alegre, 2001.

_____. Brigada Militar. **Ordem de serviço número 008** do Subcomandante-Geral. Rio Grande do Sul, 2018.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZERO HORA. JORNAL: **Megaoperação na capital para o julgamento**. 18 de janeiro de 2018, Porto Alegre. Acesso em: 21 set, às 9h35.



PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS (POD) – INTEGRAÇÃO ENTRE BRIGADA MILITAR E CENTROS DE JUVENTUDE

Major QOEM Marcelo Nogueira da Silva ⁵

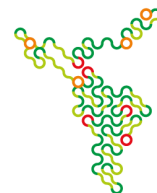
Resumo: A Brigada Militar, em seu planejamento estratégico, tem como objetivo prevenir a violência e a criminalidade por meio da filosofia de polícia comunitária. O aumento do engajamento policial nas comunidades, com ações preventivas em áreas de vulnerabilidade social, pode potencializar trabalhos já realizados por outros órgãos e entidades, bem como ampliar e fortalecer os idealizados pela própria Instituição. Nesse contexto nasce o presente estudo com o objetivo de conhecer o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), regulado pelo Decreto Estadual nº 52.010/2014, desenvolvido no Rio Grande do Sul com vistas à redução da violência e da evasão escolar de jovens com idade entre 15 e 24 anos, e verificar que instrumentos podem potencializar o engajamento policial. Com objetivos exploratórios, natureza básica e abordagem qualitativa, o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, documental e legal, permitiu evidenciar que a interação entre comunidade e polícia militar no POD, com as Bases Móveis Comunitárias e os Centros de Juventude, apresentam potencial de captação de jovens e alcance de políticas de prevenção junto à comunidade com segurança, para o “jovem multiplicador” possa cumprir sua missão de irradiar os valores aprendidos nos centros para a comunidade em que vive. Conclui-se que a Brigada Militar e os Centros da Juventude podem conjuntamente desenvolver ações de garantia dos direitos dos jovens atendidos pelo POD.

Palavras-chave: Programa de Oportunidades e Direitos. Centros da Juventude. Brigada Militar. Jovens. Vulnerabilidade. Violência. Prevenção.

Abstract: The Military Brigade, in its strategic planning, aims to prevent violence and crime through the philosophy of community policing. The increase in police engagement in communities, with preventive actions in areas of social vulnerability, can enhance work already carried out by other bodies and entities, as well as expand and strengthen those idealized by the Institution itself. In this context, the present study was born with the aim of getting to know the Opportunities and Rights Program (POD), regulated by State Decree No. 52.010/2014, developed in Rio Grande do Sul with a view to reducing violence and school evasion among aged youth between 15 and 24 years old, and check which instruments can enhance police engagement. With exploratory objectives, basic nature and qualitative approach, the deductive method and bibliographical, documental and legal research, showed that the interaction between the community and the military police in the POD, with the Mobile Community Bases and the Youth Centers, has a potential for capturing of young people and the reach of prevention policies in the community safely, so that the “young multiplier” can fulfill its mission of transmitting the values learned in the centers to the community in which they live. It is concluded that the Military Brigade and the Youth Centers can jointly develop actions to guarantee the rights of young people served by the POD.

Keywords: Opportunities and Rights Program. Youth Centers. Military brigade. Young. Vulnerability. Violence. Prevention.

⁵ Oficial-Aluno do Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM). Graduado em Direito, Especialista em Direito Penal e Processo Penal. E-mail: nogueira@bm.rs.gov.br.



1 INTRODUÇÃO

A Brigada Militar, diante do que preconiza o seu planejamento estratégico, tem como o primeiro objetivo prevenir a violência e a criminalidade por meio da filosofia de polícia comunitária, tendo, com uma das estratégias, aumentar o engajamento nas comunidades na prevenção e detecção ao crime⁶. Tal estratégia é o reflexo de que, ao longo de sua história, a instituição é marcada pela aproximação comunitária e pelo engajamento social com todas as comunidades para as quais presta seus serviços.

Atualmente, 6 (seis) áreas, denominadas de territórios pelo POD, foram elencadas para serem criadas estruturas chamadas Centros da Juventude: nos Bairros Restinga, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Santa Tereza, em Porto Alegre; e nas cidades de Alvorada e Viamão. A escolha destas localidades, pelo Programa, como será explorado na presente pesquisa, liga-se às constantes situações de vulnerabilidade às quais os jovens destas localidades são submetidos. No transcorrer da pesquisa serão conceituados e apresentados os objetivos destes Centros da Juventude, bem como o modo de atuação. Preliminarmente, contudo, pode-se dizer que constituem importantes ferramentas no desenvolvimento da cidadania de jovens, bem como atuam na prevenção primária da violência e da criminalidade.

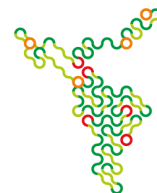
Sendo assim, o tema da presente pesquisa, ligado à transversalidade sugerida pelo POD, será a Brigada Militar e os Centros da Juventude entendidos como mecanismos de promoção dos direitos dos jovens atendidos pelo POD. Nesta pesquisa, explorar-se-á o papel da Brigada Militar e dos Centros da Juventude como mecanismos de proteção aos direitos das juventudes ora delimitadas, bem como a forma pela qual a missão é atingida pelos entes estudados.

2 PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS

O POD, regulado pelo Decreto nº 52.010, de 17 de novembro de 2014⁷, tem, no seu escopo, a redução da violência e a evasão escolar de jovens com idade entre 15 e 24 anos. O escopo do

⁶ BRIGADA MILITAR. Rio Grande do Sul. **Planejamento estratégico**. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/planejamento-estrategico>. Acesso em: 27 dez. 2019. Conforme Portaria nº 758/EMBM/2019, exarada pelo Exmo Sr. Comandante Geral da Brigada Militar e Publicada no DOE-RS de 13 de novembro de 2019, p. 65ss.

⁷ RIO GRANDE DO SUL. (Estado). **Decreto nº 52.010, de 17 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a criação da estrutura administrativa para a execução do Projeto – Programa de Oportunidades e Direitos POD, no âmbito na Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – SJDH. DOE n.º 223, de 18 de novembro de 2014.



programa é a transversalidade de ações de prevenção primária, envidando esforços de diversos órgãos estatais para o alcance de políticas públicas ao público jovem. Assim pode-se conceituar:

Com foco no crescimento pessoal e profissional dos participantes, além do fortalecimento da segurança e da modernização da estrutura e do sistema socioeducativo, o POD é uma ferramenta de desenvolvimento. Com investimentos em educação, esporte, cultura, empreendedorismo, segurança pública e atendimento socioeducativo, o POD atua como uma política pública pioneira e completa para criar oportunidades aos jovens e melhorar a qualidade de vida das comunidades.⁸

O Programa está sendo desenvolvido em 6 (seis) territórios no Rio Grande do Sul, 4 (quatro) em Porto Alegre, nos Bairros Restinga, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta e Santa Tereza, e 2 (dois) nos Municípios de Viamão e Alvorada. Foi recepcionado no Estado do Rio Grande do Sul por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2014, sendo financiados os custos de implantação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Então, foi estabelecida uma relação plurilateral envolvendo diretamente 2 (duas) secretarias de Estado, no caso a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e a Secretaria de Segurança Pública.

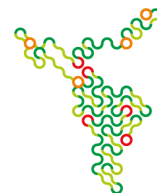
Sendo assim, para a realização do programa, foi criado um Escritório de Projetos, juntamente com o BID e participando as respectivas secretarias, sendo o referido programa com vigência no prazo de 5 (cinco) anos. O programa, com início em 2014 (assinatura do contrato entre as partes), teria vigência até o ano de 2019, com prorrogação do programa para atingimento das metas por mais 1 (um) ano.

Para ser implementado, dispôs de um empréstimo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio de um contrato de mútuo em que o Estado do Rio Grande do Sul recebeu um valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), tendo desembolsado mais a quantia de US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares), somando um montante de US\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares) para sua execução.⁹

O POD, como já referido, tem como público-alvo, adolescentes e jovens com idades entre 15 e 24 anos. Os esforços são envidados com o escopo de diminuir a criminalidade violenta contra tal

⁸ UNODC. *Programa de Oportunidades e Direitos – POD*. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/programa-de-oportunidades-e-direitos---pod.html>. Acesso em: 11 dez. 2019.

⁹ RIO GRANDE DO SUL. (Estado). *Contrato de Empréstimo nº 3241/OC-BR entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – Programa de Oportunidades e Direitos – POD*. 1 de setembro de 2014.



público nas cidades de Porto Alegre, Viamão e Alvorada. Refere o regulamento operacional do projeto:

O objetivo geral do Projeto é contribuir para redução dos índices de criminalidade violenta de jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), estendendo a região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções.

Os objetivos específicos são:

- 1) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho;
- 2) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local;
- 3) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei; e
- 4) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco.¹⁰

Desta forma, através de ações transversais entre órgãos ligados à Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, os objetivos do programa deverão ser atingidos. Nota-se que os 4 (quatro) objetivos específicos do programa possuem esta conotação de ações em conjunto através dos referidos órgãos e que elas se entrelaçam entre si quanto ao atingimento do objetivo geral.

3 CENTROS DA JUVENTUDE

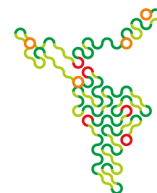
Os Centros da Juventude são o cerne do primeiro eixo para a consecução dos objetivos do POD. Como referido anteriormente, aparecem na primeira alínea das metas do primeiro eixo e assim são conceituados:

Os CJs são espaços públicos e comunitários que contribuirão com a ampliação e a qualificação da oferta de serviços de prevenção social das violências para jovens de 15 a 24 anos em condições de vitimização e/ou vulnerabilidade social, com o fim de prevenir a atividade delitiva e melhorar suas oportunidades de integração social.¹¹

Em seu escopo, os Centros da Juventude, conforme o termo de referência que define a contratação de Organização não Governamental (ONG) para prestação de serviço técnico e especializado de consultoria destinada a implantar, manter e institucionalizar Centros da Juventude

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. (Estado). **Regulamento Operacional do Projeto- Rop**. Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – PODBR-L134. Novembro de 2014.

¹¹ BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO REPRESENTAÇÃO NO BRASIL. **Solicitação de propostas (SDP) seleção de consultoria para execução das atividades dos Centros da Juventude (Rubem Berta, Cruzeiro do Sul, Alvorada e Viamão)**. Julho de 2016, p. 5.



no Rio Grande do Sul, possuem 3 (três) funções principais: prestar serviços que promovam o acesso à inclusão social e produtiva de jovens de 15 a 24 anos residentes nos territórios prioritários do projeto; atuar como núcleos de referência e de encaminhamento para os demais serviços públicos e privados de atenção às juventudes e criar; coordenar e sediar Fóruns Comunitários Interativos de Segurança para identificar as demandas e preocupações de segurança da comunidade local em conjunto com as polícias e com as demais agências de segurança que atendem a essa população.¹²

Ou seja, os Centros da Juventude acabam capitalizando as demandas da comunidade, na forma da interação com órgãos e serviços públicos. A estrutura dos Centros da Juventude, além da conceituação linear de “espaços de convivência dos jovens”, vem a fortalecer as associações e fóruns comunitários e acabam por avocar para si, um dos supedâneos da polícia comunitária, no caso, a interação da sociedade com órgãos ligados à segurança pública.

Os jovens, na faixa-etária já mencionada (15 a 24 anos), para serem atendidos pelos Centros da Juventude, deverão estar em condições de vitimização e/ou vulnerabilidade social. Neste ínterim, a comunidade local poderá interagir com os centros.

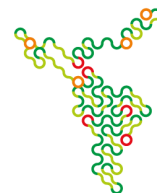
Os CJs deverão estar abertos ao público em dois turnos diários de quatro horas cada, de forma consecutiva ou alternada, totalizando, no mínimo, oito horas diárias, a depender da dinâmica sociocultural dos territórios prioritários. Ainda, importante referir que todas as atividades realizadas nos Centros da Juventude, bem como o atendimento são de forma gratuita.¹³

4 INTERAÇÃO POLICIAL COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

É necessário observar a atuação policial através da ótica de 2 (dois) conceitos e dar a amplitude demandada para entender-se a inserção da polícia militar nas atividades de prevenção primária. Primeiramente, entender o conceito de crime por meio da transversalidade alcançada pela criminologia.

¹² BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO REPRESENTAÇÃO NO BRASIL. **Solicitação de propostas (SDP) seleção de consultoria para execução das atividades dos Centros da Juventude (Rubem Berta, Cruzeiro do Sul, Alvorada e Viamão)**. Julho de 2016, p. 60.

¹³ BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO REPRESENTAÇÃO NO BRASIL. **Solicitação de propostas (SDP) seleção de consultoria para execução das atividades dos Centros da Juventude (Rubem Berta, Cruzeiro do Sul, Alvorada e Viamão)**. Julho de 2016, p. 60.



O crime deve ser compreendido como um fenômeno social, de natureza interpessoal e comunitária. Em linhas gerais o fenômeno criminal está associado ao conjunto de fatores intervenientes na constituição de uma determinada sociedade. Assim é que cada sociedade possui uma espécie ou modalidade própria de delito que caracteriza e sustenta o aspecto de universalidade com que é observado tal fenômeno. Torna-se fácil verificar que raízes empíricas atuais do fenômeno criminal, herdadas de uma tradição sócio - cultural, constituem a base científica para a análise e a interpretação dos mecanismos de organização social que engendraram o comportamento delituoso numa dada e referenciada sociedade.¹⁴

O segundo vértice a ser explorado, para fazer a subsunção da polícia à interação social visando à prevenção, é justamente considerar que, por meio da polícia militar, são capilarizadas ações de prevenção diferentemente daquelas consideradas “típicas ações de polícia”. Aqui, por excelência, temos de preconizar a exegese da filosofia de polícia comunitária:

Polícia Comunitária: é uma filosofia e uma estratégia organizacional que promove uma nova parceria entre o povo e a sua polícia. Ela baseia-se na premissa de que tanto a polícia como a comunidade, precisam trabalhar juntas, como parceiras iguais, para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos como crime, drogas, sensação de insegurança, desordens sociais e físicas e enfrentar a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na comunidade.¹⁵

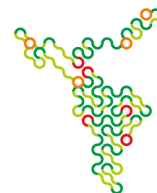
Então, o estabelecimento desta “parceria para melhorar a qualidade de vida na comunidade” vai além das já mencionadas “funções típicas de polícia”, como o atendimento de emergências, abordagem, cumprimento de ordens judiciais e operações visando à repressão e prisão de indivíduos. Temos aqui, um protagonismo social assumido e pode-se definir que as ações de prevenção são, sim, atribuições suas. Assim, para sustentar as premissas acima expostas, mister necessário trazer o conceito de prevenção criminológica:

Prevenir é escavar em buscar a origem etiológica, fazendo-se achar a gênese do fenômeno criminal, neutralizando ou eliminando suas causa e raízes. Assim, a prevenção não se limita ao sistema legi-penal; deve-se expandir para outras instância ou ramos, como por exemplo: a instância social, a pedagógica-escolar, comunitária etc. Isso, pois a prevenção social exige a interação e participação dos setores locais e da comunidade, administrando juntos os conflitos em busca da sua escassez.¹⁶

¹⁴ MOLINA, Antonio García-Pablos de. **Criminologia**: uma introdução a seus fundamentos teóricos São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

¹⁵ TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. São Paulo: Rettecarter, 1994.

¹⁶ BRIONAS, Delson. **Da prevenção criminológica!** As formas de prevenção ao crime, conforme a criminologia. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51348/da-prevencao-criminologica>. Acesso em: 02 dez. 2019.



Há, por diversas vezes, uma espécie de zona de esfumaçamento em que se coloca “em xeque” até onde vai o lastro da prevenção policial. Tal zona de esfumaçamento reside no que pode ser chamado de assistencialismo ou de prevenção policial. Neste sentido, entende-se que este lastro deve ir até onde possa a polícia militar atuar preventivamente, de modo a evitar a reprodução da violência e da criminalidade, neutralizando condutas delituosas no seu âmago. Neste sentido, é importante ressaltar que:

Em outro âmbito, é a Polícia Militar quem promove salvamentos e atende, na maioria das vezes, os chamados aflitos da comunidade em uma série de ações sociais que pratica, bem como na salvaguarda de direitos dos cidadãos. Todas as possíveis ações da Polícia Militar, aqui sucintamente relatadas, vão ao encontro do conceito de polícia moderna, na visão de Bittner (2003), em que se tem, em suma, que sua missão é a manutenção da paz, o que lhe permite uma série de maleabilidades, impossíveis de serem mensuradas matematicamente, dentro de um ciclo de natureza policial.¹⁷

Esta participação da Polícia Militar na prevenção, e dada a responsabilidade social que toda a pessoa jurídica tem ou deveria exercer no país, mostra-se como verdadeira ação de polícia. A força da representatividade e de penetração social da Polícia Militar a potencializa como difusor de ações de prevenção primária. Conceitua-se prevenção primária como *“implementação de medidas indiretas de prevenção, consistentes em evitar que fatores exógenos sirvam como estímulo à prática delituosa.”*¹⁸

5 ESTRATÉGIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DA BRIGADA MILITAR

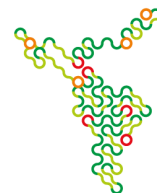
Primeiramente, cumpre trazer o conceito de Polícia Comunitária esculpido na sua doutrina, através da Diretriz Geral 033/15:

É a forma de desenvolver atividades de prestação de serviços à comunidade, baseadas na estratégia em que a comunidade e a polícia devem trabalhar em conjunto para identificar e resolver problemas prementes, tais como crimes, drogadição, medo do crime e desordens em geral, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, priorizando ações de forma sistêmica, integradas e com responsabilidades compartilhadas.¹⁹

¹⁷ CÂNDIDO, Fábio Rogério. **Direito Policial**: o ciclo completo de Polícia. São Paulo: Juruá, 2016, p. 88

¹⁸ MEUSITEJURIDICO.COM. **O que se entende por prevenção primária, secundária e terciária do crime?** Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2017/06/19/o-que-se-entende-por-prevencao-primaria-secundaria-e-terciaria-crime/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

¹⁹ RIO GRANDE DO SUL. (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. Estado-Maior. **Diretriz Geral de Polícia Comunitária 033/2015**, 2015, p. 11.



A instituição amplia, em tal conceito, ao fazer sua interpretação, seu modo de atuar nas comunidades, e não é incorreto afirmar que traz, aqui, a densidade de atuação na preservação de ordem pública, quando refere-se ao “objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade. Outrossim, quanto ao papel da Brigada Militar na comunidade, preconiza a doutrina interna institucional que é necessário, fundamentalmente, a compreensão da comunidade para a consagração dos princípios de Polícia Comunitária:

As estratégias da polícia comunitária na Corporação serão efetivadas através de posturas específicas, aplicando o entendimento doutrinário e filosófico por meio de ações que trazem em si todos os métodos, critérios e rotinas no objetivo de padronizar os procedimentos, a linguagem, as terminologias e a identidade visual no atendimento dos propósitos, o que será efetivado através da Rotina Operacional Padrão (ROP), para o Policiamento Ostensivo Geral, da Atuação em Conselhos Comunitários, da Operação de Bases Comunitárias, dos Programas de Policiamento Comunitário e das Ferramentas para o Policiamento Comunitário.²⁰

Para fins de atingimento do propósito da pesquisa, dar-se-á ênfase em 3 (três) estratégias de polícia comunitária: programa de polícia ostensiva em áreas de vulnerabilidade social, bases móveis comunitárias e atuação em associações, fóruns e conselhos comunitários.

A atuação da Brigada Militar em áreas de vulnerabilidade social é regulamentada por meio da Nota de Instrução 2.20/EMBM/2018 e da própria DGBM 033/15. A instituição recepcionou em sua doutrina um modo específico e reconheceu as peculiaridades de executar o policiamento ostensivo e a aproximação comunitária nestas áreas. Uma área é definida como vulnerável pelo que preconiza a objetivados pela DGBM 033/15:

Área de Vulnerabilidade Social, tanto em meio urbano ou rural, são espaços que apresentam fatores condicionantes à vulnerabilidade social, onde pessoas estão sujeitas, individual ou coletivamente, à exclusão social pela pobreza, dificuldade de acessos a educação, cultura, saúde e renda, vivendo nas ruas ou habitações precárias e em áreas irregulares, condicionadas eventualmente a depender de favores de outros para subsistência e estando sujeitos a influências comportamentais nocivas, para satisfação de suas necessidades básicas e fins culturais.²¹

Assim, a aproximação com estas comunidades garante uma afirmação da imagem institucional, uma vez que, sabidamente, as comunidades periféricas e de taxas elevadas de vulnerabilidade social possuem descrença e revelia à figura do Estado, principalmente, quando esta

²⁰ RIO GRANDE DO SUL. (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. Estado-Maior. **Diretriz Geral de Polícia Comunitária 033/2015**, 2015, p. 20.

²¹ RIO GRANDE DO SUL. (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. Estado-Maior. **Diretriz Geral de Polícia Comunitária 033/2015**, 2015, p. 48.

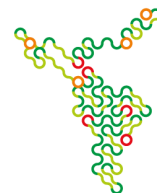


figura do Estado é personificada na Polícia Militar. Ainda, a Polícia Militar assume uma posição de “parceira” da comunidade além do papel de garantir e reestabelecer a ordem pública, estabelecendo uma dupla face mais sinérgica com a comunidade à qual presta serviço. São objetivos do emprego das Bases Móveis:

- 1) Servir de ponto de referência cotidiana da Unidade Operacional, prestar-se a informar e orientar a comunidade, registros de ocorrências e lavratura de termos circunstanciados;
- 2) Estabelecer vínculo social de convivência entre o policial e a comunidade local, alcançar os segmentos das cercanias e fortalecer a interação com a Brigada Militar na busca de resolução de problemas de Segurança Pública;
- 3) Reduzir dos indicadores de violência e da criminalidade e do medo do crime;
- 4) Realizar a ocupação efetiva dos espaços territoriais para fins de garantir a circulação de pessoas e concentração de negócios;
- 5) Dar suporte ao exercício qualificado da repressão a partir deste local.

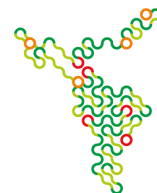
Além do caráter que visa à ação policial, como percebe-se no segundo item da citação acima, um dos objetivos da Brigada Militar com o emprego das Bases Móveis, justamente, é a interação com a Brigada Militar por meio da presença rotineira do policial no terreno. Esta presença policial deverá ser proativa, promovendo esta aproximação comunitária.

A representação da Brigada Militar nestes espaços de discussões sobre problemas da comunidade, que podem redundar direta ou indiretamente em questões de segurança pública, é fundamental para, inclusive, o planejamento do policiamento. A comunidade traz um *feedback* diferenciado para o comandante local, bem como auxilia a resolver problemas de segurança que somente a ação policial não é eficaz. Neste sentido, segue a Diretriz Geral de Polícia Comunitária:

Os representantes dos órgãos de segurança pública são membros indispensáveis nestas entidades, sendo obrigatória sua participação, pois esta interação pode resultar em importante instrumento de avaliação para o administrador policial, favorecendo a definição de prioridades para a atuação da polícia. Estas entidades têm contribuído para corrigir, por meio de medidas criativas, fatores de insegurança sem onerar o poder público.²²

Na cidade de Porto Alegre podemos exemplificar, como fomento à interação comunitária a formação dos Conselhos Municipais de Justiça e Segurança, os Fóruns Regionais de Justiça e Segurança e os Conselhos Comunitários de Justiça e Segurança, regulamentados através da lei complementar 656/2010. Estes grupos de trabalho possuem interação entre si, em ordem de

²² RIO GRANDE DO SUL. (Estado). **Secretaria de Segurança Pública**. Brigada Militar. Estado-Maior. Diretriz Geral de Polícia Comunitária 033/2015. p. 23.



complexidade de encaminhamento de demandas e de número de membros, em que os Conselhos Municipais de Justiça e Segurança abrange os demais.²³

Nesta senda, pelo estabelecido no POD, no que tange ao Eixo da Efetividade Policial, a primeira participação da Brigada Militar foi a capacitação dos seus policiais em 3 (três) edições em instruções que versaram sobre Filosofia e Estratégia de Polícia Comunitária, atuação em Bases Comunitárias e Atendimento a grupos vulneráveis. O efetivo foi oriundo dos batalhões de polícia militar que atendem as áreas abrangidas pelo POD. Tal capacitação teve o período de 3 (três) anos com o total de 40 (quarenta) horas-aula por edição:

Dentro do componente Segurança Cidadã - Efetividade Policial, uma das etapas mais importantes é a qualificação dos agentes para atuarem no policiamento comunitário. São profissionais qualificados e com perfil para uma relação próxima das pessoas, para atuarem na garantia dos direitos e na promoção de espaços de convivência mais seguros e na construção da cultura da paz.²⁴

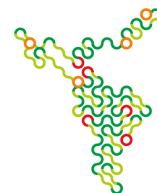
A segunda atuação é a de exercer o policiamento comunitário, num primeiro momento através de Bases Móveis Comunitárias oriundas de recursos dispendidos pelo mútuo do POD. Recomenda-se que o efetivo, atuante nestas bases comunitárias, deva ser aquele que participou da capacitação acima aludida e o mesmo deve exercer o policiamento comunitário de acordo com o que preconiza a Diretriz Geral 033/15 no tocante ao programa de Bases Móveis Comunitárias. Ainda, para que tal efetivo venha a interagir com os Centros da Juventude e a Base Móvel Comunitária, deva ter como Ponto de Estacionamento, locais próximos aos referidos centros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa debruçou-se, principalmente, sobre os 2 (dois) primeiros componentes, a saber, prevenção social e situacional da violência, nos quais os Centros da Juventude são os principais mecanismos da consecução dos objetivos do programa, e a efetividade policial, através do policiamento comunitário previsto nas normas internas da Brigada Militar e de exegese já

²³ PORTO ALEGRE. **Lei complementar nº 656, de 7 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Justiça e Segurança (COMJUS), os Fóruns Regionais de Justiça e Segurança (FRJSS) e os Conselhos Comunitários de Justiça e Segurança (Ccjs) e revoga o art. 5º da Lei nº 9056, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei Complementar nº 487, de 14 de janeiro de 2003. 7 de dezembro de 2010. Publicado no DOPA em: 09 dez. 2010.

²⁴ SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Confira alguns serviços gratuitos oferecidos à comunidade pelos Centros da Juventude**. Disponível em: <https://pod.rs.gov.br>. Acesso em: 31 dez. 2019.



amplamente difundida na doutrina nacional e internacional. Para o desenvolvimento de todos os componentes, há um mútuo junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual é pactuado em contrato entre a referida instituição financeira e o Estado do Rio Grande do Sul, prevendo prestação de contas e monitoramento das atividades desenvolvidas, especialmente, as referentes à efetividade policial, tendo a UNODC a atribuição de monitoramento para fins de diagnóstico e verificação de obtenção de resultados.

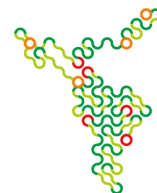
Os Centros da Juventude são, na cidade de Porto Alegre, mecanismos de alta potencialidade de proteção dos direitos dos jovens atendidos pelo POD. A metodologia de desenvolvimento de atividades alicerçada sobretudo na cultura de paz, em práticas restaurativas e resolução pacífica de conflitos, busca devolver, ao jovem, parte de sua cidadania perdida devido às condições de vulnerabilidade social a que é exposto.

A interação da polícia com a comunidade como estratégia de prevenção à violência e criminalidade encontra respaldo legislativo e doutrinário. Tendo em vista que para a existência de um crime são necessários 3 (três) elementos, no caso, autor, vítima e ambiente, justifica-se a aproximação comunitária como estratégia para “quebrar” este triângulo do crime, seja para demover novos autores de crimes, seja para proteger vítimas, e tais autores e vítimas, no que se refere ao delito de homicídio, têm faixa-etária dominante entre 15 e 24 anos, ou seja, público jovem.

Urge dizer que o fenômeno do crime não apresenta respostas tão somente na aplicação do direito e a consunção do fato ao tipo penal. Desta feita, a resolução da violência e da criminalidade necessita de transversalidade de entes estatais e privados, consubstanciando a chamada “prevenção primária”. Aquilo que pode vir a ser chamado de “assistencialismo da polícia”, na verdade pode assumir a identidade de prevenção da violência, inclusive, contra os próprios agentes da segurança pública, uma vez que, a mudança da visão da polícia meramente repressiva para uma polícia de proximidade, poderá trazer insumos importantes ao jovem que está no limiar da delinquência para que ele escolha outra opção coadunando numa vida mais digna e próspera.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO REPRESENTAÇÃO NO BRASIL.
Solicitação de propostas (SDP) seleção de consultoria para execução das atividades dos
Centros da Juventude (Rubem Berta, Cruzeiro do Sul, Alvorada e Viamão). Julho de 2016.



BRIGADA MILITAR. Rio Grande do Sul. **Planejamento estratégico**. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/planejamento-estrategico>. Acesso em: 27 dez. 2019. Conforme Portaria nº 758/EMBM/2019, exarada pelo Exmo Sr. Comandante Geral da Brigada Militar e Publicada no DOE-RS de 13 de novembro de 2019.

BRIONAS, Delson. **Da Prevenção criminológica!** As formas de prevenção ao crime, conforme a criminologia. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51348/da-prevencao-criminologica>. Acesso em: 2 dez. 2019.

CAMARGO, Carlos Alberto de. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo v. 9, n. 2, p. 218-233, ago./set. 2015.

CÂNDIDO, Fábio Rogério. **Direito Policial**: o ciclo completo de Polícia. São Paulo: Juruá, 2016.

LIMA, Lincoln de Oliveira; NASSARO, Adilson Luís Franco. **Estratégias de Policiamento preventivo**: “indiferença zero”, uma boa experiência de polícia. Assis: Triunfal, 2011

MOLINA, Antonio García-Pablos de. **Criminologia**: uma introdução a seus fundamentos teóricos. Tradução de Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MEUSITEJURIDICO.COM. **O que se entende por prevenção primária, secundária e terciária do crime?** Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2017/06/19/o-que-se-entende-por-prevencao-primaria-secundaria-e-terciaria-crime/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

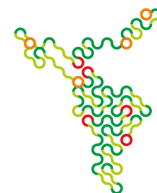
ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. Disponível em: www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm. Acesso em: 2 dez. 2020.

PORTO ALEGRE. **Lei complementar nº 656, de 7 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Justiça e Segurança (COMJUS), os Fóruns Regionais de Justiça e Segurança (FRJSS) e os Conselhos Comunitários de Justiça e Segurança (Ccjss) e revoga o art. 5º da Lei nº 9056, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei Complementar nº 487, de 14 de janeiro de 2003. 7 de dezembro de 2010. Publicado no DOPA em: 09 dez. 2010.

RIO GRANDE DO GRANDE DO SUL. (Estado). Brigada Militar. **Nota de Instrução nº 2.21/EMBM/2018. Regular as atividades, instalação e funcionamento das Bases Móveis Comunitárias – BMC – enquanto estratégia de atuação da Polícia Comunitária**. Boletim Geral, Porto Alegre, n. 221, 22 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. (Estado). **Contrato de Empréstimo nº 3241/OC-BR entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – Programa de Oportunidades e Direitos – POD**. 1 de setembro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. Estado-Maior. **Diretriz Geral de Polícia Comunitária 033/2015**, 2015.



RIO GRANDE DO SUL. (Estado). **Decreto nº 52.010, de 17 de novembro de 2014.** Dispõe sobre a criação da estrutura administrativa para a execução do Projeto – Programa de Oportunidades e Direitos POD, no âmbito na Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – SJDH. DOE n. 223, de 18 de novembro de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. (Estado). **Regulamento Operacional do Projeto- Rop.** Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – PODBR-L134. Novembro de 2014.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Confira alguns serviços gratuitos oferecidos à comunidade pelos Centros da Juventude.** Disponível em: <https://pod.rs.gov.br>. Acesso em: 31 dez. 2019.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar.** São Paulo: Rettecarter, 1994.

UNODC. **Programa de Oportunidades e Direitos – POD.** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/programa-de-oportunidades-e-direitos---pod.html>. Acesso em: 11 dez. 2019.